



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA E DA VIOLAÇÃO DE
DIREITOS CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NAS PLATAFORMAS
ON-LINE DO CORREIO BRAZILIENSE (2014 a 2018)**

Ingrid da Silva Ramalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área temática em Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane de Melo Resende – Universidade de Brasília

Brasília, 18 de março de 2020

Da silva Ramalho, Ingrid

REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA E DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NAS PLATAFORMAS ON-LINE DO CORREIO BRAZILIENSE (2014 a 2018) / Ingrid da Silva Ramalho; orientadora Viviane de Melo Resende; co orientadora Carolina Lopes Araújo – Brasília, 2020.

203 p.

Dissertação (Mestrado – Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2020.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Situação de Rua. 3. *Correio Braziliense*. 4. NVivo. I. de Melo Resende, Viviane. orient. II. Lopes Araújo, Carolina, co-orient.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RAMALHO, Ingrid da Silva. REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA E DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NAS PLATAFORMAS ON-LINE DO CORREIO BRAZILIENSE (2014 a 2018). (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília – UnB, 2020. 198f.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e divulgar tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Ingrid da Silva Ramalho

Brasília, 18 de março de 2020.

**REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA E DA VIOLAÇÃO DE
DIREITOS CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NAS PLATAFORMAS
ON-LINE DO CORREIO BRAZILIENSE (2014 a 2018)**

Ingrid da Silva Ramalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área temática em Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora

Professora Dra. Viviane de Melo Resende

Universidade de Brasília

Orientadora

Professora Dra. Carolina Lopes Araújo

Universidade de Brasília

Co-orientadora:

Professora Dra. Viviane Cristina Vieira

Universidade de Brasília

Avaliadora interna

Professora Dra. Maria Carmen Aires Gomes

Universidade Federal de Viçosa

Avaliadora externa

Professora Dra. Juliana de Freitas Dias

Universidade de Brasília

Avaliadora suplente

À minha mãe, ao meu pai e ao melhor presente
que recebi deles, meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente o apoio dos meus pais. Por causa deles cresci ouvindo que os estudos ninguém pode me tirar e mesmo não compreendendo de início o que significava cursar um Mestrado, me incentivaram a seguir em frente. Iêda Maria Souza da Silva, Aldo Ramalho e meu irmão, Allan da Silva Ramalho, é tudo por vocês! Agradeço a parceria de Thiago Henrique Campos Santos, com quem compartilhei as alegrias e angústias desse processo e que por vezes acreditou mais em mim do que eu mesma e à Yolanda Seixas pela acolhida em seu lar e por tê-lo tornado meu também. Meus agradecimentos a toda a equipe do Projeto Utopia, professoras e professores que me inspiram na docência e lutam comigo para tornar a periferia, o centro, e às amigas e demais familiares que estão comigo desde sempre.

A trajetória acadêmica que por vezes pode ser um trabalho solitário, para mim foi desde o princípio em equipe. Por isso, agradeço imensamente todas as orientações de Viviane de Melo Resende. Com ela pude aprender e crescer como estudante, pesquisadora, professora e, principalmente, ser humano. Não posso deixar de mencionar Carolina Lopes Araújo, sempre de prontidão para nos auxiliar em todo o trabalho com ferramentas tecnológicas e no que mais fosse preciso. A minha gratidão também a Mariana Moura, Lygia Vaz, Dara Abreu, Daniele Mendonça, Nair Passos, Kárin Ventura, Renata Rena, Cláudio Passos, Sinara Bertholdo, Pilar Acosta, Gersiney Santos, Jacqueline Fiuza, Ernani Saraiva e Larissa Costa, com quem tantas vezes conversei e pude aprender em aulas, cursos e demais eventos acadêmicos.

Por fim, cabe destacar o cordial atendimento das equipes do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB) e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB) e todo o apoio que recebi dos programas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da Universidade de Brasília, não só durante minha trajetória no Mestrado em Linguística mas também durante a graduação em Letras/Português. Sem políticas públicas eficientes seria ainda mais difícil chegar tão longe e ser a primeira entre tantos familiares a me formar em uma universidade pública e a obter o título de Mestre. Em tempos sombrios, em ataques sistemáticos à academia, minha esperança é que outros/as estudantes tenham as mesmas oportunidades que tive. Não foi meritocracia.

RESUMO

Esta dissertação objetiva investigar a representação de pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*, quando notícias e reportagens tiveram como temáticas principais violação de direitos e violência. Para isso, o *corpus* compõe-se de textos de acesso gratuito publicados nas plataformas digitais do *Correio Braziliense* entre os anos de 2014 e 2018. Considerando a relação dialética entre linguagem e sociedade, as análises foram guiadas pelos pressupostos teóricos-metodológicos da Análise de Discurso Crítica sob a perspectiva dos estudos decoloniais. Além disso, como suporte para a investigação, as ferramentas proporcionadas pelo *software* para a pesquisa quantitativa NVivo serviram para a codificação dos textos. Com base nas codificações realizadas com auxílio do *software*, foi possível mapear informações relevantes para a pesquisa em 310 textos das mais diferentes temáticas, para, em etapa posterior, focar nos 59 textos sobre violação de direitos e nos 111 textos sobre violência presentes nesse *corpus*. A microanálise de textos sobre violação de direitos apontou que as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua representaram a pobreza como carência de renda, de necessidades básicas e de acesso a serviços. A representação da situação de rua, por sua vez, nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e na voz autoral circundante, ocorreu de forma minoritária por discursos que compreenderam a situação de rua como violação de direitos. Por outro lado, foi representada majoritariamente por discursos de culpabilização, naturalização e romantização. Nesse contexto, mulheres em situação de rua foram representadas em ações dos campos do agir, do ter e do ser em textos que articularam diferentes discursos, como a eficiência e a ineficiência do Estado e a desmobilização da população em situação de rua. A microanálise de textos sobre violência apontou que, em textos em que há a associação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de drogadição, moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais receberam maior espaço discursivo para a propagação de seus discursos. Nesse contexto, pessoas em situação de rua foram representadas a partir de relações sociais, existenciais, do campo criminal e com o espaço urbano, além de ações minoritárias avaliadas como positivas. A microanálise dos textos de violência identificou também textos em que figuraram discursos como a ineficiência dos órgãos de segurança pública e a privação de liberdade como meio de ressocialização. Investigar a representação de pessoas em situação de rua em textos da mídia eletrônica forneceu indícios para a compreensão dos discursos e de outras práticas sociais associadas à situação de rua, processo social que neste trabalho foi investigado pelo viés discursivo.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica, Situação de Rua, *Correio Braziliense*, NVivo.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the representation of homeless people in online journalism, when news and reports had as main themes the violation of rights and violence. To achieve this, the corpus is composed of texts of free access published in the digital platforms of *Correio Braziliense* between the years 2014 and 2018. Considering the dialectical relationship between language and society, the analyses were guided by the theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis from the perspective of decolonial studies. In addition, as support for the investigation, the tools provided by the software for the quantitative research NVivo served for the encoding of the texts. Based on the codifications carried out with the assistance of the software, it was possible to map relevant information for the research in 310 texts of the most different themes, to, in a later stage, focus on the 59 texts on violation of rights and on the 111 texts on violence presented in this corpus. The microanalysis of texts about violation of rights pointed out that the voices attributed to homeless represented poverty as a lack of income, basic needs and access to services. The representation of the street situation, in turn, in the voices attributed to women in the street situation and in the surrounding authorial voice, occurred in a minority way through speeches that understood the street situation as a violation of rights. On the other hand, it was represented mainly by speeches of blame, naturalization and romanticization. In this context, women on the streets were represented in actions in the fields of acting, having and being in texts that articulated different discourses, such as the efficiency and inefficiency of the State and the demobilization of the homeless population. The microanalysis of texts about violence pointed out that, in texts that there is an association between people on the street and people in situations of drug addiction, residents, workers and local tourists received more discursive space for the spread of their speeches. In this context, people living on the street were represented from social, existential, criminal field and urban space relationships, in addition to minority actions assessed as positive. The microanalysis of the texts of violence also identified texts that included speeches such as the inefficiency of public security agencies and the deprivation of liberty as a means of resocialization. Investigating the representation of homeless people in electronic media texts provided traces for understanding the speeches and other social practices associated with homelessness, a social process that in this essay was investigated through discursive bias.

Keywords: Critical Discourse Analysis, Homelessness, *Correio Braziliense*, NVivo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1 EXTREMA POBREZA E SITUAÇÃO DE RUA NA AMÉRICA LATINA.....	14
1.1 A POBREZA E A SITUAÇÃO DE RUA COMO PROCESSO SOCIAL.....	14
1.2 SOBRE POBREZA E SITUAÇÃO DE RUA NA AMÉRICA LATINA.....	18
1.3 A SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA.....	29
CAPÍTULO II	
2 SITUAÇÃO DE RUA EM BRASÍLIA, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i>: O QUE SABEMOS ATÉ AQUI?.....	33
2.1 A SITUAÇÃO DE RUA EM BRASÍLIA.....	33
2.2 DISCUTINDO QUESTÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS E DE VIOLÊNCIA.	39
2.3 REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> : O QUE SABEMOS ATÉ AQUI?.....	44
CAPÍTULO III	
3 PERCURSO TEÓRICO.....	51
3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	51
3.2 A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL: DECOLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER.....	55
3.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS RELEVANTES PARA A ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO JORNALISMO.....	59
CAPÍTULO IV	
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	63
4.1 COLETA DE DADOS NOS PORTAIS DO JORNAL <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> .	64
4.2 NVIVO NA ORGANIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE TEXTOS.....	70
4.3 MATRIZES DE CODIFICAÇÃO E OUTRAS FERRAMENTAS DO NVIVO NO TRATAMENTO DE DADOS.....	80
CAPÍTULO V	
5 DA MACROANÁLISE À MICROANÁLISE: SITUAÇÃO DE RUA EM TEXTOS SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> (2014 - 2018).....	87
5.1 MACROANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO JORNAL <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> (2014 - 2018) EM TEXTOS SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....	87

5.1.1 Resultados dos cruzamentos de categorias de preparação em textos sobre violação de direitos.....	88
5.1.2 Resultados dos cruzamentos de categorias de análise em textos sobre violação de direitos.....	91
5.2 MICROANÁLISE: APROFUNDANDO ANÁLISES DISCURSIVAS EM TEXTOS QUE TRATAM VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....	112
5.3 SISTEMATIZANDO OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA MICROANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....	136

CAPÍTULO VI

6 DA MACROANÁLISE À MICROANÁLISE: SITUAÇÃO DE RUA EM TEXTOS SOBRE VIOLÊNCIA NO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> (2014 - 2018).....	143
6.1 MACROANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO JORNAL <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> (2014 - 2018) EM TEXTOS SOBRE VIOLÊNCIA.....	143
6.1.1 Resultados dos cruzamentos de categorias de preparação em textos sobre violência.....	143
6.1.2 Resultados dos cruzamentos de categorias de análise em textos sobre violência.....	146
6.2 MICROANÁLISE: APROFUNDANDO ANÁLISES DISCURSIVAS EM TEXTOS QUE TRATAM VIOLÊNCIA.....	159
6.3 SISTEMATIZANDO OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA MICROANÁLISE DE VIOLÊNCIA.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
ANEXOS.....	192

APRESENTAÇÃO

Este trabalho intitulado “Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense* (2014 a 2018)”, está situado na linha de investigação Linguagem e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB) e foi realizado em parceria com o Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS), do Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares (CEAM/UnB).

O interesse pela investigação do viés discursivo da situação de rua surgiu durante a graduação, a partir de minha atuação como bolsista de iniciação científica em projeto colaborativo sobre o tema. A partir dos estudos em Análise de Discurso Crítica (ADC) descobri a importância de trabalhar com teorias que compreendam a análise linguística em face de uma perspectiva social de maneira crítica. Acredito que a concepção da linguagem defendida pela perspectiva da ADC em muito contribuiu para a minha formação docente, pois as reflexões sobre o potencial da linguagem, embora necessárias, ainda são pouco difundidas fora dos espaços acadêmicos tradicionais. Isso faz com o que estudantes da educação básica, por exemplo, passem pela fase escolar acreditando na neutralidade da linguagem e da ciência, como foi na minha experiência.

Ademais de minhas motivações pessoais, esta dissertação visa contribuir para o debate sobre as relações de poder existentes na sociedade e de como nosso discurso (e o discurso utilizado por mídias hegemônicas) pode exercer um papel fundamental na manutenção ou superação do *status quo* no que abarca questões representacionais sobre a situação de rua. Apesar de pessoas em situação de rua estarem em situação de vulnerabilidade, os discursos que circulam socialmente retomam a sensação de insegurança das grandes cidades e frequentemente representam-nas como atores sociais potencialmente perigosos. Essas representações, que podem ser compreendidas também como violência simbólica, possuem potencial para naturalizar a situação de rua ou mitigá-la e são amplamente difundidas por mídias hegemônicas. Nesse processo, por vezes, oculta-se a questão que deveria ser central: o fato de seres humanos estarem (sobre)vivendo em condições subumanas. Por esse motivo, busco desvelar discursos sobre a situação de rua no *corpus* composto por textos de um veículo jornalístico de amplo alcance.

A dissertação está dividida em seis capítulos. No primeiro, *Extrema pobreza e situação de rua na América Latina*, discuto a situação de rua como processo social nessa região a partir de dados sobre a pobreza extrema sem desconsiderar que esse complexo processo leva em conta

diversos fatores que vão muito além da renda. Para discutir a realidade social brasileira, parto da definição legal vigente no país sobre pessoas em situação de rua e abordo brevemente as origens da situação de rua e a atuação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) como importante organização social de luta.

Essas discussões são mais focalizadas no segundo capítulo, *Situação de rua em Brasília, violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua no Correio Braziliense: o que sabemos até aqui?*, dedicado às particularidades da situação de rua em Brasília. Nesse capítulo, caracterizo a violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua com base em questões teóricas e exemplos retirados das pesquisas atual e anterior. A pesquisa realizada outrora, parte do projeto colaborativo “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*” (CNPq 304075/2014-0), investigou textos publicados em grandes portais midiáticos entre os anos de 2011 e 2013. Minha atuação, no âmbito da iniciação científica à época, foi voltada aos dados do *Correio Braziliense* e motivou o recorte do trabalho atual e a compreensão mais ampla de parte das práticas de publicação sobre a situação de rua no *Correio Braziliense*. Por isso trago alguns dados da investigação anterior para subsidiar o segundo capítulo desta dissertação.

O terceiro capítulo intitula-se *Percurso teórico*. Nele discuto a posição da Análise de Discurso Crítica (ADC) como campo nos estudos linguísticos para a investigação de problemas sociais parcialmente discursivos e estabeleço diálogo com os estudos decoloniais que discutem, entre outras questões, a colonização do ser, do saber e do poder e buscam sua superação. Ainda nesse capítulo, abordo o potencial metodológico da ADC, apresentando as categorias analíticas produtivas para as análises de recortes específicos do *corpus*. Essa discussão é ampliada no *Percurso Metodológico*, capítulo seguinte, em que evidencio os passos realizados para a coleta, organização e codificação de dados e trato das categorias de preparação (*assinatura, editoria e tipo textual*) e de análise (*intertextualidade e fontes jornalísticas, modos de avaliação, modos de referência e modos de representação*) previstas inicialmente para a pesquisa e seus usos na codificação dos textos no *software* para a pesquisa qualitativa NVivo.

Os capítulos finais estão dedicados às análises das temáticas de violação de direitos em *Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violação de direitos no Correio Braziliense (2014 – 2018)*, e de violência, em *Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violência no Correio Braziliense (2014 – 2018)*. De maneira paralela, os capítulos discorrem sobre os resultados de matrizes de codificação relevantes em cada uma das temáticas e o panorama da representação da situação de rua em cada contexto. Posteriormente, em cada capítulo, são trazidas análises direcionadas a recortes específicos,

delimitados por questões significativas oriundas dos cruzamentos realizados na análise panorâmica.

No capítulo dedicado aos textos sobre violação de direitos, a microanálise considerou os textos em que são apresentadas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua, caminho temático selecionado pelos resultados obtidos na macroanálise. A partir disso, foram investigadas as seguintes questões: a) *Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua representaram a pobreza?*; b) *Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos representaram a situação de rua?*; c) *Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos representaram pressupostos de ser mulher em situação de rua, ou seja, como os discursos sobre feminilidade atravessaram esse recorte do corpus?* e d) *Quais os discursos articulados nos fragmentos analisados?* No que tange aos textos sobre violência, para a microanálise foram utilizados os textos que apresentaram pessoas em situação de rua assimiladas a pessoas em situação de drogadição, recorte guiado por resultados significativos da macroanálise. Para a análise desse material, as perguntas relevantes foram: a) *Quais são os diferentes atores sociais consultados para falar sobre a situação de rua em textos em que ocorre a assimilação entre esses atores sociais e pessoas em situação de drogadição?*; b) *Como os diferentes atores sociais tomados como fontes jornalísticas e a voz autoral circundante representaram pessoas em situação de rua nesses contextos?* e c) *Quais discursos atravessaram esses textos?*

Após as análises, trago as considerações finais, em que pontuo como a representação particular de mulheres em situação de rua em textos da temática de violação de direitos apontaram discursos que trazem pressupostos de ser mulher. Nesse contexto, discursos atribuídos a mulheres fora da situação de rua foram frequentemente direcionados também a mulheres em situação de rua. Assim, possuem potencial para legitimar e/ou mitigar a dupla violação de mulheres em situação de rua. Já nos textos de violência, dentre outros resultados, ressalto como diversos atores sociais com espaço discursivo atribuído representaram a situação de rua a partir de demandas de políticas públicas pautadas na segregação dessa população de espaços públicos. Além de associarem frequentemente a situação de rua ao campo da dependência química, compreendida como questão exclusivamente de polícia, criminalizando também a situação de rua. Esses discursos sustentam ações efetivas do poder público.

Como em toda pesquisa, escolhas realizadas implicam tangenciar outros possíveis caminhos. A opção por tratar de temas como violação de direitos e violência, por exemplo, acarretou na exclusão de analisar textos sobre ações e política públicas, que também são relevantes para tratar da situação de rua. Com um *corpus* tão extenso, ao escolher o recorte a

ser analisado de forma micro, certamente outros textos produtivos para as análises foram excluídos. Por outro lado, o trabalho com o NVivo permitiu explorar amplamente os textos, ainda que em um panorama. Espero que, com as limitações de toda pesquisa, esta investigação possa contribuir para o debate no campo da Análise de Discurso Crítica e fomentar reflexões acerca da relação entre representações de pessoas em situação de rua na mídia e o potencial que essas podem exercer na maneira como a sociedade compreende esse processo social e (re)age a ele.

CAPÍTULO I

1 EXTREMA POBREZA E SITUAÇÃO DE RUA NA AMÉRICA LATINA

A cidadania e a democracia só existem de verdade se houver o acesso e garantia dos direitos fundamentais à existência humana.

*Movimento Nacional da População de Rua.
Conhecer para Lutar, s.d., p.12.*

Neste capítulo, teço reflexões sobre o processo social denominado situação de rua. Para isso, em 1.1, trago ao trabalho considerações sobre como o crescimento exponencial da população que utiliza logradouros públicos como espaço de moradia e/ou sustento está intrinsecamente ligado ao recrudescimento do capitalismo e explicito também a definição legal da situação de rua no Brasil para estabelecer o ponto de partida deste trabalho. Na segunda seção, 1.2, por meio da utilização de dados referentes à situação econômica e social da América Latina, exponho brevemente as condições de pobreza e pobreza extrema, fortemente encontradas nos países latino-americanos estabelecendo desde esse momento o diálogo que pretendo desenvolver com a conjuntura social dessa região, bem como com pesquisadores/as centrados/as na investigação das especificidades desses povos. Contudo, reforço que as questões socioeconômicas são apenas parte dos fatores estruturais que conduzem pessoas às ruas, pois há de se considerar outras particularidades. Por fim, na seção 1.3, traço um paralelo sobre as origens da situação de rua no Brasil, o desejo das elites e legisladores/as que buscavam dar continuidade às práticas de controle social de pessoas empobrecidas e negras criminalizando a permanência de pessoas em situação de rua nos locais públicos das cidades e a atuação do Movimento Nacional da População de Rua como importante organização de luta para a garantia de direitos dessa população.

1.1 A POBREZA E A SITUAÇÃO DE RUA COMO PROCESSO SOCIAL

O fato de pessoas viverem em situação de rua não é um processo social recente. Como ressaltam Gatti e Pereira (2011), há registros de que esse segmento estivesse presente nas mais diversas civilizações antigas. Entretanto, é com o advento do sistema de produção capitalista que há o aumento exponencial da população em situação de rua, somada a complexidade de uma diversidade de motivos que levam pessoas a essa situação precária de sobrevivência

(GATTI; PEREIRA, 2011). Segundo as autoras, “desde o início deste modelo econômico e social, um contingente considerável de pessoas não participa efetivamente do processo de geração de riquezas (trabalho) e da distribuição de seus frutos (consumo)” (p. 13).

Retomando a pobreza em tempos longínquos, Guimarães (2016) argumenta que a percepção social dos grupos empobrecidos se modificou substancialmente ao longo do tempo; o autor evidencia que durante a antiguidade teocêntrica a existência de pessoas pobres e ricas justificava-se por desígnios divinos. Essa percepção se estendeu durante a Idade Média; assim, caberia aos grupos sociais empobrecidos aceitar sua condição social, e aos ricos buscar sua salvação mediante doações intermediadas pela Igreja Católica.

Durante a Idade Média, ao contrário do conhecimento popular frequentemente difundido, inclusive por livros didáticos, as relações entre classes não se figuraram de forma estática com a mera aceitação de lugares pré-determinados na ordem social. Pelo contrário: em diversos momentos houve resistência campesina contra senhores feudais (FEDERECI, 2017). Apesar desses embates já existirem no período feudal na história europeia, foi na era do capitalismo que os embates entre classes apareceram de forma mais acirrada, resultantes da própria lógica que o sustenta e propicia o rompimento de relações de solidariedade não só entre classes sociais, mas entre os gêneros e as etnias racializadas. Um exemplo das desigualdades presentes nesse sistema é a situação particular das mulheres. Para Federeci (2017), as servas da Idade Média eram menos dependentes do que as mulheres operárias consideradas “livres” no capitalismo, pois além de exercerem atividades que contribuía para a subsistência básica do núcleo familiar (como as atividades campesinas), não sofriam com a desvalorização das atividades domésticas como frequentemente ocorre na economia monetária.

Se fora da situação de rua as mulheres estão vulneráveis a diversas violações de gênero, dentro desse contingente populacional encontram-se ainda mais expostas,¹ como relatado em

¹Embora mulheres em situação de rua necessitem de políticas específicas por questões essencialmente ligadas ao gênero, poucos são os estudos voltados especialmente para esse público. No levantamento bibliográfico para fins desta pesquisa identificou-se que a maior parte desses trabalhos estão situados no âmbito da saúde. Nesse contexto, iniciativas como a I Mostra Científica do Grupo de Estudos e Pesquisa Pop Rua (2018), realizada em Salvador, pela Defensoria Pública da Bahia, configuraram-se como pioneiras ao estabelecer em seu programa o eixo temático *Maternidade na Rua*, ainda que esse seja apenas um dos aspectos que compreendem a situação particular de mulheres em situação de rua. Nesse eixo foram apresentadas as produções *Vivências de mulheres em situação de rua no exercício da maternidade* (OLIVEIRA, D. S.; ALMEIDA, S. P.; SILVA, D. J.; RUFINO, M., 2018); *As políticas públicas de proteção para as mulheres em situação de rua e a atuação do Serviço Social* (CONCEIÇÃO, C. 2018); *Ser mãe em situação de rua: análise de notícias publicadas no jornal do Correio Web* (RAMALHO, I. S.; MENDONÇA, D. G.; RESENDE, V. M, 2018) e *Acesso a saúde reprodutiva das mulheres em situação de rua: análise realizada em uma unidade de acolhimento institucional* (COSTA, F. M. S.; SANTIAGO, R. P., 2018), disponíveis nos anais do evento em: <https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2019/11/anais-da-i-mostra-cientifica.pdf>. Acesso em: 27 mar 2020.

fala atribuída a subsecretária de políticas para as mulheres, Lúcia Bessa, em texto publicado em 26 de abril de 2016 no *Correio Braziliense*:¹²

é uma camada social extremamente invisível. As pessoas preferem não enxergar e não viver, mas não é algo distante de nós. Essas mulheres estão ao arbítrio de homens na mesma situação e estão no topo da vulnerabilidade. Sofrem todo tipo de agressão, inclusive sexual. É preciso um olhar diferenciado para essas pessoas.

Essa realidade é confirmada pela fala atribuída a Edelzuita Jesus Batista, de 53 anos, que ao contar sua história pessoal em reportagem produzida por Nathália Cardim, do *Correio Braziliense* e veiculada no dia 1 de junho de 2016, expôs: “A rua maltrata muito mais as mulheres. A noite é sempre mais difícil. Mas a violência é diária. É um xingamento, um cuspe, um tapa, um estupro. Isso marca demais, nós, mulheres”.ⁱⁱ

Para Federeci (2017), o fato de o trabalho doméstico não ser remunerado na era capitalista ocasiona sua desvalorização e, conseqüentemente, a subordinação de mulheres que se dedicam a essas tarefas em tempo integral a outros atores sociais – frequentemente figuras masculinas. Essas questões são ainda mais acentuadas pela dinâmica de um sistema que limita a produção de bens para a própria subsistência valendo-se de ideais como o do “livre mercado”, voltado para o estímulo da competitividade e da ampla concorrência, ainda que essas estratégias sejam responsáveis por impor barreiras para as atividades em pequena escala e ocasionem a venda de mão-de-obra como forma de subsistência (GUIMARÃES, 2016). Assim, quem não se adapta aos mecanismos do capitalismo dificilmente consegue arcar com os elementos necessários para a manutenção da própria vida.

A acentuação da pobreza a partir da implantação do capitalismo e da Revolução Industrial na dita “Idade Moderna”, na análise de Gatti e Pereira (2011), é aceção compartilhada também por Guimarães (2016), para quem a pobreza apresenta-se como construção fundamental ao longo do estabelecimento desses sistemas, sendo necessário um contingente de pessoas desempregadas para a sustentação dos baixos salários daquelas que estão empregadas.

Além desse aspecto, ressaltado também por historiadoras do capitalismo como Federeci (2017), outros fatores precarizaram a vida nas cidades. Nesse contexto, os grandes

¹²Sempre que disponível nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense*, os textos do *corpus* foram *linkados* nas notas de fim. Cada texto foi *linkado* apenas uma vez, portanto, a ausência de nota após o uso de algum fragmento indica que aquele texto já foi mencionado e já consta como nota de fim. Por outro lado, como notas de rodapé estão observações pertinentes ao trabalho e textos jornalísticos utilizados como fontes de informação.

deslocamentos entre local de trabalho e moradia potencializaram a perda da identificação de trabalhadores/as como sujeitos sociais coletivos. Esse fato aliado à relação de compra/endividamento, que favoreceu o lucro de instituições bancárias, trabalharam para a consolidação dos modos de produção adotados no início do capitalismo e da Revolução Industrial (GUIMARÃES, 2016). Além disso, a distância entre ricos e pobres fomenta discursos meritocráticos – na medida em que faz com que atores sociais de classes desprivilegiadas socioeconomicamente busquem constantemente ascender socialmente por meio do trabalho excessivo e cria um ideal de que sair da pobreza é questão de força de vontade – os discursos meritocráticos são muito eficientes também para legitimar privilégios de toda sorte. Dessa forma, parte dos/a trabalhadores/as submete-se (ainda hoje) passivamente à exploração laboral e a desigualdades sociais acreditando que, pela força do trabalho, chegarão a compor as elites financeiras.

Vale destacar que a representação da pessoa empobrecida e os discursos associados a ela apresentam variações dentro do próprio capitalismo. Citando alguns exemplos de termos associados a pessoas em situação de rua, Silva (2006) menciona brevemente os ditos “mendigos”³ e “vagabundos” que antecedem a Revolução Industrial; os considerados “andarrilhos tradicionais” americanos presentes nos anos finais de 1800 e nos anos iniciais 1900, e os denominados “hippies”, em tempos mais recentes. Para o Movimento Nacional da População de Rua (s.d., p. 7):

é o preconceito que reforça a imagem negativa de quem vive na rua. Os meios de comunicação disseminam o termo “mendigo” e reforçam o isolamento. É um estigma que rotula a todos como incapazes e vagabundos. E pior, como bandidos e criminosos, acentuando a criminalização da pobreza.

Portanto, o processo social da pobreza e os discursos associados ao ser pobre são capazes de potencializar e/ou reforçar representações sociais e discursivas relacionadas a quem já está em situação de vulnerabilidade social.

Historicamente podemos observar que, se por um lado, em épocas mais antigas já era possível notar a presença de pessoas designadas como “andarrilhas” em vias públicas, é em meados do século XVIII e ao longo do século XIX que essa questão deixa de ser vista como o “modo de vida” de alguns, de forma isolada, para ser percebida como um problema social que atinge grandes massas em um contexto onde a pobreza e o desemprego nos centros urbanos atingiram índices alarmantes (GATTI; PEREIRA, 2011). Nesses séculos anteriores, a

³O termo ‘mendigo’ é utilizado ainda hoje para referenciar pessoas em situação de rua, assim como as avaliações pejorativas, como constatado em Ramalho e Resende (2018).

população em estado de pobreza era constituída, em parte, por ex-trabalhadores/as rurais que já não conseguiam sobreviver no campo e, ao migrarem para os centros urbanos, foram explorados/as laboralmente, pois seus conhecimentos técnicos de produção agrícola pouco valiam no âmbito da produção industrializada como operários/as urbanos/as (GUIMARÃES, 2016). Na era capitalista, a população em situação de rua, apesar de ser originária de diversos fatores ligados às (re)estruturações sociais próprias desse sistema e a trajetórias individuais, compõe parte do contingente populacional de pessoas empobrecidas (SILVA, 2006). Para Guimarães (2016, p. 2), “ser pobre, no presente contexto histórico, é encontrar-se de forma análoga com as mazelas da sociedade capitalista. Estar em estado de pobreza é descobrir-se desumanizado (não cidadão)”.

Para fins deste trabalho, para definição de população ou pessoas em situação de rua, será considerado o parâmetro estabelecido pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento que determina que:

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Ao considerar que o contexto social do Brasil dialoga em diversos aspectos com a historicidade de países do Sul Global, na seção a seguir serão discutidas algumas particularidades sobre esse processo social em países da América Latina.

1.2 SOBRE POBREZA E SITUAÇÃO DE RUA NA AMÉRICA LATINA

Como sustenta Neffa (2005), o crescimento econômico nos países latino-americanos não foi acompanhado por bons níveis de empregabilidade ou justa distribuição de renda. Pelo contrário, esse processo coexistiu em grande parte com graus de desemprego, subemprego, precariedade e surgimento de empregos informais ou não registrados. Sobre essa questão, o documento informativo mais recente do Panorama Social da América Latina acrescenta que “embora tenha havido avanços importantes nos últimos 15 anos, a América Latina e o Caribe continuam sendo a região mais desigual do mundo” (CEPAL, 2018). O informativo traz números alarmantes: a estimativa para o ano de 2018 (baseada em estudos de anos anteriores

do órgão) aponta que 182 milhões de pessoas oriundas de Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da) viviam em situação de pobreza, e que a pobreza extrema alcançava 63 milhões de pessoas (adiante, veremos dados situados sobre cada um desses países). Esses resultados foram obtidos em estudos de um banco de dados de pesquisas domiciliares, ou seja, não contemplam o quantitativo de pessoas em situação de rua, mas apontam dados gerais sobre a pobreza e o número de pessoas que, por viverem em situação de pobreza extrema, estão em risco de situação de rua. Pesquisas censitárias da população em situação de rua são de difícil realização e, por suas especificidades, esse grupo frequentemente é desconsiderado em estudos demográficos – fato que reitera a situação de exclusão e invisibilidade social. Há de se ressaltar que, apesar disso, alguns países latino-americanos, como veremos ao fim dessa seção, alçaram avanços significativos em pesquisas dessa natureza.

É certo que a falta de recursos financeiros para a própria subsistência e as insuficientes políticas públicas de habitação são alguns dos fatores que influem diretamente na utilização de logradouros públicos como moradia por indivíduos que não possuem condições de gozar dos benefícios da moradia adequada. Mas esse é apenas parte dos fatores estruturais responsáveis por conduzir pessoas às ruas. O próprio Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) discute essas questões na cartilha *Conhecer para Lutar* (s.d. p. 7), ao citar que:

muitos perderam seus empregos e romperam vínculos afetivos por não conseguirem conviver dentro de suas casas. Outros, pela dependência química, tiveram estas relações agravadas. O que se vê é um processo de perdas do trabalho, da família, dos amigos e até mesmo da esperança de viver.

Silva (2006) teoriza academicamente esse fato, evidenciando que além de *fatores estruturais*, há de se considerar fatores *biográficos* e *fatos da natureza ou desastres de massas*. Isso mostra a necessidade de observar a heterogeneidade da população em situação de rua, questão nem sempre ponderada nas ações e políticas públicas direcionadas a essa população.

Como apontado no relatório da CEPAL (2018, p. 16), “a redução da pobreza extrema e da pobreza continua sendo um desafio importante para os países da América Latina num contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas”. Isso se torna ainda mais complexo quando consideramos a ascensão de práticas neoliberais nesses países e de governantes que, frequentemente, responsabilizam as populações empobrecidas por suas próprias condições. Assim, fortalecem controversos ideais meritocráticos e diminuem investimentos financeiros

para programas assistenciais ou pautam políticas públicas em ações assistencialistas que pouco contribuem para a resolução efetiva da pobreza extrema.

Na falta de dados que forneçam um quantitativo geral de pessoas em situação de rua na América Latina, trago breves informações de levantamentos demográficos realizados por governos de países latino-americanos e/ou outras instituições voltadas ao trabalho com essa população, além de informações retiradas de reportagens publicadas nesses países que abordam a temática e de documentos oficiais que regem as políticas direcionadas a população em situação de rua.

Em 2019, na Argentina, foi realizado o *Segundo Censo Popular de Personas en Situación de Calle en la CABA* (Cidade Autônoma de Buenos Aires). A iniciativa contou com a colaboração de organizações como *Abrigar Derechos*, *Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia* (ACIJ), *Asamblea Popular de Plaza Dorrego*, *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), *MP La Dignidad (Puentes)*, *No tan Distintas*, *Proyecto 7*, além da Defensoria do Povo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, Ministério Público da Defesa da Cidade Autônoma de Buenos Aires e Auditoria Geral da Cidade Autônoma de Buenos Aires. O estudo registrou a presença de 7.251 pessoas dormindo em vias públicas da cidade e/ou em albergues (CELS, 2019). O trabalho realizado por 500 voluntários/as entre os dias 25 e 28 de abril de 2019 apontou aumento de 23,5% de pessoas em situação de rua na região em comparação ao primeiro censo realizado pela iniciativa, em 2017, contrariando os dados oficiais do governo argentino, que consideram o aumento dessa população em 5% (ACIJ, 2019). Para Diego Moraes, diretor de litígios do *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), uma das instituições fomentadoras da pesquisa, esses dados refletem a necessidade de o governo de Buenos Aires adotar políticas com soluções estruturais. Reforça, ainda, que o aumento da população em situação de rua está relacionado às políticas econômicas e sociais vigentes, que agravaram as condições de vida de pessoas desfavorecidas economicamente e excluem parte dessa população do acesso a políticas habitacionais (ACIJ, 2019).

Outros países latino-americanos contam com dados estatísticos de levantamentos ou censos governamentais (ainda que questionáveis ou focados apenas em regiões ou cidades específicas desses países), além de documentos com diretrizes específicas para o atendimento dessa população. É o caso de Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

Em reportagem para o jornal independente *Página Siete*, publicada em 9 de agosto de 2018,⁴ Gabriel Díaz Lacunza retoma pontos importantes sobre a população em situação de rua da Bolívia. Reunindo vozes de diferentes especialistas no assunto, o texto mostra como apesar da importante proteção específica para meninas, meninos e adolescentes em situação de rua assegurada normativamente, há ainda a falta de direcionamento para o atendimento à população em situação de rua adulta e idosa. Essa falta de regulamentação faz com que o trabalho junto a pessoas nessas faixas etárias seja efetivado a partir do que membros de instituições consideram adequado, segundo o jornal. A reportagem traz ainda o quantitativo de pessoas em situação de rua, de acordo com o censo nacional do governo, em junho de 2015. À época, foram contadas 3.768 pessoas em situação de rua nas capitais dos nove departamentos, além da cidade de El Alto.⁵ Outros portais de notícias do país, como o *El Deber*, trouxeram, em fevereiro de 2019,⁶ dados censitários mais recentes acerca da população em situação de rua que vive em Santa Cruz de la Sierra. Em outubro de 2018, o estudo realizado com a participação do governo federal do país, da prefeitura, da Defensoria do Povo, da polícia e de instituições como *Comité Cívico Femenino*, *Universidad Autónoma Gabriel René Moreno* (UAGRM), *Asociación Boliviana de Comunidades Terapéuticas* (ABCT), *Red Nacional y Departamental por los derechos de niñas, niños y adolescentes en situación de calle*, a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Fejuve, entre outras, mapeou 1.043 pessoas em situação de rua na região. Essa pesquisa, além de dados quantitativos, trouxe informações pessoais da população entrevistada, incluindo aspectos sobre saúde e violências sofridas além das razões pelas quais as pessoas passaram a viver em situação de rua.

Em se tratando de dados oficiais do Chile, desde 2005, o país conta com uma iniciativa governamental apoiada por instituições parceiras para quantificar a população em situação de rua e mapear suas condições de vida. O dado mais atualizado dessa iniciativa foi publicado em 2012 no informativo do *Segundo Catastro Nacional de Personas en Situación de Calle*, que na época contou 12.255 pessoas vivendo nessas condições (CHILE, 2012). A pesquisa realizada entre os dias 16 e 21 de agosto de 2011 abarcou a visitação em pontos de concentração de

⁴Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/especial01/2018/8/9/la-falta-de-una-norma-deja-la-gente-en-situacion-de-calle-sin-derechos-189943.html#!>. Acesso em: 26 out. 2019.

⁵A Bolívia é dividida de forma primária em nove departamentos, cada um com sua capital e diversas províncias e municípios. A administração do país considera também territórios indígenas originários e camponeses, segundo a página do Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/bolivia/aspectos-politicos-y-administrativos>. Acesso em: 26 out. 2019.

⁶Disponível em: https://eldeber.com.bo/69027_hay-1043-personas-en-situacion-de-calle-238-son-menores-de-edad. Acesso em: 26 out. 2019.

peessoas em situação de rua em 161 comunas das 346 existentes no país,⁷ como explica o documento do Ministério do Desenvolvimento Social (CHILE, 2012), ao expor a metodologia utilizada. Com certa frequência são divulgados também outros dados da Subsecretaria de Serviços Sociais do país referentes à população em situação de rua. José Olavarría, em reportagem datada de 15 de agosto de 2019 para o jornal *El Mostrador*,⁸ compara os últimos dados desse órgão sobre o *Registro Social de Hogares*, que apontou para 2017 10.610 pessoas em situação de rua. Em 2018 o número subiu para 12.416 e chegou a 14.382 em 2019. A reportagem traz ainda a opinião de duas grandes instituições que executam ações sociais para/com essa população e contestam os dados oficiais. Enquanto o diretor da *Fundación Gente de la Calle* estima que o número de pessoas em situação de rua naquele país pode chegar a 20.000, o *Hogar de Cristo* fala de 15.000 pessoas. Considerando o contexto de intensos protestos e repressões violentas no Chile no momento da escrita da seção 1.2 deste trabalho, em outubro de 2019, faz-se necessário também salientar que as violações de direitos que no momento atingem a população de modo geral certamente são estendidas à população em situação de rua. A reportagem de Nicole Briones para o jornal *Bio Bio Chile*, publicada em 23 de outubro de 2019,⁹ denuncia as violações contra pessoas em situação de rua praticadas pelas Forças Armadas e pela polícia do país. No texto, é disponibilizado o *link* de um vídeo publicado originalmente na rede social *Twitter*, que traz o testemunho de uma pessoa em situação de rua agredida por militares durante o chamado toque de recolher: “Eles estão agredindo a nós, que estamos na rua. Nós somos a sombra de uma mesma escuridão. Nos violam porque não acreditam na gente, porque vivemos na rua”.¹⁰ No vídeo publicado, um homem adulto em situação de rua, chorando, relata o medo que está passando e expõe as marcas da violência policial.

No caso da Colômbia, somente em 2013 formalizou-se a *Política Pública Social para Habitantes de la Calle*, documento que contou com a colaboração de especialistas, de pessoas em situação de rua e demais membros da sociedade civil, segundo o *site* oficial do Ministério da Saúde e Proteção Social do país. Na página é ressaltado que o documento da política atualmente encontra-se em trâmite para posterior validação e nova publicação (COLOMBIA,

⁷O Chile é dividido em regiões e províncias. Para efeitos de administração local, as províncias são ainda divididas em comunas, segundo a página do Senado do Governo chileno. Disponível em: <https://www.senado.cl/capitulo-xiv-gobierno-y-administracion-interior-del-estado/senado/2012-01-16/110016.html>. Acesso em: 26 out. 2019.

⁸Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2019/08/15/solo-medidas-parche/>. Acesso em: 26 out. 2019.

⁹Disponível em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2019/10/23/los-olvidados-del-toque-de-queda-personas-en-situacion-de-calle-no-tienen-plan-y-denuncian-golpizas.shtml>. Acesso em: 26 out. 2019.

¹⁰Tradução própria.

2019). Apesar disso, o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) da Colômbia já conta com um censo sobre a população em situação de rua de Bogotá realizado entre 27 de outubro e 8 de novembro de 2017, que mapeou 9.538 pessoas vivendo em situação de rua na cidade (COLOMBIA, 2018).

No caso do México, cabe ressaltar que atualmente sua capital, Cidade do México, conta com o programa *Atención Integral a Personas Integrantes de Poblaciones Callejeras* (PAIIPC), iniciativa governamental que traça como objetivo a garantia do direito a proteção social de pessoas em situação de grande vulnerabilidade social (CIUDAD DE MÉXICO, 2019a). O *site* oficial da Secretaria de Inclusão e Bem-Estar Social, além de apresentar a iniciativa com informações resumidas, disponibiliza ao público o documento que normatiza as operações do programa com os antecedentes dessa política, seus objetivos, metas, procedimentos de acesso a eles, requisitos de permanência, entre outros. Uma das diretrizes explícitas é a proibição de intervenções que visem a restrição de liberdade de pessoas em situação de rua de vias ou locais públicos (CIUDAD DE MÉXICO, 2019b). Dentre diversos documentos voltados ao processo social da situação de rua na Cidade do México, está o informe especial *Situación de los derechos humanos de las poblaciones callejeras en el Distrito Federal (2012 – 2013)*, que traz aportes teóricos sobre uma série de fatores que precisam ser considerados ao tratar a temática e considerações que abarcam desde o conceito de rua como espaço físico a propostas para a inclusão social de pessoas em situação de rua (COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS DEL DISTRITO FEDERAL, 2014). Quanto aos dados quantitativos, o documento mais recente sobre a população em situação de rua na Cidade do México é fruto de uma pesquisa realizada, em sua primeira parte, na noite de 12 julho e na madrugada do dia 13 do mesmo mês, no ano de 2017, com diversas equipes trabalhando no mesmo horário em pontos diferentes da cidade. Esse levantamento, fomentado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, apontou 6.754 pessoas em situação de rua na capital mexicana vivendo entre albergues, centros de assistência e integração social e espaços públicos (CIUDAD DE MÉXICO, 2018).

Recentemente, no Uruguai, houve a realização do censo de pessoas em situação de rua de Montevideo. O levantamento ocorrido na madrugada de 9 de abril de 2019 foi realizado em 82 zonas da cidade e contou com a colaboração de 266 pessoas, além de diversas agências da Organização das Nações Unidas (ONU). A pesquisa apontou a presença de 2.038 pessoas em situação de rua na região, contando a população que estava em vias públicas e em albergues. Além disso, levantou dados sobre os motivos que levaram as pessoas a situação de rua: acesso/falta de acesso ao trabalho, educação, saúde, entre outros (URUGUAY, 2019a). Também em 2019, foram anunciados, pelo *site* do Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES) do

país, novos projetos que prometem maior autonomia para pessoas em situação de rua em abrigos baseados em experiências adotadas em outros países (URUGUAY, 2019b). Apesar das iniciativas, reportagens do jornal *El País Uruguay* noticiaram, com base em informações de membros do governo, que atualmente há o aumento de pessoas em situação de rua na capital uruguaia.¹¹

Já na Costa Rica, o governo conta com uma *Política Nacional para la Atención Integral a las Personas en Situación de Abandono y Situación de Calle* (2016 – 2026), que delimita princípios, objetivos, eixos e planos de ação para o atendimento dessa população. No documento em questão, é ressaltada a importância de se considerarem ações que atendam às necessidades específicas desses grupos, considerando gênero, etnia, nacionalidade, sexualidade, deficiência, idade, entre outras variáveis (COSTA RICA, 2016). Apesar do avanço nas diretrizes, ainda não foi realizado no país nenhum censo direcionado a população em situação de rua. Duas reportagens do ano de 2019, veiculadas pelo jornal *Repretel*, uma datada de 28 de janeiro de 2019 e outra de 4 de junho de 2019,¹² no entanto, evidenciam o aumento da população em situação de rua no país, sobretudo em sua capital São José, mas divergem nos dados. Enquanto a primeira reportagem traz um total de 6.000 pessoas em situação de rua no país, a segunda, apoiando-se em estudos da *Universidad Hispanoamericana* e informações da Municipalidade de São José, aponta 5.000 (indicando que essa população teria quadruplicado em 10 anos), sendo 3.000 pessoas em São José.

No Panamá, apesar da existência de um documento intitulado *Atención de las Personas en Situación de Calle*, publicado pelo governo em janeiro de 2019 em *site* oficial, faltam diretrizes mais detalhadas para o atendimento à população em situação de rua. São evidenciadas apenas três etapas do programa apresentado: 1) saída da pessoa da rua através da chamada “denúncia cidadã”, seguida da inserção em um centro para o processo de desintoxicação; 2) capacitação em cursos de Desenvolvimento Humano com habilidades para a vida e 3) reinserção laboral, familiar e social (ALCADÍA DE PANAMÁ, 2018). Cabe aqui uma breve reflexão acerca do termo “denúncia”, diretriz número 1 da política. O léxico “denúncia” no texto em questão indica a criminalização da situação de rua e o viés higienista da política pública adotada. A presença de pessoas em situação de rua nas cidades panamenhas, vista como

¹¹Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/vallan-sucursal-brou-evitar-personas-situacion-calle-duerman-entrada.html>. Acesso em: 29 out. 2019; Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/personas-viven-situacion-calle-son-casos-nuevos.html>. Acesso em: 29 de out. 2019.

¹²Disponível em: <http://www.repretel.com/actualidad/en-10-anos-se-ha-duplicado-la-cifra-de-personas-en-situacion-de-calle-153128>. Acesso em: 27 out. 2019; e disponível em: <http://www.repretel.com/actualidad/mas-seis-mil-personas-viven-situacion-calle-140635>. Acesso em: 27 out. 2019.

um problema, deve ser informada às autoridades competentes através de comunicação da população local. Quando notificadas, por sua vez, os/as responsáveis por executar a política devem direcionar pessoas em situação de rua a centros de desintoxicação, pressupondo a associação da situação de rua com questões de drogadição. Além disso, ao propor um curso voltado ao ensino de habilidades para vida a pessoas em situação de rua, subentende-se que essa população não está apta a viver em sociedade. Sobre dados quantitativos, o documento aponta apenas os habitantes ingressados nos centros de reabilitação da Cidade do Panamá e, de acordo com ele, em 2018, somente homens estiveram nessas instituições, constituindo um total de 563 (*ALCADÍA DE PANAMÁ*, 2018).

No caso da Venezuela, dados oficiais sobre pobreza partiram de uma iniciativa de três universidades do país, *Universidad Católica Andrés Bello (UCAB)*, *Universidad Central de Venezuela (UCV)* e *Universidad Simón Bolívar (USB)*, que juntas fomentam, desde 2014, a *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ECOVI)* e disponibilizam os resultados dos estudos em *site*. Em seu último documento, publicado em 2018, é informado um aumento em 10% do empobrecimento da população entre os anos de 2015 e 2017 (UCAB, 2018). Sobre a população em situação de rua, os dados são mais escassos. Uma notícia publicada pelo jornal *Tal Cual* em 2019¹³ aponta mais de 5.000 pessoas vivendo nessas condições em Caracas, baseando-se em informações da ONG *Regala una Sonrisa*, que executa trabalhos direcionados a essa população.

Pesquisas sobre a situação de rua no Equador apresentaram dados questionáveis: apesar de quantitativos oficiais serem mencionados em textos jornalísticos,¹⁴ esses não foram encontrados em páginas oficiais do governo e/ou foram apresentados em matérias de mesmo período trazendo números distintos e informações conflitantes. Sobre a situação de rua em Guatemala, Honduras, Paraguai e Peru, as pesquisas por dados oficiais e jornalísticos resultaram em informações ainda mais escassas.

Em um *site* da Guatemala, há apenas uma breve comunicação que indica que a estatística de pessoas consideradas indigentes está aumentando. Nesse texto de 2017, Teresa Maldonado, defensora de pessoas idosas da Procuradoria de Direitos Humanos (PDH) do país, ressalta a dificuldade de mapear quem está em situação de rua, mas comenta que um levantamento

¹³Disponível em: <https://talcualdigital.com/index.php/2019/02/01/mas-de-5-000-personas-viven-en-las-calles-caraquenas-segun-la-ong-regala-una-sonrisa/>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁴Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/179/11/la-calle-es-el-eterno-hogar-de-casi-3-mil-personas>. Acesso em: 26 out. 2019; e disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mendigos-medicidad-quito-municipio-patronatosanjose.html>. Acesso em: 26 out. 2019.

realizado na época contou entre 80 e 100 pessoas nessas condições apenas na região do Centro Histórico do país (PDH, 2017).

No caso de Honduras, as informações sobre a situação de rua focam exclusivamente na faixa etária que compreende a infância e a adolescência. Um informativo da Unicef (2018) aborda a situação de grande vulnerabilidade social que pessoas nessa faixa etária vivenciam no país e aponta a necessidade da realização de censos e de programas específicos.

Em se tratando do Paraguai, durante o ano de 2019, o *site* oficial da Secretaria de Emergência Nacional divulgou, em diferentes momentos, informativos sobre a abertura de vagas em albergues durante o período crítico de frio, mas nesses informes não há dados a respeito da população (PARAGUAY, 2019a; PARAGUAY, 2019b). Em 2018, a Direção Geral de Estatística, Pesquisas e Censos do país publicou o documento *Principales Resultados de Pobreza y Distribución del Ingreso*, que indica que 1.809.000 pessoas estariam vivendo em situação de pobreza no ano anterior (PARAGUAY, 2018). Apesar de esses dados não abarcarem a situação de rua por estarem relacionados a pesquisas domiciliares, mostram parte da realidade social do país.

Quanto ao Peru, em *site* oficial do governo, há a divulgação de ações realizadas para idosos em situação de rua, mas nessas publicações não são trazidas ao conhecimento público informações gerais sobre quantas pessoas nessa faixa etária vivem nessas condições ou dados da população em situação de rua de maneira abrangente (PERU, 2019a; PERU, 2019b). Sobre o país, é possível apenas ter uma ideia geral sobre a situação de pobreza e pobreza extrema considerando o informe técnico realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática do país a respeito da evolução da pobreza monetária entre os anos de 2007 e 2018 (PERU, 2019c). Ao contrário de diversos países da América Latina, no Peru houve a redução nesses índices comparando os dados de 2018 com os dados de 2017. Assim, foi possível mapear, segundo dados oficiais, a diminuição da pobreza em 1,2%, o que significa que 313.000 pessoas saíram dessa situação. Por outro lado, 6.593.000 pessoas permaneceram (PERU, 2019c). A pobreza extrema em 2018 diminuiu em 1% em relação ao ano anterior, apontando que 308.800 pessoas saíram dessa condição enquanto 900.500 permaneceram (PERU, 2019c).

Não foram encontrados dados e outras informações sobre a população em situação de rua de países como El Salvador, Nicarágua e República Dominicana. Portanto, sobre esses países serão expostos exclusivamente dados gerais sobre pobreza e pobreza extrema. El Salvador conta anualmente com uma *Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples*, documento formulado pela Direção Geral de Estatísticas e Censos (DIGESTYC) vinculado ao Ministério da Economia local, voltado para a medição da qualidade de vida de habitantes do país. A versão

mais atualizada do documento foi publicada em 2018 e apresenta dados coletados no ano anterior, com um capítulo destinado a pobreza e desigualdade. Essa publicação foi desenvolvida de janeiro a dezembro de 2017 contando com dados recolhidos em 19.968 casas em diferentes zonas no país (EL SALVADOR, 2018). Comparando os dados publicados em 2018 com dados anteriores do órgão, Edwin Segura do jornal *El Economista*,¹⁵ analisa que a pobreza monetária e multidimensional apresentou queda. Entretanto, ainda assim, a pesquisa apontou que no ano de 2017 o quantitativo de pessoas vivendo em situação de pobreza em El Salvador ficou entre 2 e 2,2 milhões de pessoas. No caso da Nicarágua, até mesmo dados atualizados sobre pobreza são de difícil acesso. Estimativas da *Fundación Nicaragüense para el Desarrollo Económico y Social* (FUNIDES) calculam que em 2018 um milhão e meio de pessoas estariam em situação de vulnerabilidade econômica no país (FUNIDES, 2018). O governo da República Dominicana, por sua vez, publica regularmente um *Boletín de Estadísticas oficiales de Pobreza Monetaria*, produzido pelo Ministério da Economia, Planejamento e Desenvolvimento (MEPYD) do país. A edição de 2019 aponta a diminuição da pobreza e da pobreza extrema ao comparar os dados dos anos de 2018 e 2017. Sobre a pobreza geral, o boletim aponta que em 2018 2.335.921 pessoas estiveram em situação de pobreza enquanto 264.115 saíram dessas condições (REPÚBLICA DOMINICANA, 2019). Em relação a pobreza extrema, houve uma queda de 0,9% comparando os anos de 2018 e 2017 (REPÚBLICA DOMINICANA, 2019).

Finalmente, no caso do Brasil, a fragilidade de dados oficiais sobre pessoas em situação de rua é questão reconhecida inclusive por órgãos governamentais. Em documento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2016, p. 7) é exposto que:

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos sequer a averiguação do número total da população não domiciliada. Esta ausência, entretanto, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais.

Atualmente, é essa a publicação mais recente em que podemos encontrar estimativas sobre a população em situação de rua considerando todo o território brasileiro. Valendo-se de dados disponibilizados via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) sobre 1.924 municípios do país, a estimativa do órgão apontou que em 2015 existiam 101.854 pessoas

¹⁵Disponível em: <https://www.economista.net/economia/El-Salvador-dos-millones-de-personas-viven-en-pobreza-20190702-0017.html>. Acesso em: 27 out. 2019.

em situação de rua no Brasil (IPEA, 2016). Anteriormente à pesquisa do IPEA, o governo federal, a partir do até então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, publicou em 2009 um levantamento sobre esse contingente populacional. Na época, foram identificadas 31.922 pessoas adultas em situação de rua, considerando apenas 71 cidades brasileiras (BRASIL, 2009). Foram desconsideradas capitais brasileiras que continham dados de censos próprios ou em andamento como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília (IPEA, 2016).

Os dados mais recentes de pesquisas realizadas em regiões específicas do Brasil sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua revelam dados alarmantes. O estudo de São Paulo, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), apontou que em 2015 existiam 15.905 pessoas nessas condições na capital paulista. (FIPE, 2015). Em Belo Horizonte, o 3º Censo de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte foi feito pelo Centro Regional de Referência em Drogas da Faculdade de Medicina da UFMG (CRR) em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte. O Censo levantou que em 2013 1.827 pessoas viviam em situação de rua (CRR, 2014). O Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife, coordenado pelo Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) em 2005, revelou o número de 1.390 pessoas em situação de rua na cidade naquele período. O documento não foi encontrado na página da prefeitura, onde consta apenas um informe sobre dados gerais (RECIFE, s.d.). No caso de Brasília, o censo foi realizado em parceria do Programa Previdência de Elevação da Renda Familiar com pesquisadores/as da Universidade de Brasília (UnB) e financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) em um estudo que mapeou 2.512 pessoas em situação de rua em Brasília em 2010 (GATTI; PEREIRA, 2011).

Reivindicação antiga dos movimentos de pessoas em situação de rua no Brasil e de outras iniciativas relacionadas a promoção e a garantia dos direitos humanos, a expectativa era de que o censo da população em situação de rua do Brasil fosse realizado no ano de 2020 como parte do Censo Demográfico produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, ainda no ano de 2018, foi divulgado amplamente que, mais uma vez, pessoas em situação de rua ficariam fora desse levantamento. Como justificativa estava o fato de o órgão basear suas pesquisas apenas em domicílios permanentes e a suposta falta de metodologias, como traz a reportagem de Leandro Melito, para a Agência Brasil, publicada em

22 de setembro de 2018.¹⁶ No início de 2019, essa decisão do órgão foi contestada pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, motivada por uma ação da Defensoria Pública da União (DPU) e amparando-se no Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Nessa ocasião já estava prevista a inclusão de pessoas em situação de rua em pesquisas dessa natureza. O impasse foi noticiado pelo repórter André Richter, da Agência Brasil, em 22 de janeiro de 2019.¹⁷ Até o presente momento não foi noticiada uma decisão final.

Os dados gerais sobre a situação de rua, de pobreza e de pobreza extrema na América Latina expostos nesta seção atentam para o grande contingente populacional na região que hoje não alcança condições mínimas de sobrevivência. Além disso, mostra como dados sobre pessoas em situação de rua ainda são frágeis – em alguns casos, inexistentes e, em outros, contestáveis por pessoas em situação de rua e/ou órgãos que atuam diretamente com esse segmento, por serem coletados apenas regiões específicas. Esse fato dificulta a caracterização dessa população e, conseqüentemente, a adoção de políticas públicas eficientes. Isso reforça a necessidade de esforços integrados de diferentes órgãos para a compreensão do processo social da situação de rua na América Latina e aponta para uma situação comum de exclusão e invisibilidade social de pessoas nessa região.

A atuação de diferentes organismos e instituições comprometidas para a superação de situação de rua, no entanto, deve considerar as especificidades e reivindicações de pessoas em situação de rua. Por esse motivo, em 1.3, além de situar o processo da situação de rua no Brasil, destaco a atuação do Movimento Nacional da População de Rua, que desde seu cerne luta para garantir e assegurar os direitos dessa população.

1.3 A SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA

Para compreender o surgimento da população em situação de rua no Brasil é necessário retomar as ações de controle de pessoas empobrecidas e negras no período escravocrata. Com o fim desse período (apenas de forma legal) em 1888 pessoas “recém-libertas” foram destinadas às ruas e agora eram “trabalhadoras livres” nas vias das cidades (BRASIL, 2018). Nesse contexto, a presença de pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro despertou a

¹⁶Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁷Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-01/justica-determina-inclusao-de-moradores-de-rua-no-censo-de-2020>. Acesso em: 29 out. 2019.

atenção/o temor das elites locais e de autoridades públicas, que estavam interessadas na manutenção do controle social dessa população e na legitimação da exclusão social, mas não na busca de soluções efetivas para a situação de privação vivenciada por milhares de pessoas. O exemplo mais evidente é a existência do artigo 59 do Decreto-lei 3.688, de 1941, que dispõe acerca da Lei das Contravenções Penais:

Art. 59. Entregar-se alguém (*sic.*) habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:
 Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.
 Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena (BRASIL, 1941).

Uma reportagem de Gustavo Villela, do jornal *O Globo*, publicada em 4 de dezembro de 2014 e atualizada em 30 de setembro de 2016,¹⁸ retoma dados e reportagens antigas que evidenciam que em 1975 o “balanço das estatísticas policiais da cidade mostrava que ‘vadiagem’ era o segundo crime mais ‘praticado’ na região metropolitana, com 1.956 casos. Superava os ‘flagrantes de tóxicos’ e perdia apenas para lesão corporal culposa”. O jornalista evidencia ainda que muitas prisões foram efetuadas para “demonstração de serviço”.

O artigo 59 do Decreto-lei 3.688, de 1941, realiza, assim, a institucionalização da criminalização da pobreza e do controle de pessoas empobrecidas e negras ou que estivessem em situação de marginalização social pelos mais diferentes motivos. Embora hoje não seja mais utilizado como justificativa para assegurar a detenção de pessoas que não usufruam condições básicas de subsistência, descreve um imaginário que, infelizmente, ainda é presente na sociedade brasileira. Esse tipo de pensamento e discurso explica, por exemplo, a condenação de Rafael Braga Vieira e a seletividade penal que ocorre em seu caso, a esterilização compulsória de Janaína Aparecida Quirino, a violação de direitos e violência praticadas por membros da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo contra Samir Ali Ahmed Sati e casos de violência contra pessoas em situação de rua praticados por pessoas de classe média ou comerciantes, alegando que agiram em legítima defesa (ainda que as vítimas estivessem dormindo durante o ataque), como o caso de Edvan Lima (RAMALHO; RESENDE, 2018).

Retratadas frequentemente de forma coletiva e associadas muitas vezes aos contextos que indicam uma suposta periculosidade e culpabilização por suas próprias condições socioeconômicas, é nítido que pessoas em situação de rua raramente são vistas como sujeitos

¹⁸Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>. Acesso em: 23 mar. 2019.

sociais, com suas subjetividades e trajetórias individuais. Esses estereótipos dificultam que os direitos mais básicos de pessoas em situação de rua sejam assegurados, além de comprometer a adoção de políticas públicas realmente eficazes. Considerar as especificidades das pessoas em situação de rua é, inclusive, uma das pautas levantadas por esses atores em seus movimentos sociais. Maria Sueli Sobral, coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua do estado da Bahia, relatou na mesa redonda “Situação de Rua no contexto da Resistência e Luta por Direitos Humanos”, da I Mostra Científica do Grupo de Estudos e Pesquisa Pop Rua (2018), que em dada ocasião, ao ser atendida na rua por uma profissional do governo, teve sua depressão ignorada, pois o levantamento realizado baseou-se apenas em seguir uma prancheta com perguntas e respostas já estabelecidas, o que não resultou no diagnóstico da doença que a levou às ruas após a perda de vínculos familiares.

Maria Sueli Sobral é um dos grandes nomes do Movimento Nacional da População de Rua. Essa organização de resistência criada em 2005, atua na luta contra as violações de direitos de pessoas em situação de rua e na busca de garantia de direitos básicos que, infelizmente, ainda não são assegurados de forma efetiva. Dentre as conquistas adquiridas a partir de reivindicações do Movimento podemos destacar a realização da Pesquisa Nacional de contagem da população em situação de rua, a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional, o Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua e a participação do Movimento em Conferências e Conselhos da Saúde e Assistência Social (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, s.d.).

Apesar de datada de 2005, já na década de 1960 é possível identificar as primeiras mobilizações dessa população, apoiadas por organizações sociais (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, s.d.). Na cartilha *Conhecer e Lutar* (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, s.d.) são retomadas as origens do movimento, que teve entre os anos de 1990 e 2000 momentos de grandes impulsos, fruto da organização de pessoas em situação de rua vinculadas a cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis. Assim, foi gerado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e demais mobilizações de pessoas em situação de rua, apoiadas pelos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento.

Em 2004, a partir de um caso brutal que ficou conhecido como Chacina (ou Massacre) da Praça da Sé (em São Paulo), grupos de pessoas em situação de rua de São Paulo e Belo Horizonte uniram-se para organizar um movimento único, visando a luta por direitos da população em situação de rua. Essa mobilização efetivou-se em setembro de 2005, no 4º

Festival Lixo e Cidadania e deu origem ao lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Na ocasião, pessoas em situação de rua de Belo Horizonte que já se encontravam mobilizadas convidaram para o evento outros grupos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá, unindo forças (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, s.d.).

A Chacina da Praça da Sé, massacre ocorrido em 2004 na região central da capital paulista, foi protagonizada por policiais militares que executaram sete pessoas em situação de rua no centro de São Paulo (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, s.d.). O tema é retomado em três textos do *corpus*. Em um deles, a voz atribuída ao padre Júlio Lancellotte, vigário episcopal do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, ao comentar o assassinato de outra pessoa em situação de rua na mesma região, em 2015 – onze anos após o massacre – afirmou que: “Acontecem muitas coisas, muita violência na Praça da Sé, onde a Guarda Civil Municipal (GCM) agride a população de rua numa agressão continuada permanente” e completa lembrando que desde o massacre da Sé, a região é um “território muito minado”.ⁱⁱⁱ Em duas reportagens de 2017,^{iv} a chacina é retomada em textos que abordam a luta por direitos da população em situação de rua. Os textos aclaram que o ato covarde foi planejado e executado por policiais visando silenciar pessoas em situação de rua cientes do envolvimento de agentes de segurança com o tráfico; os denunciados (um segurança particular e seis policiais militares) foram presos, mas liberados posteriormente por falta de provas.

A violência que marcou o Massacre da Praça da Sé não é isolada. Pelo contrário, a ação de controle da presença da população pobre nos centros urbanos é facilmente identificada e legitimada pelo Decreto-lei explicitado nesta seção (também conhecido como “lei da vadiagem”). Constitui-se similarmente como um dos argumentos que fomentaram a ideia da mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília em 1950, pois era comum a classe trabalhadora e pessoas desempregadas mobilizarem-se para protestar em frente ao Palácio do Catete, que na época era sede do poder executivo, como evidenciam Gatti e Pereira (2011). Esse fato é invisibilizado em narrativas oficiais, já que é comum a associação exclusiva da construção de Brasília com o que seria um sonho profético de Dom Bosco, tido como premonição do que viria a ser a capital federal ou justificativas que remontam ao período colonial, quando eram comuns ataques marítimos aos centros de poder – essa narrativa é propagada inclusive na página do Governo do Distrito Federal (GDF, s.d.).

A seguir, no próximo capítulo, veremos como a situação de rua ocorre em Brasília, levando em consideração as particularidades dessa cidade que, desde sua construção, fomenta a distância de pessoas empobrecidas e da pobreza dos centros de governo e poder.

CAPÍTULO II

2 SITUAÇÃO DE RUA EM BRASÍLIA, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO *CORREIO BRAZILIENSE*: O QUE SABEMOS ATÉ AQUI?

Na primeira parte deste capítulo, discuto a situação de rua a partir das particularidades de sua caracterização em Brasília, cidade sede do *Correio Braziliense*, e, portanto, região que recebe maior cobertura em notícias e reportagens do jornal. Depois, apresento discussões sobre violação de direitos e violência, além dos dados que motivaram esta pesquisa. Para isso, na seção 2.1, inicio o capítulo com dados de estudos já realizados sobre/com pessoas em situação de rua na região, retomando também aspectos da historicidade desse processo social na capital federal do Brasil. Na segunda seção, 2.2, trago ao debate formulações teóricas a respeito de violação de direitos e de violência e exemplos de como essas questões são presentes no *corpus* e podem ser identificadas logo em uma leitura inicial ainda sem o uso de categorias analíticas. Por fim, evidencio dados referentes à pesquisa que realizei anteriormente, utilizando textos do mesmo jornal como *corpus*, em recorte temporal de 2011 a 2013 pois os resultados daquele estudo motivaram, em parte, a iniciativa do recorte temático analisado nesta investigação.

2.1 A SITUAÇÃO DE RUA EM BRASÍLIA

A situação de rua (processo social descrito com mais detalhes no capítulo Extrema Pobreza e Situação de Rua na América Latina), caracterizada pelo uso de espaços públicos ou de albergues por pessoas em situação de vulnerabilidade social, apresenta-se de forma particular em Brasília. Em pesquisa etnográfica sobre a população em situação de rua de Brasília, Pereira (2009) caracterizou três grupos sociais que ocupam as ruas da região: o primeiro, formado por pessoas oriundas de locais periféricos do Distrito Federal (regiões administrativas, cidades goianas do Entorno do Distrito Federal e dos estados da Bahia e de Minas Gerais, que ocupam espaços públicos visíveis durante épocas comemorativas); o segundo, composto por pessoas de regiões periféricas do Distrito Federal que exercem atividades laborais em Brasília, mas que pelo alto custo com o transporte não retornam a suas residências todos os dias e pernoitam seguidamente em Brasília e um terceiro grupo, constituído por pessoas que, por estarem em total situação de rua sem possuírem domicílios privados, preocupam-se em ocupar espaços

públicos fora do campo de visão de outros habitantes da cidade. Esse último grupo busca sobreviver em lugares com pouca visibilidade para não ser expulso da região, diferente do que apontam pesquisas sobre a situação de rua em outras capitais brasileiras (PEREIRA, 2009).

Para o trabalho realizado, a autora considerou população em situação de rua apenas os/as integrantes do segundo e do terceiro grupo mapeados em sua pesquisa – desconsiderando ocupações temporárias de pessoas de regiões periféricas do Distrito Federal, da região do Entorno e de outros estados em épocas comemorativas¹⁹. Por outro lado, apesar de permanecerem nas ruas de Brasília apenas em períodos sazonais, integrantes do primeiro grupo mapeado pela investigadora são frequentemente representados/as em textos do *Correio Braziliense*, em período próximo ao final de ano, em matérias sobre o aumento da população em situação de rua nessa época. Em publicações como essas, esse grupo é frequentemente representado como oportunista, como em excerto de texto assinado por Augusto Fernandes, publicado em 30 de novembro de 2018 e ratificado pela fala atribuída a Cristiane:

Assim como Cristiane, centenas de outros moradores do Entorno do DF e de localidades mais distantes engrossam a população de rua da capital federal nesta época do ano. Apostando na bondade alheia, elas e eles se submetem a todo tipo de situação para receber algum auxílio. ‘Sempre morei em invasão, então, ficar aqui não é problema algum para mim. Ou faço isso ou fico de mãos abanando no Natal. Realmente preciso’, afirmou a moradora de Planaltina de Goiás.^v

Outras questões descritas por Pereira (2009) sobre as condições da população em situação de rua em Brasília dizem respeito à precariedade da saúde e às violações que sofrem quando buscam atendimento profissional; a violência que parte de diversos atores sociais; a presença de grupos familiares em situação de rua; o equilíbrio entre homens e mulheres nessas condições; o alto percentual de crianças e a centralidade do trabalho (informal e precarizado) como fonte de renda de grande parte das pessoas em situação de rua na região. Cabe salientar que a presença de famílias com crianças no Distrito Federal não é recente: Bursztyń e Araújo (1997) descreveram que à época de seu estudo, nos anos 1990, a população em situação de rua da capital do Brasil era composta majoritariamente por migrantes de outros estados que ao serem entrevistados/as, dentre outras justificativas, afirmaram que “vieram para Brasília à procura de uma renda mínima ou porque estavam passando fome” (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997, p. 73).

¹⁹Período que compreende os meses finais de um ano, próximos ao Natal e Ano-Novo e estende-se até os meses iniciais do ano posterior, período que antecede a volta às aulas.

Na pesquisa de Bursztyn e Araújo (1997), separada temporalmente por pouco mais de uma década dos estudos de Pereira (2009), também se destaca a centralidade do trabalho precarizado. O levantamento dos autores apontou que era comum diversos membros de uma mesma família estarem envolvidos em atividades relacionadas a coleta de recicláveis e firmarem ocupações próximas ao centro por terem mais acesso a esse tipo de material. Outro aspecto discutido por Bursztyn e Araújo (1997) é o fato de, naquela época, o atendimento nos serviços de saúde ser avaliado por 57% dos/as entrevistados/as como melhor do que os sistemas de saúde de suas últimas procedências, sendo, em alguns casos, a busca por tratamento médico a motivação da vinda para Brasília. Considerando as opiniões de pessoas em situação de rua entrevistadas sobre outras questões como condições de trabalho, de saúde, de segurança, de educação e de moradia em Brasília, de modo comparativo aos dos últimos lugares em que (sobre)viveram, Bursztyn e Araújo (1997, p. 79) concluíram que “a maior parte dos migrantes preferem Brasília à sua última procedência, mesmo vivendo em condições sub-humanas de emprego e moradia”.

O levantamento censitário mais atualizado sobre pessoas em situação de rua em Brasília data de 2011. A pesquisa coordenada por Gatti e Pereira (2011) foi uma parceria entre o Programa Providência de Elevação de Renda Familiar (entidade de serviço e assistência social sem fins lucrativos) com pesquisadores/as da Universidade de Brasília e contou com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). À época, o estudo mapeou 2.512 pessoas em situação de rua, sendo 319 crianças, 221 adolescentes e 1.972 adultos (GATTI; PEREIRA, 2011). Considerando que levantamentos populacionais trabalham com estimativas, apesar do grande contingente populacional mapeado, é provável que o número de pessoas em situação de rua ultrapassasse esse quantitativo.

Ao descreverem as etapas da trajetória de pesquisa, Gatti e Pereira (2011) salientam que nem todas as pessoas em situação de rua responderam os instrumentos de pesquisa, portanto, trabalharam com uma amostra significativa composta de 1.597 questionários completos. Nessa amostra, não há a divisão igualitária entre os gêneros de pessoas em situação de rua, o que diverge do exposto por Pereira (2009). Em Gatti e Pereira (2011), o gênero masculino constituiu 74,5% das pessoas em situação de rua focadas pela pesquisa. Apesar disso, quando mapeadas crianças em situação de rua, foi constatado que 45,5% passam a maior parte do tempo com as mães contra 2,6% de crianças que convivem a maior parte do dia com os pais. Questões raciais também sobressaíram: 42,2% das pessoas entrevistadas eram pardas e 40,4% negras. Esses dados evidenciam que a situação de exclusão social em Brasília (assim como no Brasil) ainda guarda profundas relações com racialidade e que as relações de gênero observadas entre

indivíduos fora da situação de rua (por exemplo na atribuição de cuidados com crianças) também são presentes entre pessoas em situação de rua.

Assim como em Pereira (2009) e em Bursztyń e Araújo (1997), o trabalho apareceu como parte das atividades diárias da população entrevistada por Gatti e Pereira (2011). Nos dados obtidos, as pesquisadoras constataram que a procura por emprego foi apontada como principal motivo (49,1%) para que a população adulta em situação de rua não oriunda de Brasília buscasse a região. Diferente do que parte da sociedade brasiliense das classes média/alta do Distrito Federal argumentam, “esse dado refuta a ideia erroneamente difundida de que as pessoas com baixos rendimentos vêm para o DF atraídas pela suposta (e ilusória) generosidade do brasiliense” (GATTI; PEREIRA, 2011, p. 80).

Além dos resultados brevemente expostos aqui, o levantamento abordou outras questões como os dados pessoais dos/as entrevistados/as, além de condições de escolaridade, saúde, família, trabalho e vida nas ruas. Para trazer dado mais atual sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua no Distrito Federal, cito aqui reportagem²⁰ do *Correio Braziliense* de 19 de janeiro de 2019, assinada por Danilo Queiroz, que apresenta dados da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) para informar que, hoje, ao menos 3 mil pessoas encontram-se em situação de rua na região. O próprio texto diz que nesse quantitativo estão contadas somente pessoas que em algum momento receberam atendimento em unidades de suporte geridas pelo Governo do Distrito Federal ou em entidades de assistência social credenciadas. Portanto, o número de pessoas em situação de rua vivendo em Brasília atualmente é ainda maior.

A segregação social que ocorre no Distrito Federal – uma das unidades federativas com mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país e ao mesmo tempo com grandes disparidades sociais – é também espacial. Em artigo assinado por Frederico de Holanda, em 26 de abril de 2016 para o jornal *on-line Le Monde Diplomatique Brasil*,²¹ é relatado que a dinâmica do transporte coletivo da região (de alto custo e pouca eficiência), além das distâncias percorridas pela massa de trabalhadores/as cotidianamente colocam a cidade como a mais dispersa capital do país e segunda mais dispersa do mundo. Os longos deslocamentos diários a que são submetidos/as trabalhadores/as de classes desfavorecidas economicamente já eram identificados por Vesentini (1986), que além de argumentar que Brasília não existiria sem as

²⁰Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/19/interna_cidadesdf,731558/df-tem-3-mil-moradores-de-rua-concentracao-maior-e-na-area-central.shtml. Acesso em: 16 dez. 2019.

²¹Disponível em: <https://diplomatique.org.br/brasil-utopia-ou-segregacao-a-brasileira/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

suas regiões administrativas, considera que, na prática, a cidade era uma só (Plano Piloto e demais regiões administrativas).

Longe de ser uma questão atual decorrente do acaso, a segregação socioespacial de Brasília foi planejada desde a sua criação. Sobre isso, Gatti e Pereira (2011, p. 14) afirmam que:

Nos anos 1950, a defesa da interiorização da Capital Federal se amparava no argumento de que a cidade-sede deveria permitir ao Estado o controle da classe trabalhadora e dos desempregados pobres que, na época, mobilizavam-se em frequentes manifestações à porta do Palácio do Catete na cidade do Rio de Janeiro, até então sede do Executivo.

Assim,

Os mecanismos de segregação espacial que operam nas demais cidades do País, onde as diferenças socioeconômicas a nível territorial existem mas não são tão evidentes assim, já que nelas o edifício luxuoso convive com frequência ao lado dos cortiços ou das favelas, em Brasília são mais acentuados: eles já foram dados por princípio, desde a concepção e a edificação da cidade (VESENTINI, 1986, p. 145).

Dessa forma, o Distrito Federal foi fundado – arquitetonicamente e geograficamente – visando isolar o centro do poder político de aglomerações populares. Para isso, foi utilizado o espaço físico da região pouco povoada no centro do país. Ao analisar documentos e narrativas da época de delimitação territorial e construção de Brasília, Vesentini (1986) aclara que os argumentos de defesa da interiorização da capital do Brasil embasaram-se na geopolítica para sustentar a centralização do Estado e garantir a classe política “tranquilidade para governar”.

Para Vesentini (1986, p. 87), a geopolítica “é um discurso que parte de uma perspectiva do Estado e estuda o espaço geográfico visando a sua instrumentalização”. O autor identifica que esses discursos, na época, partiram majoritariamente (mas não exclusivamente) de militares de alta patente e afirma que:

Isso se explica pela própria natureza da geopolítica, como discurso e prática de *controle social* via produção do espaço; e também pela característica dos militares de exercerem funções repressivas – que são igualmente ideológicas – na sociedade de classes (VESENTINI, 1986, p. 87).

O discurso da busca por “Segurança Nacional” não se restringia aos “inimigos externos”, que poderiam invadir a cidade do Rio de Janeiro por vias marítimas em caso de guerra. Era direcionado também aos “inimigos internos”, já que vinha frequentemente acompanhado de críticas ao Rio de Janeiro como capital federal, onde o espaço físico propiciava “agitações sociais” e, além disso, continha áreas de favela e contava com presença de pessoas

em situação de rua nos centros urbanos (VESENTINI, 1986). Brasília foi projetada, portanto, para ser uma cidade “livre” dos “problemas” encontrados no Rio de Janeiro.

O espaço geográfico, apesar de não se configurar isoladamente como instrumento determinante de acontecimentos, pode oferecer obstáculos ou promover/desfavorecer ações (VESENTINI, 1986). Ao favorecerem a existência e manutenção de hegemonias, as relações construídas historicamente no campo territorial extrapolam os espaços físicos e são perceptíveis também nas relações humanas.

A aceção de Vesentini (1986) sobre o espaço geográfico também como espaço social na medida em que é produto e, ao mesmo tempo, condição material para a práxis inter-humana, “plena de conflitos, de alternativas e interesses em luta, onde a todo momento reitera-se e/ou renova-se a dominação de grupos específicos sobre o todo social” (VESENTINI, 1986, p. 37), é exemplificada em textos publicados pelo *Correio Braziliense*. Em diferentes momentos no espaço discursivo do jornal, o afastamento de pessoas em situação de rua de locais de grande fluxo de atores sociais fora da situação de rua é listado como um dos “benefícios” da revitalização de áreas urbanas, como em texto de Isa Stacciarini, publicado em 19 de maio de 2015, onde a voz atribuída a uma moradora local diz:

A intenção era fomentar a vida da comunidade por meio da horta sustentável. A proposta é revitalizar os espaços e unir a população em causas ambientais. Desde o surgimento da horta, cessou a ocupação de moradores de rua aqui porque eles se sentem inibidos com a nossa presença.^{vi}

O texto citado descreve a mobilização de moradores/as brasilienses em torno da criação e manutenção de “hortas comunitárias”, espaços que, segundo a publicação, “ajudam no resgate do solo, transformam os locais em práticas terapêuticas e oferecem uma abordagem pedagógica”. Embora “comunitárias”, o direito a esses locais (em áreas públicas) parece de exclusivo acesso de “iguais” da classe média/alta, pois somente eles/as poderão usufruir de tais “práticas terapêuticas” e somente seus/suas filhos/as poderão receber lições de sustentabilidade a partir das “abordagens pedagógicas” realizadas nesses espaços. No trecho citado é possível observar a forte desidentificação entre grupos sociais que ocorre em Brasília. Esse é apenas um dos exemplos encontrados nos textos coletados em que os espaços públicos ocupados por pessoas em situação de rua em Brasília são constantemente reivindicados por moradores/as e trabalhadores/as da classe média/alta local, expondo que o direito à cidade parece não ser o mesmo para todos/as os/as habitantes da região. Assim, elementos da práxis humana reconstroem o espaço geográfico podendo incluir também “as ideias, o saber, os projetos em confronto de grupos e classes sociais” (VESENTINI, 1986, p. 37), que, no caso do exemplo

citado, evidenciam que o distanciamento de populações empobrecidas do centro de Brasília inicialmente fomentado no planejamento urbano é presente ainda na contemporaneidade.

As disputas pela ocupação (ou não ocupação) de áreas públicas de Brasília por atores sociais de interesses e necessidades distintos são frequentemente retratadas nos dados coletados no *Correio Braziliense*. Como veremos na próxima seção, é no espaço geográfico/social das grandes cidades que os discursos e ações sistemáticas de violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua ocorrem.

2.2 DISCUTINDO QUESTÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS E DE VIOLÊNCIA

Discutir violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua torna-se tarefa complexa, pois ambos os temas estão correlacionados e às vezes de forma muito intrínseca. Retrato disso é que a própria situação de rua, por si só, já deve ser compreendida socialmente como um exemplo de violação de direitos na medida em que constitui fator crucial para, muitas vezes, marcar oposições entre *nós* (sociedade fora da situação de rua) e *eles* (população em situação de rua). Assim, justifica que tratamentos distintos sejam atribuídos a atores sociais de acordo com esse recorte. Discursos como esses são identificados em variadas notícias e reportagens do *corpus* que evidenciam, por exemplo, o sentimento de dissociação entre trabalhadores/as e moradores/as locais de Brasília em relação as pessoas em situação de rua. Embora existam locais na cidade frequentados simultaneamente pelos mesmos grupos, como vias públicas, somente uma parcela da população parece ter direito a eles, contrariando o Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil que estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Ora, não ter acesso ao direito à moradia e a outros elementos básicos de subsistência é violência simbólica que muitas vezes impulsiona a perda de outros direitos sociais de pessoas em situação de rua e acentua a violência física praticada contra essa população.

Para a inclusão de textos na pasta de violação de direitos foram consideradas notícias e reportagens que trouxeram ao conhecimento público situações que, de alguma maneira, tematizaram violência simbólica cometida contra pessoas em situação de rua, como o cerceamento da liberdade de ir e vir e o impedimento de ocupar espaços públicos, por exemplo. Na pasta de violência, foram agrupados os textos que trataram de acontecimentos comprometedores da integridade física de outrem, sejam pessoas em situação de rua vítimas ou agentes dessas ações por meio de agressões físicas.

De forma mais clara, foram entendidas como pertencentes à pasta de violação de direitos matérias que expõem casos como:

A Defensoria Pública de São Paulo teve que recorrer até o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para garantir liberdade a um homem cuja prisão foi determinada em primeira instância judicial sob a alegação de que, por ele viver na rua e não ter endereço fixo, não poderia cumprir uma pena pelo delito de furto em regime aberto, tal como tinha sido determinado em sua sentença.^{vii}

Esse trecho é parte de reportagem publicada em 19 de setembro de 2017 assinada pela Agência Estado. Por outro lado, textos semelhantes ao publicado em 4 de maio de 2017, da mesma agência, representado pelo excerto seguinte, foram alocados na pasta de violência: “O morador de rua foi agredido por guardas. Além de ter um carrinho de supermercado com todos os seus pertences tomado pelos agentes da Prefeitura, Samir sofreu uma fratura no punho”.^{viii}

Apesar de as temáticas em um primeiro momento parecerem de simples distinção, textos que narram o crime cometido contra Janaína Aparecida Quirino, por exemplo, colocam em xeque essa divisão temática. De acordo com reportagem publicada em 26 de junho de 2018:

O caso da mulher submetida a um procedimento compulsório de esterilização (laqueadura) em Mococa, interior paulista, não é um caso isolado, segundo entidades de representação profissional, e esse tipo de violação de direitos de certas parcelas da população é recorrente.^{ix}

Embora claramente Janaína tenha sofrido consequências físicas decorrentes do processo a que foi submetida sem sua autorização prévia, na seleção de organização do *corpus*, os textos sobre o caso foram considerados como componentes da pasta de violação de direitos pois as discussões sobre essa temática abarcaram a maior parte das reportagens sobre o caso.

Para a discussão sobre aspectos da violência simbólica, faz-se necessário considerar o que diz Bourdieu (1989) sobre o tema. Antes de definir o conceito, no entanto, é preciso tratar, ainda que de forma breve, da acepção do autor que compreende produções simbólicas como instrumentos de dominação. O sociólogo chama a atenção para as relações assimétricas de poder dentro de uma sociedade e de seu caráter estrutural. Nessa perspectiva, enquanto a integração de pessoas da classe dominante é realizada de forma efetiva, a classe dominada é marcada por uma integração fictícia. Isso contribui para a legitimação da ordem estabelecida por meio do fortalecimento de hierarquias e distinções (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, para ocorrer a violência simbólica, é necessário que, estruturalmente, haja relações de poder assimétricas – entre classes, raças, gêneros, gerações e outras relações de opressão – dentro de uma sociedade pois essa só será passível de concretização a partir da possibilidade de

dominação de um grupo sobre outro. Assim, o grupo dominante só consegue manter sua posição por ser dotado também de poder simbólico. Esse, por sua vez, diz respeito ao domínio de diferentes esferas de poder, como as relações de comunicação, o poder material ou o poder simbólico de agentes ou instituições (questões associadas a juízos de valores, como o prestígio, por exemplo). Para o poder simbólico ser constituído, é necessário primeiramente que ele seja reconhecido (BOURDIEU, 1989), ainda que de forma inconsciente pelos diversos atores sociais. Dessa forma:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Considerando esses pressupostos, não é precipitado afirmar que a falta de políticas públicas adequadas para o atendimento de pessoas em situação de rua – que dificulta as possibilidades de pessoas superarem essa situação de dominação social em que vivem – possa ser considerada como violência simbólica pois, nessas condições, pessoas em situação de rua estão constantemente expostas aos mais diversos tipos de violação de direitos e de violência. Além disso, é nítido que essa população não é dotada de poder simbólico. Ao contrário, os discursos que circulam socialmente associados a pessoas em situação de rua frequentemente representam-nas como *perigosas*, ainda que sejam frequentemente *vítimas* de eventos de violência (RESENDE; RAMALHO, 2017).

Em um cenário em que as políticas públicas para a população em situação de rua são insuficientes (e, em alguns casos, inadequadas), frequentemente outros atores sociais como organizações não governamentais (ONGs) e entidades religiosas ocupam as lacunas deixadas pelo Estado. A ineficiência de políticas públicas e o caráter agressivo e/ou negligenciador de parte delas são abordadas inclusive em trechos de textos coletados para a pesquisa, como em:

Guardas municipais chegam em veículos descaracterizados, tiram os pertences dos moradores e os conduzem a albergues ou abrigos de pernoite. Aqueles que resistem levam jato d’água e perdem o pouco que têm. Para a prefeitura de Salvador, trata-se de atendimento. ‘Eu chamo de pilantragem’, diz Jone, que saiu da casa da mãe ‘para não dar trabalho’ há 19 anos.^x

O texto publicado em 19 de junho de 2014 no *Correio Braziliense*, sem assinatura, denuncia política higienista por parte do Estado, confirmada posteriormente por voz atribuída a uma pessoa em situação de rua. Não menos grave, outro exemplo de violação sistemática dos

direitos de pessoas em situação de rua é apresentado no seguinte excerto, publicado pelo mesmo jornal em 7 de julho de 2017, assinado por Ana Viriato:

Enquanto a abordagem aos moradores de rua permanece suspensa em razão da batalha judicial entre duas entidades por um contrato de R\$ 50 milhões com o GDF, o auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade, na semana mais fria do ano, fica por conta de grupos voluntários.^{xi}

Essa reportagem, por sua vez, aborda a negligência do Estado em um período climático crítico e, ao mesmo tempo, noticia ações de voluntários/as voltadas a minimizar o impacto sofrido pela população em situação de rua nesse contexto.

Apesar da importante atuação de ONGs e de voluntários/as no auxílio a pessoas em situação de rua, nem sempre essas ações são executadas de maneira adequada e eficiente já que não há a obrigatoriedade de contar com o apoio de profissionais especializados/as em atuar com essa população. Além disso, por vezes, são organizadas exclusivamente com o viés assistencialista e/ou religioso, desconsiderando a diversidade da população em situação de rua. Portanto, apesar de suprirem necessidades imediatas, pouco contribuem para a resolução da situação de rua como questão estrutural. Para exemplificar esse ponto, recorro novamente a excertos noticiados no *Correio Braziliense*. Um texto sem assinatura publicado em 24 de dezembro de 2014, época em que ações como essas ocorrem frequentemente – em parte impulsionadas pela forte tradição cristã no Brasil, que estimula doações em período natalino – traz, em um primeiro momento, a voz autoral do jornal e, logo a explicação atribuída a uma voluntária: “Antes das entregas, existe um trabalho de evangelização. ‘Além de fornecermos os produtos e a comida, prestamos apoio psicológico a essas pessoas’, completa Thaysa”.^{xii} Aqui, o chamado “apoio psicológico” é realizado pelo viés religioso. Em trecho de outro texto sem assinatura, datado de 24 de agosto de 2015, a falta do poder de consumo da população em situação de rua dentro de uma sociedade capitalista é ressaltada como motor de uma iniciativa assistencialista:

Como o que se ganha não dá para escolher, elas não têm a oportunidade de viver a experiência do consumo. Para acabar com isso, pelo menos uma vez, a situação é invertida pelo projeto *The Street Store* (loja de rua, em inglês). Homens, mulheres e crianças puderam escolher o que levariam para casa. E de graça.^{xiii}

Além disso, no excerto selecionado é relatado que pessoas em situação de rua poderão levar os pertences escolhidos para “casa”, apresentando uma forte contradição pois a falta de moradia convencional e adequada é justamente um dos principais fatores que marginalizam essa população e a expõe a situações de violação de direitos e violência.

Discutir violência é, de certo modo, reconhecer que ela está atrelada “inexoravelmente a uma interação humana, ao mesmo tempo que a nega (a negação do outro), despontando usualmente em espaços onde predominam as discriminações, desigualdades e exclusões sociais” (CABRAL JÚNIOR; COSTA, 2017, p. 30). Nesse cenário, a população em situação de rua é frequentemente vista como inimiga, “algo” a ser combatido e aproxima-se da condição do escravizado, conceituada por Mbembe (2015) como de pessoas que sofrem uma perda tripla: do lar, de direitos sobre seu corpo e de *status* político. Discursos que fomentam relações assimétricas de poder contribuem para “a percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minhas vida e segurança” (MBEMBE, 2015, p. 128-129).

O medo da violência torna-se ainda mais latente no espaço público visto que em uma sociedade urbanizada onde a morada funciona, em parte, como uma espécie de proteção, o espaço público torna-se ambiente constante de luta pela segurança e contra a violência, como ressaltam Cabral Júnior e Costa (2017). É na justificativa do temor que moradores/as e comerciantes locais apoiam-se para apontar os motivos que os/as levaram a cometerem crimes contra pessoas em situação de rua, como levantado em trabalho anterior de pesquisa com dados do *Correio Braziliense* (RESENDE; RAMALHO, 2017).

O tema da violência apresenta recorrência significativa no *corpus*: são 111 os textos que abordam majoritariamente essa temática (ver Percurso Metodológico). Essas ações partem de todos os lados: do Estado, quando é responsável por ações que violam e agridem pessoas em situação de rua, das forças de segurança pública, de membros da comunidade local e entre pessoas em situação de rua. Há ainda momentos em que a violência e a violação de direitos contra pessoas em situação de rua aparecem de forma interseccional, como conta a voz atribuída a Edelzuita Jesus Batista, 53 anos, em texto publicado em 1 de junho de 2016 assinado por Nathália Cardim:

Ela considera que a agressão vinda de homens também em situação de rua, entorpecidos por bebidas ou drogas, é passível de entendimento. ‘Mas, às vezes, vem da sociedade. Chamam de [...]’²². Isso não dá para compreender. Quem deveria ajudar agride’, lamenta.^{xiv}

Outro exemplo é narrado no texto “Em SP, morador de rua gay desaparece após ser agredido em festa”,^{xv} publicado em 16 de agosto de 2017, da Agência Estado:

²²Optei pela não reprodução de qualificadores pejorativos descritos em notícias e reportagens.

O morador de rua estava acompanhado do amigo Marcos Ramos, de 23 anos, que também mora junto ao viaduto, conhecido como ‘Comunidade do Cimento’. Segundo ele, ambos aproveitaram a festa até cerca de duas horas da madrugada, quando Oliveira tentou apartar uma briga entre dois jovens, momento em que foi cercado por cerca de 15 rapazes aos gritos de ‘[...]’²³ tá tirando, [...]’²⁴ tá tirando, vamos pegar ele’.

Situação de exclusão identificada também em texto sobre violação de direitos, de Bernardo Bittar, publicado no *Correio Braziliense* em 22 de abril de 2018:^{xvi}

Robertinha nasceu Carlos Antônio. E detesta o sobrenome, que prefere não dizer. Amigos dizem que ela foi expulsa de casa porque a família nunca entendeu sua vontade de mudar de sexo. Deixou as ruas no começo dos anos 2000, logo após se formar num curso de manicure em uma casa de assistência social no Entorno. Soube que o dinheiro daquela estrutura que mudou a vida saiu dos cofres do governo e decidiu que o voto seria sua retribuição. Tentaria eleger alguém que continuasse o bom trabalho. Organizou todos os documentos mas, naquela época, não foi autorizada a usar o nome social. Como eleitora, continuava sendo Carlos. Desistiu de votar.

Nesse excerto, além da violação de direitos cometida contra Robertinha, sua representação é realizada de maneira anedótica (ver capítulo Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)). Apesar de a população em situação de rua ser constantemente violada e vítima de violência, dentro desse grupo há parcelas ainda mais invisibilizadas e são excluídos/as entre os excluídos/as.

Questões sobre violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua constituíram-se como eixo norteador desta investigação desde o princípio, incentivada por resultados de pesquisa anterior, que embora tenha sido focada inicialmente na representação de pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line* de forma mais abrangente, evidenciou a importância de estudos sobre esses temas no contexto da situação de rua. A seguir, trago dados do trabalho realizado anteriormente.

2.3 REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO *CORREIO BRAZILIENSE*: O QUE SABEMOS ATÉ AQUI?

²³Optei pela não reprodução de qualificadores pejorativos descritos em notícias e reportagens.

²⁴Optei pela não reprodução de qualificadores pejorativos descritos em notícias e reportagens.

Pensando que esta investigação é, em parte, motivada por pesquisa anterior sobre a representação da situação de rua no recorte temporal de 2011 a 2013 em dados do *Correio Braziliense*, é relevante trazer ao trabalho o ponto de partida considerado.

A pesquisa anterior foi realizada no âmbito da iniciação científica²⁵ durante minha graduação no curso de Letras – Português na Universidade de Brasília. A investigação, parte do projeto colaborativo “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*” (CNPq 304075/2014-0), teve como *corpora* os textos sobre situação de rua publicados nas plataformas *on-line* dos jornais *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Nosso objetivo foi abordar as facetas semióticas desse complexo processo social quando noticiado em mídias eletrônicas. Como minha atuação na pesquisa foi relacionada à investigação de textos do *Correio Braziliense*, focarei aqui as considerações obtidas através das análises realizadas nesse *corpus*.

À época, o principal portal do *Correio Braziliense* concentrava-se no domínio <https://correioweb.com.br>, onde foi possível filtrar buscas textuais pelos termos “morador(es)/a(as) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua e população (em situação) de rua”. Com 170 textos resultantes da pesquisa no *site* do *Correio Braziliense*, foi necessária a utilização de um *software* para organizar e mapear o material coletado. A ferramenta escolhida para esse trabalho foi o NVivo, que, por ser um *software* destinado à pesquisa qualitativa, é mais fluido, permitindo a criação de *nós* que se adequam aos dados e aos objetivos do/a investigador/a. Apenas 166 textos dos 170 coletados inicialmente foram passíveis de codificação. Os textos excluídos, apesar de aparecem na busca do *site*, apresentaram erros que impossibilitavam o acesso aos seus conteúdos (RESENDE; RAMALHO, 2017).

Para organizar os dados, optamos primeiramente pela criação de pastas para cada ano de publicação, ou seja, pastas para os anos 2011, 2012 e 2013. Dentro delas, criamos outras pastas com as temáticas centrais do *corpus* baseadas nos temas principais das notícias e reportagens coletadas, a saber: Drogas, Outros Temas, Políticas Públicas, Violação de Direitos e Violência. Aqui cabe destacar que nos textos da pasta Outros Temas estiveram concentradas notícias e reportagens que abordaram questões menos frequentes no *corpus* e que, por esse motivo, não guardaram uma classificação em conjunto. Dessa forma seria irrelevante a criação de pastas para abarcar cada temática específica. São exemplos de textos categorizados em Outros Temas: “A eterna dor e delícia de ser mãe”,^{xvii} que trata de maternidade e em dado

²⁵Agradeço ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na forma de bolsa de iniciação científica.

momento cita, de forma lateral, o termo “moradora de rua”; “Ex-morador de rua se forma em Pedagogia na UnB”,^{xviii} que conta partes da trajetória de Sérgio Reis Ferreira, e “Morador de rua encontra Felipe após duas semanas”,^{xix} focado no desaparecimento do estudante de classe média Felipe Dourado Paiva, que foi encontrado por Adeílson Mota de Carvalho.

Após a organização inicial do *corpus*, deu-se início à codificação dos dados em *nós*, de modo semelhante ao exposto nesta pesquisa (ver Percurso Metodológico). Posteriormente, demos início ao trabalho de cruzamento de dados a partir da ferramenta de *matrizes de codificação* e pudemos responder perguntas, como, por exemplo, *Como pessoas em situação de rua são avaliadas por diferentes atores sociais cujas vozes são articuladas nas notícias e reportagens do jornal?*, além de utilizarmos as ferramentas lexicais de *nuvem de palavra*, *resumo* e *árvore de palavras*. A primeira, permitiu visualizar os termos mais recorrentes no *corpus*; a segunda forneceu a visualização dos contextos onde um dado termo aparece. Já a terceira ferramenta possibilitou mapear os termos que antecedem ou sucedem uma palavra específica (o trabalho utilizando essas ferramentas está descrito minuciosamente em Resende e Ramalho, 2017).

Da macroanálise dos dados com a utilização do NVivo adaptado aos interesses investigativos da pesquisa, trabalhando de forma integrada com categorias analíticas da Análise de Discurso Crítica, tivemos os seguintes resultados referentes à representação da situação de rua no *Correio Braziliense* em textos publicados entre os anos de 2011 e 2013:²⁶

- a) Os textos foram predominantemente narrativos (118 de 166), massivamente localizados no caderno *Cidades* (147 de 166) e frequentemente não incluíram a assinatura de quem escreveu a matéria (114 de 166);
- b) 57,2% dos textos trataram majoritariamente de violência;
- c) *Vítima* apareceu como item lexical mais significativo (atrás apenas de “morador(es)/a(s) de rua”) usado para referir pessoas em situação de rua, ao mesmo tempo em que essa população foi frequentemente avaliada como *perigosa*;
- d) Moradores/as e trabalhadores/as locais foram os atores sociais que mais avaliaram pessoas em situação de rua, classificando-as majoritariamente como *incômodas*, *perigosas*, *viciadas* e *oportunistas*;
- e) As avaliações positivas de pessoas em situação de rua se restringiram a casos excepcionais, especialmente ao caso de Edvan Lima, assassinado brutalmente por

²⁶Com o apoio da Fundação de Apoio à pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), este trabalho foi apresentado no XII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso, realizado na Pontificia Universidad Católica de Chile, em outubro de 2017.

membros da classe média local, com uso de fogo enquanto dormia em praça pública na região administrativa Guará. Edvan e outras pessoas em situação de rua que estavam com ele no momento do ataque foram avaliadas como *tranquilas, trabalhadoras, boas e queridas* em um dos textos sobre o caso;

- f) Uma *nuvem de palavras* considerando apenas as pastas de violência, excluindo termos de pouca relevância para os objetivos analíticos (como preposições, artigos e conjunções) demonstrou que palavras como *fogo, queimadura, queimado, gasolina e bombeiros* figuraram entre as palavras mais frequentes nessa temática;
- g) Ao apresentar os contextos onde a palavra *fogo* apareceu, a ferramenta de *resumo* evidenciou que de 28 ocorrências dessa palavra apenas quatro eram relacionadas ao contexto de “arma de fogo”. Nos demais trechos, *fogo* apareceu como instrumento de violação de pessoas em situação de rua e esse padrão de colocação textual foi confirmado pela ferramenta *árvore de palavras*;
- h) As vozes de pessoas em situação de rua foram majoritariamente localizadas na pasta de *Outros Temas* (30). Já em temas mais frequentes no *corpus*, como *Violência e Violação de Direitos*, a presença das vozes de pessoas em situação foi menos recorrente.

A partir dos resultados panorâmicos obtidos na etapa de trabalho com o uso do NVivo, consideramos relevante olhar de forma mais atenta os textos que trouxeram como temática principal a *Violência*, questão central naquele *corpus*. Em publicações sobre a situação de rua no jornal entre os anos de 2011 e 2013, o crime cometido contra Edvan Lima se destacou e foi foco de estudo de caso em uma microanálise, à qual nos dedicamos no segundo ano de iniciação científica. Se, por um lado, o crime em questão apresentou uma situação frequentemente noticiada no <https://correioweb.com.br>, em que pessoas em situação de rua foram violadas mediante o uso do fogo, por outro, guardou algumas particularidades (RAMALHO; RESENDE, 2018). Diferente de outros textos da temática violência, em que moradores/as e trabalhadores/as locais avaliaram pessoas em situação de rua majoritariamente como *incômodas, perigosas, viciadas e oportunistas*, Edvan e as pessoas em situação de rua que conviviam com ele foram descritas como *tranquilas, trabalhadoras, boas e queridas* em um dos textos sobre o caso. Além disso, Edvan Lima da Silva em dados momentos foi representado de forma individualizada, por nome, idade e relatos ligados à sua trajetória de vida, quando, por meio das vozes de pessoas entrevistadas pela equipe de reportagem, é possível compreender parte do processo social que o levou a viver em situação de rua (RAMALHO; RESENDE, 2018), algo incomum nos textos do *corpus*.

O crime cometido contra Edvan e outras pessoas em situação de rua que não apareceram identificadas nas produções discursivas sobre o caso naquele *corpus* ganhou destaque e repercussão no <https://correioweb.com.br>. Edvan foi citado em 15 textos (de 35) localizados na pasta de *Violência* do ano de 2013. Após a leitura minuciosa desse material, optamos por focar a investigação em dez textos que trataram exclusivamente do caso (as demais citações ao seu nome apareceram no contexto de notícias e reportagens que abordaram por algum aspecto a violência cometida contra outras pessoas em situação de rua, mas não tratavam o caso particularmente) (RAMALHO; RESENDE, 2018).²⁷

A análise do recorte de textos que tratou particularmente do caso de Edvan Lima foi realizada a partir da ótica teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica, aliada a estudos do campo das ciências sociais, em especial reflexões sobre corporeidade (LE BRETON, 2011, 2017). Nessa microanálise, *corpo* foi considerada uma categoria analítica e os principais resultados (publicados em Ramalho e Resende, 2018) foram:

- a) Todos os textos sobre o caso Edvan Lima estiveram situados no caderno *Cidades*, seção do jornal que aborda fatos cotidianos e que cumpre também o papel de caderno policial;
- b) O crime contra Edvan Lima adquiriu maior relevância quando se descolou do âmbito da situação de rua, passando a incluir outro grupo social: no período em que houve a suposição de que o crime tivesse sido cometido por outras pessoas em situação de rua, as notícias não foram assinadas, mas a partir de quando se noticiou que os assassinos de Edvan Lima eram membros da classe média local, os textos passaram a receber assinatura de autoria;
- c) Se, por um lado, Edvan Lima é representado constantemente contendo traços identificacionais por referências ao seu nome, por outro, é frequentemente caracterizado pelo termo naturalizador “morador de rua” e apresentado como membro de uma coletividade;
- d) Pessoas em situação de rua são posicionadas textualmente em colocação de corpo-objeto ou corpo-local em dois trechos que fazem referência ao evento criminoso como “incêndio em moradores de rua” e “incêndio a moradores de rua”, pois se considerarmos os itens lexicais frequentemente utilizados no padrão “incêndio em/a [...]” em textos de

²⁷Com o apoio da Fundação de Apoio à pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), este trabalho foi apresentado no XII Congresso Internacional da REDLAD, Santiago do Chile, 2017.

portais jornalísticos, não são recorrentes os complementos humanos (RESENDE; GOMES, 2018);

- e) A representação de Edvan Lima em textos que abordam o crime e seu estado de saúde ocorreu majoritariamente de forma fragmentada, por associação metonímica de membros afetados durante o crime. Nesses contextos, ele não foi representado como ser humano em sua plenitude, mas como corpo “aproximadamente 65% queimado”, que “sofreu queimaduras no peito, no braço esquerdo e na cabeça”; que “teve 63% do corpo queimado”, entre outras construções semelhantes (RAMALHO, 2017);
- f) A relação discutida em e) apresenta-se de forma mais latente em textos do período posterior a morte de Edvan, quando se torna corpo funerário a ser “reclamado”, “liberado”, “retirado”, “encaminhado” e “sepultado”;
- g) No primeiro texto sobre o caso, Edvan Lima recebe o codinome “Antero”, o que aproxima esse ator social a esfera criminal pois nas produções jornalísticas codinomes são expressivamente utilizados para tratar de pessoas em conflitos com as leis;
- h) Ocorre a mitigação da ação criminal sofrida no trecho “Edvan Lima, 49 anos [ou simplesmente Edvan], não conseguiu fugir e sofreu queimaduras no peito, no braço esquerdo e na cabeça”, pois o fato de Edvan ter sido violado é ligado à sua incapacidade de fuga;
- i) Edvan e as pessoas em situação de rua que conviviam com ele foram retratadas majoritariamente como sujeitos inertes no mundo, que “costumam passar os dias na praça do Guará I”. Além dessa ação, as atividades atribuídas a Edvan são a ação de “dormir” com um grupo de outras pessoas em situação de rua e a ação de “tentar fugir”, na qual não obteve êxito.

A experiência de trabalho com o *corpus* de estudo anterior possibilitou a identificação de padrões que se repetiram e, também, auxiliou na percepção de algumas mudanças discursivas ainda na leitura inicial dos dados do jornal publicados entre os anos de 2014 a 2018, possibilitando uma melhor compreensão do *corpus* desta pesquisa atual.

Para ampliar a discussão sobre a representação de pessoas em situação de rua nos textos do *Correio Braziliense*, este trabalho focará além dos textos de 2014 a 2018 tematizando violência, textos que abordam a violação de direitos de pessoas em situação e rua, pois nesses eventos também há indícios de violência – ainda que muitas vezes sejam apresentadas de forma simbólica, como ressaltado em 2.2.

No próximo capítulo, o percurso teórico ajudará a compreender melhor a ontologia e epistemologia da Análise de Discurso Crítica, área de estudos em que está situada esta investigação.

CAPÍTULO III

3 PERCURSO TEÓRICO

*Las ideas solo pueden levantarnos. Caminar,
recorrer, no rendirse ni retroceder.*

Somos sur – Ana Tijoux feat. Shadia.

Neste capítulo, discuto a posição da Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, nos estudos linguísticos e discursivos. Na primeira seção abordo pressupostos teóricos centrais para as investigações em ADC para posteriormente estabelecer diálogo entre a Análise de Discurso Crítica e a perspectiva decolonial, que visa romper com epistemologias centradas exclusivamente nos modelos e interesses eurocêntricos de fazer ciência e contribuem para a decolonização do ser, do saber e do poder. Por fim, apresento as categorias analíticas utilizadas para as análises de textos sobre situação de rua publicados nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense* entre 2014 e 2018, que tiveram como principais temáticas violação de direitos e violência. Nessa seção, discuto como tais categorias, utilizadas no âmbito da Análise de Discurso Crítica, foram produtivas para a investigação na tentativa de olhar a situação de rua por uma ótica decolonial.

3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A linguagem para a Análise de Discurso Crítica é, antes de tudo, uma prática social, na perspectiva desenvolvida por Fairclough (2001). Com isso, insere-se na visão funcionalista, “dentro da qual são consideradas a sintaxe e a semântica com vistas a observar como se manifestam os fenômenos linguísticos no contexto das relações sociais estabelecidas em determinados contextos sociais” (SANTOS, 2013, p. 16). Cabe ressaltar que, embora a abordagem adotada para este trabalho seja a apresentada por Fairclough (2001) com sua Teoria Social do Discurso, o campo da Análise de Discurso Crítica é heterogêneo, como pontuam Vieira e Resende (2016) ao destacarem que há outras perspectivas igualmente válidas. Ainda segundo as autoras, “cada uma delas provê acercamento teórico instrumental específico para pesquisas discursivas” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 18).

Como prática social, a linguagem apresenta potencial para colaborar com a manutenção e/ou resistência perante a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001). Para oferecer suporte

científico na investigação de questões relacionadas ao poder como controle, Vieira e Resende (2016) explicam: o material empírico da ADC é o texto (em qualquer modalidade ou gênero discursivo, considerando seu funcionamento em práticas sociais particulares e condições de produção, distribuição e consumo). É por ele que podemos investigar discursos acionados, atrelados a atores sociais e a eventos. Assim, a Análise de Discurso Crítica é uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 2001).

Para compreender os objetivos da análise linguística de textos sob a ótica da ADC é necessário o entendimento sobre alguns conceitos-chave utilizados nesse campo de investigação. O primeiro deles é o termo discurso, que responde a dois significados, à linguagem como sistema que se articula aos demais momentos das práticas sociais (fenômeno mental, relações sociais e mundo material, no modelo de Chouliaraki e Fairclough, 1999) e ao seu uso contextualizado (FAIRCLOUGH, 2003; VIEIRA; RESENDE, 2016). Neste trabalho, o foco principal recai na segunda concepção pois investigo *discursos* (no plural), que junto com gêneros (discursivos) e estilos formam ordens do discurso particulares de campos ou atividades sociais (FAIRCLOUGH, 2003; VIEIRA; RESENDE, 2016).

Ampliando as discussões sobre ordens do discurso com base em Foucault e Fairclough, Vieira e Resende (2016) indicam que são de natureza sócio discursiva: a partir de gêneros, é possível investigar modos de agir sobre o mundo/pessoas; de discursos, modos de representar o mundo/pessoas, e de estilos, modos de identificar a si, ao mundo ou a outras pessoas discursivamente. Esses três momentos ocorrem de maneira relativamente estável e estão de acordo, respectivamente, com os três tipos de significados sempre presentes em textos: acional/relacional, representacional e identificacional (VIEIRA; RESENDE, 2016; FAIRCLOUGH, 2003).

Quanto à relação de discursos particulares com campos ou atividades sociais, explico com base na pesquisa em tela: utilizar o léxico “mendigo” ou “pessoas em situação de rua” para referir indivíduos que vivem em espaços públicos, por exemplo, indica visões diferentes na compreensão dessa experiência no mundo. Enquanto o primeiro termo é marcado por associações negativas, retomando a uma suposta mendicância, o segundo expressa a situação de rua como transitória e frequentemente aparece articulada nas vozes de especialistas no caso do *corpus* aqui analisado.

Dessa forma, representações se configuram em discursos e são vinculadas a eixos de conhecimento (SILVA, 2019) e atores sociais podem propagar discursos ideológicos já naturalizados, mesmo que de forma não intencional. Por esse motivo, em pesquisas em Análise de Discurso Crítica não investigamos a intenção de um ator social ao escrever determinado

texto, mas o texto em si, os discursos que articulam, os modos de representação ou avaliação de atores sociais, entre outros. Ao materializarem parte de práticas sociais em práticas discursivas pelos textos (que também são parte das práticas sociais) podemos ter acesso ao *empírico* e realizar análises.

Além da heterogeneidade já mencionada, a interdisciplinaridade, assim como em toda pesquisa de natureza discursiva, é componente fundamental na ADC desenvolvida por Fairclough (2001), que também propõe superar limites entre disciplinas, num esforço transdisciplinar. A relação entre disciplinas e pensamentos é fundante da ontologia social do discurso conforme proposta nos trabalhos desse autor, por exemplo ao reunir os pensamentos de Halliday e de Foucault sobre linguagem e eixos de conhecimentos e compreender a realidade social a partir do Realismo Crítico, de Bhaskar. Como discutem Vieira e Resende (2016), a perspectiva do Realismo Crítico é composta por três domínios interdependentes: potencial, realizado e empírico. Para distingui-los, as autoras exemplificam como esses domínios podem ser identificados na linguagem:

podemos associar o sistema semiótico (a potencialidade para significar) com o domínio do potencial e, por outro lado, os sentidos de textos com o domínio do realizado (o significado). O realizado é o domínio dos eventos que passam ou não por nossa experiência. O empírico, por sua vez, é o domínio das experiências efetivas, a parte do potencial e do realizado que é experienciada por atores sociais específicos. Neste caso, o exemplo seriam os textos (orais, escritos, visuais, multimodais) com que de fato tivemos contato em nossa vida (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 34).

Compreender a realidade social a partir de domínios interdependentes atenta para uma das principais premissas da ADC: a relação dialética entre linguagem e sociedade. Enquanto no nível social temos *estruturas sociais*, *práticas sociais* e *eventos sociais*, no nível da linguagem temos seus correspondentes *sistemas semióticos*, *ordens do discurso* e *textos*, sendo o foco da ADC o nível intermediário (FAIRCLOUGH, 2003; VIEIRA; RESENDE, 2016). Apesar de focar no nível intermediário, é a partir do evento social texto que analistas de discurso encontram a materialidade para investigar problemas sociais que possuem facetas semióticas/discursivas.

Na ontologia da Análise de Discurso Crítica atores sociais não são apenas receptores das estruturas sociais, podendo também atuar de forma ativa para a mudança dessas estruturas. Do mesmo modo, estruturas sociais e as forças que as constroem e/ou sustentam também influenciam atores. Reconhecer que discursos podem atuar como práticas de resistência (VAN DIJK, 2019) pressupõe a existência de relações assimétricas de poder dentro de uma sociedade sustentadas a partir de ideologias (FAIRCLOUGH, 2001) quando discursos particulares são

propagados como universais, “como se essa representação particular fosse a mais correta, a mais justa, legítima e aceitável” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 18). Por isso, o conceito de ideologia em ADC tem teor inerentemente negativo (FAIRCLOUGH, 2001), diferente de outras concepções que compreendem ideologia com neutralidade.

Como as relações hegemônicas não são permanentes, isto é, são instáveis e podem ser mudadas, “a luta hegemônica travada no/pelo discurso é uma das maneiras de se instaurar e manter a hegemonia”, como esclarecem Vieira e Resende (2016, p. 24). Assim, por exemplo, a representação romantizada/naturalizada da situação de rua aliada aos discursos meritocráticos que a apresentam como passível de superação exclusivamente por força individual possuem potencial para reforçar estereótipos²⁸ que marginalizam pessoas em situação de rua e desresponsabilizam o poder público. A depender dos discursos presentes em um texto, por exemplo, a representação da situação de rua pode contribuir para manter relações desiguais de poder dentro de uma sociedade, quando há a compreensão de que a classe média/alta detém mais direitos sobre o espaço público urbano, enquanto pessoas em situação de rua seriam ocupantes incômodas. Isso contribui para projetos particulares de dominação de grupos com maior poder (material ou simbólico, na concepção de Bourdieu, 1989) sobre outros. A ADC assume então um compromisso político ao apontar como são construídos linguisticamente discursos ideológicos que, abusando do poder, promovem marginalização, desigualdades e preconceitos sociais (PARDO, 2011), visando contribuir para o reconhecimento de problemas sociais e formas de superá-los.

Embora a linha de Análise de Discurso Crítica adotada nesta investigação tenha suas origens no trabalho de um autor britânico, é necessário reconhecer as importantes contribuições do campo a partir de pesquisadores/as voltados/as para o contexto da América Latina. Tratar da superação de hegemonias sem considerar que, ainda hoje, as epistemologias do Norte global ainda são frequentemente consolidadas no campo acadêmico enquanto as epistemologias de países do Sul precisam frequentemente se legitimar é contraditório. Por esse motivo, acredito ser necessário que a Análise de Discurso Crítica seja conduzida por perspectivas decoloniais. É guiada por esse pensamento que as questões discutidas na próxima seção serão conduzidas.

²⁸Reconhecer a existência de estereótipos que circulam socialmente não implica considerá-los como estáticos. Representações cristalizadas são passíveis de mudanças. Entendo que isso é parte do esforço de analistas do discurso: reconhecer representações ideológicas que sustentam hegemonias a fim de refletir sobre meios de superá-las.

3.2 A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL: DECOLONIALIDADE DO SER, DO SABER E DO PODER

Os estudos críticos do discurso têm se mostrado relevantes no contexto latino-americano ao tratar das realidades de países que ainda guardam acentuadas questões de desigualdade social (ver “Extrema Pobreza e Situação de rua na América Latina”). Prova disso é a atuação da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED), que hoje reúne pesquisadores/as de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A associação promove congressos internacionais de dois em dois anos com espaços acadêmicos onde são discutidas questões teórico-metodológicas sobre o campo. Nessas ocasiões são realizados debates significativos que promovem partilha e construção de conhecimento coletivo.

No contexto dos estudos críticos do discurso na América Latina é de se esperar que questões sobre pobreza configurem um eixo de debate importante, por isso, da ALED originou-se a Rede Latino-americana de Análise de Discurso sobre a Pobreza Extrema (REDLAD). Sobre a atuação da Rede, Santos (2013, p. 25) enfatiza: “A América Latina vem se posicionando como espaço organizado e atento para discussões que se referem a contextos de discursos ideológicos, nos quais questões como a anulação de direitos sociais e a problemática da pobreza se inserem como agendas de luta”.

A ALED e a REDLAD indicam a forte atuação de pesquisadores/as latino-americanos/as no campo da Análise de Discurso Crítica. Para analisar a realidade social do Sul global com mais eficácia, estudiosos/as não realizam mera apropriação do conhecimento produzido no Norte global mas (re)criam epistemologias voltadas para a análise discursiva e social das realidades locais, que podem ser mais produtivas a partir da decolonialidade do ser, do saber e do poder. Isso não implica negação do material já produzido em outras realidades, mas reflexão crítica sobre eles e construção de teorias e metodologias próprias.

Antes de abordar os conceitos que envolvem a decolonialidade, remeto brevemente aos primeiros trabalhos acadêmicos sob a ótica do denominado “pós-colonialismo”. Esses foram escritos principalmente em Língua Inglesa por pesquisadores/as dos chamados “países do Terceiro Mundo” que atuavam em universidades inglesas e estadunidenses (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016), explicitando uma forte contradição na agenda de pesquisa proposta, na medida em que para dialogar sobre o dito “colonizado” era fundamental conhecer o idioma do dito “colonizador”. Esse paradoxo já indica a dificuldade acadêmica de reconhecer epistemologias que fujam do modelo europeu e estadunidense de fazer ciência.

Com perspectiva semelhante surgiu o Grupo de Estudos Subalternos, na década de 1970, tendo o historiador Ranajit Guha como principal expoente, focado no contexto sul asiático (BALLESTRIN, 2013) e interessado em “apreender a consciência subalterna silenciada no e pelo discurso colonial e nacionalista” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 16). Na década posterior, como ressalta Ballestrin (2013), os estudos subalternos começaram a ser propagados em trabalhos de autores como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak. Nesse contexto, embora a América Latina apresente uma violenta história de colonização de seus povos e territórios e problemas estruturais que tampouco cessaram com as “independências” das antigas colônias, sendo, portanto, considerada como uma região subalterna em relação à Europa e aos Estados Unidos, seus/suas intelectuais não figuraram entre os nomes de destaque dos estudos subalternos desse período e nem mesmo suas histórias foram referenciadas pelos/as pesquisadores/as reconhecidos/as naquele momento, como salientam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016). Esse cenário começou a mudar somente com o surgimento do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, formado na década de 1990, por intelectuais latino-americanos que atuavam em universidades estadunidenses. Posteriormente, por inconsistências teóricas, o grupo desvinculou-se e foi formado o grupo Modernidade/Colonialidade em 1998 (BALLESTRIN, 2013).

Para Grosfoguel (2008), a ruptura do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos deu-se principalmente pelo fato de alguns pesquisadores e pesquisadoras continuarem a reproduzir a epistemologia dos Estudos Regionais realizados nos Estados Unidos e não adotarem a perspectiva latino-americana, apesar de tomá-la como objeto de estudo. Isso demonstra a dificuldade de se romperem paradigmas consolidados historicamente.

Embora o grupo Modernidade/Colonialidade tenha levantado uma proposta inovadora, poucas mulheres figuraram dentre seus nomes de destaque. Fato relevante, já que o gênero feminino foi (e segue sendo) constantemente silenciado dentro e fora das universidades. Dentre as diversas contribuições teóricas do grupo Modernidade/Colonialidade no olhar para a América Latina, recebem destaque as noções de colonialidade do *ser*, do *saber* e do *poder*. Essa tripla dimensão nos ajuda a compreender, além das relações de dominação/subalternidade, o epistemicídio dos saberes provenientes de fora do Norte Global. Resende (2019, p.20) dialogando com esses conceitos traz a importância de decolonizar essa tríade nos estudos críticos do discurso:

O esforço decolonial desse campo, então, deveria dirigir-se a três caminhos convergentes: decolonizar o *saber*, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, e compreender, como propõe o giro decolonial, que não há

conhecimento universal (isso inclui, obviamente, o conhecimento acadêmico sobre linguagem); decolonizar o *poder* da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local, especialmente por meio do constante questionar da separação disciplinar e suas imposições; e decolonizar o *ser*, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão de saberes, incluindo também o conhecimento comum. Tudo isso deve ter impacto sobre a educação, especialmente a educação pós-graduada em estudos discursivos, num ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder).

Sobre o uso do termo “decolonizar” e não “descolonizar”, como era de se esperar, Walsh (2009) afirma que isso nos ajuda a compreender que a proposta decolonial não é destinada a reverter o colonialismo, substituindo um momento colonial por outro, mas, sim, fomentar um posicionamento de transgressão e intervenção, encorajando lugares de exterioridade e construções alternativas, o que faz com que a supressão do “s” marque uma distinção significativa do uso do prefixo “des”.

A proposta dos estudos decoloniais estabelece diálogo significativo com a Análise de Discurso Crítica, já que a ADC apresenta interesse particular pelas hegemonias construídas e sustentadas no (e pelo) discurso. Ao adotar o discurso como um dos momentos que constituem a prática social (VIEIRA; RESENDE, 2016), é possível compreendermos como, a partir da colonialidade do poder, do saber e do ser, discursos podem colaborar na sustentação de relações assimétricas de poder, justificando e legitimando hegemonias existentes. Exemplo disso é o fato de a “Conquista [Invasão] da América” ser historicamente contada pelo olhar do “colonizador”, que suprime as explorações dos povos dos territórios invadidos e a violência de suas próprias ações. No Brasil, por exemplo, foi (e, infelizmente, ainda é) comum no início da educação básica o ensino da formação do território brasileiro a partir do chamado “Descobrimento do Brasil”, ignorando a ocupação indígena que antecedeu a chegada de povos europeus.

Ainda sobre o diálogo entre as propostas cunhadas no pensamento decolonial e os pressupostos da Análise de Discurso Crítica, Resende (2017a, s.p.) é ainda mais clara ao evidenciar a potencialidade da interdisciplinaridade entre esses dois campos, relacionando a colonialidade do saber aos discursos, a colonialidade do poder aos gêneros discursivos e a colonialidade do ser aos estilos:

A colonialidade do saber está relacionada aos discursos por meio dos quais compreendemos o mundo social, ligados ao classismo, ao racismo, ao sexismo e a sua interseccionalidade. Esses discursos colonizam o ser, nos levando a padrões de identificação que limitam nossa ação, ou seja, à colonialidade do

poder – agimos conforme padrões capitalistas, racistas e sexistas; e reproduzimos consciente ou inconscientemente esses padrões de ação. Assim, para decolonizar o ser, é preciso consciência emancipatória para denormalizar os quadros interpretativos que nos conduzem a identidades subalternas. Nós analistas de discurso temos condições especiais de realizar essa crítica, pela especialidade própria a nosso campo do saber. Mas para isso é preciso deslocar-nos dos limites disciplinares da linguística, assumir francamente nossa carência de outros saberes.

Acrescento aqui o cuidado que devemos ter como investigadores/as ao tratar de temas relacionados a pessoas/grupos subalternizados/os. Em primeiro lugar, devemos renunciar à arrogância e ao impulso acadêmico de achar que podemos *dar voz* ao outro, como bem ressalta Resende (2017a) e *empoderar* atores sociais subalternizados, já que não nos cabe esse poder. Nesse sentido, precisamos repensar as nossas atitudes de tentar *falar pelo outro* pois atores socialmente marginalizados discorrem sob suas perspectivas há muito tempo, mas são sistematicamente silenciados pela colonialidade do poder, do ser e do saber. Sobre isso, Almeida (2010, p. 12) remetendo aos trabalhos de Spivak, ressalta que o intelectual que julga poder falar pelo outro, reproduz “as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido”. Não podemos excluir a possibilidade de que escritas e temáticas que hoje são vistas sob a ótica do pensamento decolonial já podem ser encontradas em produções anteriores à institucionalização do termo dentro da América Latina, da mesma forma que não podemos negar que pensadores pós-coloniais também podem ser encontrados “antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola de pensamento” (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Compreendo o olhar para a situação de rua em uma perspectiva decolonial primeiramente ao concebê-la como um processo social, construído historicamente e que ganhou impulso no desenvolvimento de sociedades capitalistas neoliberais (ver “Extrema Pobreza e Situação de Rua na América Latina”). É claro que antes de cunhado o termo, essa concepção já estava presente em trabalhos como os de Silva (2006), Resende (2008), Pereira (2009), Santos (2013), Guimarães (2016), entre outros de diferentes campos de saberes. O próprio Movimento Nacional da População de Rua na cartilha *Conhecer para Lutar* (s.d., p. 10) provoca reflexões acerca dos processos sociais que conduzem pessoas à situação de rua, a partir de perguntas como: “1. Por que as pessoas vão para as ruas? 2. A quem interessa a organização das pessoas em situação de rua? Por quê? 3. Como os meios de comunicação colaboram para reforçar a criminalização da pobreza?”.

Considerando a transitoriedade da situação de rua, opto pelos usos de *peessoas em situação de rua* ou *população em situação de rua*. A utilização de “em situação” indica esse caráter transitório da situação de rua em oposição ao termo “de rua”, que denota que pessoas nessas condições seriam oriundas ou pertencentes ao espaço da rua. O termo “morador/a(es)” também foi evitado neste trabalho, pois estar em situação de rua, sem moradia adequada, é justamente a problemática discutida. Por isso, entendo que “morador/a(es)” contribui para a naturalização dessa situação.

Outro ponto a ser ressaltado é o reconhecimento de pessoas em situação de rua como ativas na sociedade – questão nem sempre reconhecida em textos em que essa população é caracterizada por não exercer atividades efetivas no mundo, a não ser quando essas oferecem suposto risco à comunidade local. Pessoas em situação de rua são sim pessoas autônomas, inclusive organizadas em movimentos e capazes de falar sobre suas próprias experiências e reivindicações – embora isso nem sempre esteja presente em textos que falam sobre a situação de rua a partir das perspectivas de outros atores sociais, de vozes socialmente legitimadas.

A representação de pessoas em situação de rua como sujeitos passivos e sem agência positiva sobre o mundo contribui para a propagação de discursos e o exercício de outras práticas sociais de discriminação. Dessa forma, pessoas em situação de rua são vistas como responsáveis pela diminuição da venda em comércios, pela sensação de insegurança pública, por mau cheiro nas ruas e por agressões físicas ou verbais contra outras pessoas em situação de rua ou contra transeuntes (*CIUDAD DE MÉXICO*, 2014). Pela propagação desses discursos, é visto como aceitável o direcionamento forçado a instituições sob o argumento de “protegê-las” ou a separação de menores de idade de seus/suas responsáveis sob o argumento de “desamparo” (*CIUDAD DE MÉXICO*, 2014). Ações como essas, neste trabalho, são concebidas não como atendimento, apesar de serem constantemente defendidas por autoridades governamentais (ver “Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)”), mas sim como violações de direitos, que em alguns casos chegam à violência física (ver “Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violência no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)”). São essas as perspectivas que norteiam as discussões neste trabalho, bem como as análises realizadas a partir de categorias da Análise de Discurso Crítica, detalhadas a seguir.

3.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS RELEVANTES PARA A ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO JORNALISMO

Houve dois processos para a seleção das categorias utilizadas para a análise dos textos coletados nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense* publicados entre os anos de 2014 e 2018 resultantes das buscas por palavras-chave associadas à situação de rua. Inicialmente as categorias foram usadas para a codificação dos dados no *software* para pesquisa qualitativa no NVivo (ver “Percurso Metodológico”). Na ocasião, foram utilizadas categorias de preparação, que mapearam informações relacionadas ao contexto de produção como *Assinatura*, *Tipo Textual* e *Editoria*, e as categorias de análise *Intertextualidade e fontes jornalísticas*, *Modos de referência de pessoas* de situação de rua, *Modos de avaliação* de pessoas em situação de rua e *Modos de representação* de pessoas em situação de rua, que permitiram visualizar questões representacionais recorrentes e de interesse para a pesquisa.

Nesse momento, as categorias de análise foram escolhidas *a priori*, algo possível somente pela expertise adquirida em trabalhos anteriores (RESENDE; RAMALHO, 2017; RAMALHO; RESENDE, 2018) com objetivos semelhantes, utilizando textos de mesmos gêneros publicados em outro recorte temporal. No geral, as categorias para as análises são elegidas somente após o trabalho inicial de leitura dos textos. Os usos das categorias de análise produtivas para a codificação dos dados estão apresentados com mais detalhes nos capítulos analíticos, em seções que descrevem os resultados de cruzamentos de matrizes de codificação realizadas a partir do mapeamento dessas informações no *software* (ver “Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)” e “Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violência no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)”). Aqui, atendo-me a discussões que envolvem as categorias *modos de representação*, *intertextualidade* e *interdiscursividade*, pois foram essas categorias que guiaram as análises mais complexas em recortes específicos de textos sobre violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua.

O uso da categoria *modos de representação* de atores sociais nesta investigação foi baseado em Van Leeuwen (1997). No trabalho em questão, Van Leeuwen (1997) formula estudo sobre os diversos modos pelos quais atores sociais podem ser representados em Língua Inglesa, a partir da proposição de um inventário sócio semântico. As discussões conduzidas até aqui salientam a importância de se refletir criticamente sobre teorias e metodologias importadas para nossas pesquisas, portanto, as categorias propostas por Van Leeuwen (1997) não foram aplicadas de forma integral. Houve adaptações necessárias ao *corpus* e interesses de investigação. Um exemplo disso foi o entendimento sobre as categorias de *representação nomeação* e *individualização*. Quando nomeados, atores sociais recebem nomes próprios; quando individualizados, são representados de maneira especificada e, no caso dos gêneros

jornalísticos, frequentemente recebem, além de nomes próprios, informações como atividades laborais que exercem (funcionalização) e idade. Por esse motivo, há de se compreender que quando há individualização, frequentemente há a nomeação, mas o contrário não. Digo frequentemente, pois há contextos em que atores sociais são especificados de forma não nomeada, como em “Outro homem, um belga de 46 anos, foi encontrado morto no domingo na barraca em que havia montado nos arredores de Nice, sudeste da França”. Para essas ocorrências, foi criada uma categoria que não é prevista em Van Leeuwen (1997), a *individualização inespecífica*. Para evitar o trabalho de codificação dupla, *nomeação* não foi um *subnó* mapeado na etapa de codificação, já que essas ocorrências puderam ser encontradas no *subnó individualização*. Na microanálise, os *modos de representação* foram produtivos para mapear além das representações de pessoas em situação de rua, suas relações com outros atores sociais e a quais grupos são frequentemente assimiladas.

Com o uso das categorias *intertextualidade* e *interdiscursividade*, foi possível compreender quais vozes atribuídas a diferentes atores sociais para falar sobre a situação de rua receberam espaço discursivo nos textos do *corpus* e quais os discursos articulados nessas ocasiões. Embora próximas, essas categorias distinguem-se pois um ator social pode articular diferentes discursos, assim como diferentes atores sociais podem ratificar um mesmo discurso. Por exemplo, enquanto vozes atribuídas a membros do governo podem articular o discurso de eficiência de políticas públicas de assistência social existentes, vozes atribuídas a especialistas e a pessoas em situação de rua podem argumentar que as políticas públicas vistas como atendimento executam ações de violação de direitos. Dessa forma, uma mesma política pode ser representada a partir de visões particulares de mundo. Por outro lado, as vozes de pessoas em situação de rua ou de pessoas que superaram a situação de rua também podem articular a partir de exemplos pessoais, a eficiência de políticas públicas de assistência social que, aliadas a outros fatores, tenham sido fundamentais para “casos de sucesso” individuais.

A intertextualidade como categoria analítica permitiu investigar quais foram as vozes externas à voz autoral convocadas para falar sobre a situação de rua, como foram apresentadas (por discurso direto, com o uso de aspas, ou indireto, rearticuladas na voz autoral) e como essas vozes apareceram entremeadas à voz autoral circundante. Considerando os gêneros jornalísticos, essas vozes foram obtidas por entrevistas, acesso a documentos, entre outros, tomados como fontes. Para Vieira e Resende (2016, p. 133), a partir da intertextualidade é possível investigar a ausência e a presença significativa de outras vozes e a articulação entre elas em textos específicos, que “permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas”.

Nos textos sobre violação de direitos e violência, a intertextualidade está presente nas vozes atribuídas a atores sociais como, *ativistas, religiosos/as, voluntários/as e ONGs; agressor/a(es)(a) e cúmplices; empresários; entidades ligadas ao monitoramento do clima; especialistas; jornalistas e imprensa; familiares e amigos de pessoas em situação de rua, moradores/as e trabalhadores/as locais, pessoas em situação de rua e seus coletivos; testemunhas; polícia, bombeiros, GCM e segurança privada; vozes da lei; vozes do governo; vozes médicas e outras* sem uma classificação particular recorrente. A ocorrência dessas vozes indica a propriedade dialógica existente entre textos (VIEIRA, RESENDE, 2016), na medida em que, na elaboração de uma reportagem, por exemplo, o *Correio Braziliense* dialoga com textos antecessores, sejam escritos, como leis, ou orais, como entrevistas. Essas vozes articulam discursos particulares. Assim, representam visões específicas de mundo, e com isso, temos a *interdiscursividade*.

Para Vieira e Resende (2016), pelo uso da categoria *interdiscursividade* é possível investigar quais discursos particulares e como são articulados em textos e quais são os traços que caracterizam esses discursos (VIEIRA; RESENDE, 2016). Ainda segundo as autoras, com essa categoria “investigamos discursos articulados em textos e suas conexões com lutas hegemônicas mais amplas” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 142). Nos textos de violação de direitos, por exemplo, foi comum a representação de políticas públicas higienistas sob o léxico de “atendimento” para a população em situação de rua. Esse discurso contribui para a normalização de situações de violação executadas sob amparo governamental/institucional.

No próximo capítulo, o processo de coleta e codificação dos textos analisados será descrito com maiores detalhes. Com isso, será possível compreender as demais categorias analíticas utilizadas na etapa da macroanálise.

CAPÍTULO IV

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista a extensão do *corpus* da pesquisa, os textos coletados nas plataformas do jornal *Correio Braziliense* foram organizados e codificados em um *software* para a pesquisa qualitativa, o NVivo, em sua versão 11 Pro. A familiaridade com a ferramenta é, em parte, fruto do desenvolvimento de projeto colaborativo anterior, focalizando dados de portais midiáticos para a macroanálise da representação da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*. Aquele projeto envolveu textos dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, publicados em seus respectivos *sites* no intervalo de 2011 a 2013. Essa pesquisa contribuiu para observarmos indícios relevantes para a realização de uma microanálise em recorte específico do *corpus*.

O projeto colaborativo se propôs investigar a faceta semiótica desse complexo processo social no recorte temporal já mencionado e resultou em alguns trabalhos (RESENDE, 2016; RAMALHO, 2017; RESENDE; RAMALHO, 2017; RAMALHO; RESENDE, 2018; RESENDE; GOMES, 2018; RESENDE; MENDONÇA, 2019) nos quais pudemos investigar, além do panorama geral da representação discursiva da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua no *Correio Braziliense*, recortes específicos que retratam o trabalho com textos e imagens de notícias e reportagens focados na temática de violência, entre outras questões. Na ocasião, para a pesquisa sobre o *Correio Braziliense*, foram utilizados exclusivamente os textos disponíveis na plataforma <https://www.correioweb.com.br/>.

Considerando as mudanças sociais e políticas decorridas desde os anos de publicação das notícias e reportagens outrora analisadas até o ano de 2018, nesta investigação optou-se por trabalhar com textos dos anos de 2014 a 2018 a fim de analisar como as relações entre discurso e situação de rua, no recorte específico do jornal *Correio Braziliense*, se percebem neste momento. Na primeira seção deste capítulo, 4.1, relato a trajetória realizada para a coleta das notícias e reportagens do *corpus* nas plataformas do jornal *Correio Braziliense*.²⁹ Depois, em 4.2, explicito o uso do *software* NVivo como ferramenta útil para a organização do grande volume de textos sobre situação de rua coletados nos portais do jornal *Correio Braziliense* e discuto brevemente as categorias analíticas utilizadas para a organização dos dados no *software*. Por fim, em 4.3, finalizo o capítulo explicitando como o cruzamento de dados a partir de

²⁹No princípio <https://www.correioweb.com.br/> e, posteriormente, <https://www.correio braziliense.com.br/>.

matrizes de codificação e outras ferramentas do NVivo possibilitou a realização de uma macroanálise dos dados, fornecendo um panorama da representação da situação de rua nos textos publicados no *Correio Braziliense* entre os anos de 2014 e 2018 que tiveram as temáticas violação de direitos e violência como temas centrais.

4.1 COLETA DE DADOS NOS PORTAIS DO JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE*

No período de janeiro a agosto de 2018, foi feita a coleta de textos referentes aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 até o mês vigente naquele momento. Ou seja, foram recolhidas as notícias e reportagens que abordavam algum aspecto da situação de rua datadas de 1º de janeiro de 2014 a 31 de agosto de 2018. O domínio relativo ao jornal considerado nesse período foi <https://www.correioweb.com.br/>. A pesquisa resultou em cerca de 150 notícias e reportagens de diferentes temáticas provenientes de buscas por palavras-chave associadas à situação de rua (morador/a(es)(as) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua” e “situação de rua”).

Em janeiro de 2019, ao acessar o mesmo domínio para a coleta dos textos publicados no período de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2018, completando assim os cinco anos de publicações envolvendo algum aspecto da situação de rua na plataforma *on-line* do jornal *Correio Braziliense*, percebi uma alteração importante: diferentemente do que ocorreu na primeira etapa, quando algum dos argumentos utilizados na coleta anterior (“morador/a(es)(as) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua” e “situação de rua”) era digitado no campo de busca, não apareceram resultados textuais relevantes, mas apenas anúncios publicitários, como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 1 - Tentativa de coleta de dados utilizando palavras-chave associadas à situação de rua no *site* <https://www.correioweb.com.br/>.



Fonte: <https://www.correioweb.com.br/>.

Por se tratar da plataforma *on-line* de um jornal de grande circulação, erros como esses podem ocorrer por fatores internos e externos da própria corporação, como a manutenção do *site*, a queda da rede de internet utilizada no momento do acesso ao sítio eletrônico, entre outros. Portanto, em outros dias da mesma semana, o processo descrito aqui foi refeito, mas a impossibilidade de coletar dados permaneceu. Ao levantar os motivos para tal acontecimento, a suspeita mais consistente é a de que o domínio <https://www.correioweb.com.br/> esteja sendo desativado pouco a pouco, já que o *Correio Braziliense* também conta com o *site* <https://www.correiobraziliense.com.br/>. Dessa forma, foi retomada a ideia de coletar os textos publicados pelo jornal *Correio Braziliense* entre o intervalo de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2018 para finalizar o *corpus*, focando agora na plataforma mais atualizada dessa mídia.

A coleta no domínio atualizado do *Correio Braziliense* mostrou-se ainda mais trabalhosa pois logo foi constatado que, ao contrário do *site* anterior, não era possível restringir o filtro de pesquisa para os argumentos definidos. Assim, ao procurar por “morador de rua”, por exemplo, os resultados apontavam para textos com os termos “morador” e “rua”, o que resultava cerca de 56.000 resultados, de acordo com a notificação do próprio *site*. Portanto, diferente do que ocorreu na primeira etapa quando os textos resultantes do filtro “morador de rua” traziam exclusivamente notícias e reportagens com a utilização do termo pesquisado e, conseqüentemente, abordavam de algum modo a situação de rua, foi necessária a realização da

leitura dos textos que apareceram como resultado para tomar conhecimento de quais deles encaixavam-se no recorte da pesquisa e fariam parte da coleta e quais deveriam ser descartados por não tratarem da situação de rua.

A coleta no <https://www.correiobraziliense.com.br/> trouxe ainda um novo imprevisto. Ao contrário do planejado (coletar apenas os textos do segundo semestre de 2018 para completar o *corpus*), os resultados obtidos para a busca de cada argumento apontaram para vários textos sobre a população em situação de rua que não haviam sido apresentados na plataforma anterior (<https://www.correioweb.com.br/>) para os anos de 2014 a 2018. Esse fato reforça ainda mais a suspeita de que é possível que esse domínio esteja sendo desativado aos poucos e traz o complicador de colocar em dúvida o trabalho de coleta antes realizado.

Outro ponto influenciou diretamente a composição do *corpus* e só pôde ser observado pela necessidade da leitura dos textos na íntegra: alguns textos retratavam a situação de rua, mas não traziam nenhum dos argumentos de busca utilizados no primeiro momento. As notícias e reportagens com essas características são majoritariamente textos que abordam questões diretamente ligadas aos movimentos de luta por moradia e textos que trazem notícias e reportagens internacionais sobre a situação de rua. Pensando no foco principal deste trabalho, seria inconsistente excluir esses textos do *corpus*, e tal questão, aliada ao caráter aberto das metodologias qualitativas, permitiu que um novo argumento de busca recebesse atenção: o termo “sem-teto”. A escolha desse termo específico ocorreu porque é ele que emerge dos dados quando as temáticas das notícias e reportagens que abordam a situação de rua (ainda que lateralmente) não trazem os argumentos inicialmente pensados (morador/a(es)(as) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua” e “situação de rua”).

No *corpus* foi possível observar que notícias e reportagens internacionais utilizam o termo “sem-teto” em contextos similares aos que notícias e reportagens nacionais costumam utilizar “morador/a de rua”. É possível que isso ocorra devido a tradução literal de palavras como *homeless*, do inglês, *sansabri*, do francês, e *sin techo*, do espanhol. Por outro lado, os textos nacionais resultantes da pesquisa pelo termo “sem-teto” trazem ao conhecimento do público leitor do jornal pautas e ações de movimentos sociais de luta por moradia ou eventos protagonizados por essa população, como ocupações, por exemplo. Há uma linha tênue que não permite identificar com precisão se os atores sociais retratados estão em situação de rua, de acordo com a definição trazida pela Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009). Nesses textos há, por exemplo, a presença das vozes de pessoas ativas em movimentos sociais de luta por moradia que, apesar de não estarem estritamente em situação de rua, estão em situações

precárias de habitação. Por esse motivo, apesar de os textos com o argumento “sem-teto” terem sido coletados da plataforma *on-line* atualizada do jornal *Correio Braziliense*, apenas aqueles que fizeram menção explícita à situação de rua³⁰ foram considerados como parte do *corpus* desta pesquisa.

Se, por um lado foi necessário acrescentar mais um termo de busca durante a coleta de dados no *site* <https://www.correio braziliense.com.br/>, por outro houve a possibilidade de reduzir os nove termos anteriores pois houve indícios de que a plataforma mais atualizada do *Correio Braziliense* compreendesse “morador de rua”, “moradora de rua”, “moradores de rua” e “moradoras de rua” como um único argumento. Isso foi percebido quando as buscas dos quatro termos até o dia 17 de janeiro de 2019 resultaram em exatos 56.994 textos para cada termo. Algo semelhante ocorreu para “pessoa em situação de rua” e “pessoas em situação de rua”.

Com a impossibilidade de filtrar os argumentos de busca pesquisados, fazendo com que, por exemplo, a coleta de textos com o termo “morador de rua” resultasse nos mais diversos textos contendo as palavras “morador” e “rua” e a impraticabilidade de leitura de todos os dados de uma plataforma diariamente alimentada com vários textos e que parece funcionar em sistema de rolagem infinita,³¹ evidentemente não foi possível ler todo o material do portal. Se somados os resultados para cada argumento apontado na própria plataforma do jornal seria necessário ler mais de 412.835 notícias e reportagens, para, posteriormente, dividir o que abordava algum aspecto da situação de rua no intervalo de tempo considerado e que, portanto, entraria no *corpus* e o que deveria ser descartado.

Ainda sobre as dificuldades encontradas durante a coleta de dados no *site* <https://www.correio braziliense.com.br/>, é interessante ressaltar que, diferente de outros portais jornalísticos que trazem a quantidade de páginas existentes para o termo buscado, facilitando o trabalho do/a pesquisador/a que pode pausar a coleta por alguns minutos e posteriormente dar continuidade ao trabalho a partir do número da página em que parou, o *Correio Braziliense* traz apenas a opção “ver mais”. Exemplificando essa questão, enquanto uma pesquisadora que

³⁰Mesmo nos textos que utilizaram o termo “sem-teto” para abordar aspectos da situação de rua, é possível observar representações diferentes entre pessoas em situação ‘total’ de rua e pessoas em situação de ocupação. Isso será abordado com mais detalhes em “Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)”.

³¹Termo utilizado para designar resultados de buscas em sítios eletrônicos que não apresentam fim. Essa ferramenta pode ser utilizada com o intuito de proporcionar uma maior visualização de conteúdo aos/às usuários/as, pois em certos casos, a paginação tende a desencorajar o acesso. Por outro lado, alguns sítios eletrônicos alimentados por esse sistema deixam de indicar a quantidade precisa de conteúdo existente, levando o/a usuário/a a frequentemente retomar a pesquisa do zero, como no caso aqui descrito. Disponível em: <http://www.scoremedia.com.br/rolagem-infinita-pros-e-contras/>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

trabalhe com o jornal *O Globo* pode interromper sua coleta na página de resultados de número 11 e voltar ao trabalho minutos depois clicando diretamente no número da página subsequente, ou seja, 12, a pesquisadora que tem como *corpus* o jornal *on-line* do *Correio Braziliense* necessita clicar 12 vezes na opção “ver mais”. Outro fato que chama a atenção é que se uma pesquisadora que está em uma página de busca ficar pouco tempo sem acessá-la por precisar, por exemplo, abrir uma outra guia e ler uma matéria, o *site* rapidamente redireciona as buscas para a primeira página de resultados, levando a investigadora a retomar o trabalho desde a página inicial.

Para ilustrar essa questão, seguem fotos das telas de busca dos dois jornais mencionados.

Figura 2 - Página de pesquisa do *site* do jornal *O Globo* (<https://oglobo.globo.com/>).



Fonte: <https://oglobo.globo.com/>.

Figura 3 - Página de pesquisa do *site* do jornal *Correio Braziliense* (<https://www.correio braziliense.com.br/>).



Fonte: <https://www.correio braziliense.com.br/>.

Apresentadas essas dificuldades, foi necessário delimitar um critério para a finalização da pesquisa de textos. O parâmetro escolhido baseou-se na saturação dos dados: quando em um intervalo de 50 páginas não surgissem notícias e reportagens novas para o intervalo de tempo considerado no *corpus*, a coleta daquele argumento era considerada finalizada. A seguir, uma tabela que evidencia a quantidade de páginas pesquisadas por argumento de busca.

Tabela 1 - Número de páginas visitadas por argumento de busca no *site* <https://www.correio braziliense.com.br/>.

ARGUMENTO DE BUSCA	NÚMERO DA PÁGINA “VER MAIS”
morador/a (es)(as) de rua	300
pessoa(s) em situação de rua	100
população de rua	52
população em situação de rua	100
sem-teto	450

Fonte: elaboração própria.

Vale salientar que os textos resultantes da coleta de dados no <https://www.correio web.com.br/> foram considerados, pois eles também apareceram no portal <https://www.correio braziliense.com.br/>. Entretanto, se o caminho realizado fosse o inverso, a

coleta de dados estaria comprometida, pois o portal atualizado apresentou um resultado de buscas muito superior ao encontrado na pesquisa inicial, realizada no portal que possivelmente está em processo de desativação.

A coleta de dados referente aos textos que apresentaram resultados para os argumentos inicialmente pensados e os textos com o argumento “sem-teto”, excluindo aqueles que não fizeram menção explícita a situação de rua, resultou em 310 textos passíveis de codificação³² no *software* para pesquisa qualitativa NVivo. Vale ressaltar que os textos coletados a partir do argumento “sem-teto” que não faziam menção explícita a situação de rua, focados nos movimentos de luta por moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), não foram considerados como parte do *corpus* da pesquisa. Após a realização da coleta, deu-se início ao processo de organização e codificação de textos utilizando as ferramentas do *software* mencionado.

4.2 NVIVO NA ORGANIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE TEXTOS

Os 310 textos pertencentes ao *corpus* foram coletados a partir dos argumentos de busca “morador de rua”, “pessoa em situação de rua”, “população em situação de rua”, “situação de rua” e “sem teto”. Considerando desnecessário anexar todas as notícias e reportagens coletadas para a pesquisa, a seguir apresento imagens para ilustrar como são disponibilizadas na plataforma.³³

³²A codificação dos dados foi realizada exclusivamente em textos verbais escritos. Não foi possível realizar esse trabalho em textos que, apesar de aparecerem nas pesquisas, mostravam-se indisponíveis nas plataformas durante o processo de coleta. Além disso, textos apresentados em vídeos ou textos exclusivamente imagéticos não foram codificados nesse momento pela delimitação da pesquisa, assim como não foram codificados os vídeos e imagens que compõem algumas das notícias e reportagens analisadas. Reconheço que, ao optar pelo trabalho com os textos verbais escritos, restrinjo o olhar a outros elementos significativos na prática jornalística em questão, como a multimodalidade semiótica e a intertextualidade ambiental dos comentários realizados por leitores/as, que possibilitam uma maior ação e interação entre os/as envolvidos/as nessa prática de linguagem. Entretanto, como em toda pesquisa, foi necessário realizar certas escolhas em detrimento de outras.

³³Como já mencionado, nas notas de fim encontram-se os *links* das notícias e reportagens trazidas explicitamente ao trabalho.

Figura 4 – Exemplo 1 de texto coletado na página de pesquisa do *site* do jornal *Correio Braziliense* (<https://www.correiobraziliense.com.br/>).



Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/>.

Figura 5 – Exemplo 2 de texto coletado na página de pesquisa do *site* do jornal *Correio Braziliense* (<https://www.correiobraziliense.com.br/>).



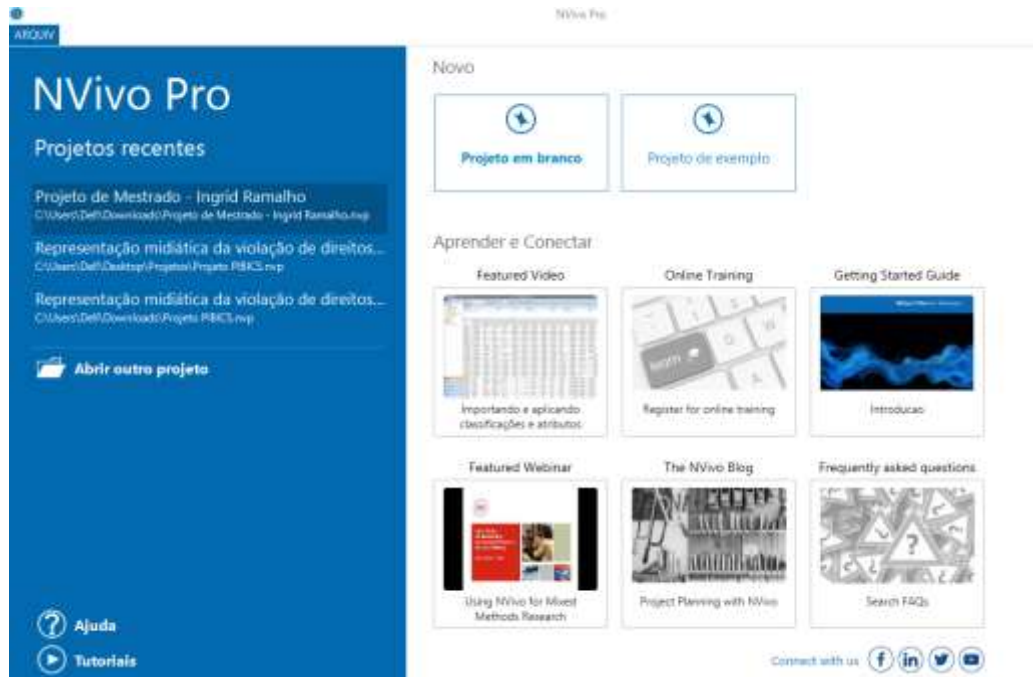
Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/>.

Os textos assim encontrados no momento da coleta foram salvos em formato de arquivo PDF para compor o banco de dados da pesquisa e, posteriormente, organizados no *software* para pesquisa qualitativa NVivo.

O NVivo é um *software* criado pela *QSR International* e visa auxiliar investigadores/as em trabalhos com dados qualitativos. Trata-se de *software* proprietário que não apresenta metodologias específicas, visto que “foi desenvolvido para facilitar técnicas qualitativas comuns para organizar, analisar e compartilhar dados, independentemente do método usado” (*QSR INTERNATIONAL*, 2014, p. 5). Para apontar o papel do *software* na macroanálise dos dados, recorro aqui às indicações do manual da *QSR International* relacionadas ao uso situado das ferramentas utilizadas para a pesquisa em questão.

Após a compra do programa e sua instalação, faz-se necessária a criação de um projeto no NVivo. É possível a execução de mais de um projeto no *software*, como mostra a figura 6.

Figura 6 – Criação de um projeto no NVivo.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

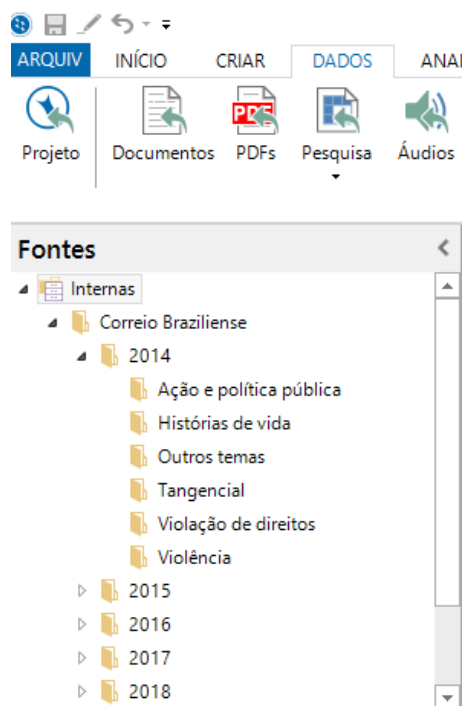
Logo após, é preciso inserir os arquivos desejados (*fontes*, na designação do *software*). O NVivo reconhece arquivos em diversos formatos de textos, imagens, vídeos e áudios. Considerando o *corpus* desta pesquisa, os arquivos foram inseridos em formato PDF em pastas organizadas por anos e temáticas. O ano pôde ser identificado durante a coleta dos textos nos portais. Já as temáticas foram separadas a partir da leitura preliminar do material. Para essa organização inicial, os 310 textos foram divididos nas temáticas *Ação e Políticas Públicas*, *Histórias de vida*, *Outros temas*, *Tangencial*, *Violação de direitos* e *Violência*.

Cabe aqui detalhar exemplos de textos que foram considerados como *Outros Temas* e *Tangencial*. Nas pastas de *Outros Temas*, foram reunidas notícias e reportagens com assuntos envolvendo a situação de rua, mas sem recorrência particular no *corpus* que justificasse a abertura de uma pasta temática. Exemplos são os textos “Pessoas aproveitam registro de água aberto para tomar banho e lavar roupa”,^{xx} texto que expõe que pessoas em situação de rua e moradores/as locais utilizavam a água de um registro da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) localizado em um terreno inutilizado e “Abandonados, prédios no Plano são ocupados por moradores de rua”,^{xxi} texto que tem como foco a discussão de especialistas sobre a “revitalização” de antigos prédios no Plano Piloto e que traz de forma

breve, mas em diferentes excertos, a ocupação desses espaços por pessoas em situação de rua. Nas pastas de conteúdo *Tangencial*, foram reunidos textos com breve menção a situação de rua, mas que não tematizam essa situação diretamente. Exemplos são encontrados nos textos “Corpo carbonizado é encontrado na entrada do Teatro Nacional”,^{xxii} que resultou na busca textual por conter uma das palavras-chave usadas como argumento de busca, “moradora de rua”, que surge na voz atribuída a investigadores afirmando que a mulher assassinada não é uma pessoa em situação de rua. Além disso há também o texto “De medicamentos a vagas em leito: falta de tudo um pouco no HRT”,^{xxiii} reportagem focada em abordar os problemas de pacientes que buscam atendimento no Hospital Regional de Taguatinga. Na ocasião, por meio da assessoria de imprensa, o órgão informou que não havia pacientes dormindo no chão da unidade, contrariando um relato trazido pelo jornal e argumentando que pessoas em situação de rua às vezes entrariam na recepção para dormir.

A Figura 7, com foco na pasta do ano de 2014, mostra a organização dos dados contidos na pasta do ano e suas temáticas principais.

Figura 7 – Organização do *corpus* em pastas por ano/temas.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

O resultado quantitativo da divisão das notícias e reportagens coletadas, considerando a organização por anos e temas, pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 2 – Organização quantitativa do *corpus*, considerando a divisão entre anos de publicação e temáticas principais.

TEMAS ANOS	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Ação e Políticas Públicas	18	11	16	29	10	84
Histórias de vida	4	2	3	2	3	14
Outros temas	3	4	3	5	4	19
Tangencial	3	5	4	8	3	23
Violação de direitos	12	5	9	12	21	59
Violência	26	28	14	27	16	111
TOTAL	66	55	49	83	57	310

Fonte: elaboração própria.

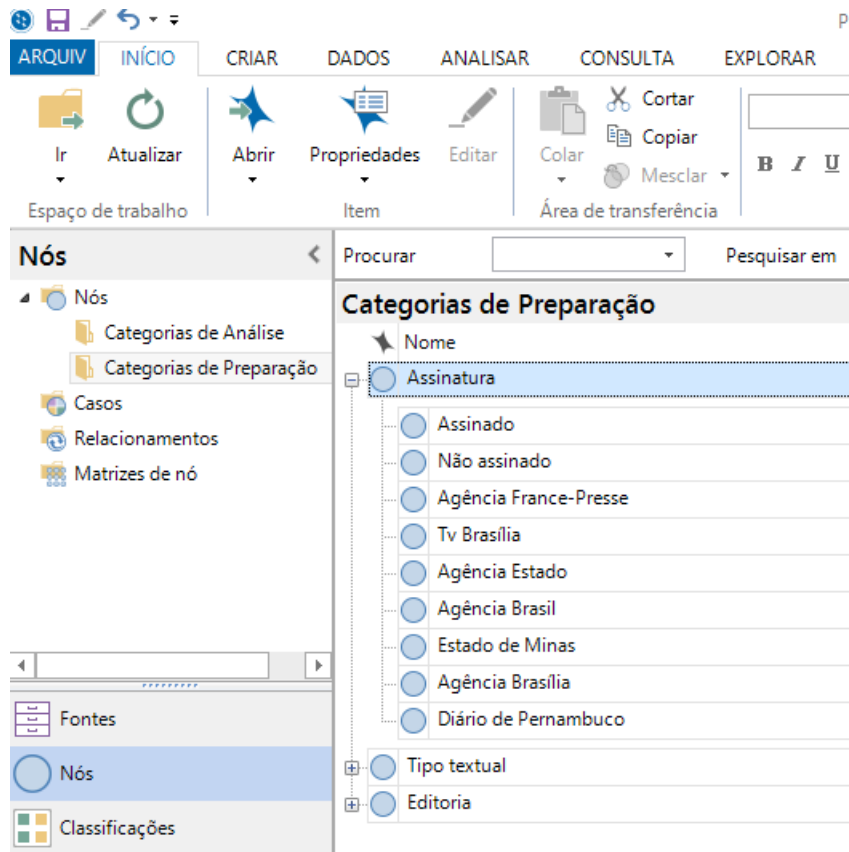
Após a organização do *corpus* em pastas, deu-se início ao processo de codificação dos dados. A codificação dos textos é realizada de forma manual no *software*. Para fins desta pesquisa, foram utilizados dois grandes grupos de *nós*, organizados em pastas denominadas *Categorias de Preparação* e *Categorias de Análise*. Para o NVivo, “*nós* são recipientes para sua codificação. Eles permitem que você reúna materiais relacionados em um lugar para que possa procurar padrões e ideias emergentes” (QSR INTERNATIONAL, 2014, p. 7).

Na pasta *Categorias de Preparação* foram criados três *nós*: *Assinatura*, *Tipo Textual* e *Editoria*. Nessa categoria apenas o *nó Tipo textual* teve seus *subnós* criados *a priori*,³⁴ a saber: *Argumentação* e *Narração*, onde foi possível mapear os tipos textuais predominantes nos textos. Já os *nós Assinatura* e *Editoria* foram alimentados por informações trazidas a partir da leitura de cada texto do *corpus*. Assim, o *nó Assinatura* ganhou os *subnós Assinado*, *Não assinado*, *Agência France-Presse*, *TV Brasília*, *Agência Estado*, *Agência Brasil*, *Estado de Minas*, *Agência Brasília* e *Diário de Pernambuco*, tornando possível mapear a assinatura das matérias jornalísticas e a reprodução de notícias de outras fontes pelo *Correio*. Vale ressaltar que, aqui, tanto os textos codificados em *Assinado* quanto os textos codificados em *Não assinado* são atribuídos ao próprio *Correio Braziliense*. No primeiro caso, há a autoria explícita dos/as jornalistas responsáveis, enquanto no segundo caso, é a voz institucional que responde pelo texto. As demais codificações indicam que os textos são republicações de produções de outras agências jornalísticas. Finalmente, o *nó Editoria* responde ao caderno onde os textos

³⁴O manual do NVivo não utiliza a nomenclatura *subnó*. Esse termo será utilizado nesta pesquisa para referir-se a um *nó* que descende de outro. Exemplo: O *nó Tipo textual*, criado para esta pesquisa é composto por outros dois *nós*, *Argumentação* e *Narração*. Aqui, *Argumentação* e *Narração* serão entendidos como *subnós* do *nó Tipo textual*.

foram publicados: *Cidades, Brasil, Mundo, Política, Revista, Carnaval 2016, Ciência e Saúde, Diversão e Arte, Economia, Especiais, Eu, estudante*. Essa estrutura é representada pelo NVivo como segue:

Figura 8 – *Categorias de Preparação* utilizadas com foco no nó *Assinatura*.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

Diferente das *Categorias de Preparação*, as *Categorias de Análise* foram motivadas por categorias discursivas. São elas: *Intertextualidade e fontes jornalísticas, Modos de referência a pessoas em situação de rua, Modos de avaliação de pessoas em situação de rua e Modos de representação de pessoas em situação de rua*.

Em *Intertextualidade e fontes jornalísticas* foram codificadas as vozes de diferentes atores sociais, ou seja, as fontes jornalísticas consultadas pelo jornal para produção das notícias e reportagens (seja em textos próprios ou textos de agências de notícias), como, *pessoas em situação de rua, moradores/as e trabalhadores/as locais*³⁵ e *vozes do governo*. Aqui se optou

³⁵Nesse nó foram consideradas também as vozes de turistas locais. Essas vozes foram tomadas como fontes para o jornal em contextos similares aos que ocorrem as vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais, muitas vezes, articulando discursos semelhantes. Além disso, por não figurarem quantitativamente como relevantes, não houve a necessidade da criação de um novo nó apenas para esses atores sociais.

por codificar todo o trecho que contém a voz de um ator social para facilitar a visualização dos dados em etapas posteriores. A opção por codificar o excerto dessa maneira decorre da necessidade de não apenas quantificar o número de vezes em que um ator social é dotado de fala no espaço discursivo de um texto, mas também ter acesso ao conteúdo das falas articuladas pois ao abrir o *nó moradores/as e trabalhadores/as locais*, é possível visualizar todos os excertos que levaram essa codificação. Ou seja, é possível observar em formato de lista (ao selecionar a visualização por *Referência*) todos os trechos das 310 notícias e reportagens do *corpus* em que vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais foram tidas como fontes de informação (para melhor visualização da ferramenta *Referência*, ver Anexo I).

Os termos codificados em *Modos de referência a pessoas em situação de rua* dizem respeito aos itens lexicais utilizados para referir-se a pessoas em situação de rua, como, *nomes próprios, população em situação de rua e famílias*, por exemplo. Aqui foram codificadas as palavras assim como aparecem no *corpus*, considerando suas especificidades. Dessa maneira, modos de referência que podem guardar semelhanças semânticas como *pessoa em situação de rua e pessoa em condição de rua* foram codificados em *nós* diferentes. Nesse ponto o foco são os diversos modos de referir-se a pessoas em situação de rua, a frequência e a recorrência de cada um deles no *corpus*. Portanto, a codificação foi realizada considerando apenas os itens lexicais emergentes dos dados e não os excertos integralmente.

As avaliações sobre pessoas em situação de rua, sejam em instância autoral do jornal ou contidas nas vozes de outros atores sociais tomados como fontes, foram codificadas em *Modos de avaliação de pessoas em situação de rua*. Aqui as avaliações não foram consideradas somente por itens lexicais isolados, ou seja, mesmo que a palavra “incômoda” não figurasse em um texto, se a ideia contida naquele excerto expressasse a avaliação da população em situação de rua como incômoda, o trecho foi codificado no *subnó incômodas*. Alguns *subnós* foram nomeados unindo itens lexicais que podem expressar avaliações aparentemente muito distintas, mas que no caso dos textos do *corpus* expressavam ideias semelhantes ou correlacionadas. É o caso do *subnó Ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas e violadas*. Embora cada item lexical guarde significado particular, em muitos contextos pessoas em situação de rua eram primeiramente avaliadas como ameaçadas, agredidas e vítimas de violência simbólica. Essas situações, no decorrer dos textos, geravam avaliações como assustadas e desassistidas. A decisão de unir esses *nós* foi tomada após a codificação de vários textos quando se observou que um mesmo trecho ser codificados em *nós* diferentes era algo frequente e ocasionou *nós* diversos para avaliações correlacionadas. Antes dessa decisão, trechos como: “Quando a rua se torna a única casa, a violência contra a mulher toma uma outra e maior proporção. O abandono

vem da família e do Estado. Não há apenas um agressor. As possibilidades de encerrar esse ciclo também são menores. O mundo não é seguro para as mulheres e elas sofrem” estavam codificados em três *nós* diferentes: *desassistidas*, *violadas* e *agredidas*. Após várias ocorrências semelhantes optou-se pela junção das avaliações em um mesmo *subnó*.

Apenas um *nó* das *Categorias de Análise* foi composto exclusivamente por *subnós* criados *a priori*, o *Modos de representação de pessoas em situação de rua*. Essas categorias foram definidas com base na teoria de representação de atores sociais proposta por van Leeuwen (1997), autor que propõe um inventário sócio semântico para evidenciar os modos pelos quais os atores sociais podem ser representados. Nessa perspectiva, o foco das categorias apresentadas por van Leeuwen (1997) ora incide em categorias sociológicas, ora incide em categorias linguísticas, ambas dispostas em um extenso quadro (ver anexo II). Por esse motivo, para fins desta pesquisa, considerando a representação de pessoas em situação de rua e os textos do *corpus* – além da decisão epistemológica de apropriar criticamente teorias estabelecidas e adaptá-las aos contextos de pesquisa, necessária para a decolonização do saber (ver “Percurso Teórico”) – optou-se por não utilizar todas as categorias propostas pelo autor. Os *subnós* elegidos para compor os *Modos de representação de pessoas em situação de rua* foram *Individualização*, *Coletivização*, *Agregação*, *Funcionalização*, *Abstração*, *Identificação relacional*, *Identificação física*, *Objetificação* e *Assimilação com outros grupos* por acreditar-se que essas categorias são as mais produtivas para a macroanálise dos dados em questão. Frequentemente, mapeamentos realizados na categoria *Modos de referência* recaem também sobre *Modos de representação*. Ao referir um ator social por seu nome próprio, por exemplo, ocorre a representação por individualização; da mesma forma, ao referir atores sociais sob o léxico “moradores de rua”, há a representação por coletivização.

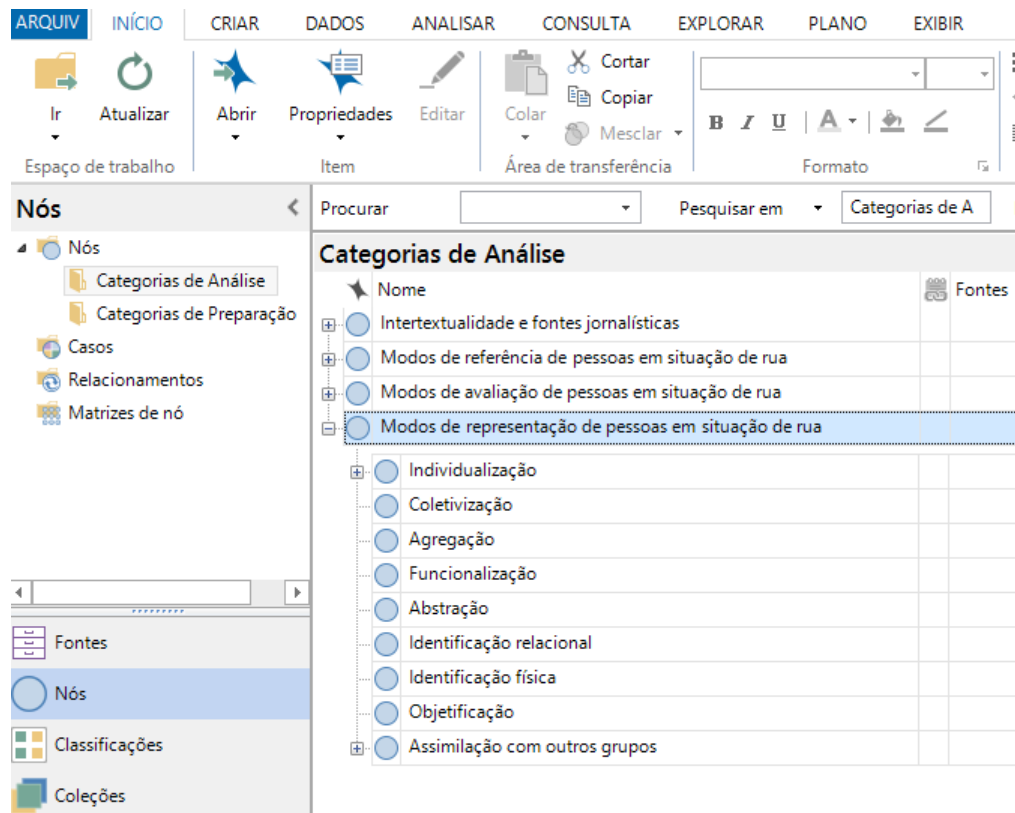
O *subnó Individualização* foi ainda dividido em outro *subnó* denominado *Individualização inespecífica*, ocorrendo aqui uma adaptação da teoria utilizada pois individualização inespecífica não é prevista por van Leeuwen (1997). Enquanto a individualização é um tipo de especificação que permite identificar indivíduos (VAN LEEUWEN, 1997) no mundo, como no exemplo: “Em situação de rua há nove anos, Aldemir da Silva, 38, é um dos que recebeu os vasilhames de comida”, a individualização inespecífica distingue um indivíduo dos demais, mas não permite sua total especificação, como em: “Uma moradora de rua de 48 anos foi encontrada morta dentro de um apartamento nesta sexta-feira (30/9), na Avenida Jandira, em Moema, bairro da zona sul de São Paulo”.^{xxiv}

Para o *subnó Assimilação com outros grupos* também foram criados outros *subnós*, dessa vez para evidenciar a quais grupos pessoas em situação de rua apareceram assimiladas.

Foram eles: *Adolescentes (em cumprimento de medidas socioeducativas), Analfabetos, Catadores de material reciclável, Crianças (em situação de vulnerabilidade social), Criminosos, Dependentes químicos, Desempregados, Egressos de manicômios ou doentes mentais, Egressos de prisões ou pessoas privadas de liberdade, Guardadores de carros, Homens, Idosos, Imigrantes, Indígenas, Indigentes, Jovens, LGBTs, Migrantes, Moradores locais, Moradores do Entorno do DF e de localidades mais distantes, Mulheres, Operários, Outras pessoas empobrecidas, Outras pessoas que morreram devido ao frio, Outras pessoas que protestavam, Pescadores, Pessoas com deficiência, Pessoas com mobilidade reduzida, Pessoas com necessidades educativas especiais, Pessoas soropositivas, Policiais, População rural, Prostitutas, Quilombolas, Trabalhadores da Rodoviária, Trabalhadores rurais, Travestis, Universitários, Vendedores/as ambulantes e Vigilantes de carros.*

Com exceção do *subnó Individualização*, para a codificação do *nó Modos de representação de pessoas em situação de rua*, foram considerados os excertos como ocorreu em *Intertextualidade e fontes jornalísticas* e *Modos de avaliação de pessoas em situação de rua*. Na figura 9, com foco no *nó Modos de avaliação de pessoas em situação de rua*, é possível observar como no *software* se visualizam as *Categorias de Análise* organizadas.

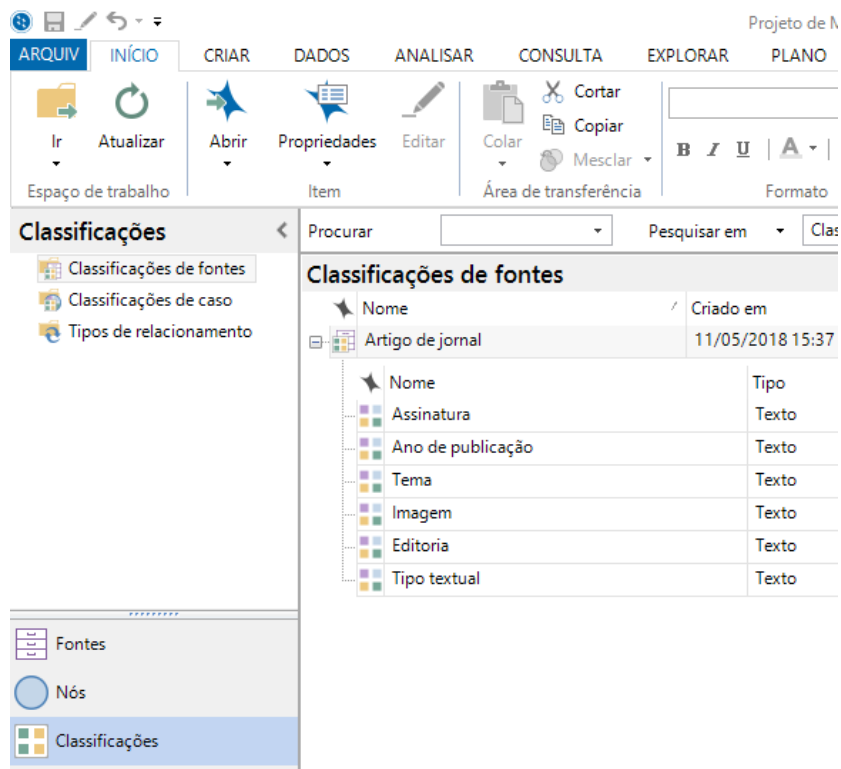
Figura 9 – *Categorias de Análise* utilizadas, com foco no nó *Modos de representação de pessoas em situação de rua*.



Fonte: elaboração própria a partir de projeto criado no *software* NVivo.

Antes do cruzamento dos dados codificados no NVivo foi necessário classificar as *fontes*, ou seja, todos os textos do *corpus*. O *software* oferece modelos de classificações baseados em gêneros discursivos, mas é possível adequá-los excluindo ou adicionando campos. Utilizou-se aqui o gênero pré-definido *artigo de jornal*. Depois da adequação dos campos, a classificação dos textos foi realizada considerando *Assinatura* (correspondente ao nó de mesmo nome), *Ano de publicação* de cada texto, *Tema* (correspondente a nomenclatura das pastas), *Imagem* (considerando as opções *Com imagem*, *Com infográfico* e *Sem elemento gráfico*), *Editoria* (considerando as informações do nó de mesmo nome) e *Tipo textual* (também considerando a codificação do nó de mesmo nome). A seguir, a imagem correspondente à ferramenta *Classificação de fontes*.

Figura 10 – Classificação de fontes, adequadas ao *corpus* de pesquisa.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

Embora dados codificados nas *categorias de análise* apresentem redundância com alguns itens da *classificação de fontes*, optei pela dupla codificação para manter o paralelismo com pesquisa focada em textos da mesma mídia com recorte temporal anterior. A seguir serão apresentados cruzamentos realizados, que só foram possíveis após a codificação inicial descrita nesta seção.

4.3 MATRIZES DE CODIFICAÇÃO E OUTRAS FERRAMENTAS DO NVIVO NO TRATAMENTO DE DADOS

O longo processo descrito na seção 4.2. foi necessário como preparação para a realização das matrizes de codificação. É essa ferramenta que permite o cruzamento das informações codificadas. Considerando a extensão do *corpus*, os resultados de matrizes de codificação podem auxiliar investigadores/as na delimitação de textos ou de aspectos específicos a serem investigados em microanálises à medida que fornece um panorama geral da codificação, cruzando *nós* e *pastas*, por exemplo.

A partir do uso dessa ferramenta foi possível utilizar a organização inicial do *corpus* em anos e temas para cruzar com *nós* das *Categorias de Preparação* ou das *Categorias de Análise* ou mesmo realizar cruzamentos entre *nós*. Assim, selecionando o *nó* da categoria de análise *Intertextualidade e fontes jornalísticas* com todos seus *subnós* como *linha* de uma matriz de codificação e o *nó Modos de avaliação de pessoas em situação de rua* com todos seus *subnós* como *coluna*, o NVivo forneceu um cruzamento que permitiu identificar por quais qualificadores diferentes atores sociais tomados como fontes pelo jornal avaliaram pessoas em situação de rua nos textos do *corpus* com base nas informações codificadas manualmente. A visualização de cruzamentos como esse é dada em forma de tabela, como se vê na Tabela 3.

Tabela 3 – Matriz de codificação *Intertextualidade e fontes jornalísticas x Modos de avaliação*.

	A : Modos de avaliação ...	B : Acomodadas, pregui...	C : Agressivas, criminos...	D : Ameaçadas, agredid...
1 : Intertextualidade e fo...	0	0	0	0
2 : Agressor, cúmplice	0	0	0	1
3 : Ativistas, religiosos, v...	0	0	0	24
4 : Empresários	0	0	0	0
5 : Entidades ligadas ao ...	0	0	0	0
6 : Especialistas	0	0	1	20
7 : Familiares e amigos ...	0	0	0	1
8 : Imprensa	0	0	1	0
9 : Moradores(as), trabal...	0	1	15	5
10 : Outras vozes	0	0	0	0
11 : Pessoas em situaçã...	0	1	8	54
12 : Polícia, Bombeiro, ...	0	0	13	11
13 : Testemunhas	0	0	3	1
14 : Vozes da lei	0	0	0	26
15 : Vozes do governo	0	1	10	6
16 : Vozes médicas	0	0	0	2

Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

Destaca-se na Tabela 3 a linha 11, que corresponde às vozes de pessoas em situação de rua, mapeadas no *nó Intertextualidade e fontes jornalísticas* e a coluna D, que corresponde ao *subnó ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas e violadas*, um dos *Modos de avaliação* no *corpus*. Portanto, é possível interpretar que em 54 ocorrências nos textos do *corpus* sobre violação de direitos e violência, pessoas em situação de rua se auto avaliaram ou avaliaram outras pessoas em situação de rua como ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas e violadas. Por outro lado, ao observarmos a linha 9, correspondente aos discursos de moradores/as e trabalhadores/as locais, notamos que os qualificadores mais atribuídos a população em situação de rua nesses mesmos contextos são *agressivas, criminosas, perigosas e violentas*, como aparece na coluna C. Por sua vez, por esse cruzamento, podemos responder

ao seguinte questionamento: “Como diferentes atores sociais avaliam pessoas em situação de rua no *Correio Braziliense* em textos publicados entre 2014 e 2018 nas pastas de violação de direitos e violência e quais as frequências dessas avaliações?”.

A organização do *corpus* desta pesquisa no *software* em pastas temáticas foi previamente planejada por se tratar de uma investigação focada nos textos que abordam violação de direitos e violência considerando a situação de rua. Com base nessa organização foi possível filtrar apenas as pastas dessas temáticas durante os cruzamentos. Portanto, pôde-se considerar utilizar como *linha* de uma matriz de codificação exclusivamente as pastas de *Violação de direitos* e/ou de *Violência* (de todos os anos ou separadamente) para o cruzamento com os *nós* ou *subnós* das *Categorias de Preparação* ou das *Categorias de Análise*. Assim, foi possível responder perguntas, como, por exemplo: “Como pessoas em situação de rua são avaliadas em textos sobre violação de direitos?”, selecionando as pastas de *violação de direitos* como *linha* de uma matriz e o *nó Modos de avaliação de pessoas em situação de rua* como *colunas* (ver Anexo IV).

Para a criação da matriz de codificação a seguir, foram selecionadas as pastas de *Violação de direitos* (considerando todos os anos) como *coluna* e o *subnó Editoria* como *linhas*. O cruzamento realizado responde a seguinte pergunta: “os textos sobre violação de direitos publicados entre os anos de 2014 a 2018, considerando a situação de rua, foram publicados em quais cadernos do *Correio Braziliense*?”. Depois do resultado dado pelo *software* foi criada uma tabela em formato Word para a melhor visualização dos dados. Na tabela do Word foram excluídos os resultados de nós vazios³⁶ e resultados igual a 0 (referente ao caderno *Brasil* em 2015, por exemplo) foram substituídos pelo sinal gráfico hífen (-).

³⁶Na Tabela 3 não constam os cadernos *Revista, Carnaval 2016, Diversão e Arte, Economia, Especiais e Eu, estudante*, mencionados em 2.3 porque o cruzamento de Violação de direitos x Editoria apontou que os textos sobre violação de direitos de pessoas em situação de rua não figuram nessas seções. Por outro lado, essas seções fizeram parte do nó Editoria porque textos classificados como Ação e Política Pública, Histórias de Vida, Outros Temas e Tangencial foram publicados nesses cadernos.

Tabela 4 – Cruzamento Violação de direitos x Editoria.

EDITORIA	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
BRASIL	6	-	4	6	11	27
CIDADES	3	3	4	4	4	18
CIÊNCIA E SAÚDE	-	-	-	-	1	1
MUNDO	2	2	1	2	4	11
POLÍTICA	1	-	-	-	1	2
TOTAL	12	5	9	12	21	<u>59</u>

Fonte: elaboração própria.

Além das possibilidades de matrizes apresentadas que cruzam codificações em diferentes *nós* e pastas, pode-se cruzar as codificações com classificações, por exemplo, ou ainda realizar cruzamentos duplos – quando o resultado de uma matriz passa a constituir uma *linha* ou uma *coluna* para novo cruzamento. Há ainda outras ferramentas que podem apontar dados relevantes para análises, como, por exemplo, o uso da *Frequência de palavras*. Para o uso desse mecanismo é necessário especificar as *fontes* que serão utilizadas (quando é possível novamente filtrar por anos e/ou tema, que foram as pastas nas quais se subdividiram os itens, ou seja, as *fontes* que compuseram o *corpus* desta pesquisa). Logo após é preciso definir o comprimento mínimo de palavras (para esta pesquisa, optou-se por utilizar palavras com extensão mínima de 3 letras, considerando que “rua” é um item lexical importante para a temática em questão) e a quantidade de palavras mais frequentes (é possível escolher a visualização das 100 palavras mais frequentes nas *fontes* escolhidas ou trabalhar com as 10 ou 1000 mais frequentes. É a pesquisadora quem definirá a quantidade de palavras na nuvem). Além disso, pode-se definir os agrupamentos desejados por: *Correspondências exatas*, *Com palavras derivadas*, *Com sinônimos*, *Com especializações* ou *Com generalizações*. A seguir, um exemplo de uma nuvem de palavras feita no *software* considerando exclusivamente os textos da temática de *Violência*, do ano de 2015.

Figura 11 – Primeira nuvem de palavras realizada na pasta de Violência, do ano de 2015, considerando os 100 itens lexicais mais frequentes.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

Observe-se que o resultado da *Nuvem de palavras* da Figura 11 apresenta itens que para a pesquisa em questão tornam-se irrelevantes, como “www”, “app”, “shtml”, “copyright”, presentes nos textos em virtude do *corpus* formado a partir da coleta em portais do jornal na internet. Além de outras palavras como “dos”, “das”, “também”, “pelo”, “mais” entre outras, igualmente esvaziadas de significados. Para que palavras como essas sejam desconsideradas nas *nuvens* criadas, é possível adicioná-las a lista de *palavras proibidas*. Vejamos o resultado de uma nova lista, excluindo itens lexicais sem relevância para o contexto da pesquisa:

Figura 12 - Segunda nuvem de palavras realizada na pasta de *Violência*, do ano de 2015, considerando os 100 itens lexicais mais frequentes e excluindo palavras sem relevância para a pesquisa.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

Pela *Nuvem de palavras* é possível observar a recorrência de léxico atrelado à temática da *Violência* como “polícia”, “morte”, “suspeito”, “matar”, “crime”, “vítima”, esperadas em decorrência da temática específica da pasta. Mas também há a frequência de palavras como “comercial”, “hospital”, “responsabilidade”, entre outras, que não necessariamente fazem parte do campo semântico do tema em questão. Isso possibilita que a pesquisadora possa investigar a fundo como aparecem determinadas palavras em seus contextos específicos clicando na própria *nuvem*. Ao realizar esse procedimento, o *software* apresenta uma nova tela onde é possível visualizar os excertos em que tais palavras aparecem. Em pesquisa anterior, a *Nuvem de palavras* das pastas de *Violência* apontou a presença de itens lexicais como “bombeiros”, “fogo”, “queimado” e “gasolina” e outras palavras do campo semântico de fogo que foram fundamentais para a delimitação do *corpus* trabalhado na microanálise daquela pesquisa com outro recorte temporal (RAMALHO; RESENDE, 2018; RESENDE; RAMALHO, 2017).

Há ainda outras ferramentas disponibilizadas pelo *software* que não foram utilizadas para esta pesquisa. Como é possível inferir a partir dos exemplos trazidos, o NVivo torna-se uma ferramenta útil no trabalho com *corpora* extensos. A depender da quantidade de textos e dos objetivos de pesquisa, seria perfeitamente possível a realização de uma análise panorâmica sem o uso da ferramenta. Dessa forma, o papel do *software* nesta investigação foi primeiramente

fornecer um panorama da representação discursiva da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no *Correio Braziliense* em textos publicados entre os anos de 2014 e 2018. Logo após, o NVivo apontou, mediante interpretações da pesquisadora sobre as ferramentas utilizadas, aspectos relevantes para microanálises.

Na temática de violação de direitos, o direcionamento do recorte micro foi conduzido pela diversidade de modos de referência a pessoas em situação de rua por termos associados ao gênero feminino. São exemplos desses termos: “artesã”, “agressora”, “irmãs”, “moradoras (de rua)”, “mulher(es)”, “mulheres em situação de rua e vulnerabilidade”, além de nomes próprios ditos femininos. Já no caso da temática de violência, a macroanálise indicou a necessidade de se analisar os textos em que ocorrem a assimilação entre pessoas em situação e pessoas em situação de drogadição (trabalho descrito nos capítulos 5 e 6).

No próximo capítulo, serão discutidas as análises panorâmicas proporcionadas pelo cruzamento de dados codificados no NVivo com as ferramentas descritas neste capítulo em textos da temática de violação de direitos. Logo, serão trazidos os resultados da microanálise de 12 textos que noticiam questões de violação de direitos.

CAPÍTULO V

5 DA MACROANÁLISE À MICROANÁLISE: SITUAÇÃO DE RUA EM TEXTOS SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO *CORREIO BRAZILIENSE* (2014 - 2018)

Para romper los muros que hay afuera vamos a tener que derribar muros de dentro y estar atentos a no perpetuar el juicio de la opresión, que fue escuela y vicio.

Círculo Perfecto – Lágrimas de Sangre feat. Silvia Tomás.

Neste capítulo trago interpretações de cruzamentos de matrizes de codificação propiciados pelo NVivo a fim de mapear o panorama da representação da situação de rua nas plataformas do jornal *Correio Braziliense*, considerando a temática de violação de direitos e os resultados obtidos através de microanálise utilizando pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica. Para isso, utilizo os dados codificados (ver “Percurso Metodológico”) nas categorias: vozes convocadas para falar sobre a situação de rua, modos de referência, de avaliação e de representação de pessoas em situação de rua no *corpus* de textos publicados entre os anos de 2014 e 2018. Em 5.1, foco nos dados da macroanálise na pasta de violação de direitos e em como essas informações auxiliaram o recorte de textos trabalhados na microanálise, discutida em 5.2.³⁷ Por fim, em 5.3. sistematizo em figuras os principais resultados da microanálise dos textos.

5.1 MACROANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE* (2014 - 2018) EM TEXTOS SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

O uso do *software* NVivo nesta investigação teve papel fundamental: auxiliar no mapeamento dos dados gerais e apontar direcionamentos para o recorte analisado em uma

³⁷Resultados preliminares da macroanálise dos textos sobre violação de direitos foram apresentados em trabalho (RAMALHO; 2019a) que compôs a mesa “Como o jornalismo *on-line* representa a população em situação de rua? Esforços integrados em projetos de pesquisa”, no XIII Congresso Internacional ALED, realizado na Universidad Autónoma de Santo Domingo, em dezembro de 2019. Agradeço ao apoio financeiro concedido pelo Instituto de Letras (IL/UnB) e pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB), da Universidade de Brasília.

microanálise. No caso dos textos da temática de violação de direitos, foram 59 notícias e reportagens resultantes da coleta nos portais do *Correio Braziliense* publicados entre os anos de 2014 e 2018. Em um primeiro momento, os cruzamentos realizados a partir de matrizes de codificação (ver “Percurso Metodológico”) levaram em consideração somente os grandes *nós de preparação e análise*. Dessa forma, as *categorias de preparação Assinatura, Editoria e Tipo Textual* foram cruzadas individualmente com as pastas de violação de direitos de cada ano para evidenciar as informações básicas dos textos de forma quantitativa, percurso descrito em 5.1.1. Logo após, processo semelhante foi realizado com as categorias de análise *Intertextualidade e fontes jornalísticas, Modos de avaliação de pessoas em situação de rua, Modos de referência de pessoas em situação de rua e Modos de representação de pessoas em situação de rua*. Os resultados dessas matrizes puderam ser cruzados com outras informações anteriormente codificadas, apresentando resultados mais refinados, processo descrito em 5.1.2.

5.1.1 Resultados dos cruzamentos de categorias de preparação em textos sobre violação de direitos

O trabalho realizado a partir de cruzamentos de *categorias de preparação* com as pastas da temática violação de direitos está descrito a seguir. O resultado do cruzamento *Assinatura x Violação de direitos* pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 5 – Assinatura de textos sobre violação de direitos.

ASSINATURA	ANOS					TOTAL
	2014	2015 ³⁸	2016	2017	2018	
Agência Brasil	7	-	2	2	7	18
Agência France-Press	2	2	1	3	4	12
Agência Estado	-	-	2	3	5	10
Assinado	1	1	-	3	5	10
Não assinado	1	2	4	1	-	8
Tv Brasília	1	-	-	-	-	1

³⁸Como é possível observar na Tabela 5, a pasta do ano de 2015 abarca poucos textos sobre violação de direitos. Os motivos para isso extrapolam os limites da pesquisa documental realizada. Para apresentar as razões que levaram a baixa relevância do tema naquele ano, seria necessária a realização de procedimentos etnográficos, não previstos para esta pesquisa.

TOTAL	12	5	9	12	21	<u>59</u>
--------------	-----------	----------	----------	-----------	-----------	------------------

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 5 é possível notar o quantitativo de textos de autoria do jornal *Correio Braziliense* que trazem ou não os nomes de jornalistas responsáveis (*assinado e não assinado*) e republicações de outras agências de notícias (*Agência Brasil* (18), *Agência France-Presse* (12), *Agência Estado* (10), e *Tv Brasília* (1)). Nesse caso, é interessante ressaltar que dos 59 textos publicados que abordaram a situação de rua pela ótica da violação de direitos, 41 são de autoria externa ao *Correio Braziliense* e apenas 10 dos 18 textos produzidos por essa mídia expressa a autoria de um/a jornalista. Essas informações de assinatura são indícios das práticas de publicação de textos sobre a situação de rua nesse jornal, que prioriza textos de autoria externa. Em outras palavras, podemos imaginar que a relevância atribuída à temática pelo *Correio Braziliense* seja baixa, já que pouco se dedica à produção própria dessas notícias e reportagens.

Para compreender em quais cadernos estão localizados esses textos, a seguir está o resultado que corresponde ao cruzamento *Editoria x Violação de direitos*.

Tabela 6 – Editoria de textos sobre violação de direitos.

EDITORIA	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Brasil	6	-	4	6	11	27
Cidades	3	3	4	4	4	18
Ciência e Saúde	-	-	-	-	1	1
Mundo	2	2	1	2	4	11
Política	1	-	-	-	1	2
TOTAL	12	5	9	12	21	<u>59</u>

Fonte: elaboração própria.

A maior parte dos textos está situada nos cadernos *Brasil* e *Cidades*. De teor semelhante, ambos tratam de assuntos cotidianos e, por vezes, cumprem a função de seção policial. No caderno *Brasil*, as notícias e reportagens abrangem temas e acontecimentos do Brasil e o

caderno *Cidades* foca no contexto de Brasília e do Entorno do Distrito Federal. O caderno *Mundo*, por sua vez, abrange textos focados em acontecimentos internacionais.

Cabe ressaltar aqui os conteúdos dos textos que aparecem em *Ciência e Saúde* e *Política*, já que se configuram como exceções. Em *Ciência e Saúde* está um texto da *Agência Brasil*, de 3 de março de 2018, que relata o aumento de casos de coinfeção de tuberculose no mundo e cita que pessoas em situação de rua estão no grupo de risco da doença.^{xxv} Já em *Política*, estão um texto da *Agência Brasil*, datado de 11 de fevereiro de 2014 e um texto do *Correio Braziliense* assinado por Bernardo Bittar, de 22 de abril de 2018. O primeiro traz a denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) contra a prefeitura da cidade, responsável por gerir um abrigo para pessoas em situação de rua que apresenta estado precário (curioso notar que um outro texto sobre o mesmo caso está localizado na seção *Brasil*).^{xxvi} Já o segundo texto trata das dificuldades que pessoas em situação de rua têm ao tentar votar nas eleições. Esses resultados geram reflexões importantes sobre a pouca ocorrência de textos que se propõem abordar aspectos de extrema relevância para a situação de rua. A saúde de pessoas em situação de rua e parâmetros para atendimento carece de debates até mesmo dentro da academia e, embora isso possa ser considerado como violência simbólica nos termos de Bourdieu (1989), há apenas um texto na pasta temática. A produção de conhecimento nessa área descreve experiências de sucesso pontuais, restritas a quadros epidemiológicos de localidades e grupos específicos (PAIVA; LIRA; JUSTINO; MIRANDA; SARAIVA, 2016). Já a baixa densidade de textos na seção *Política* é indício da invisibilidade de pessoas em situação de rua na sociedade de modo geral: apesar de a pasta conter diferentes textos com denúncias sobre violação de direitos de pessoas em situação de rua, essas questões não ganham destaque ao ponto de receberem debate na seção *Política* de modo mais amplo.

Por fim, a categoria de preparação *Tipo textual* quando cruzada com textos de violação de direitos, apresentou o seguinte resultado:

Tabela 7 – Tipo textual de textos sobre violação de direitos.

TIPO TEXTUAL	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Argumentação	7	3	4	8	20	42
Narração	5	2	5	4	1	17

Fonte: elaboração própria.

Pela tabela apresentada e considerando os gêneros discursivos característicos da mídia jornalística, é possível depreender que os textos que abordam as temáticas de violação de direitos são, majoritariamente, textos que apresentam vozes de atores sociais externos a voz autoral do jornal e trazem, em algum grau, discussões sobre os temas levantados, extrapolando a simples narração dos fatos. Parte dos textos trazem, por exemplo, acusações do Ministério Público e de outros agentes e órgãos que visam a garantia de direitos da população em situação de rua e contra-argumentos de prefeituras e outros agentes que são acusados de executar ações que ferem a integridade dessa população, como a privação da permanência em espaços públicos.

As categorias de preparação, portanto, foram úteis para compreender parte da produção dos textos sobre situação de rua no *Correio Braziliense*: em maior parte, são republicações de agências de notícias ou textos não assinados, publicados em cadernos de assuntos cotidianos e/ou policiais. Isso indica o espaço secundário destinado a textos sobre população em situação de rua. Por outro lado, as notícias e reportagens trazem certo grau de argumentação em articulação de diferentes vozes e da voz autoral do jornal, que representam a situação de rua por diferentes discursos. A seguir, para a melhor compreensão do panorama desses dados, serão discutidos os cruzamentos das categorias de análise.

5.1.2. Resultados dos cruzamentos de categorias de análise em textos sobre violação de direitos

Matrizes semelhantes foram realizadas a partir do cruzamento de *categorias de análise* com as pastas de violação de direitos de cada ano (para mais detalhes, ver Anexos III a V). Em alguns casos, os resultados foram novamente cruzados em matriz de codificação com outros dados. Nesta seção trago apenas os resultados mais relevantes para a pesquisa em questão.

Para mapear as vozes de diferentes atores sociais consultados pelo jornal e quantas vezes aparecem em textos sobre violação de direitos, foi realizado o cruzamento *Intertextualidade e fontes jornalísticas x Violação de direitos*, apresentado na tabela 8.

Tabela 8 – Intertextualidade e fontes jornalísticas em textos sobre violação de direitos.

INTERTEXTUALIDADE E FONTES JORNALÍSTICAS	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Pessoas em situação de rua	17	1	11	37	41	107

Vozes do governo	15	7	13	12	29	76
Vozes da lei	16	1	-	17	19	53
Especialistas	6	1	2	1	32	42
Ativistas, religiosos/as e voluntários/as	1	1	8	16	15	41
Policiais, Bombeiros, GCM ³⁹ e Segurança Privada	2	1	7	3	3	16
Moradores/as e trabalhadores/as locais	1	2	5	-	7	15
Entidades ligadas ao monitoramento do clima	-	1	2	1	8	12
Vozes médicas	-	-	-	-	8	8
Outras vozes	-	-	-	-	7	7
Empresários/as	-	-	-	2	2	4
Imprensa	-	-	-	1	1	2
Familiares e amigos/as de pessoas em situação de rua	-	-	-	-	1	1
TOTAL DE TEXTOS POR ANOS	12	5	9	12	21	

Fonte: elaboração própria.

Há considerável disparidade entre os números do ano de 2015 e os demais. Isso pode ter ocorrido devido à baixa quantidade de textos publicados sobre violação de direitos de pessoas em situação de rua naquele ano (apenas cinco). Chama a atenção a ausência de atribuição de voz às vozes da lei e a ocorrência de apenas duas vozes de especialistas no ano de 2016. Investigando melhor os textos do ano de 2016, foi possível perceber que dois deles trataram da desocupação do Torre Palace Hotel, em Brasília. Ambos sem assinatura, foram publicados em diferentes períodos: o primeiro em 22 de março de 2016^{xxvii} e o segundo em 3 de maio de 2016,^{xxviii} com atualização no dia seguinte.

Nos textos em questão, aparece menção a uma ação protocolada de juíza exigindo a desocupação do prédio pelos proprietários. Entretanto, o fato é articulado na voz autoral e não há citação direta ou indireta ao documento judicial, ou seja, o texto da ação não é articulado no texto do jornal. Esses textos funcionam como narrações de um acontecimento na cidade.

³⁹Guarda Civil Metropolitana. Força de segurança presente em alguns municípios do Brasil, que trabalha essencialmente em questões relacionadas ao espaço urbano. Como em Brasília não existe esse tipo de organização, as falas que aparecem no *corpus*, são, majoritariamente relacionadas ao contexto da cidade de São Paulo.

Somente o segundo conta com vozes externas: a da Polícia Militar (PM), que informou a quantidade de famílias que viveriam no local e de pessoas em situação de rua (por faixas e por reivindicações orais).

A ausência de vozes de especialistas nos dois primeiros textos do ano de 2016 indica a superficialidade das notícias que não se propõem a suscitar discussões sobre o tema e voltam-se exclusivamente para a narração de algo visto como problema: a ocupação de propriedade privada inutilizada no centro de Brasília por pessoas em situação de rua. Esse fato é ainda acentuado pela associação entre pessoas em situação de rua e criminalidade, a partir da assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química que frequentariam o local, além do uso do léxico “invasores”. O mesmo ocorre com um outro texto de apenas dois parágrafos, também sem assinatura, que data de 15 de outubro de 2016^{xxix} e cita ação de desocupação do antigo Cine Marrocos, em São Paulo. A notícia conta somente com voz da PM, que diz que a ação de reintegração de posse teria ocorrido sem conflitos.

Outros três textos desse ano – em que há a ausência de vozes da lei e baixa ocorrência de vozes de especialistas – tratam da morte de pessoas em situação de rua em período de frio em São Paulo. Um curto texto assinado pela Agência Estado e publicado em 10 de junho de 2016^{xxx} conta apenas com voz atribuída à Secretaria de Assistência Social, como voz do governo, para informar que não havia registros da utilização dos serviços ofertados por João Carlos Rodrigues, pessoa em situação de rua que morreu naquele período, e informar que as abordagens sociais estariam sendo realizadas. Além disso, há voz atribuída ao Centro de Gerenciamento de Emergências (GCE) para informar a previsão do tempo. O segundo texto, sem assinatura, publicado em 13 de junho de 2016^{xxxi} retoma a morte de João Carlos Rodrigues e conta também com voz atribuída à GCM.

Além disso, há vozes atribuídas à Arquidiocese de São Paulo e à Secretaria de Segurança Pública que informaram outras mortes. Apenas no terceiro texto sobre o tema, assinado pela Agência Estado e publicado em 14 de julho de 2016^{xxxii}, são trazidas reflexões sobre a relação das mortes de pessoas em situação de rua com a violação de direitos desses atores sociais. Mas isso não ocorre nas vozes da lei ou de especialistas e sim em voz atribuída à Pastoral do Povo de Rua. Há também o discurso de responsabilização do poder público por parte do padre Julio Lancelotti, que cobrou explicações do então prefeito, Fernando Haddad, e considerou inadequada a transferência de vagas em abrigos do centro da cidade para bairros periféricos, fato que colaborou para a segregação espacial dessa população.

Nesse texto, há vozes de pessoas em situação de rua que denunciaram a retirada de itens como colchões e papelões pela GCM, que admitiu ação e argumentou que elas ocorrem para

“evitar que a população de rua ‘privatize’ espaços públicos” e partem das demandas de pessoas incomodadas com a obstrução de calçadas. A voz atribuída ao comandante da GCM nega apenas a retirada de cobertores: “Isso seria condenável, ainda mais nesses dias frios”, minimizando a ação. Por fim, há a voz atribuída à secretária de Assistência Social e Desenvolvimento Social, Luciana Temer, que anuncia a abertura de vagas, e do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) com informes sobre a temperatura. Nesse texto, a voz de Luciana Temer é a que mais se aproxima de ser considerada uma voz de especialista. No entanto, no excerto em questão, está articulada como membro do governo para prestar explicações.

A opção da codificação de voz atribuída apenas a uma categoria foi uma decisão tomada logo no início da pesquisa. Assim, a codificação considerou a articulação de vozes em seus contextos específicos. É necessário ressaltar a ausência significativa de vozes da lei, que poderiam atuar na defesa dos direitos de pessoas em situação de rua e reforçar as cobranças direcionadas a gestão municipal. Somente após a morte de diferentes pessoas em situação de rua é que o tema passou a ser discutido de maneira mais detalhada. As políticas públicas nesse sentido são ações tomadas apenas após a ocorrência de mortes.

Os demais textos não apresentam relação temática específica. O primeiro, assinado pela Agência France-Press, foi publicado em 4 de maio de 2016^{xxxiii} e trouxe dado sobre o aumento da população em situação de rua em Los Angeles, nos Estados Unidos, segundo autoridades locais. Além dos dados quantitativos, o texto apresenta voz atribuída ao prefeito local, Eric Garcetti, que comenta: “Apesar dos progressos, Los Angeles enfrenta um déficit histórico de residências e uma crise de doentes mentais impactante, enquanto a cada dia mais veteranos de guerra se tornam indigentes”. Esse texto restringe-se à apresentação de dados e não apresenta mais discussões. O segundo, publicado em 13 de julho de 2016,^{xxxiv} é uma chamada para matéria disponível exclusivamente para assinantes e anuncia campanha de moradores/as e trabalhadores/as locais do Sudoeste, em Brasília, contra as chamadas “esmolas” e o pedido de regularização do trabalho exercido por guardadores de carros. No texto há a associação da situação de rua com criminalidade e drogadição, a representação de pessoas em situação de rua como acomodadas e oportunistas, além da associação da pobreza com alta natalidade, como em trecho atribuído à moradora local:

Se eles se comportassem dentro dos padrões, tudo bem, mas muitos usam drogas e não querem sair daqui porque conseguem ganhar mais que um salário mínimo. Há quem sinta pena, ajude as crianças. A mãe tem mais filhos, e aí não vai querer sair da rua mesmo.

Enquanto pessoas em situação de rua são avaliadas de forma negativa por discursos que potencializam a representação desses atores sociais como pessoas inaptas à vida em sociedade por não se adequarem às regras sociais e associam a pobreza à maternidade com grande quantidade de filhos/as, a comunidade local é vista como caridosa e disposta a ajudar. Em outro trecho, a mesma moradora local defende a campanha intitulada “Cidadania SIM... Esmola NÃO!”, dizendo: “Queremos mostrar os caminhos para ajudar essas pessoas, para que elas possam ser direcionadas a outro caminho ou a um abrigo”. Além dessas vozes, há apenas dados estatísticos sobre o número de pessoas em situação de rua em Brasília e a voz atribuída a um guardador de carro do local, que explica que para o exercício do ofício precisou comprovar residência fixa e registro profissional na Administração Regional da cidade. Ele se defende: “Meu serviço não é esmola. Estou fazendo ele de uma forma digna e correta”. Os excertos trazidos como exemplo indicam o papel do texto: trazer a visão de moradores/as de classe média de Brasília sobre a situação de rua. Nesse espaço, portanto, não foram consideradas as vozes da lei ou de especialistas, que poderiam discutir aspectos legais ou estruturais da situação de rua.

Por fim, o texto sem assinatura publicado em 13 de dezembro de 2016^{xxxv} funciona como uma chamada para matéria completa disponível apenas para assinantes. Nele é apresentada uma proposta da Câmara Legislativa do Distrito Federal que previa a construção de albergues em áreas isoladas. No texto, há o relato de dois homens em situação de rua atendidos pela Casa Santo André. Eles contam partes de suas trajetórias e ressaltam a importância do trabalho da instituição em suas vidas. Embora a ampliação da manchete apresente especialistas que criticam o Projeto de Lei, há uma única voz que ecoa esse discurso situada no parágrafo final e atribuída ao diácono Ribamar Soares, então presidente da instituição. Nesse sentido, com a ausência de vozes da lei, o texto cumpre apenas a função de informar sobre o Projeto de Lei, sem ampliar discussões, e ressaltar o trabalho da Casa Santo André.

Pela Tabela 8 nota-se ainda que as vozes atribuídas a *pessoas em situação de rua* (107) apresentam maior densidade nos textos sobre violação de direitos, seguidas de *vozes do governo* (76), *vozes da lei* (53), *especialistas* (42) e *ativistas, religiosos/as e voluntários/as* (41). Esse mapeamento mostrou-se relevante pois a partir desse resultado foi possível cruzar cada uma dessas vozes com a categoria *Modos de avaliação de pessoas em situação de rua* para evidenciar como os atores que mais recebem espaço discursivo no contexto de violação de direitos avaliam pessoas em situação de rua. Para detalhar a construção dessas matrizes, explico: primeiro foi realizado o cruzamento entre o *subnó pessoas em situação de rua*, presente em *Intertextualidade e fontes jornalísticas* com os textos sobre violação de direitos (dessa forma, as vozes de pessoas em situação de rua nesses textos foram isoladas). Logo após, o

resultado dessa matriz de codificação foi cruzado com o nó *Modos de avaliação de pessoas em situação de rua*. Assim, o resultado da nova matriz permitiu visualizar como pessoas em situação de rua se auto avaliaram ou avaliaram⁴⁰ outras pessoas em situação de rua nos textos sobre violação de direitos. Semelhantes cruzamentos foram realizados para *vozes do governo*, *vozes da lei*, *ativistas*, *religiosos/as e voluntários/as* e *vozes de especialistas*. O resultado desse trabalho está sistematizado na tabela abaixo.

Tabela 9 – Modos de avaliação de pessoas em situação de rua pelos atores sociais que mais recebem espaço discursivo em textos sobre violação de direitos.⁴¹

MODOS DE AVALIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	INTERTEXTUALIDADE E FONTES JORNALÍSTICAS					
	Ativistas, religiosos/as e voluntários/as	Especialistas	Pessoas em situação de rua	Vozes da lei	Vozes do governo	TOTAL
Acomodadas, preguiçosas	-	-	1	-	1	2
Agressivas, criminosas, perigosas e violentas	-	-	6	-	7	13
Ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas	17	19	43	26	4	109
Asseadas	-	-	2	-	-	2
Assistidas, acolhidas, atendidas	1	1	12	6	19	39
Doentes	-	-	5	-	2	7
Envergonhadas, tristes, humilhadas, incompreendidas	-	-	7	-	-	7
Gratas	-	-	2	-	-	2
Incômodas	-	-	-	1	3	4
Invisibilizadas, ignoradas, abandonadas	1	10	6	1	-	18
Negligentes	-	-	-	1	-	1
Oportunistas	-	2	4	-	3	9

⁴⁰É certo que avaliações estão relacionadas ao campo das valorações e estigmas sociais. Entretanto, ressalto que apesar de reconhecer as possibilidades de diálogo de diferentes concepções em trabalhos em Análise de Discurso Crítica, o modelo adotado para esta investigação não está baseado no Sistema de Avaliatividade, pautado em trabalhos no ramo da Linguística Sistêmico Funcional.

⁴¹Vale ressaltar que no contexto de violação de direitos apareceram outros modos de avaliação de pessoas em situação de rua articulados na voz autoral do jornal e/ou nas vozes de outros atores sociais que receberam menor espaço discursivo, são eles: *desobedientes e insistentes* (3), *escolarizadas* (2) e *homenageadas* (1). Além disso, o número total das avaliações é ainda maior quando consideramos as avaliações presentes na voz autoral do jornal e nas vozes de outros atores sociais que figuraram como fontes jornalísticas. A opção de trazer uma tabela focada exclusivamente nas vozes que aparecem em maior densidade ocorreu pela relevância dada a essas vozes nos textos sobre violação de direitos; logo, os discursos articulados por elas, recebem maior espaço discursivo. Para a visualização completa dos modos de avaliação de pessoas em situação de rua nos textos sobre violação de direitos ver Anexo IV.

Pedintes	-	-	1	-	1	2
Regeneradas	1	-	-	-	-	1
Revoltadas	-	-	3	-	-	3
Sujas	-	-	10	-	2	12
Trabalhadoras, honestas, ativas, esforçadas	1	1	9	1	1	13
Tranquilas, pacíficas, prestativas	-	-	3	-	-	3
Usuárias/dependentes de álcool e outras drogas	-	1	8	3	4	16
Vítimas de crise no país	-	-	1	1	-	2
Vulneráveis, incapazes economicamente, fracas	2	1	1	3	1	8

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da Tabela 9 apontam que, no contexto de violação de direitos, pessoas em situação são majoritariamente avaliadas como *ameaçadas*, *agredidas*, *assustadas*, *desassistidas*, *violadas* (109) pelos atores sociais que mais recebem espaço discursivo nesse contexto. Sobre essa avaliação, é relevante ressaltar que nas *vozes do governo* figura em apenas quatro contextos, o que é um contraponto significativo se compararmos com as avaliações nas vozes de *pessoas em situação de rua* (43), *vozes da lei* (26), *especialistas* (19) e *ativistas, religiosos/as e voluntários/as* (17). Antes de discutir essa relação, faz-se necessário ter em conta o segundo modo de avaliação mais expressivo na tabela: *assistidas*, *acolhidas e atendidas* (39) onde a articulação de vozes e modos de avaliação aparecem de maneira oposta. A avaliação de pessoas em situação de rua como *assistidas*, *acolhidas e atendidas* aparecem majoritariamente nas *vozes do governo* (19); outros atores sociais consultados não expressam a mesma opinião em tantos contextos. *Pessoas em situação de rua* se auto avaliaram ou avaliaram outras pessoas em situação de rua utilizando esses qualificadores em doze excertos, enquanto *vozes da lei* exprimiram essa avaliação seis vezes e *ativistas, religiosos/as e voluntários/as e especialistas* apenas uma vez. Aqui fica indicado o tom que perpassa os textos acerca de violação de direitos: de um lado as denúncias das violações cometidas contra pessoas em situação de rua por diversos atores sociais e, de outro, o não reconhecimento dessas ações por parte de membros de governos (geralmente distritais, quando as notícias e reportagens focam em Brasília, e municipais, quando os textos representam fatos ocorridos em outras cidades brasileiras), ou a mitigação dessas ações sob os léxicos de “atendimento”, “recolhimento”, entre outros.

Exemplo de avaliação de pessoas em situação de rua como *ameaçadas*, *agredidas*, *assustadas*, *desassistidas*, *violadas* por *vozes da lei* podem ser encontradas em excerto de reportagem da *Agência Brasil*, localizada no caderno *Política* e datada de 11 de fevereiro de 2014, em que há fala do promotor Rogério Pacheco, que explica o caso:

‘De todas as irregularidades, a falta de uma política de trabalho e geração de renda é uma das mais chocantes. Constatamos que as pessoas não são encaminhadas para serviços de requalificação profissional, por exemplo, e que não há diálogo entre as secretarias municipais’, disse Pacheco. Ele critica também a superlotação no local, com 440 pessoas, quando o limite é 150. Durante visita na semana passada, a equipe do MP-RJ também encontrou um ambiente insalubre, falta de servidores para atender aos abrigados e ausência de registro da entrada e de saída de abrigados. Segundo Pacheco, muitos moradores de rua estão sem documentos, muitas vezes, devido a ações municipais. ‘O choque de ordem da prefeitura gerou essa situação’, disse.

No mesmo texto, a promotora Patrícia Villela traça relação entre representações de pessoas em situação de rua na imprensa e o potencial que podem exercer sobre a sociedade: “A sociedade é influenciada pela imprensa e a dificuldade de olhar para a população de rua como vulnerável acaba se refletindo na falta de sensibilidade”. Por outro lado, exemplo significativo da avaliação de pessoas em situação de rua como *assistidas, acolhidas e atendidas por vozes do governo*, pode ser observado em:

‘A ideia é dar um ordenamento maior na orla e nessas regiões, atender à população de rua que precisar de ajuda e a polícia, obviamente, enfrentar os pequenos delitos. Há casos em que a fronteira é muito pequena, como um dependente químico que está na rua e pode estar cometendo um delito. Isso é um caso de segurança pública. Se ele não cometeu um delito, obviamente é um caso de assistência social. Mas o morador de rua só é recolhido, se ele quiser’, disse o secretário municipal de Governo, Rodrigo Bethlem.

O texto em questão, da *Agência Brasil* e publicado em 18 de fevereiro de 2014 no caderno *Brasil*, denuncia ação da prefeitura que priva a permanência de pessoas em situação de rua na zona sul e no centro da cidade do Rio de Janeiro e as orientam para abrigos ou delegacias. O procedimento é descrito pelo secretário municipal como “atendimento”.

Como já mencionado, nos textos sobre violação de direitos publicados entre os anos de 2014 e 2018 no *Correio Braziliense* é comum *vozes da lei* atuarem em defesa dos direitos de pessoas em situação de rua. A partir do conhecimento prévio do *corpus* e da aparição de termos inerentemente negativos que expressam a avaliação de pessoas em situação de rua pelos qualificadores *incômoda* (1), *negligente* (1) e *usuárias/dependentes de álcool e outras drogas* (3) por *vozes da lei*, expressos na Tabela 9, foi possível resgatar no NVivo os contextos onde essas avaliações ocorreram e perceber que são concentradas em dois textos. O primeiro, publicado em 3 de junho de 2015 no caderno *Mundo* e assinado pela *Agência France-Presse* expressa essas avaliações no excerto de um decreto-lei que pode ser lido a seguir:

O polêmico decreto-lei que impôs as multas está em vigor desde o final de maio no bairro de Hackney, cuja polícia e funcionários municipais podem pedir a alguém que pare de ‘mendigar, beber álcool, se comportar de maneira antissocial, usar indevidamente banheiros públicos, dormir na rua, urinar ou defecar em um espaço público ou ter um cão sem coleira que possa incomodar’.^{xxxvi}

O outro texto que apresenta exceção significativa no *corpus*, trazendo avaliações inerentemente negativas sobre pessoas em situação de rua por vezes da lei refere-se ao caso de Janaína Aparecida Aquino. No texto assinado pela *Agência Brasil* e publicado em 11 de junho de 2018 no caderno *Brasil*, é descrito que ela, mulher em situação de rua, foi submetida a um procedimento de laqueadura contra sua vontade. Nele, o juiz Djalma Moreira Gomes Júnior é apontado como autor do deferimento que autorizou o procedimento e recebe espaço para justificar a ação, momento em que as avaliações foram mapeadas. Seguem os excertos:

Em 2017, quando a decisão judicial foi publicada, o juiz escreveu que Janaína havia manifestado o interesse em realizar o procedimento de esterilização feminina pois não tinha condições econômicas para ter outros filhos, além de ser dependente química. [...] O juiz também informou que Janaína e a sua família vinham sendo acompanhados pela comarca de Mococa e que todos os filhos dela passaram pelo serviço de acolhimento da cidade, ‘alguns em mais de uma ocasião, devido à negligência dos pais em desempenhar devidamente suas funções, expondo-os a situações de risco, com o agravante de serem dependentes químicos (de crack e de bebida alcoólica) e não aderirem ao tratamento proposto, apesar de várias intervenções da rede protetiva do município’.^{xxxvii}

Em ambos os casos é notável que a avaliação de pessoas em situação de rua a partir de qualificadores negativos sustentou argumentos legais que minimizaram ações de violação de direitos tomadas contra essa população.

A categoria de análise *representação de atores sociais* é de importância fundamental para este trabalho, tendo em vista seus objetivos. Por esse motivo, aqui será dedicado um espaço maior para as discussões dos *subnós* dessa categoria, baseada em Van Leeuwen (1997). O cruzamento desse *nó* com os textos sobre violação de direitos resultou na Tabela 10, apresentada a seguir:

Tabela 10 – Modos de representação de pessoas em situação de rua em textos sobre violação de direitos.

MODOS DE REPRESENTAÇÃO	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	

Coletivização	58	21	29	54	85	247
Individualização	17	1	15	67	70	170
Identificação relacional	17	4	8	23	47	99
Agregação	21	3	11	29	34	98
Assimilação com outros grupos	15	4	11	9	25	64
Objetificação	16	2	7	10	10	45
Funcionalização	4	1	3	17	12	37
Identificação física	-	-	2	6	5	13
Abstração	1	2	2	1	5	11
Individualização inespecífica	4	-	-	1	1	6
TOTAL DE TEXTOS POR ANOS	12	5	9	12	21	

Fonte: elaboração própria.

Observando os resultados expostos na tabela 10, chama a atenção a ocorrência de apenas uma individualização nos textos de 2015. Além de ser um ano com pouca publicação de textos sobre a situação de rua, os temas abordados compreendem a população em situação de rua como um grupo sem especificar indivíduos. Há dois textos assinados pela *Agência France-Press*, um publicado em 27 de maio de 2015,^{xxxviii} que informa sobre a forte onda de calor que vitimou grupos vulneráveis em Hyderabad, na Índia, e outro de 3 de junho de 2015 que aborda a criação de decreto que impõe multas a pessoas em situação de rua em Londres, no Reino Unido. Além disso, há dois textos sem assinatura do *Correio Braziliense*, um publicado em 16 de abril de 2015,^{xxxix} em que há reclamações de moradores/as locais sobre pessoas em situação de rua e outro datado de 1 de janeiro de 2015,^{xl} que informa o serviço do “Disque 100” para atender violações de grupos vulneráveis. Há também um texto assinado por Nathália Cardim, do *Correio Braziliense*, publicado em 29 de setembro de 2015,^{xli} que menciona o crescimento de ocupações em Brasília.

Apenas nesse texto ocorre a individualização por nomeação com nome fictício (esse excerto será retomado na microanálise pois está atribuído a uma mulher em situação de rua).⁴² A ausência de individualizações nos textos desse ano pode ser percebida como decorrente da abordagem dada aos temas que envolvem a situação de rua como um grupo. Diferente de outros

⁴²A microanálise, etapa descrita na seção 5.2 deste capítulo, considerou os textos que contém vozes atribuídas a mulheres em situação de rua. Os critérios utilizados para a seleção desse recorte estão detalhados na seção própria.

textos, esses não apresentaram trechos de histórias de vida de maneira individualizada ou vozes atribuídas a pessoas em situação de rua. Ainda sobre a individualização, chama a atenção o ano de 2017 ser o único em que essa representação supera a coletivização. Isso ocorreu devido a particularidade de um texto de 10 páginas assinado por Paloma Oliveto e publicado em 10 de dezembro de 2017.^{xlii} Esse texto sozinho apresentou 35 individualizações (também será retomado na microanálise).

Apenas saber a quantidade de vezes em que pessoas em situação de rua foram representadas em assimilação com outros grupos, por exemplo, é insuficiente para os objetivos desta pesquisa. Por esse motivo, cabe evidenciar quais são os grupos que mais apareceram nesse contexto (para a visualização de todos os grupos, ver anexo III). Pessoas em situação de rua foram majoritariamente assimiladas com pessoas *criminosas* (16), *dependentes/ usuárias de substâncias químicas* (10), *outras pessoas empobrecidas* (6), *egressas de prisões ou pessoas privadas de liberdade* (4) e *idosas* (2), grupos sociais que apresentam certo grau de vulnerabilidade social ou potencializam discursos do campo da esfera criminal.

A *identificação relacional* refere-se à representação de pessoas em situação de rua em convivência com outros atores sociais. Nesses casos, as relações sociais de pessoas em situação de rua em violação de direitos marcadas por itens lexicais, como “mãe”, “irmã” e “vizinhos”, por exemplo, aparecem majoritariamente restritas à esfera familiar, a outros atores sociais em situação semelhante e a animais (de estimação, de tração ou que oferecem riscos). Referência a pessoas em situação de rua como *vítimas* foi de início considerada indício de identificação relacional por pressupor a relação entre no mínimo dois atores sociais. Entretanto, as ocorrências desse item lexical apareceram exclusivamente ligadas a eventos nos quais pessoas em situação de rua são representadas como vítimas de baixas temperaturas, de crise financeira no Rio de Janeiro, de desabamentos e de incêndios, ou seja, não se tratam de representações por identificação relacional como se imaginava. Acrescente-se que em representações como estas, focadas em fenômenos da natureza como agentes de “vitimização”, ocultaram-se os processos sociais que levam pessoas às ruas, tornando-as vulneráveis a esses fenômenos.

Palavras que marcam relações sociais entre pessoas em situação de rua e outros atores sociais, para além dos grupos já nomeados, ocorreram em caráter excepcional. Em um contexto em que foram referidas pelo termo “vizinhos” por duas vezes, em reportagem que apresenta a reivindicação de moradores/as e trabalhadores/as locais que as acusaram de perturbação e as avaliaram como incômodas por supostamente apresentarem comportamentos inadequados. Isso ocorre no trecho: “De acordo com o prefeito da quadra, Claudio Vitória, os ‘vizinhos’ usam drogas e fazem sexo na calçada”. Nas palavras de Vianna (2014, p. 270), os usos de aspas em

textos do gênero jornalístico podem “ser marcas de discurso citado (emprego autonímico) como também marcas de modalização autonímica, sinalizando a ampliação do sentido daquilo aspeado”. Na primeira ocorrência de “vizinhos” na reportagem, o termo aparece na fala do entrevistado em uma ampliação imprópria do termo, já que pessoas em situação de rua não são apresentadas como parte da comunidade local. Na segunda ocorrência, produz tom irônico. Em ambas, expande o sentido da palavra e está em contexto que representa pessoas em situação de rua de forma negativa. Outra ocasião em que ocorre a relação de vizinhança é dada em texto em que uma mulher em situação de rua ocupante de prédio que desabou explicou que tomaria banho na casa da tia de uma vizinha da ocupação.^{xliii}

A *identificação física* nos textos sobre violação de direitos é feita majoritariamente pela voz autoral do jornal. Em alguns casos, expressa estereótipos sobre pessoas em situação de rua, como em a) “Ontem, sem meias e enrolada em três edredons sujos”^{xliv} e b) “Eles estão enfileirados, também sobre papelões, cobertos até a cabeça”^{xlv}. Em outros, de forma romantizada como em c) “Robson, um operário da construção desempregado, de 43 anos, cujo rosto sujo faz com que seus brilhantes olhos azuis sobressaíam ainda mais”^{xlvi} e d), “O senhor de pele morena, cabelos desgrenhados, barba por fazer e olhos castanhos”. Há de se ressaltar a avaliação pressuposta presente em voz atribuída a uma pessoa em situação de rua que marca oposição entre si e outras na mesma situação expressa em e) “Eu procuro ficar isolado até para não perder o foco da minha subsistência, porque se eu me juntar com outras pessoas posso conviver com coisas que não quero, como drogas ou sujeira”, caracterizando demais pessoas em situação de rua como sujas, potencializando as identificações físicas presentes em a, c e d. Esse trecho aparece na voz de um homem descrito como ex-gerente de Recursos Humanos de várias empresas que está em situação de rua há pouco mais de um ano e é vítima da crise financeira do estado do Rio de Janeiro. Ao homem, representado de forma particular, a voz autoral parece dedicar certa solidariedade. Ele, por sua vez, é marcado por identificação física pela voz autoral em trechos como em f) “Ex-executivo, magro, divorciado e sem filhos, natural de Itajaí (Santa Catarina)” e g) “Com camisa social e tênis moderno, Mendonça não aparenta ser um dos milhares de sem-teto da cidade, de seis milhões de habitantes”. Mendonça é visto como um “igual”, alguém inerentemente pertencente a classe média, que após sofrer de crise que “reflete a gravidade de uma recessão que deixou 13,5 milhões de desempregados” está passando temporariamente pela situação de rua. Cabe aqui uma reflexão: o que é *aparentar* ser uma pessoa em situação de rua?

Pessoas em situação foram representadas também por *abstração* e *objetificação* em fragmentos em que aparecem de maneira impersonalizada. Para compreender melhor como isso ocorre está o Quadro 1:

Quadro 1 – Impersonalização de pessoas em situação de rua em textos sobre violação de direitos.

IMPERSONALIZAÇÃO	
POR ABSTRAÇÃO	1. “Um edifício foi invadido na 708/709 Norte e os vizinhos reclamam da insegurança da <u>nova comunidade</u> ”.
	2.1. “Também por meio de nota, a Administração Regional de Brasília alegou que reconhece o <u>problema</u> e encaminhou as reclamações à PM”.
	2.2. “Posteriormente será realizada uma reunião entre a Administração de Brasília, Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar para apurar a melhor forma de resolver a <u>questão</u> ”.
	3. “Ele reconheceu, no entanto, que os guardas-civis, pelas manhãs, auxiliam agentes das subprefeituras em um trabalho de <u>reorganização do espaço público</u> ”.
	4. “De acordo com ele, o <u>problema</u> atual se torna mais grave por conta da quantidade de guardadores de carros não autorizados nas quadras comerciais”.
	5. “A todo vapor, tratores e caminhões abriram caminho, revelando uma <u>realidade desconfortável</u> ”.
	6.1. ““Esta situação faz com que nossa bela cidade apareça sob uma <u>luz desfavorável</u> ” quando ‘o interesse turístico do local vai se multiplicar pela chegada do casamento real em maio’”. ^{xlvi}
	6.2. “O chefe da Polícia local, Anthony Stansfeld, prepara sua resposta, mas já escreveu em um comunicado que ‘essas <u>questões</u> não foram apresentadas’ no plenário municipal de outubro”.
	7. “O presidente da OAB-SP também enfatizou que a opção do promotor, referendada pelo juiz, encarou apenas a mulher como um <u>problema</u> a ser resolvido: ‘em nenhum momento se imaginou fazer a cirurgia no homem’”.
8. “Por diversas vezes, o <u>problema</u> parece começar a ser resolvido, com ações como a retirada de catadores de recicláveis do local, mas as soluções duram pouco tempo, pois a área desocupada pela Agefis volta a receber famílias que aproveitam os descartes irregulares de lixo e entulho”. ^{xlvi}	
9. “Ela pontua que a solução desse <u>problema</u> passaria por uma nova postura política, econômica e social do país”.	
POR OBJETIFICAÇÃO	10. “De acordo com o promotor do caso, Rogério Pacheco, o abrigo se tornou ‘um <u>depósito de seres humanos</u> ’”.

<p>11.1. “Prefeitura do Rio de Janeiro <u>retira</u> moradores de rua para coibir delitos”.^{xlix}</p> <p>11.2. “A ação foi acompanhada durante mais de uma hora nesta terça-feira e verificou que alguns moradores foram <u>encaminhados</u> para a van da prefeitura, para serem <u>levados</u> à delegacia e depois ao abrigo, mesmo sem querer ajuda das autoridades”.</p> <p>11.3. “Nos bairros de Copacabana e Leme, na zona sul da cidade, os agentes da prefeitura e policiais militares tinham como foco principal o <u>recolhimento</u> de moradores de rua”.</p> <p>11.4. “‘Se ele não cometeu um delito, obviamente é um caso de assistência social. Mas o morador de rua só é <u>recolhido</u>, se ele quiser’, disse o secretário municipal de Governo, Rodrigo Bethlem”.</p> <p>11.5. “No entanto, a ação foi acompanhada durante mais de uma hora, até as 10h de hoje, e verificou que alguns moradores foram <u>encaminhados</u> para a van da prefeitura, para serem <u>levados</u> à delegacia e depois ao abrigo, mesmo sem querer ajuda das autoridades”.</p> <p>11.6. “‘Eles não têm documento, então a polícia nos orientou a <u>encaminhá-los</u> à delegacia. Eles podem ter cometido algum crime e serem foragidos’, disse o secretário à reportagem”.</p>
<p>12. “O frio está demais, está dando para segurar, mas a chuva molhou as coisas. Eu tenho seis crianças, como que eu vou para o abrigo com elas? <u>Albergue aceita qualquer coisa</u>, e se tiver um pedófilo lá?”.^l</p>
<p>13.1. “A medida era ainda uma tentativa de impedir a ‘higienização da cidade’, a <u>retirada</u> de pessoas das ruas, às vésperas do mundial, segundo o MP”.^{li}</p> <p>13.2. “Este abrigo é um <u>depósito de gente</u>”.</p> <p>13.3. “O <u>recolhimento</u> de pessoas que vivem nas (<i>sic.</i>) no Rio de Janeiro também preocupa o Movimento Nacional da População de Rua”.</p> <p>13.4. “O movimento condena o <u>recolhimento</u> compulsório, sobretudo em locais insalubres como Paciência”.</p> <p>13.5. “Maciel citou como exemplo do <u>recolhimento</u> contra a vontade das pessoas o dado apresentado pelo próprio Ministério Público estadual, de que os abrigados passam de dois a três dias na unidade e depois voltam para as ruas. ‘Isso é uma prova de que não queriam ir para lá’”.</p>
<p>14. “O fato, no entanto, é que a população embaixo de viadutos diminuiu consideravelmente. Eles se escondem, com medo de serem <u>levados</u>”.</p>
<p>15. “‘De maneira alguma é feita ação de <u>retirada</u> de população em situação de rua ou de qualquer outro público do espaço da rua. Essa é uma oferta dentro da perspectiva da garantia do direito da proteção social especial, que é garantir um espaço onde a pessoa possa ter uma proteção integral’, argumentou”.^{lii}</p>
<p>16. “A Polícia Militar afirmou que fez várias operações no edifício para <u>retirar</u> os moradores. Mas alegou que após o fim das rondas, as pessoas voltam ao lugar”.^{liii}</p>
<p>17. “Polícia Civil <u>retira</u> moradores de rua de hotel e detém sete pessoas”.^{liv}</p>
<p>18.1. “‘Já acionei a Administração Regional, mas ninguém consegue <u>conter essa invasão</u>’, desabafou”.</p> <p>18.2. “A Polícia Militar informou que faz rondas na quadra, porém não tem prerrogativa para <u>retirar</u> os moradores do local”.</p>
<p>19. “Além de pedir que os moradores sejam <u>retirados</u>, Mara Silda pediu que alguns reparos sejam feitos e que o entulho seja retirado”.</p>

	<p>20.1. “O comandante da GCM, inspetor Gilson Menezes, disse que seus agentes apoiam as ações das subprefeituras para evitar a permanência de barracas nas ruas da cidade e, por isso, <u>retiram</u> papelões”.^{lv}</p> <p>20.2. ““Damos auxílio nesse trabalho de remoção de material inservível. E são <u>retirados</u> os colchões, realmente. É para tirar moradias precárias. A ideia de <u>retirar</u> os colchões é evitar que o espaço público seja privatizado. Porque existe também uma demanda de reclamações de muitos cidadãos, que dizem que, muitas vezes, têm de andar no leito carroçável (a rua) porque têm dificuldade de caminhar pela calçada”, afirmou o comandante”.</p> <p>20.3. ““Nenhum morador de rua é importunado à noite na cidade de São Paulo. Ao contrário, o trabalho da GCM no período noturno é orientar as pessoas a procurar um abrigo e, caso solicitem, auxiliar no <u>encaminhamento</u> dessa população”, garantiu o chefe da Guarda. Ele reconheceu, no entanto, que os guardas-civis, pelas manhãs, auxiliam agentes das subprefeituras em um trabalho de ‘reorganização do espaço público””.</p>
	<p>21.1. “Famílias sem-teto são <u>retiradas</u> do Cine Marrocos, em São Paulo”.</p> <p>21.2. “Famílias sem-teto que ocupavam o antigo Cine Marrocos, no centro da capital paulista, foram <u>retiradas</u> neste sábado (15/10) em uma ação de reintegração de posse”.</p> <p>21.3. “O número de famílias <u>retiradas</u> do local não foi informado pela Polícia Militar”.</p>
	<p>22.1. “Ele veio de Goiânia e ficou nas ruas até que a equipe o <u>recolheu</u>”.^{lvi}</p> <p>22.2. “Em boa parte das equipes, há sempre um antigo morador de rua, o que facilita a criação de vínculos para o <u>recolhimento</u>”.</p>
	<p>23. ““Caso haja furto na função, é demitido por justa causa’, enfatiza o comunicado divulgado pela coordenação da iniciativa da prefeitura aos centros de acolhida, que devem <u>encaminhar</u> os candidatos às seleções”.^{lvii}</p>
	<p>24. “Moradores de rua são <u>retirados</u> antes da chegada de Ivanka Trump na Índia”.^{lviii}</p>
	<p>25.1. “Em locais dispersos onde deveria ser o Parque Ecológico Burle Marx, no setor Noroeste, <u>pequenos barracos de madeirite e papelão resistem</u>”.</p> <p>25.2. “<u>Como raízes</u>, os moradores – catadores de material reciclável – <u>se fincaram</u> nessa área, que começa (ou termina) logo depois do Depósito do Detran, se estende por toda a altura da 911 Norte e avança mato adentro, chegando ao mais novo bairro do Plano Piloto, em uma área que, teoricamente, seria o Parque Ecológico Burle Marx. Não adianta <u>retirá-los</u>. No mesmo dia ou, no mais tardar, no seguinte, tornam a erguer os barracos”.</p> <p>25.3. “Políticas habitacionais <u>realocaram</u> as famílias”.</p> <p>25.4. “Em vez do parque de 280 hectares projetado para ofertar trilhas, viveiros e quadras poliesportivas, o que se descortinou foram <u>barracos improvisados, crianças desassistidas e maltrapilhas, cavalos magros e maltratados, e lixo</u>”.</p> <p>25.5. “Há um ano, 111 famílias ocupavam o Parque Ecológico Burle Marx. Para <u>tirá-las</u> de lá, o GDF ofereceu um acordo, com apoio da Arquidiocese de Brasília”.</p> <p>25.6. “Em outubro deste ano, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) <u>retirou</u> 16 barracos dentro do Parque Burle Marx – como a Constituição garante o direito de ir e vir, não se <u>removem</u> as pessoas, mas suas moradas improvisadas, feitas de lona, pedaço de madeira e papelão”.</p>
	<p>26. “A vontade das autoridades locais de <u>despejá-los</u> dos arredores suscita indignação”.</p>

	<p>27.1. “<u>A presença de moradores de rua faz parte do cenário da Rodoviária do Plano Piloto</u>, terminal que atrai entre 650 mil e 700 mil passageiros todos os dias”.</p> <p>27.2. “<u>A presença de moradores de rua como Sebastião, 76 anos, faz parte do cenário do terminal</u> que atrai entre 650 mil e 700 mil passageiros todos os dias”.</p> <p>27.3. “Em uma das garagens subterrâneas da região, em um canto, há um <u>amontoad grande de papelões e cobertores</u>”.</p> <p>27.4. “Além dos centros de acolhimento, temos vários serviços. Um deles é o de abordagem social. São 33 equipes especializadas para acompanhar essas pessoas. Vão atrás do público-alvo em todo o DF ofertar o serviço especializado da assistência. Mas essa abordagem não tem nada a ver com <u>remoção</u> dessa parcela da população”.</p>
	<p>28.1. “Por diversas vezes, o problema parece começar a ser resolvido, com ações como a <u>retirada</u> de catadores de recicláveis do local, mas as soluções duram pouco tempo, pois a área desocupada pela Agefis volta a receber famílias que aproveitam os descartes irregulares de lixo e entulho”.</p> <p>28.2. “Agefis, em conjunto com a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, realizou diversas operações para <u>retiradas</u> das famílias de catadores do local”.</p> <p>28.3. “Quem mora perto, acostumou-se com o <u>vaivém dos entulhos</u>”.</p>
	<p>29. “Em abril, 163 famílias foram <u>removidas</u> de uma das quadras da região e os prédios derrubados para que o terreno fosse liberado para a construção de um hospital”.^{lix}</p>

Fonte: elaboração própria.

Para a numeração dos fragmentos que aparecem no Quadro 1, os excertos em que pessoas em situação de rua são representadas por impersonalização em diferentes momentos de um mesmo texto foram considerados (por isso, há a numeração 2.1 e 2.2., por exemplo). A representação de impersonalização *por abstração* ocorreu pelos usos de *problema* (5), *questão(ões)* (2), *nova comunidade* (1), *reorganização do espaço público* (1), *realidade desconfortável* (1) e *luz desfavorável* (1). Nesse caso, há a ocultação de pessoas em situação de rua como atores sociais e opta-se pela substituição por modos de referência associados a elas por termos abstratos. Apenas na ocorrência presente em 7: “O presidente da OAB-SP também enfatizou que a opção do promotor, referendada pelo juiz, encarou apenas a mulher como um problema a ser resolvido: ‘em nenhum momento se imaginou fazer a cirurgia no homem’”, utiliza-se de *problema* em contexto de crítica. A representação de pessoas em situação de rua como *realidade desconfortável* e *luz desfavorável* indicam pressuposições, discursos que são partilhados socialmente em consenso. Cabe aqui uma reflexão: *realidade desconfortável* para quem? *Luz desfavorável* a partir de qual ponto de vista?

A impersonalização por *objetificação* é mais frequente e apareceu pelos usos de construções que representaram pessoas em situação de rua como parte de local físico ou em colocação com elementos físicos, como em: *a presença de moradores de rua faz parte do cenário* (2); *depósito de seres humanos/gente* (2); *albergue aceita qualquer coisa* (1); *pequenos barracos de madeirite e papelão resistem* (1); *como raízes* (1); *barracos improvisados, crianças*

desassistidas e maltrapilhas, cavalos magros e maltratados, e lixo (1); *amontoado grande de papelões e cobertores* (1) e *vaivém dos entulhos* (1). Além disso, também foram considerados casos de objetificação aqueles em que pelo uso de certos verbos pessoas em situação de rua são representadas como elementos móveis no espaço urbano, apagando as possibilidades de agência desses atores sociais, como nos usos de: *retirar/retirada* (18), *recolher/recolhimento* (7), *encaminhar/encaminhamento*⁴³ (5), *levar* (3), *remover/remoção* (3), *conter* (1), *fincar* (1), *realocar* (1), *tirar* (1) e *despejar* (1).

Em 18.1, além da objetificação pelo uso do verbo *conter*, há o uso do termo “invasão” para a referência a pessoas em situação de rua. Nos excertos 20.1., 20.2., 25.6, 27.3., além de usos do verbo *retirar*, há a substituição metafórica de pessoas em situação de rua por objetos que utilizam como abrigos improvisados, como barracas, papelões, colchões, cobertores e barracos.

Assim como na impersonalização por abstração, a impersonalização por objetificação na maioria dos fragmentos aparece de forma naturalizante. Apenas em 10 excertos (marcados por sombreado no Quadro 1) essas ocorrências estão em fragmentos com algum grau de crítica ou preocupação com as ações de violação de direitos de pessoas em situação de rua. Majoritariamente a objetificação ocorreu em contextos nos quais são expostas ou discutidas políticas públicas direcionadas a pessoas em situação de rua. Chama a atenção a objetificação presente em 13, em que há desqualificação da política de abrigamento em albergues seguida da representação de pessoas em situação de rua pelo termo “qualquer coisa” (esse excerto será retomado na microanálise pois está atribuído a uma mulher em situação de rua).⁴⁴

Assim como o resultado da matriz que mostrou que as vozes atribuídas a *pessoas em situação de rua* (107), *vozes do governo* (76), *vozes da lei* (53), *especialistas* (42) e *ativistas, religiosos/as e voluntários/as* (41) apareceram em maior densidade nos textos sobre violação de direitos (ver Tabela 8) suscitou questionamentos para a criação de uma matriz que mapeou como essas vozes avaliaram pessoas em situação de rua (ver Tabela 9); o resultado obtido pela Tabela 9, que apresentou que pessoas em situação de rua são majoritariamente avaliadas por essas vozes como *ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas* (109) e *assistidas, acolhidas e atendidas* (39), levou a outro questionamento: há diferenças na avaliação de pessoas em situação de rua quando representadas como grupo e de forma individual? Para

⁴³Compreendo que o verbo *encaminhar* objetifica pessoas em situação de rua na medida em que apaga ou mitiga suas possibilidades de agência. O uso desse verbo indica que pessoas em situação de rua são atores não autônomos que precisam ser direcionados por outrem, “colocados no caminho” considerado adequado.

⁴⁴A microanálise, etapa descrita na seção 5.2 deste capítulo, considerou os textos que contêm vozes atribuídas a mulheres em situação de rua. Os critérios utilizados para a seleção desse recorte estão detalhados na seção própria.

respondê-lo, foi necessário cruzar os *nós* que guardam representações grupais (*coletivização* e *agregação*) com as pastas de violação para, posteriormente, cruzar os resultados obtidos com o *nó modos de avaliação de pessoas em situação de rua*. Processo semelhante foi realizado com o *nó* que agrupa pessoas em situação de rua representadas especificadas por *individualização*. O resultado desses cruzamentos está a seguir:

Tabela 11 – Avaliação de pessoas em situação de rua em representação por coletivização, agregação e individualização em textos sobre violação de direitos.

MODOS DE AVALIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	MODOS DE REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA			
	Coletivização	Agregação	TOTAL DAS REPRESENTAÇÕES POR GRUPOS	TOTAL Individualização
Acomodadas, preguiçosas	1	1	2	1
Agressivas, criminosas, perigosas e violentas	12	2	14	1
Ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas	69	21	90	61
Asseadas	-	-	-	2
Assistidas, acolhidas, atendidas	45	10	55	18
Desobedientes, insistentes	2	1	3	-
Doentes	1	1	2	5
Envergonhadas, tristes, humilhadas, incompreendidas	2	1	2	10
Escolarizadas	-	4	4	1
Gratas	-	-	-	1
Homenageadas	-	1	1	3
Incômodas	15	-	15	-
Invisibilizadas, ignoradas, abandonadas	15	-	15	3
Negligentes	-	-	-	5
Oportunistas	7	1	8	5
Pedintes	1	-	1	1
Regeneradas	1	-	1	-
Revoltadas	4	-	4	-
Sujas	7	2	9	15
Trabalhadoras, honestas, ativas, esforçadas	14	2	16	7
Tranquilas, pacíficas, prestativas	-	-	-	3
Usuárias/dependentes de álcool e outras drogas	8	-	8	10
Vítimas de crise no país	1	3	4	4
Vulneráveis, incapazes economicamente, fracas	12	2	14	-
TOTAL	215	52	266	156

Fonte: elaboração própria.

Apesar de *agregação* e *coletivização* serem categorias distintas, ambas são utilizadas para representar atores sociais como pertencente a grupos⁴⁵ (VAN LEEUWEN, 1997). Enquanto o termo *agregação* “quantifica grupos de participantes, tratando-os como dados estatísticos, o mesmo não acontece com o segundo” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 195). Utilizando os dados textuais do *corpus*, são exemplos de *agregação*: a) “Em dias de chuva, o grupo, que busca abrigo, chega a somar 20 pessoas”; b) “Cerca de 28.500 pessoas passam as noites em barracas, carros ou ao relento, segundo o último levantamento das autoridades locais, o que revela um crescimento de 11% em relação à 2015” e c) “A estimativa da pasta é de 3 mil; o levantamento da entidade, porém, identifica 5 mil indivíduos ao relento na capital”. Já a *coletivização* é encontrada em: d) “Sempre passam aqui nos xingando e nos mandando trabalhar. Mas eles não sabem o que nós passamos’ [...], Antônia Meire Lima, catadora de materiais recicláveis”; e) “Nossas pesquisas consideram apenas domicílios permanentes e identificar pessoas em situação de rua exige um grande esforço de mobilização [...] informa o IBGE”^x e f) ““Mas o morador de rua⁴⁶ só é recolhido se ele quiser”, disse o secretário municipal de Governo, Rodrigo Bethlem.”. Para Van Leeuwen (1997), diferente da *agregação* e da *coletivização* que se expressam pela generalidade, a *individualização* ocorre pela singularidade. Dessa forma, apresenta-se nos textos do *corpus* na *nomeação* de pessoas em situação de rua ou pela *individualização inespecífica*. Em alguns casos, é seguida da marcação de faixa etária e/ou da *funcionalização*, casos esses em que é atribuída uma atividade laboral para especificar o ator social (e ocorre em 37 contextos). A *individualização* é exemplificada em: g) “Para Francisco e Paulo, que vivem nas ruas de Brasília, a repressão demonstra que eles não foram convidados para a festa”; h) “Ainda na praça, outro morador de rua, João da Luz, de 60 anos, disse que, há duas semanas, seus papelões, madeira e cobertores foram levados” e i) “O motorista Orisvaldo Oliveira, 55 anos, suspende a camiseta e mostra o curativo na região lombar, de onde foi retirado em agosto, um tumor maligno”. Para o *corpus* em questão foi necessária a criação de uma nova categoria de *individualização*, a *individualização inespecífica*, quando um ator social, embora especificado, traz apenas informações parciais sobre sua identidade. São exemplos as ocorrências: j) “No sábado, um sem teto de 29 anos foi encontrado desacordado num colégio

⁴⁵O autor utiliza o termo “assimilação” para abordar as categorias *agregação* e *coletivização*. Aqui, o termo “assimilação” será restrito às representações que aproximam pessoas em situação de rua a outros grupos sociais.

⁴⁶Van Leeuwen (1997) explica que a referência genérica pode realizar-se através do singular, como no exemplo trazido em f. A compreensão dessa estrutura depende de uma série de fatores, como, por exemplo, o tempo verbal (Van Leeuwen, 1997). No exemplo em questão a singularização não especifica uma pessoa em situação de rua determinada, mas refere-se à população como um grupo.

de Douai (norte), onde procurou abrigo”^{lxi}; k) “As chamas consumiram um dos barracos e carbonizaram as crianças pequenas - de dois meses, dois anos e quatro anos”^{lxii} e l) “Um homem de cerca de 45 anos, não identificado, foi encontrado morto no final da tarde desta terça-feira (19/7) no bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo”.^{lxiii}

Não causa estranhamento o fato de pessoas em situação de rua serem mais avaliadas quando são representadas como parte de um grupo, já que os *subnós agregação e coletivização* aparecem em maior densidade que *individualização* (Tabela 10). Por outro lado, é relevante notar que as principais avaliações sobre pessoas em situação de rua nesses dois contextos são as mesmas. Quando compreendidas como grupo são avaliadas majoritariamente como *ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas* (90) e *assistidas, acolhidas, atendidas* (55). Quando são avaliadas de forma individual, essas avaliações permanecem, respectivamente, em 61 e 18 contextos. Chama a atenção a avaliação *tranquilas, pacíficas, prestativas* aparecer por três vezes na representação por *individualização* e não aparecer em representações grupais. Investigando melhor essas aparições pude perceber que todas estão articuladas em vozes de pessoas em situação de rua, ou seja, demais atores sociais consultados como fontes jornalísticas pelo jornal não avaliam pessoas em situação de rua como *tranquilas, pacíficas, prestativas* no contexto de violação de direitos. O primeiro fragmento em que essas avaliações (nesses casos, autoavaliações) são encontradas aparece em texto de 16 de outubro de 2014, assinado pela *Agência Brasil* e publicado no caderno *Brasil* e trata da ocupação de um antigo galpão industrial:

Carlos Alberto disse ainda que, apesar de o local estar praticamente lotado, ele não nega acesso a novas famílias. ‘A cada dia vêm pessoas pedindo um lugar para morar. Eu não tenho como negar, pois me encontrava na mesma situação, morando de aluguel, sem condições de arcar com o preço’, explicou o presidente da associação.^{lxiv}

O próximo excerto é de texto de 2 de maio de 2018, da Agência Estado, publicado no caderno *Brasil* e também trata de uma ocupação. Dessa vez, o foco é o desabamento de um prédio ocupado em São Paulo e a permanência dos ocupantes na rua:

Já o vendedor ambulante Cláudio Maciel, de 34 anos, dormiu no largo para apoiar o movimento. Em situação de rua há 18 anos, ele costuma passar as noites no entorno, na Avenida São João. ‘Eles sempre me ajudaram, por que não vou ajudar?’, contou ele, que costumava frequentar o edifício para tomar banho e fazer refeições.

Por fim, o terceiro texto que traz a avaliação de pessoas em situação como *tranquilas, pacíficas, prestativas* em representação individual foi publicado em 8 de setembro de 2018 no caderno *Cidades* e conta com as assinaturas de Luís Nova e Luiz Calcagno. A reportagem foca no cotidiano de pessoas em situação em época de baixas temperaturas:

Natural de Mombaça (CE) e morador do Distrito Federal desde 1965, Sebastião tem irmãos na capital, mas não quer deixar a rua. ‘Gosto de passar a noite ao relento. Tenho coberta’, justifica. ‘Carrego o que posso na minha mochila, mas não gosto de levar muitas coisas. Quando ganho um cobertor extra, uso à noite e depois deixo para outro pegar’, conta.

Nos três excertos, pessoas em situação de rua apareceram como prestativas em relação de solidariedade a outras que estão em situação semelhante. No último, cabe ressaltar que a situação de rua é representada como opção. Outras avaliações positivas também são restritas aos casos individualizados, são elas: *asseadas* (2) e *gratas* (1). Há apenas uma avaliação negativa restrita a individualização: *negligente* (5), sempre em referência ao caso de Janaína Aparecido Aquino, já mencionado nesta seção.

Outras avaliações que apareceram em maior frequência quando pessoas em situação de rua foram representadas por individualização foram *sujas* (15), *envergonhadas*, *tristes*, *humilhadas*, *incompreendidas* (10), *usuárias/ dependentes de álcool e outras drogas* (10) e *doentes* (5). Essas avaliações recaíram sobre pessoas em situação de rua quando representadas como componentes de um grupo respectivamente por: 9, 2, 7, 2 vezes.

Por fim, a categoria de análise *modos de referência a pessoas em situação de rua* permitiu mapear como essa população foi referida nos textos sobre violação de direitos. Neles destacaram-se pela densidade os usos de *nomes próprios* (161), *morador/a(es)(as) de rua* (100), *pessoa(s)* (74), *pessoa(s) (que vivem) em situação de rua* (42) e *sem-teto* (35) (para tabela completa ver anexo V). Por outro lado, apesar de aparecerem em menor densidade, chamou a atenção o uso de termos com marcação de gênero feminino como *artesã* (2), *irmãs* (1), *mãe* (4), *moça* (1), *moradora de Planaltina de Goiás* (1), *mulher(es)* (19) e *vizinha* (1).

O mapeamento exposto na macroanálise forneceu o panorama da representação de pessoas em situação nos textos sobre violação de direitos publicados pelo *Correio Braziliense* entre 2014 e 2018. Pela impossibilidade de analisar todos os textos coletados em análise fina, foi necessário delimitar critérios para a realização da microanálise. O recorte escolhido teve como motivação a ocorrência de marcadores de gênero feminino como modos de referência (RAMALHO, 2019a), que, aliados a discussões dos textos sobre o caso de Janaína Aparecido Aquino, mostraram que mulheres em situação de rua sofrem dupla violação: por estarem em

situação de rua e por serem mulheres. Por esses motivos, passaram pela análise fina apenas os textos sobre violação de direitos que apresentaram vozes atribuídas a mulheres em situação de rua. Entre outras coisas, foi analisado como é representado pressupostos de ser mulher em situação de rua, discussão aprofundada na próxima seção.

5.2 MICROANÁLISE: APROFUNDANDO ANÁLISES DISCURSIVAS EM TEXTOS QUE TRATAM VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A partir do *nó* codificado no NVivo *modos de referência a pessoas em situação de rua* foi possível mapear os textos onde mulheres em situação de rua apareceram referenciadas com marcadores inerentemente associados ao gênero feminino, como *artesã* (2), *irmãs* (1), *mãe* (4), *moça* (1), *moradora de Planaltina de Goiás* (1), *mulher(es)* (19) e *vizinha* (1) nos textos sobre violação de direitos. Além disso, ainda nesse *nó*, investiguei os *subnós morador/a(es)(as) de rua e nomes próprios* a fim de mapear quais referências foram direcionadas exclusivamente a mulheres. Com o resultado desse levantamento, agrupei os textos mencionados em conjunto e realizei o cruzamento deles com o *subnó pessoas em situação de rua*, localizado no *nó Intertextualidade e fontes jornalísticas*. O resultado da matriz em questão permitiu visualizar nesse recorte os textos que trouxeram falas atribuídas a pessoas em situação de rua. Após leitura minuciosa, pude agrupar exclusivamente os 12 textos desse conjunto que articularam vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e que serão analisados de forma micro nesta seção. Ao serem apresentadas as análises, os textos seguirão a cronologia de publicação no *Correio Braziliense* e logo abaixo estarão as informações de suas *categorias de preparação*.

As perguntas que nortearam as análises dos excertos onde foram articuladas as falas atribuídas a mulheres em situação de rua são: a) Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua representaram a pobreza?; b) Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos representaram a situação de rua?; c) Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos representaram pressupostos de ser mulher em situação de rua, ou seja, como os discursos sobre feminilidade atravessaram esse recorte do corpus? e d) Quais os discursos articulados nos fragmentos analisados?

As categorias da Análise de Discurso Crítica utilizadas para guiar esta parte da investigação foram: modos de representação, intertextualidade⁴⁷ e interdiscursividade. A análise considerou cada texto. Por isso, primeiramente serão trazidas as informações de cada um, seguidas de trechos referentes às vozes de mulheres em situação de rua dispostos em quadros e logo após, as análises. Nos quadros, cada número corresponde à voz de uma mulher. Numerações como 7.1. e 7.2., por exemplo, referem-se aos textos em que uma mesma mulher em situação de rua recebeu espaço discursivo em mais de uma ocasião. As marcações destacadas em negrito são os modos de referência utilizados para citar mulheres em situação de rua, enquanto os trechos sublinhados referem-se aos modos de representação. Para a melhor compreensão dos excertos que trazem essas vozes estão entre colchetes os textos da voz autoral que as apresentam. Em alguns casos, as falas não estão dispostas na mesma ordem do texto original, como no texto 6, em que a voz atribuída a uma mesma mulher em situação de rua atravessa partes diferentes de um mesmo texto.

Texto 1 - Famílias vivem em situação crítica em ocupação no Complexo do Alemão.

16 de outubro de 2014, caderno Brasil, predominantemente argumentativo, assinado pela Agência Brasil.

O texto trata da ocupação de um antigo galpão industrial inutilizado pelos/as proprietários/as legais. Chamada de Nova Tuffy, localizada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, era abrigo de 1.800 famílias e estava no centro de uma disputa de reintegração de posse. A reportagem descreve o local e ressalta que as pessoas que residiam na ocupação, apesar de estarem em condições precárias de salubridade e moradia, não queriam sair dali antes de conseguirem uma solução definitiva para a falta de moradia. É informado, a partir de vozes de pessoas em situação de rua (de forma isolada ou mobilizada por representantes da Associação de Moradores do local) que o principal motivo da ida para a ocupação foi o aumento do preço do aluguel no Complexo do Alemão e a saída da casa de parentes e/ou da situação de rua total. O último parágrafo apresenta que a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Desenvolvimento Social foram oficiadas a prestarem auxílio aos/às residentes após a reintegração de posse. Nesse contexto, há a resposta da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos por e-

⁴⁷Embora compreenda a importância de analisar como as vozes de diferentes atores sociais figuram em textos, aqui não será analisada essa questão. A categoria será utilizada para contextualizar as discussões abordadas nos textos analisados e quais vozes articulam. Somente as vozes de mulheres em situação de rua serão analisadas de forma micro.

mail, que cita a situação da ocupação como sendo de responsabilidade do município do Rio de Janeiro, que estaria acompanhando o caso e aguardando a decisão judicial sobre a reintegração de posse. Já a voz da Secretaria Estadual de Habitação, por nota, argumenta que estado e município estariam trabalhando no planejamento de ações, mas não apresenta exemplos concretos. O quadro a seguir organiza as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua no texto em questão.

Quadro 2 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 1 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
1. “[A reclamação da valorização dos aluguéis na comunidade é comum entre os moradores da Tuffy]. ‘O aluguel aqui, na comunidade, está caro, na faixa de R\$ 450 a R\$ 500. Nós não temos condições de pagar e, por isso, viemos para cá. Eu ganho uma base de R\$ 900 e não tenho como pagar aluguel e comprar comida’, disse a <u>técnica de enfermagem Shirley Marcos da Silva</u> , que mora com <u>a mãe, a filha e duas netas</u> ”.
2. “[Outras famílias foram para a ocupação para sair da situação de rua, como a pernambucana <u>Elisângela Andrade Santana</u>]: ‘Fiquei cinco meses morando na rua, <u>com meus três filhos</u> . Aí um <u>colega</u> me indicou este lugar e eu vim. Já faz sete meses que estou aqui. Tenho fé em Deus que daqui nós vamos conseguir alguma coisa’, disse”.
3. “[A <u>diarista Gláucia Anacleto</u> mora com <u>dez netos</u> na parte mais crítica da ocupação, o chamado porão, onde não tem nenhuma janela e o ar é difícil de respirar]. O mais complicado, segundo <u>ela</u> ⁴⁸ , é conseguir comida para as crianças. ‘Para alimentar essa criançada, só a misericórdia de Deus. A gente deixa para almoçar quanto (<i>sic.</i>) já estiver perto de jantar”.
4. “[A <u>pensionista Neuza Monteiro</u> , de 73 anos, também é moradora do porão. Sua casa ficava ao lado de uma bica, o que era considerado um privilégio, mas que agora está completamente seca:] ‘Minha situação não está nada bem. Agora piorou, pois cortaram a água. Eu vim para cá porque o aluguel subiu muito e minha pensão não cobria. Era pagar o aluguel ou comer. Queria que esses políticos que estão aí olhassem mais por nós e nos dessem um lugar decente para morar’, cobrou”.

Fonte: elaboração própria.

As vozes atribuídas a mulheres em situação de rua aparecem no texto 1 para confirmar o que diz a voz autoral. Em 1 e 2 referem-se aos motivos que levaram pessoas em situação de rua a viverem na ocupação; em 3, relata o estado precário em que vivem e em 4 as duas questões são abordadas. Os fragmentos articulam diferentes discursos sobre pobreza: pobreza é representada como carência de renda e de necessidades básicas (voz 1), como carência de necessidades básicas (voz 3), carência de necessidades básicas, acesso a serviços e renda (voz 4). O discurso que associa a pobreza a uma grande quantidade de crianças (filhos e netos) pode ser encontrado na voz 2.

O discurso da religiosidade cristã atravessa as vozes 2 e 3 e configura-se como fonte de esperança por auxílio ou como força necessária para a sobrevivência em condições precárias.

⁴⁸Apesar de modo de referência, “ela” e outros pronomes foram desconsiderados nas análises desta pesquisa.

Por outro lado, a responsabilização do Estado, seguida de demanda ao poder público pela situação de vulnerabilidade social em que se encontram aparece somente na voz atribuída a Neuza, que relata que sua pensão não cobre de forma efetiva sua sobrevivência e almeja soluções de políticos. Apesar disso, as políticas públicas demandadas por ela são representadas não como direito, mas como dádiva ofertadas por políticos. Essa representação da política pública é expressa pelo uso do verbo “dar” em “Queria que esses políticos que estão aí olhassem mais por nós e nos dessem um lugar decente para morar”.

Os pressupostos de ser mulher em situação de rua no texto 1 é ser responsável pelo o sustento da família – mãe, filhos/as, netos/as – ao contrário de discursos que circulam socialmente que colocam figuras masculinas nessa posição. Essas mulheres são representadas por individualização com nomeação e funcionalização e, com exceção da última voz, aparecem em relações sociais com familiares em mesma situação, mas nunca em relação com outros homens. Apenas em 2 é mencionada relação social com alguém fora do círculo familiar, um colega. Todas as vozes aparecem em discurso direto, indicando a retomada às falas originais e apenas em 3 há também discurso indireto, que informa aos leitores/as a articulação do dito na voz autoral. Na voz 4 é possível notar que embora em situação semelhante, a localização espacial marca diferenças sociais até mesmo entre os residentes da ocupação, já que o acesso a água que Neuza possuía era visto como “privilégio”. Chama a atenção o uso do termo “casa” para referir o local de permanência dessa mulher. Esse léxico pode ser considerado um termo naturalizador, já que outro trecho do texto põe em evidencia que “as divisões com panos, que demarcavam originalmente cada lote, deram lugar a barracos em compensado, divididos por corredores estreitos, onde circulam adultos e crianças, em meio a insetos e esgoto”, representação distante do que seria de fato uma casa para os/as leitores/as do jornal.

É pertinente discutir ainda que, embora a voz autoral que antecede a fala atribuída a Elisângela (em 2) articule que ela e seus filhos ao residirem na ocupação saíram da situação de rua, pela definição trazida na Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, pessoas nessas circunstâncias de habitação estão também em situação de rua.

As ações que mulheres em situação de rua praticam nesse contexto expressam majoritariamente movimentação ou permanência no espaço urbano, ações do falar com usos de verbos *dicendi* (típicas do recorte escolhido), de ter fé e a negação de possuir condições financeiras. Apenas as ações de “ganhar dinheiro” como pagamento de trabalho (em 1) e “conseguir comida” (em 3) expressam a execução de atividades efetivas no mundo, sempre ações voltadas à subsistência/ sobrevivência.

Texto 2 - Crescem invasões no DF e especialista aponta pobreza como principal causa.

29 de setembro de 2015, caderno Cidades, predominantemente argumentativo, assinado por Nathália Cardim (CB).

O texto aborda o crescimento de ocupações no Distrito Federal e cita operações de derrubadas realizadas pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis). Traz apenas a voz de uma mulher em situação de rua e de uma moradora local, que por ser advogada é considerada especialista pelo jornal, algo incomum nos textos do *corpus* pois as vozes consideradas de especialistas comumente estão relacionadas diretamente com a temática da situação de rua, como vozes de profissionais da assistência social ou de professores/as e pesquisadores/as com conhecimento de causa. O texto sustenta que pessoas em situação de rua aproveitam-se de ligações irregulares de eletricidade para obterem energia elétrica em ocupações em Águas Claras e que o aumento da quantidade de lonas na região do Eixo Norte indica o aumento de pessoas em situação de rua na região, além de mencionar ocupações nas proximidades da Universidade de Brasília e no Setor de Clubes Norte – áreas consideradas nobres. O curto texto funciona como chamada para a matéria completa, disponível apenas para assinantes. No quadro a seguir está a única voz atribuída a mulher em situação de rua.

Quadro 3 – Voz de mulher em situação de rua no Texto 2 sobre violação de direitos.

VOZ DE MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA
5. “Desde os 2 anos de idade em Brasília, a artesã Maria (nome fictício), 31, afirmou que estar na rua não é opção. Ela conta que tentou participar de programas habitacionais, no entanto, nunca foi chamada. [A mulher e o marido vivem no canteiro central do Eixão, na altura da 208 Norte. Dormem no chão, secam as roupas na grama e vão ao banheiro de forma improvisada. Mesmo assim, não reclamam.] ‘Não é mil maravilhas, mas também não é tão ruim. É quase uma praia’, comparou”.

Fonte: elaboração própria.

Na voz atribuída a mulher em situação de rua de maneira indireta e direta, estar em situação de rua é primeiramente decorrência de falta de opção, trecho em que há o discurso da ineficiência de políticas habitacionais. Ao final da fala, no entanto, há a negação da situação de vulnerabilidade, quando há a comparação romantizada do local da ocupação com uma “quase praia” – talvez uma forma de proteger a própria dignidade na situação invasiva da entrevista? A representação na voz autoral traz a funcionalização, a individualização (por nome fictício) e a identificação relacional de Maria com seu cônjuge. Se por um lado o texto representa pressupostos ser mulher em situação de rua como algo normalizado, mostrando que Maria

executa ações que mulheres exercem mesmo fora da situação de rua, como “viver com o marido”, “dormir”, “secar roupas” e “ir ao banheiro”, há a quebra da normalização por elementos modificadores como “no canteiro central do Eixão”, “no chão”, “na grama” e “de forma improvisada”. A fala de Maria no texto trabalha para acentuar discursos sobre a ineficiência do Estado, retomada em outros excertos, como em “as invasões de área pública fazem parte da história da cidade e são fortalecidas pela falta de fiscalização adequada”. As ações que Maria pratica nesse contexto expressam permanência no espaço urbano, ações do falar (e não reclamar), ações que exprimem a execução de atividades básicas e ações frustradas, como “tentar participar” de programa habitacional.

Texto 3 - Com frio recorde, morador de rua tem colchões e papelões retirados por GCM.

14 de junho de 2016, caderno Brasil, predominantemente argumentativo, assinado pela Agência Estado.

O texto discute as ações de confisco de objetos de pessoas em situação de rua pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) em São Paulo em período de frio e relata as mortes de pessoas em situação de rua decorrentes das baixas temperaturas que as atingem por estarem nessas condições. São articuladas as vozes de pessoas em situação de rua e da Pastoral do Povo de Rua (organização ligada à Igreja Católica) que denunciam os casos de violação; da GCM, que defende as ações executadas e nega violações; da prefeitura municipal, que nega as mortes do mapeamento da Pastoral do Povo de Rua; da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que anuncia o aumento de vagas emergenciais em abrigos e do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) com as previsões climáticas do período. Nessa discussão, as vozes de mulheres em situação de rua aparecem da seguinte forma:

Quadro 4 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 3 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
6. “[Alvo dessas operações, os moradores de rua afirmam que tudo o que juntaram para escapar do frio é levado pelos guardas, incluindo as proteções de papelão.] ‘Eles passam aqui às 7 horas. O que a gente ainda não guardou, eles levam’, contou a moradora de rua Sara Patrícia, de 49 anos , que vive na Praça 14 Bis, no Bexiga, região central. <u>Dona de cinco cães e quatro gatos</u> , a moradora afirmou que não teria com quem deixar seus animais de estimação caso fosse para os abrigos municipais”.
7.1. “Na zona leste, a também moradora de rua Ana Paula de Jesus Souza, de 37 anos , relatou que teve cobertores, roupas e até documentos e remédios levados por guardas. ‘Estava tudo no meu carrinho. <u>Tinha comida, remédio, ração para os cachorros</u> ’, reclamou”.
7.2. “[Após o padre Julio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, postar um vídeo no Facebook sobre o caso e cobrar explicações do prefeito Fernando Haddad (PT),] ela afirmou que o material foi devolvido. Ontem, <u>sem</u>

meias e enrolada em três edredons sujos, **ela** tossia enquanto explicava por que não queria ir para abrigos ‘Lá, tenho de acordar muito cedo e não consigo caminhar de volta para cá por causa da artrose’”.

Fonte: elaboração própria.

As falas de mulheres em situação de rua em 6 e 7.1 são abertas com o modo de referência “moradora de rua”, naturalizador, quando se considera que a rua não deveria ser entendida como local de moradia de nenhum ser humano. Logo depois, são trazidos os nomes próprios dessas mulheres de forma individualizada. Nos dois excertos, ocorre ainda a identificação relacional com animais de estimação – em 6 de forma romantizada, marcada pela quantidade de cães e gatos e por eles serem considerados empecilhos para o abrigo de Sara Patrícia. Nesse caso, há o discurso da eficiência do Estado, que oferece política habitacional temporária e discurso que potencializa a representação da situação de rua como opção, já que na fala atribuída a Sara Patrícia há a recusa da aceitação da política pública. Em 7.2. ocorre representação semelhante da situação de rua na segunda fala atribuída a Ana Paula, onde justifica sua posição de não recorrer ao abrigo municipal, dessa vez por um problema de saúde.

Da forma como ocorre a identificação relacional, discursos que colocam a mulher na posição de cuidadora natural são encontrados: em 6, Sara Patrícia recusa abandonar seus animais e ir para abrigos e em 7.1., Ana Paula mantém sob seus cuidados não só seus animais, mas também ração para os alimentar. As vozes 6 e 7.1 são acionadas para denunciar as ações de higienização social executadas pela GCM, veementemente negadas em parágrafos anteriores. Em 7.2. a representação de Ana Paula é realizada a partir da identificação física, que associa pessoas em situação de rua a sujeira e frágil saúde. Há também a representação da situação de rua como inadequação a regras sociais (como a quantidade de animais de estimação, em 6, e a desobediência aos horários definidos pelo abrigo, em 7.2). Nas falas atribuídas a mulheres em situação de rua por discurso direto e indireto é possível identificar também o discurso da situação de rua como violação de direitos. As ações que mulheres em situação de rua praticam nesse contexto expressam permanência no espaço urbano, ações de falar, ação que retrata frágil saúde, ação não efetivada (“não guardar”) e o desejo de não aceitar a política social existente, mas sempre por justificativas ligadas à própria “indisciplina” e não aos serviços ofertados.

Texto 4 - Voluntários suprem falhas em serviço social e ajudam moradores de rua.

7 de julho de 2017, caderno Cidades, predominantemente argumentativo, assinado por Ana Viriato (CB).

O texto discute a suspensão de serviços direcionados à população em situação de rua de Brasília em período de baixas temperaturas. Isso decorreu de questões judiciais envolvendo denúncias de irregularidades em licitação de apoio financeiro do Governo do Distrito Federal (GDF). Segundo o texto, parte da lacuna deixada pelo Estado naquele momento foi suprida por voluntários/as ligados/as a uma igreja. Recebem espaço discursivo as vozes do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, do Instituto Ipês, de pessoas em situação de rua, da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Casa Santo André. A voz da única mulher em situação de rua nessa discussão é expressa no quadro a seguir.

Quadro 5 – Voz de mulher em situação de rua no Texto 4 sobre violação de direitos.

VOZ DE MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA
8. “Natural do Pará e moradora do DF há três anos, Maria Célia Sousa, 37 anos , também narrou experiências com a abordagem social. A moça conta que, graças à prestação de serviços, conseguiu consultas médicas e tornou-se apta a participar de programas sociais. ‘Com a ajuda deles, tirei alguns documentos e consegui algumas bolsas. Juntei dinheiro e, inclusive, consegui comprar um pequeno lote na minha terra natal. Meu sonho é conseguir erguer uma casinha de barro’, disse”.

Fonte: elaboração própria.

A articulação da voz de Maria Célia, representada por individualização a partir de nomeação, é realizada por discurso indireto e direto e funciona no texto como exemplo concreto da importância do serviço de abordagem social, seja por iniciativas governamentais ou de demais instituições e/ou voluntários/as. O termo “moça”, utilizado para referir-se a Maria Célia, é único no *corpus*⁴⁹ e potencializa representação mais empática pela voz autoral. A situação de rua é representada como passível de superação quando há o bom funcionamento de políticas públicas, fato que faz com que Maria Célia seja capaz de apresentar perspectivas de futuro. No entanto, há certo tom meritocrático (expresso inclusive pela recorrência do verbo “conseguir”) e de romantização (“casinha de barro”). A descrição do percurso realizado por ela pode potencializar representações que limitam a situação de rua ao viés financeiro. Se assim fosse, políticas de assistência social focadas exclusivamente na questão de renda seriam suficientes para a resolução desse complexo processo social, o que na prática não ocorre tendo em vista os fatores estruturais, biográficos e fatos da natureza ou desastres de massa (SILVA, 2006) que

⁴⁹O termo também não aparece como modo de referência a outra mulher em situação de rua em nenhuma outra temática (ação e políticas públicas, histórias de vida, outros temas, tangencial e violência). Por outro lado, há o uso do termo em um único texto da temática de violência para referenciar uma mulher fora da situação de rua considerada cúmplice de assassinato. Na ocasião, três homens que estavam com ela espancaram um homem em situação de rua violentamente enquanto a vítima dormia.

também são motivadores da situação de rua. No fragmento analisado não há menção a feminilidade pressuposta. Nesse texto, as ações executadas por Maria Célia não se restringem aos verbos *dicendi* e a outros que expressam existência. Ela aparece realizando ações efetivas no mundo como “conseguir consultas médicas” e “juntar dinheiro”.

Texto 5 - População de rua ainda luta para romper invisibilidade e garantir direitos.

19 de agosto de 2017, caderno Brasil, predominantemente argumentativo, assinado pela Agência Brasil.

Reportagem publicada na semana que antecedeu o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua daquele ano, o texto menciona a importância do trabalho dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop) e de organizações sociais, no caso, a *Revista Traços*, que constitui fonte de renda para pessoas em situação de rua de Brasília. São retomadas também a luta do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) após o Massacre da Praça da Sé, em São Paulo, e a Política Nacional para a População em Situação de Rua, criada em 2009, considerada conquista de mobilização social. O texto articula as vozes de uma mulher em situação de rua, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e do GDF. O texto discute ainda que os direitos de pessoas em situação de rua por vezes são negados ao procurarem órgãos públicos, seja por desconhecimento de informações ou incompreensão sobre as necessidades dessa população, e ressalta a dificuldade de implementação da Política Nacional. No quadro a seguir são trazidas as ocorrências de fala de uma mulher em situação de rua no texto.

Quadro 6 – Vozes de mulher em situação de rua no Texto 5 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA
9.1. “‘Cada dia era um lugar diferente’, conta Fabiana , que enfrentou diversas situações de violência e problemas com o uso abusivo de drogas”.
9.2. “[Aos 12 anos, Fabiana Aparecido saiu de casa sem rumo certo. <u>Os conflitos com a família</u> levaram a jovem a buscar independência nas ruas. <u>Dois anos depois, ainda adolescente, engravidou da primeira filha. Pouco depois, conheceu Heliovan Evangelista de Souza, com quem viria a ter mais seis filhos e três netos.</u> Ao longo de 18 anos, eles dividiram as ruas de Brasília, percorrendo as Asas Norte e Sul ou buscando abrigo em bairros mais distantes do centro, como Taguatinga.] ‘Cada dia era um lugar diferente’, conta Fabiana , que enfrentou diversas situações de violência e problemas com o uso abusivo de drogas”.
9.3. “[Recebendo um auxílio do governo do Distrito Federal destinado a pessoas que se encontram em situação vulnerável, bem como um auxílio-moradia que garante o pagamento de um aluguel, ela pode, aos 35 anos, recomeçar.] ‘Eu consegui sair da rua e me reconciliar com dois filhos que eu não via há 10 anos. <u>Minha filha caçula está morando comigo, agora minha família está toda junta</u> ’, comemora. Sem esquecer os <u>amigos</u> que a

acompanharam nessa trajetória, invisível para a maior parte dos moradores da capital federal, ela abriu as portas da casa nova para um casal que também busca sair das ruas. ‘Eu tenho muito orgulho de poder ajudar agora’, diz, para logo então listar os próximos planos: a conclusão de um curso de corte e costura e o retorno aos estudos”.

Fonte: elaboração própria.

A ocorrência 9.1 é parte de 9.2 antecipada como ampliação da manchete e evidencia a situação de rua como associada a violência e drogadição, além de lugar de luta pelo uso do verbo “enfrentar”. Fabiana, apesar de ter saído de casa aos 12 anos, ainda na infância, é adultizada pelo modo de referência “jovem”. Além dessas representações, a situação de rua é descrita também como independência, de forma romantizada, com “percorrer” e movimentação no espaço urbano em 9.2. Em 9.3, o estar em situação de rua é visto como passível de superação quando há políticas públicas eficientes e o sair da situação de rua é a reconciliação com familiares e solidariedade a quem passa por vivências semelhantes. Isso ocorre de maneira romantizada e meritocrática, assim como no texto 4, marcada pelo verbo “conseguir”. Em todos os excertos a voz em discurso direto atribuída a Fabiana aparece em meio a voz autoral que relata partes da trajetória de vida da mulher. Há a representação por individualização a partir de nomeação e identificação relacional com seus familiares e amigo/a que já passaram pela situação de rua.

Fabiana é representada como mulher com perspectivas futuras de maneira romantizada e as questões de violência e violação que sofreu durante sua trajetória não são foco de discussões. Apenas depois da superação de rua a partir de um auxílio-aluguel é vista como exemplo de superação. Os pressupostos de ser mulher em situação de rua no texto são representados inicialmente por sofrer violência, usar substâncias químicas, engravidar na adolescência, buscar independência, ser esposa, mãe e avó. A marcação das etapas de sua vida – na rua aos 12, grávida aos 14, mãe de seis e avó de três aos 35 – é também uma demarcação de distância dessa biografia em relação às experiências das leitoras do jornal. Em contraponto, após a mudança discursiva, os pressupostos de ser mulher que superou a situação de rua são definidos por viver boas relações familiares e ser solidária a quem passa por situações semelhantes.

Fabiana é mencionada como parte de um grupo social maior quando o texto trata de dados quantitativos sobre a população em situação de rua e discute que a falta de dados oficiais é empecilho para a criação de políticas públicas. Sua história é trazida como exemplo de superação da situação de rua, quando o texto trata da atuação do Centro Pop e da Revista Traços. Após o exemplo individualizado são discutidas questões de políticas públicas, de violência

contra pessoas em situação de rua e da importância da mobilização de movimentos de pessoas em situação de rua para a efetivação de direitos. As ações que Fabiana aparece praticando expressam ações do falar, de movimentação no espaço urbano, de superação, de solidariedade e relacionadas a maternidade e ao ambiente familiar.

Texto 6 - Ocupações ilegais se espalham por diversos pontos do Plano Piloto.

10 de dezembro de 2017, caderno Cidades, predominantemente argumentativo, assinado por Paloma Oliveto (CB).⁵⁰

Apesar do plural na manchete, o texto refere-se a uma única ocupação chamada de Cerrado, localizada no setor Noroeste, área nobre de Brasília, e apresenta características que fogem aos textos jornalísticos do *corpus*. O texto de 10 páginas foca em mostrar como vivem as pessoas em situação de rua no local e retomar suas histórias de vida. Em alguns excertos, de forma romantizada. É dito também que a ocupação ocorre desde 1980 com movimentos de idas e vindas de pessoas em situação de rua, mas atualmente tornou-se mais visível pela ocupação de áreas próximas por quem está fora da situação de rua. Ao retomar as origens da ocupação, a voz autoral afirma que ela “chegou a ter associação de moradores e sobrevivência dos despejos da classe média e do auxílio de movimentos da Igreja Católica”. Retomam-se também antigas políticas habitacionais que foram responsáveis por direcionar parte dos/as ocupantes da área para cidades periféricas do Distrito Federal. Nesse texto, a área é vista como espaço em disputa e há a flutuação lexical entre “ocupação” e “invasão”.

As pessoas que vivem na ocupação são representadas em isolamento social, formando parte de uma comunidade própria e com pouco contato com pessoas fora da situação de rua. O texto articula diversas vozes de pessoas em situação de rua, além das vozes da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social e do GDF. A seguir está o quadro que explicita as ocorrências de vozes atribuídas a mulheres em situação de rua no texto.

⁵⁰Análise preliminar desse texto (RAMALHO, 2019b) foi apresentada no XIV Colóquio Internacional REDLAD, realizado na Universidad Autónoma de Santo Domingo, em dezembro de 2019. Agradeço ao apoio financeiro concedido pelo Instituto de Letras (IL/UnB) e pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB), da Universidade de Brasília.

Quadro 7 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 6 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
10.1. “‘Não sei viver sem Brasília, não. Quando vou para Brasilinha, fico em depressão. O Cerrado me tira do tédio, da raiva’, Ana Lídia Pereira, catadora ”.
10.2. “[Na montanha de lixo que se acumula em frente ao barraco, Kêmily Caroline, 3 anos , e Ítalo Vinícius, 1 ano e 8 meses, brincam – ele, seminu.] Sentada em um colchão que fica do lado de fora, Ana Lídia Pereira dos Santos Rodrigues, 25 , observa os filhos e conta que está esperando mais um: Ariane Manuela, que deve nascer em fevereiro . Ela também é mãe de Ana Keroly, 11 , e Ana Gabriela, 7 ”.
10.3. “[A jovem tem casa em Planaltina de Goiás, a 63km do Plano Piloto, mas não fica lá.] ‘Não sei viver sem Brasília não. Quando vou para Brasilinha, fico em depressão. O Cerrado me tira do tédio, da raiva’, afirma. [<u>Ela é irmã por parte de mãe de Ana Paula.</u>] <u>Devotada ao pai, que morreu há três meses aos 89 anos, Ana Lídia afirma que, na invasão, se sente perto dele. Assim como a meia-irmã, foi criada por lá e desde criança é catadora.</u> Da ocupação, reclama apenas dos bichos. <u>‘Tenho muito medo de cobra, aranha, rato. Também tenho de raio’</u> ”.
11. “[Na operação de dois meses atrás, Ana Lúcia da Conceição, 48 anos , e Wilson Dias da Costa, 44 , perderam o colchão de casal. O jeito foi fazer uma cama de papelão, montada em cima de sacos de lixo.] ‘Não dá para dormir no chão direto, porque tenho medo de escorpião’, justifica a mulher , que há quase duas décadas vive no Cerrado”.
12.1. “[Histórias como as de Tássia ajudam a entender por que muitos invasores têm casa no DF, mas escolhem a precariedade de ocupações sem infraestrutura, rodeadas de sujeira, com a insegurança de terem os barracos levados pela fiscalização. Pelo imóvel de dois quartos do Morar Bem, a catadora paga à Caixa Econômica Federal R\$ 80 mensais.] Somando as despesas com luz, água e condomínio, ela afirma que gasta R\$ 400 por mês com o imóvel”.
12.2. “[Analfabeta, não sabe outro ofício além de catar lixo.] Na expansão do Paranoá, porém, Tássia diz que não há como trabalhar com reciclagem – falta matéria-prima e falta comprador. [<u>Além disso, o medo da violência faz com que prefira enfrentar cobras, ratos e escorpiões do matagal a se expor aos seres humanos da região administrativa onde está seu apartamento, a segunda no ranking de homicídios, latrocínios e agressões seguidas de morte no Distrito Federal]</u> ”.
12.3. “[O filho de Tássia, Francisco, 9 anos , estuda na Escola Classe da 115 Norte e não quer saber de colégio no Paranoá:] ‘Ele tem medo’”.
13.1. “[Não que a favela seja isenta de riscos.] ‘Já quase me mataram por causa de um celular. À noite, se o cachorro late, entro em pânico’, conta Cristina Gomes, 51 anos , 24 deles no Cerrado. Segundo a catadora , por duas vezes atearam fogo propositalmente no barraco em que <u>vive com o marido</u> , Bertoldo Buzz, 50”.
13.2. “[Sem o fôlego e a saúde dos mais jovens – Cristina tem hérnia abdominal, bronquite asmática e pedra nos rins –, a renda com o lixo é pouca e, às vezes, não passa de R\$ 500. <u>Pelo quilo de cobre que retira de fios catados nas caçambas, Bertoldo diz que ganha R\$ 12.</u> ‘Isso aqui é e não é vida para ninguém. É, porque é de onde a gente tira o sustento. Mas não é, porque não tem nada de bom. Quando chove, fica igual a chiqueiro de porco.’] De olho nos prédios do Noroeste que se avultam adiante, a catadora se compara a um cachorro. ‘Ali é para pitbull. A gente é vira-lata’”.
14. “[Ex-usuário de crack (hoje diz só consumir maconha e tabaco), ele tentou vingança e acabou preso por 11 meses e 25 dias pelo envolvimento na briga. Ao sair da cadeia, Elias morou na rua e no esqueleto do Hotel Torre Palace, onde um cortiço se instalou em 2016, com pelo menos 166 famílias invadindo o que sobrou do prédio. Mas acabou retornando à favela. Ele se recusa a dizer por que a mãe foi morta.] Uma vizinha , porém, entrega, baixinho: ‘Dizem que ela viu coisa demais’”.
15. “‘Agora está melhor, mas tem gente que vende droga, sim’, afirma outra moradora ”.
16.1. “[Na parte da favela do Cerrado que fica voltada para a W5, há várias árvores de Natal feitas com material retirado do lixo. Ana Paula dos Santos reconhece que é uma forma de amolecer o coração de quem passa por ali. Mas também parece genuína a empolgação da jovem com a arrumação dos enfeites. Afinal, a invasão é o que ela conhece por casa. Dos 29 anos de vida, 26 foram passados no local, entre idas e vindas. A catadora não reclama da vida. Aliás, diz gostar dela.] ‘Prefiro estar aqui a pagar aluguel. Por mês, consigo até R\$ 700 e não tenho patrão’, diz. Para juntar esse valor, ela empurra um carrinho com cerca de 50kg de lixo coletados

pela Asa Norte, todos os dias. ‘Que nem uma égua, sozinha. Homem aguenta mais e faz uns R\$ 1 mil’, diz. [A noite, **ela** vigia carros no estacionamento de um supermercado para complementar a renda]”.

16.2. “[A infância de **Ana Paula** foi igual à das crianças que, hoje, vivem no lixão clandestino.] ‘Estudei até a quinta série, mas eu parei. Faltava muita aula para trabalhar’, conta a **jovem**, que começou a cheirar cola na rua aos 8 anos. Agora, diz que não usa mais drogas e garante não guardar mágoas da mãe, com quem não tem contato. ‘Ela não cuidava direito da gente, ficava dias sem aparecer em casa e voltava grávida. Me botou pra pedir dinheiro, fui abusada na rua’, diz”.

16.3. “[Hoje, a **catadora** vive sozinha em um barraco cercado de moscas, atraídas pelo forte cheiro de frutas podres, de lama e do ‘banheiro’ construído ao lado (uma pequena estrutura de madeirite, sem vaso sanitário). Divide o local com os cachorros Marrone e Bob Esponja, e com as gatas Ágata, Marie, Sophie, Princesa e Daphine. Todos com coleira.] ‘Amo os animais, meus amigos são Deus e os bichinhos. Quando me oferecem doação, prefiro que deem coisa para eles”’.

Fonte: elaboração própria.

Dos 14 fragmentos onde são articuladas vozes atribuídas a sete mulheres em situação de rua, em 11 há a nomeação. As exceções ocorrem em 14 e 15, quando é evidente a intenção de preservar a identidade das mulheres que abordam temas que envolvem criminalidade e em 16.3, em que a mulher com fala atribuída já foi mencionada em excerto anterior por seu nome próprio e, portanto, já está identificada. Em 14 a mulher em situação de rua não identificada assume posição de revelar o segredo de Elias, pessoa em situação de rua entrevistada, aproximando-se de representações sociais que sugerem pressuposto de ser mulher como “ser fofqueira”. Em 15, a voz articulada reforça a associação do local com o campo da criminalidade.

Os fragmentos 10.1, 10.2 e 10.3 expressam a voz atribuída a Ana Lídia por discurso direto, discurso indireto e discurso direto e indireto respectivamente, de forma mesclada com a voz autoral, que parece narrar o que vê como partes da trajetória de vida da mulher. O excerto presente em 10.1 localiza-se na ampliação da manchete e faz referência ao exposto em 10.3. Nesses trechos, a situação de rua é romantizada – representada como cura para depressão e sentimentos negativos – e como opção, já que a fala atribuída a Ana Lídia expressa suas condições de vida como escolha pessoal e busca de vínculo paterno com o pai falecido. A identificação relacional de Ana Lídia ocorre com suas/seu filhas/o, seu pai e sua irmã. São mencionados os nomes compostos das/o cinco filhas/o de Ana Lídia em trecho que no texto pode produzir efeito anedótico, pois os nomes compostos descritos são incomuns. Por identificação relacional há também o convívio de Ana Lídia com animais peçonhentos ou indesejáveis. Na voz atribuída a ela, está o medo de cobra, aranha e rato, o que ecoa discursos que compreendem a feminilidade com o ser frágil. O discurso da ineficiência de políticas habitacionais também é encontrado, pois apesar de ser descrito pela voz autoral que Ana Lídia

possui casa, essa localiza-se em região periférica e não atende as necessidades da mulher que “não sabe viver sem Brasília”.

Em posição antagônica aparecem as representações nas falas atribuídas a Ana Paula, irmã de Ana Lídia, em 16.1, 16.2 e 16.3. No primeiro fragmento grande parte do espaço discursivo é da voz autoral que compreende que os enfeites de Natal localizados no espaço ocupado por Ana Paula seja uma forma de chamar a atenção de quem passa por ali e pelo uso do verbo “parecer” expressa dúvida quanto a empolgação de Ana Paula pelos enfeites. Esse sentido é potencializado ainda pelo trecho “Ana Paula dos Santos reconhece que é uma forma de amolecer o coração de quem passa por ali”. Ambas ocorrências abrem chave interpretativa que conduz o/a leitor/a à interpretação de que a ação seja uma maneira de conseguir doações. Apresentada de forma romantizada, a situação de rua é representada como circunstância comum na vida de Ana Paula, que, segundo a voz autoral, diz gostar de viver assim. Opinião ratificada por excerto que traz discurso meritocrático (novamente com a articulação do verbo “conseguir”) e de independência, em que a voz atribuída a Ana Paula diz preferir viver na ocupação e trabalhar com reciclagem do que pagar aluguel e ter patrão – articulando um discurso de empreendedorismo. Por outro lado, é ressaltada a dificuldade para a realização do ofício, que requer força bruta, em metáfora que compara o trabalho realizado por seres humanos com animais de tração.

O discurso de independência da voz atribuída a Ana Paula é ressaltado pela voz autoral ao final do excerto 16.1, que ressalta outro subemprego exercido por ela: a vigilância de carros. Em 16.2 há a quebra da romantização da trajetória de rua de Ana Paula e a situação de rua é representada como interrupção dos estudos, trabalho infantil, uso de substâncias químicas e violação sexual. Apesar da descrição de diversas violações, há a comparação da infância de Ana Paula com a infância das crianças que vivem na ocupação – suas/seu sobrinhas/o – sem propor discussões, denúncias ou políticas públicas. É relatado ainda o abandono materno de Ana Paula sem qualquer menção a figura paterna e é aberta chave interpretativa que indica que sua mãe teve uma grande quantidade de filhos/as – como sua irmã. Ainda em 16.2 chama a atenção a articulação presente em “Agora, diz que não usa mais drogas e garante não guardar mágoas da mãe, com quem não tem contato”. Se por um lado o uso do verbo “dizer” indica baixa modalização, o verbo “garantir” indica alta. O fato de Ana Paula não guardar mágoas da mãe (que poderia ser visto como pressuposição, já que o fragmento que segue indica maus tratos maternos) recebe mais valor de verdade do que a superação da dependência química. Já em 16.3, apesar de conviver em espaço próximo a familiares, Ana Paula é representada em isolamento de outros seres humanos; suas relações são restritas a animais domesticáveis

personalizados, que recebem nomes próprios e são considerados amigos. Na voz autoral aparece também a descrição do local onde vive e a identificação relacional com outro tipo de animal: moscas. A precarização das condições de vida de Ana Paula também não é foco de debate. Outro discurso que perpassa sua representação é o da religiosidade cristã, que coloca Deus como seu amigo. A independência da mulher é retomada mais uma vez: ela não aparece solicitando doações, mas quando são oferecidas, é solidária e prefere que sejam direcionadas aos seus animais. Discursos que ativam certos pressupostos de feminilidade de Ana Paula são expressos pelo cuidado com animais e com a ornamentação do ambiente em que vive.

Em 11, Ana Lúcia é representada em identificação relacional com seu cônjuge e a ação de retirada de seus pertences pela Agefis é mitigada. Embora a ação de confisco de pertences tenha sido realizada por um órgão distrital responsável pela fiscalização do espaço urbano, ao casal é atribuída a ação de “perder um colchão”. Logo após, é acionado o discurso da pressuposta fragilidade feminina em fala atribuída a Ana Lúcia que relata ter medo de escorpião. Nesse caso, há também a identificação relacional.

Em 12.1, 12.2 e 12.3 a trajetória de rua representada é de Tássia. Em 12.1 e 12.2 sua história é tomada como exemplo de ineficácia de políticas habitacionais, que destinam pessoas a áreas distantes do centro de Brasília, onde há altos índices de criminalidade e falta de matéria prima e comprador para quem trabalha com a coleta de recicláveis. A população do Paranoá Parque, região onde está localizada a casa de Tássia, recebe avaliações negativas e é vista como um grande perigo, que supera os riscos das relações com animais peçonhentos presentes na área da ocupação. Em 12.3 esses sentidos são potencializados na fala atribuída a Tássia, que relata que seu filho também tem medo da região do Paranoá Parque e prefere estudar no Plano Piloto.

O medo da violência, agora na ocupação, é abordado em 13.1, em fala atribuída a Cristina, que aparece em identificação relacional com o marido e com um animal doméstico, que ajuda na segurança do local. Em 13.2, sua representação mostra a fragilidade de sua saúde e há a marcação de oposição entre residentes da ocupação e moradores de prédios próximos, em metáfora sobre raças de cachorros. Metáfora que remete a animalização é realizada também na fala de Bertoldo, cônjuge de Cristina, que antecede a sua e em que a ocupação é representada como chiqueiro de porco quando chove; além disso, ele trata também da renda obtida através da coleta de recicláveis.

As representações das ações que mulheres em situação de rua praticam nesse contexto expressam atos de fala, movimentação ou permanência no espaço urbano, estado físico e ações não realizadas, como “não saber”, “não ficar” e “não reclamar”. As ações efetivas no mundo são relacionadas ao campo familiar, como de engravidar; de relações com animais domésticos

e ao campo da subsistência, expressando exercício de subempregos e gastos financeiros. Há também ações relacionadas tipicamente ao estar em situação de rua, como a criação de abrigos improvisados. Além disso, há recorrência significativa de verbos que ressaltam a situação de rua como escolha, como “preferir” e “escolher” (RAMALHO, 2019b).

Texto 7 - Excluídos também das urnas, moradores de rua têm dificuldade de votar.

22 de abril de 2018, caderno Política, predominantemente argumentativo, assinado por Bernardo Bittar (CB).

O texto aborda questões que envolvem pessoas em situação de rua e o ato de votar, citando alguns casos como exemplos em narrativas romantizadas, além de recorrer a dados estatísticos. É expresso que essa população é desprestigiada pela classe política, o que acentua a invisibilização na questão do direito ao voto. Por outro lado, o discurso oficial do governo aponta que medidas estariam sendo tomadas para a melhoria da qualidade de vida dessa população. O direito ao voto nesse trecho é visto como “um dos mais sagrados da nossa cidadania”. O texto articula vozes de especialistas, de organizações não-governamentais (ONGs), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de historiadora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), de advogado especialista em direito eleitoral, do Ministério de Desenvolvimento Social, de amigos de pessoas em situação de rua e da Constituição Federal. A seguir, estão as vozes de mulheres em situação de rua.

Quadro 8 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 7 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
17. “[Entranhados em pequenas brechas ofuscadas pelos prédios que abrigam o poder, há quem troque o voto por comida. É o preço do apoio de uma mulher que vive na Rodoviária do Plano Piloto, a menos de 5km do Palácio do Planalto, símbolo maior da República brasileira. Atenta às necessidades da Justiça Eleitoral, ela procurou saber o procedimento para fazer o cadastramento biométrico. Está com todas as obrigações em dia.] A artesa diz não ter ideologia, e conta que escolhe o nome que digitará na urna eletrônica nos acampamentos dos movimentos sociais que frequenta”.
18.1. “[Robertinha nasceu Carlos Antônio . E detesta o sobrenome, que prefere não dizer. <u>Amigos dizem que ela foi expulsa de casa porque a família nunca entendeu sua vontade de mudar de sexo.</u> Deixou as ruas no começo dos anos 2000, logo após se formar num curso de manicure em uma casa de assistência social no Entorno. Soube que o dinheiro daquela estrutura que mudou a vida saiu dos cofres do governo e decidiu que o voto seria sua retribuição. Tentaria eleger alguém que continuasse o bom trabalho. Organizou todos os documentos mas, naquela época, não foi autorizada a usar o nome social. Como eleitora, continuava sendo Carlos . Desistiu de votar. Durante um tempo, tentou se aproximar de autoridades que a ajudassem a resolver essa situação.] Dizia que os votos colocavam as pessoas nos lugares onde era possível interceder pelos outros. [Nunca conseguiu que lhe estendessem a mão. Robertinha tentou mobilizar sua comunidade e os amigos da

rua para puxar votos.] Nunca deu resultado, pois nenhum candidato quis colocar os sem-teto e ‘a mulher em construção’, como **ela** diz, no palanque. [Desistiu mais uma vez de votar. Mudou-se para a Europa há mais ou menos quatro anos, onde vive em um pequeno apartamento]”.

18.2. “[Planeja voltar para o Brasil em outubro. Quer visitar a irmã e ver se atualiza o nome do título eleitoral. Se conseguir, talvez, tome coragem para votar pela primeira vez. Ainda não sabe qual seria seu candidato.] ‘Honestamente, eu não sei como está a situação no Brasil. Onde moro, perto de Bruxelas, o número de pessoas em situação de rua é bem menor. É quase nulo. O governo se preocupa não apenas com a sobrevivência delas, mas também com seu bem-estar. O brasileiro ainda precisa aprender muito com os países mais velhos’, escreve em mensagem enviada pelo WhatsApp”.

Fonte: elaboração própria.

Os fragmentos atribuídos a mulheres em situação de rua servem de exemplo para ilustrar a questão discutida no texto. O primeiro trecho que aparece atribuído a voz de uma mulher em situação de rua ocorre por discurso indireto apenas por funcionalização. Em um primeiro momento a voz autoral descreve de forma romantizada o local onde a primeira mulher vive. A artesã é representada em contradição como uma mulher que, apesar de não ter ideologia, escolhe seus candidatos nos acampamentos de movimentos sociais que frequenta – sugerindo que seus candidatos ou candidatas seriam de esquerda. Ela, que aparece consciente dos procedimentos obrigatórios para votar, segundo a reportagem, troca o voto por comida. Essa representação aciona chaves interpretativas que culpabilizam pessoas empobrecidas pela eleição de tais candidatos/as. Os excertos 18.1 e 18.2, segundo o texto, dizem respeito a fala de uma mulher transexual em discurso indireto e direto, que superou a situação de rua. Também de forma romantizada, Robertinha aparece em representação caricatural e sua transição é vista como “vontade de mudar de sexo”. Além de mencionada por apelido e no diminutivo, em dois excertos retoma-se seu nome da forma com aparece em documentos oficiais. A narrativa presente na voz autoral representa a mulher como alguém que, depois de se beneficiar de política pública, compreendeu a importância de questões políticas, mas embora tenha tentado realizar mobilização social, fracassou e mudou-se para a Europa. A identificação relacional ocorre com a família, que a expulsou de casa; com amigos, que foram responsáveis por contar esse fato; com a comunidade local; com pessoas em situação de rua e uma irmã. Apesar de serem discutidos aspectos de violação de direitos que privam direitos sociais de mulheres transexuais, a própria narrativa reproduz estereótipos que, em parte, reforçam preconceitos. O discurso da eficiência das políticas públicas de qualificação profissional é acionado durante o relato da sua história, pois é a partir de uma delas que ela pôde superar a situação de rua.

Nesse texto, embora seja abordado um problema geral que atinge pessoas em situação de rua, é possível compreender que dentre essa parcela há aquelas/es que sofrem ainda mais

violações. Estar em situação de rua no texto em questão é ter direitos sociais negados, não ter acesso ao voto ou votar de forma inconsciente.

A mulher não nomeada e Robertinha praticam ações que expressam movimentação ou permanência no espaço urbano, ações com usos de verbos *dicendi* e existência. A execução de atividades efetivas no mundo ocorre por tentativas de exercer direitos sociais. No caso de Robertinha fica ainda mais claro que essas ações não lograram êxito com locuções formadas por “tentar+verbo2”, como “tentar se aproximar” e “tentar mobilizar”, além do uso de “desistir” e da negação anteposta ao verbo, como em “não foi autorizada”. Há também ações idealizadas e que expressam a não identificação com o sexo biológico.

Texto 8 - Moradores de prédio que desabou no centro de SP passam a noite na rua.

2 de maio de 2018, caderno Brasil, predominantemente argumentativo, assinado pela Agência Estado.

O texto aborda a mobilização de pessoas em situação de rua por soluções para o problema da falta de moradia digna no contexto do incêndio seguido de desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, prédio em São Paulo onde ficava uma ocupação. São trazidas as vozes de ocupantes do lugar e mencionados os destinos de algumas pessoas após o desabamento. As vozes tidas como fontes jornalísticas são do Movimento Luta por Moradia Digna (LMD), da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento e de pessoas em situação de rua.

Quadro 9 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 8 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
19.1. “[Maria Carmelita Santos de Jesus , de 53 anos, é uma das ex-moradoras do edifício que passou a noite no Largo do Paçandu] ‘Passei o dia todo aqui. Este colchão foi doado’, conta. <u>Auxiliar de limpeza, Maria Carmelita</u> estava no trabalho, quando ocorreu o incêndio. ‘Só não perdi o documento e a roupa do corpo’, conta. [Mesmo na rua, <u>ela vai retornar ao trabalho nesta quarta, das 22h às 6h, e tomar banho na casa da tia de uma vizinha da ocupação</u>]”.
19.2. “ Ela considera aceitar o auxílio-aluguel, que seria ofertado pelo Governo do Estado, desde que consiga dividir um imóvel com outras vizinhas . ‘Não existe aluguel de R\$ 400’, disse. Maria Carmelita havia se mudado para a ocupação havia três anos, após o seu barraco na Favela do Moinho, também no centro da capital, ser atingido por um incêndio”.
20. “[Também no largo, <u>Leig Laura Aprigio, de 36 anos</u> , passou a noite em uma barraca emprestada <u>junto do marido e dos filhos, de 8 e 15 anos.</u>] ‘Ainda bem que teve a barraca, porque estava muito frio de noite’, conta. [Eles estavam no edifício havia menos de um mês após terem sido expulsos de uma casa que invadiram em Bertioga, no litoral paulista.] ‘ <u>Uma mulher, a Selma, me convidou</u> . Durou nem um mês’, lamenta”.

Fonte: elaboração própria.

Os excertos 19.1 e 19.2 referem-se às vozes atribuídas a Maria Carmelita, representada por nomeação, funcionalização e por identificação relacional com outras mulheres que residiam na ocupação. A menção a algo tão pessoal, como a alternativa que Maria Carmelita teria para realizar sua higienização, aciona chaves interpretativas que indicam que demais pessoas em situação de rua presentes no local não estariam realizando a ação de tomar banho. Como já vimos em seção anterior, essa é uma pressuposição recorrente no *corpus*. A situação de rua nos contextos desses excertos é vista, em parte, como escolha já que a política pública aparece disponível (auxílio-aluguel), mas só seria aceita por Maria Carmelita sob suas condições. A política pública, por sua vez, é representada como ineficiente, pois o valor do auxílio não supre o pagamento do aluguel de uma habitação. Já a fala atribuída a Leig Laura é expressa em 20, onde aparece de forma nomeada e em relação com cônjuge, filhos e uma mulher que a convidou para residir na ocupação. A fala é reduzida ao relato dos motivos que a levaram a ocupar o lugar (depois de expulsão da moradia anterior) e a abordagem de sua situação atual (permanência no local). Não são apresentadas discussões e tampouco demandas ao poder público. Além disso, através do uso do léxico “invadir”, Leig Laura e sua família são representadas como invasoras de propriedade. Estar em situação de rua nesse texto significa movimentar-se constantemente em busca de abrigo e permanecer em propriedades de outros, enquanto pressupostos de ser mulher em situação de rua passam por ações como ser responsável pelo próprio sustento e manter relações sociais com familiares e outras pessoas em situação semelhante. As mulheres em situação de rua representadas praticam ações do falar, de movimentação no espaço urbano e de higienização pessoal. Enquanto a ação mais efetiva de Maria Carmelita é trabalhar, a de Leig Laura é a “invasão” de propriedade privada.

Texto 9 - Desabrigados de edifício que caiu passam segunda noite de frio na rua. 22 de maio de 2018, caderno Brasil, predominantemente argumentativo, assinado pela Agência Estado.

O texto 9 refere-se ao desabamento do prédio abordado no texto 8 e ressalta que as pessoas em situação de rua acampadas estavam expostas às baixas temperaturas daquele período. Nele, é trazido que a Defensoria Pública de São Paulo juntamente com a Defensoria Pública da União entraram com pedido de atendimento emergencial às famílias. A prefeitura, por sua vez, argumentou que os atendimentos estavam sendo realizados. As vozes articuladas são do Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) da prefeitura de São Paulo, de pessoas em situação de rua, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

(CDHU) do estado de São Paulo, da Defensoria Pública de São Paulo e da Defensoria Pública da União, da prefeitura e da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Quadro 10 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 9 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
21.1. “‘Está sendo muito difícil para nós. Choveu e molhou todas as nossas roupas. Está tudo em cima das barracas. O meu colchão não presta mais, estou dormindo em cima de um lençol. Estamos aqui há 21 dias. Hoje ganhei essa coberta aqui, já que a minha se foi, por causa da chuva, e não presta mais’, disse Leofábia Rodrigues da Silva , de 35 anos, que está acampada no largo com seus dois filhos, uma menina de dez anos e um menino de 16”.
21.2. “ Leofábia , que trabalha como auxiliar de limpeza em um cinema próximo, afirma que era moradora do edifício que desabou, e que não está recebendo o auxílio aluguel. ‘Se estivessem pagando auxílio, todo mundo já teria saído daqui’. Ela ressalta que não pretende ir para os albergues da prefeitura porque não se considera moradora de rua . ‘Albergue ficou para morador de rua. Nós somos trabalhadores, nós queremos nossa moradia digna’. De acordo com ela, há 108 famílias acampadas na praça, com cerca de 60 crianças”.
22.1. “[Adriana Santos Silva , de 38, também permanece acampada em uma barraca no largo com seus seis filhos.] Ela disse não sentir segurança em levar as crianças para um albergue em razão de não ter conhecimento sobre o comportamento dos demais moradores de rua que o frequentam. ‘O frio está demais, está dando para segurar, mas a chuva molhou as coisas. <u>Eu tenho seis crianças</u> , como que eu vou para o abrigo com elas? Albergue aceita qualquer coisa, e se tiver um pedófilo lá? As pessoas brigam lá dentro, nem os funcionários seguram. Já não basta o transtorno que <u>meus filhos</u> estão passando aqui?’”.
22.2. “ Adriana afirma também não receber o auxílio aluguel, apesar de ter sido moradora do edifício desabado. ‘A única coisa que a gente queria é que a prefeitura [responsável pela listagem das pessoas que podem receber o auxílio aluguel] nos visse e nos desse auxílio aluguel para a gente esvaziar a praça. Ninguém está aqui porque gosta”’.

Fonte: elaboração própria.

Em 21.1 e 21.2 são trazidas vozes atribuídas a Leofábia, que aparece representada por individualização, funcionalização e identificação relacional com sua filha de 10 anos e seu filho de 16. Além de relatar as condições precárias em que se encontram, a fala traz o discurso da ineficiência do Estado, que não estaria pagando o auxílio-aluguel e ofereceria política pública de abrigamento ineficiente. A avaliação da política traz ainda a desqualificação de pessoas que utilizam albergues. Para a voz articulada, residentes de ocupação são trabalhadores/as e não estão em situação de rua, enquanto pessoas que utilizam os serviços de albergues são violentas, criminosas e dotadas de comportamentos inadequados. Nessa perspectiva, há o discurso de desmobilização de pessoas em situação de rua e aquelas que utilizam os serviços de abrigo são objetificadas, vistas como “qualquer coisa”. Representações como essas têm potencial para reforçar estereótipos negativos sobre pessoas em situação de rua e ganham ainda mais força no texto em que a fala é atribuída a uma mulher que também sofre com a falta de moradia adequada. Na voz articulada é inexistente inclusive a integração fictícia, que Bourdieu (1989) traz como característica marcante da classe dominada. Essa representação contribui para a

legitimação de hegemonias pelo viés discursivo. Algo semelhante acontece na voz atribuída a Adriana em 22, que justifica a posição de não querer ir para albergue com sua família por não saber o comportamento de quem utiliza o serviço. A oposição entre pessoas em situação total de rua e pessoas em situação de ocupação é algo frequente nos textos, apesar de ambas serem atendidas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua. Ao serem compreendidas como grupos em oposição – inclusive por avaliações distintas: pessoas em situação total de rua frequentemente são culpabilizadas por suas próprias condições e representadas como perigosas, enquanto pessoas em situação de ocupação são representadas frequentemente como trabalhadoras que não possuem capital econômico para o sustento em condições dignas – há a desmobilização da população em situação de rua, que enfraquece a luta coletiva por direitos.

O discurso da ineficiência de política pública é retomado também em 22, mas dessa vez acompanhado do discurso de demanda ao governo no fragmento em discurso direto e indireto atribuído a Adriana, representada por individualização e identificação relacional. No excerto, a sua situação de rua é representada como falta de opção.

O discurso da pressuposta feminilidade atravessa o texto apenas nas relações familiares. Maternas, considerando Leofábia e Adriana, e também conjugal no caso de Adriana. As ações desempenhadas por essas mulheres são de movimentação constante em busca de abrigo e permanência em espaços, de falar, de expressar o não recebimento do auxílio-aluguel, de demanda ou desejo por políticas públicas, de receber doação e de negação da situação de rua.

Texto 10 - Três crianças morrem em incêndio de galpão ocupado por sem-teto em SP.

25 de maio de 2018, caderno Brasil, predominantemente narrativo, assinado pela Agência Estado.

O texto relata a morte de três crianças durante um incêndio em uma ocupação em um galpão em São Paulo e a situação de famílias ocupantes, que após o evento precisaram deixar o local, e conta apenas com as vozes de pessoas em situação de rua. No Quadro 11 é possível identificar as vozes de mulheres.

Quadro 11 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 10 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
23. “[Moradores da ocupação relataram ter ouvido gritos de crianças que brincavam perto do cômodo e tentaram fugir rapidamente do local, apesar de o fogo não ter se alastrado além da dependência de alvenaria.] ‘Eu sei que a mãe não tinha botijão em casa, então não sei o que começou o incêndio, se foi algum fio por acaso’, disse a

ajudante de serviços gerais **Tatiane da Rocha**, de 36 anos, que mora há 9 meses na ocupação com os três filhos”.

24. “[A boliviana **Emiliana Choke**, de 42 anos, aguardava a informação sobre a possibilidade de retornar para a sua casa.] ‘Não vi nada do que aconteceu, só a correria’, disse **ela** acompanhada dos quatro filhos na calçada próxima ao galpão”.

Fonte: elaboração própria.

Em 23, há voz em discurso direto atribuída a Tatiane, representada por funcionalização, individualização e identificação relacional com seus filhos. Em 24, a voz é atribuída a Emiliana, representada por individualização e em identificação relacional com seus filhos. Nos casos de ambas, o pressuposto de ser mulher em situação de rua passa pela relação maternal. Suas vozes são articuladas na tentativa de explicar o que teria ocasionado ou não o incêndio na ocupação assim como a voz autoral que antecede o fragmento localizado em 23. Em 24, a voz autoral que apresenta Emiliana é reduzida a narrar sua espera por novas informações e na sequência cita que outra mulher, a dona de casa Carla Caroline, de 26 anos (sem fala articulada) estava em situação semelhante. Pelas características, esse texto funciona como uma espécie de boletim informativo. As ações efetivas dessas mulheres restringem-se a narração do fato ocorrido.

Texto 11 - Baixas temperaturas no DF são desafio a mais para quem mora nas ruas.

8 de setembro de 2018, caderno Cidades, predominantemente argumentativo, assinado por Luís Nova e Luiz Calcagno (CB).

O texto se propõe falar acerca do cotidiano de pessoas em situação de rua em Brasília em período de frio e, para isso, conta traços de trajetórias de rua de quatro homens além de narrar os cenários encontrados pela equipe de reportagem e a forma como pessoas em situação de rua ocupam esses espaços. Nele, a voz do governo evidencia as ações direcionadas a essa população. As vozes articuladas são de um motorista de ônibus, que relata ver sempre na Rodoviária um dos homens em situação de rua entrevistados; de pessoas em situação de rua, que trazem aspectos de suas trajetórias; de professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), que aborda a heterogeneidade da população em situação de rua e políticas públicas; da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do GDF, que expõe políticas públicas existentes no Distrito Federal e do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) para falar das baixas temperaturas. Há apenas uma voz articulada de mulher em situação por discurso indireto, expressa no quadro a seguir.

Quadro 12 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 11 sobre violação de direitos.

VOZ DE MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA
25. “Uma moradora de rua com o cobertor enrolado nas mãos diz não ter interesse em conversar. [Uma idosa que está acordando pede que os repórteres se afastem]”.

Fonte: elaboração própria.

A voz autoral articula a recusa de uma mulher em situação de rua a dar entrevista. Ela é referenciada pelo termo naturalizante “moradora de rua” e representada por identificação física. O excerto que sucede o fragmento evidencia que há outra mulher que expressa o desejo de não ser incomodada pela reportagem. O fragmento pode funcionar como uma justificativa para a ausência significativa de vozes de mulheres em situação de rua no texto, que conta com vozes atribuídas a quatro homens em situação de rua. Apenas a ação de dizer é realizada pela mulher, a qual não se atribui nome próprio.

Texto 12 - População de rua no DF cresce no período próximo ao Natal.

30 de novembro de 2018, caderno Cidades, predominantemente argumentativo, assinado por Augusto Fernandes (CB).

Como é de costume do *Correio Braziliense* todo fim de ano, o texto trata do aumento da população em situação de rua na capital brasileira em período próximo às comemorações de Natal e as motivações para que isso ocorra. Os atores sociais que recebem espaço discursivo nesse contexto são pessoas em situação de rua, o GDF e uma professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). A seguir, está o quadro que apresenta os fragmentos atribuídos a mulheres em situação de rua.

Quadro 13 – Vozes de mulheres em situação de rua no Texto 12 sobre violação de direitos.

VOZES DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA
26.1. “[Cristiane Silva , 37 anos, não mora em Brasília. Tampouco trabalha aqui. Mesmo assim, todo fim de ano ela troca a casa, em Planaltina de Goiás, pelo Distrito Federal na esperança de conseguir alguma doação para o Natal. Desempregada, ela se arrisca em um matagal próximo ao Parque Ecológico Burle Marx, na Asa Norte, com a filha e os dois netos. Sob sol e chuva, a mulher espera por doações de peças de roupa e, principalmente, dinheiro. Assim como Cristiane , centenas de outros moradores do Entorno do DF e de localidades mais distantes engrossam a população de rua da capital federal nesta época do ano. Apostando na bondade alheia, elas e eles se submetem a todo tipo de situação para receber algum auxílio.] ‘Sempre morei em invasão, então, ficar aqui não é problema algum para mim. Ou faço isso ou fico de mãos abanando no Natal. Realmente preciso’, afirmou a moradora de Planaltina de Goiás ”.
26.2. “[Cristiane , por exemplo, vem à Brasília quase todos os meses. Na maioria das vezes, ela tem dinheiro só para a passagem. Além disso, enfrenta ônibus lotado e aproximadamente 70 quilômetros de viagem. Mas não reclama.] ‘Quem vê de fora, não entende. Acha que eu sou drogada ou criminosa. Mas não faço isso porque acho bonito. A minha vida inteira foi assim. Não me orgulho, mas tenho que fazer a minha parte para ter alguma

coisa. <u>É duro ouvir seu neto pedir um presente e você não ter como dar.</u> O mínimo que consigo, já ajuda’, ressalta a mulher ”.
27.1. “‘Sempre passam aqui nos xingando e nos mandando trabalhar. Mas eles não sabem o que nós passamos. Falar de fora é muito fácil. O que eu mais queria era sair daqui’, Antônia Meire Lima , catadora de materiais recicláveis”.
27.2. “[Em uma área próxima dali, fica o barraco de Antônia Meire Lima , 45 anos, que sobrevive recolhendo materiais recicláveis. Ela veio do Nordeste em busca de emprego e melhor vida. No entanto, esbarrou na falta de oportunidades e agora vive ao relento. O que mais a incomoda é o preconceito.] ‘Sempre passam aqui nos xingando e nos mandando trabalhar. Mas eles não sabem o que nós passamos. Falar de fora é muito fácil. O que eu mais queria era sair daqui’, lamenta a mulher ”.
28. “[As famílias de baixa renda que moram em Brasília também se tornam pedintes no fim do ano. Muitas recorrem aos semáforos e às margens de vias movimentadas, exibindo placas, como fez Ana Maria Paiva , 38 anos.] ‘O que me derem, aceitarei de coração. Toda doação é bem-vinda. Um colchão, um cobertor, uma roupa, não importa. Qualquer coisa para a gente é importante’, afirma. Há duas semanas, ela e o marido , Josimar da Silva, 32, montaram uma barraca às margens da L3 Norte”.

Fonte: elaboração própria.

A voz atribuída por discurso direto a Cristiane, representada por individualização e identificação relacional com filha e netos, aparece em 26.1 e 26.2, trechos em que a situação de rua é vista como opção e temporária, restrita ao período de fim de ano. A voz autoral ressalta que ela é residente de Planaltina de Goiás e está desempregada. Se na representação da voz autoral o local onde Cristiane estava naquele momento da produção do texto é visto como de risco, para a voz atribuída a ela “não é problema”, pois relata sempre ter vivido em áreas não regularizadas. Ainda na representação da voz autoral, estar em situação de rua é esperar por doações motivadas pela suposta “bondade” da classe média brasiliense. Os relatos atribuídos a Cristiane aparecem para reafirmar essa colocação e o crescimento da população em situação de rua em datas comemorativas, composta por pessoas que, assim com ela, desejariam “não ficar de mãos abanando no Natal”. Em 26.2 é trazida ainda a percepção de sua representação aos olhos de quem está fora da situação de rua em trecho com associação da situação de rua a drogadição e criminalidade. Pela única vez nos excertos analisados aqui, ocorre o discurso da ineficiência do transporte coletivo da região por meio do verbo “enfrentar” evidenciando as dificuldades da mobilidade urbana entre Brasília e suas regiões administrativas ou cidades goianas localizadas na região do Entorno.

O fragmento presente em 27.1. funciona como legenda de foto que traz Antônia Meire e faz parte do trecho retirado de 27.2. Na voz por discurso direto atribuída a Antônia, representada por individualização e funcionalização, a situação de rua é retratada como falta de opção e de oportunidade. A classe média avaliada como bondosa pela voz autoral em 26.1., nas vozes atribuídas a Antônia aparece como agressiva e compreendendo a situação de rua como falta de trabalho. Por fim, a voz atribuída por discurso direto a Ana Maria, representada por

individualização e identificação relacional com o marido, relata aceitar todo tipo de doação. Essa voz aparece para endossar a voz autoral que afirma que pessoas empobrecidas fora da situação de rua compõem essa população em época de fim de ano além de retomar a classe média brasileira como caridosa.

As representações das ações que mulheres em situação de rua praticam nesse contexto expressam atos de fala, movimentação ou permanência no espaço urbano e suas justificativas para realizarem tais ações. Além disso, há ações relacionadas ao estar em situação de rua, como “se arriscar em matagal”, “esperar por doações”, “montar barraca” e o desejo de superar essa situação.

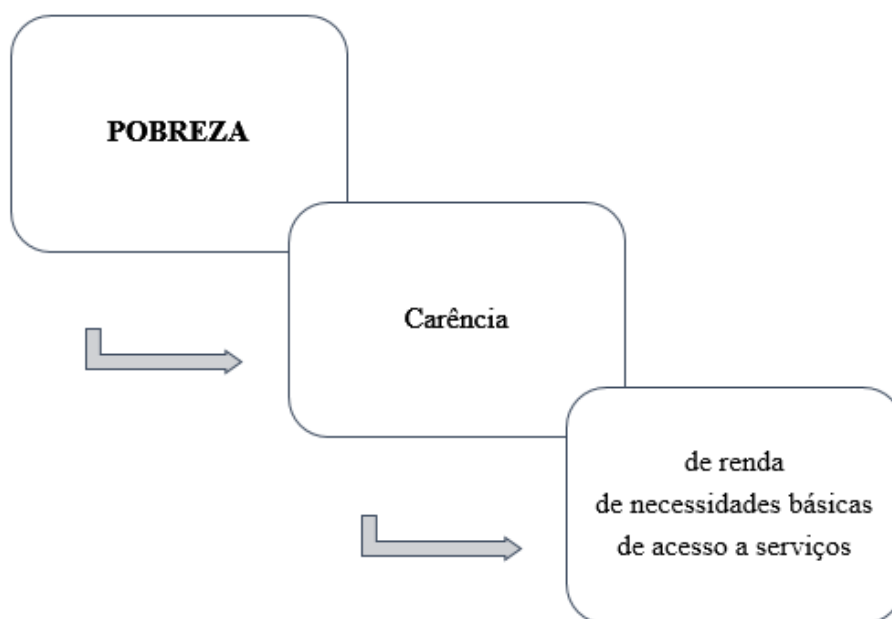
Como vimos, são diversas as representações da situação de rua e de pressupostos de ser mulher em situação de rua articuladas nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e na voz autoral do jornal. Para melhor visualização das discussões trazidas aqui, na próxima seção trarei figuras que ilustram a microanálise dos dados.

5.3 SISTEMATIZANDO OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA MICROANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A microanálise dos dados se propôs a responder perguntas relacionadas a representação da pobreza, da situação de rua e de pressupostos de ser mulher em situação de rua em fragmentos atribuídos a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos, além de mapear discursos acionados nesses excertos. Para melhor visualização, os resultados das questões discutidas estão representados nas figuras a seguir.

- a) Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua representaram a pobreza?

Figura 13 – Representação da pobreza nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua em textos sobre violação de direitos publicados no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

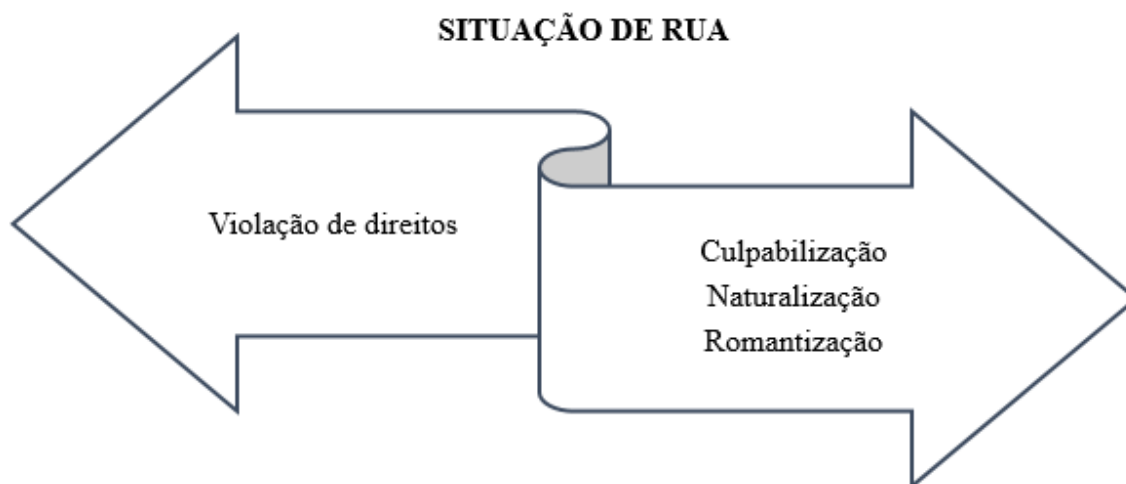


Fonte: elaboração própria.

O termo “pobreza” aparece em destaque na figura pois é a partir dele que ocorrem as demais representações. De modo mais genérico, pobreza nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua é vista como carência, que pode ser de renda, de necessidades básicas e/ou de acesso a serviços.

- b) Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos representaram a situação de rua?

Figura 14 - Representação da situação de rua em vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e na voz autoral em textos sobre violação de direitos publicados no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).



Fonte: elaboração própria.

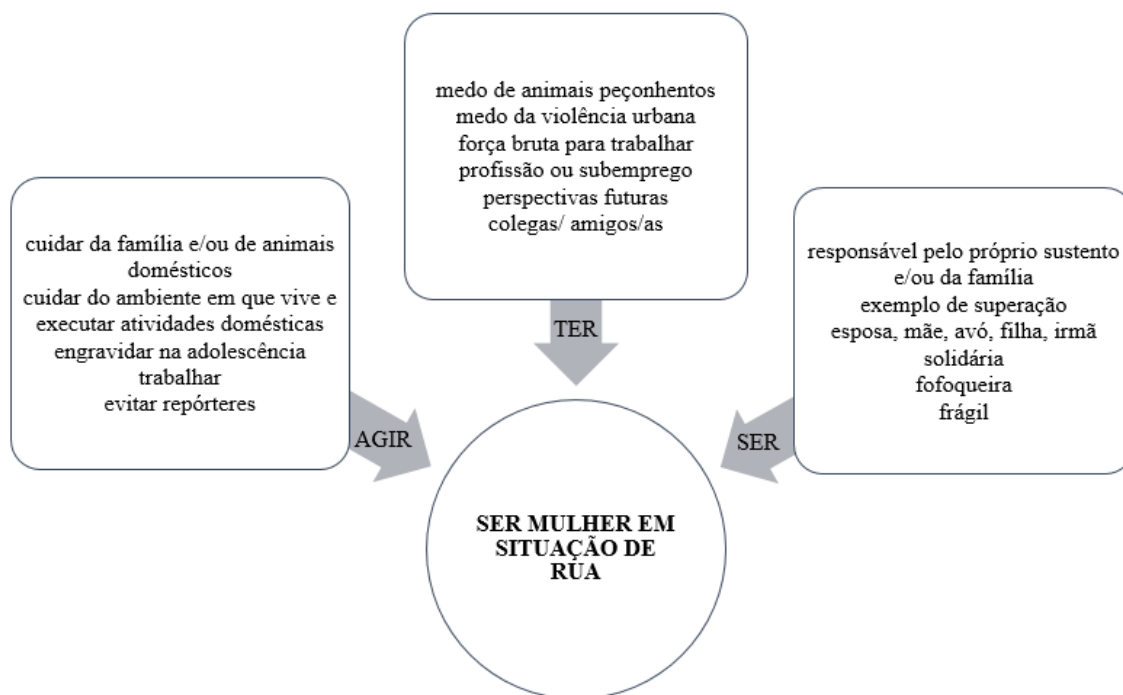
A figura 14 apresenta duas setas em direções opostas. A seta voltada para a direita expressa campos discursivos que contribuem para a reificação⁵¹ da situação de rua. A culpabilização de pessoas em situação de rua por suas próprias condições foi encontrada no recorte analisado a partir da representação do estar em situação como conviver com/estar em situação de drogadição, conviver com animais peçonhentos, conviver com sujeira, inadequação a regras sociais, procurar maneiras de receber doações da comunidade local, votar sem consciência política, permanecer em propriedades alheias, ser violento e criminoso, ser oportunista (quando ocorre em período natalino) e é endossada pela suposta bondade da classe média brasileira. A naturalização da situação de rua apareceu em discursos que apresentaram a situação de rua como: algo normal/escolha, movimentação no espaço urbano, convivência com outras pessoas em situação semelhante e trabalhar em subempregos. Já a romantização da situação de rua foi sistematizada a partir da ocorrência de representação da situação de rua como: passível de superação pelo simples esforço individual, independência, cura para depressão e sentimentos negativos, lugar de vínculo familiar e negação da própria situação de vulnerabilidade e dos problemas vividos. Por outro lado, a seta que aponta para a esquerda reúne discursos que potencializam discussões sobre a situação de rua como problema estrutural e compreende que pessoas em situação de rua frequentemente sofrem violações de direitos.

⁵¹Tendo como base os estudos de Thompson, Vieira e Resende (2016) explicam que a reificação é um modo de operação da ideologia frequentemente realizado a partir das estratégias de naturalização, eternalização e nominalização/passivação. Segundo as autoras, a reificação representa como permanente e natural uma situação transitória.

Esses discursos foram identificados no recorte analisado pela representação da situação de rua como: falta de opção/oportunidade, resultado da ineficiência de políticas habitacionais, fragilidade de saúde, interrupção dos estudos, trabalho infantil, não ter direito ao voto, ter o confisco de objetos e sofrer violação de direitos e violência (entre elas, a sexual).

- c) Como as vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e a voz autoral circundante nesses contextos representaram pressupostos de ser mulher em situação de rua, ou seja, como os discursos sobre feminilidade atravessaram esse recorte do *corpus*?

Figura 15 - Representação de pressupostos de ser mulher em situação de rua nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e na voz autoral em textos sobre violação de direitos publicados no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).



Fonte: elaboração própria.

A figura 15 sistematiza as representações de pressupostos de ser mulher em situação de rua nas vozes atribuídas a mulheres em situação de rua e na voz autoral circundante nesses contextos e está dividida em campos do agir, ter e ser. As ações do campo do agir indicam as atividades executadas por mulheres em situação de rua no recorte analisado. Essas ações em sua maioria ativam discursos de feminilidade pressuposta que associam o cuidado com o lar e com a família a figuras femininas. Apenas a ação de “evitar repórteres” não se encaixa nesse padrão. O campo do ter, por sua vez, indica as representações de mulheres baseadas em

sensações (ter medo), desejos (ter perspectivas), características necessárias para sobreviverem na rua (ter força bruta e atividade laboral) e relações sociais (ter colegas/ amigos/as). Aqui, o discurso da feminilidade pressuposta, por um lado, pode ser percebido pela associação do ser mulher ao ser frágil. Por outro, ativa a representação da mulher como guerreira, o que mitiga sua situação de rua. Nesse contexto, apenas a identificação relacional com outras pessoas não está relacionada a discursos que remetem a essas questões. O discurso da mulher como guerreira está presente também no campo do ser, pois grande parte foi representada como responsável pelo sustento da família de forma integral sem a presença masculina e ao sair da situação de rua, torna-se exemplo de superação. Além da representação da mulher como ser frágil, que se repete, há qualificadores como “fofoqueira” e “solidária” associadas a figura feminina. O ser “solidária”, nesse caso, também remete ao cuidar, dessa vez, de um casal de amigos.

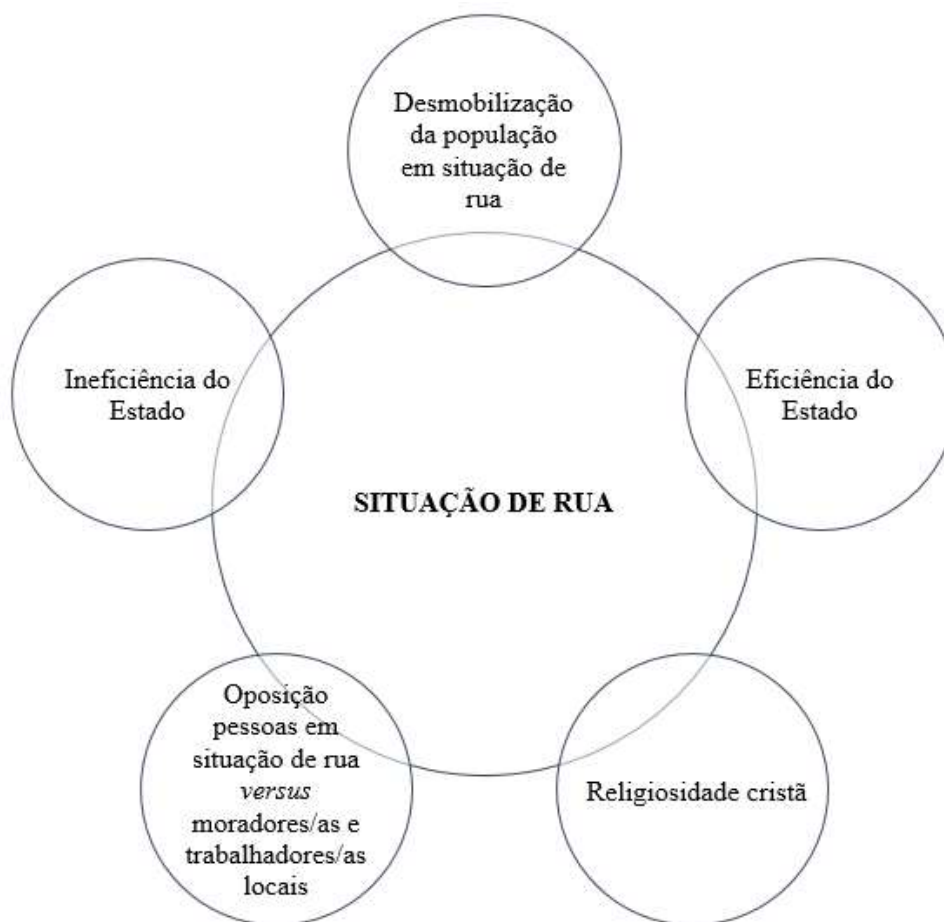
Além desses campos encontrados textualmente, as análises apontaram o campo do poder e do sofrer. O campo do poder refere-se à possibilidade de a mulher em situação de rua receber empatia quando supera a situação de rua, representação que passa pelo discurso meritocrático. Por fim, o campo do sofrer expressa violações que apesar de não serem de exclusividade feminina, atinge em sua maioria mulheres cisgênero ou transexuais.

d) Quais os discursos articulados nos fragmentos analisados?

Para discutir as relações apresentadas na figura 16, a seguir, é necessário retomar os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade (ver “Percurso Teórico”). Para Fairclough (2001, p. 134), textos são “inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos”. As relações dialógicas dentro de um texto podem ser variadas. No caso dos gêneros que compuseram o *corpus* desta investigação, por exemplo, os “outros textos” trazidos nas notícias e reportagens publicadas pelo *Correio Braziliense* partiram de entrevistas, comunicados governamentais, excertos de leis, entre outros, característicos da prática de produção jornalística. Isto é, para a composição dos textos analisados foi necessário que a voz autoral articulasse textos produzidos por outros atores sociais tomados como fontes jornalísticas. As vozes atribuídas a esses atores sociais, por sua vez, articularam diferentes discursos, ou seja, modos particulares de representação de experiências no mundo (VIEIRA; RESENDE, 2016). Dessa forma, a intertextualidade diz respeito à articulação de diferentes vozes em um texto, enquanto a interdiscursividade está relacionada a diferentes maneiras de representar aspectos do mundo.

Como explicam Vieira e Resende (2016, p. 142), “discursos particulares associam-se a campos sociais, interesses e projetos particulares”. Assim, pelo uso da categoria analítica interdiscursividade foi possível identificar, por exemplo, a presença de discurso de teor meritocrático em textos que abordam a superação da situação de rua. Essas representações têm potencial para colaborar com a manutenção de hegemonias existentes, na medida em que fomenta discursos de que sair da pobreza e da situação de rua é questão de força de vontade individual. A interdiscursividade envolve também hibridizações (VIEIRA; RESENDE, 2016) de discursos. Essa questão é exemplificada na figura a seguir, que representa os discursos acionados sobre situação de rua nos excertos analisados. No mesmo *corpus*, e às vezes em um mesmo texto, ecoaram os discursos da eficiência do Estado e da ineficiência do Estado.

Figura 16 – Discursos acionados em excertos atribuídos a mulheres em situação de rua e na voz autoral circundante em textos sobre violação de direitos publicados no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).



Fonte: elaboração própria.

A figura 16 apresenta a representação da situação de rua no centro na imagem e ao seu redor discursos acionados nos recortes analisados. A ineficiência do Estado apresenta-se na

forma de responsabilização do Estado, necessidade de demanda ao poder público, ineficiência de políticas habitacionais e do transporte coletivo que liga Brasília a regiões administrativas periféricas e cidades goianas do Entorno do Distrito Federal. Na temática de violação de direitos, esse discurso é majoritariamente presente nas vozes atribuídas a pessoas em situação de rua, vozes da lei, especialistas e ativistas, religiosos/as e voluntários/as. Por outro lado, há também o discurso da eficiência do Estado, presente em excertos que abordam políticas públicas de abrigamento e qualificação profissional e a valorização do serviço de abordagem social, mormente quando vozes do governo são consultadas como fontes jornalísticas pelo *Correio Braziliense*.

Há também discurso que marca oposição entre pessoas em situação de rua e moradores/as e trabalhadores/as locais. Em sua maioria, quando apresentado nas vozes atribuídas a moradores/as e trabalhadores/as locais, potencializa a representação da classe média brasileira como bondosa e caridosa, mas quando articulado em vozes atribuídas a pessoas em situação de rua é comum a representação da classe média/alta de Brasília como agressiva. Além dessa oposição, há a desmobilização da população em situação de rua marcada em falas atribuídas a pessoas em situação de rua residentes de ocupação. Nessas ocasiões, elas se definem como trabalhadoras e representam pessoas em situação de rua que ocupam as vias das cidades ou albergues com qualificadores negativos semelhantes aos utilizados nas vozes atribuídas a moradores/as locais. A desmobilização acontece também na presença do discurso de empreendedorismo, que potencializa sentidos de que superar a situação de rua e a pobreza é mérito individual. O discurso religioso também atravessa o *corpus*, e a partir dele mulheres em situação de rua representam a religiosidade cristã como fonte de esperança para superar as situações de privação ou como força que garante o sustento diário.

As discussões propostas no próximo capítulo ampliarão o exposto até aqui. Nele serão analisados de forma macro e micro os textos da temática de violência contra pessoas em situação de rua.

CAPÍTULO VI

6 DA MACROANÁLISE À MICROANÁLISE: SITUAÇÃO DE RUA EM TEXTOS SOBRE VIOLÊNCIA NO *CORREIO BRAZILIENSE* (2014 - 2018)

Neste capítulo trago o trabalho realizado utilizando o *software* NVivo sobre os textos tematizando violência contra pessoas em situação de rua publicados nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense* entre os anos de 2014 e 2018. Com cruzamentos, em matrizes de codificação, de *categorias de preparação* e *categorias de análise* (ver “Percurso Metodológico”), foi possível mapear o panorama geral da representação da situação de rua nesses textos, processo descrito em 6.1. Com base nas interpretações desses cruzamentos foi possível delimitar aspectos relevantes a serem analisados de forma micro sob a ótica da Análise de Discurso Crítica, processo descrito em 6.2. Por fim, em 6.3 sistematizo em imagens os principais resultados da microanálise dos textos sobre violência.

6.1 MACROANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO JORNAL *CORREIO BRAZILIENSE* (2014 - 2018) EM TEXTOS SOBRE VIOLÊNCIA

Nessa seção discuto o panorama da situação de rua nos textos sobre violência codificados no NVivo. Em 6.1.1 abordo os resultados obtidos pelo mapeamento de *categorias de preparação* para em 6.1.2 discutir os resultados obtidos através da codificação e cruzamento de dados das *categorias de análise*, processo útil para a delimitação do recorte trabalhado na microanálise.

6.1.1 Resultados dos cruzamentos de categorias de preparação em textos sobre violência

A temática de violência no *corpus* mostrou alta relevância. Dos 310 textos coletados nas plataformas digitais do *Correio Braziliense* de acesso gratuito, 111 corresponderam a essa temática. A partir da codificação das categorias de preparação foi possível mapear a *Assinatura*, *Editoria* e *Tipo Textual* desses textos. O cruzamento das pastas da temática violência com o *nó Assinatura* permitiu responder se os textos em questão foram de autoria do *Correio Braziliense* ou republicações de outras agências de notícias. O resultado está apresentado na tabela a seguir:

Tabela 12 – Assinatura de textos sobre violência.

ASSINATURA	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Não assinado	21	13	6	10	2	52
Assinado	2	7	6	3	11	29
Agência Estado	-	2	2	8	2	14
Agência France-Presse	1	4	-	2	-	7
Agência Brasil	-	2	-	3	1	6
Tv Brasília	2	-	-	-	-	2
Estado de Minas	-	-	-	1	-	1
TOTAL	26	28	14	27	16	<u>111</u>

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da tabela 12 mostram que, diferente do que ocorreu na temática de violação de direitos, os textos da temática de violência são em sua maioria (81 textos) notícias ou reportagens de autoria do *Correio Braziliense*, que recebem por 29 vezes a assinatura de jornalistas responsáveis e 52 vezes a autoria é assumida pela própria empresa. Os outros textos (30) são republicações de agências como *Agência Estado*, *Agência France-Presse*, *Agência Brasil*, *Tv Brasília* e *Estado de Minas*.

Esses textos foram publicados em diferentes cadernos do jornal. A Tabela 13 traz a visualização desses dados. Para sua elaboração foi necessário cruzar as pastas de violência com o nó *Editoria*.

Tabela 13 – Editoria de textos sobre violência.

EDITORIA	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Cidades	22	19	11	12	12	76
Brasil	3	5	3	13	4	28
Mundo	1	3	-	2	-	6
Diversão e Arte	-	1	-	-	-	1

TOTAL	26	28	14	27	16	<u>111</u>
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------------------

Fonte: elaboração própria.

De modo semelhante ao que ocorreu na temática de violação de direitos, a maior parte dos textos sobre violência está situada nos cadernos *Cidades e Brasil*. Essas seções tratam de assuntos cotidianos e assumem também a função de noticiar questões do campo criminal nos contextos de Brasília e do Entorno do Distrito Federal, no caso da primeira, e do Brasil, no caso da segunda. O caderno *Mundo* abrange textos de teor similar focados em acontecimentos internacionais. Chama a atenção o texto publicado em 6 de maio de 2015, assinado pela *Agência France-Press* de título “Astro de Bollywood Salman Khan é condenado por atropelar sem-teto”^{lxv} ser considerado adequado pelo jornal para compor o caderno *Diversão e Arte*. Longe de ser um acidente de trânsito inevitável, o texto noticia que o ator Salman Khan, depois de ter participado de uma festa em um bar de Mumbai, na Índia, atropelou em alta velocidade um grupo de pessoas em situação de rua que dormia próximo ao comércio de um bairro luxuoso. A ação provocou a morte de um homem em situação de rua e deixou outras pessoas feridas. O ator fugiu sem prestar socorro. O fato, apesar de conter uma celebridade internacional, não trata de entretenimento e sim de ação violenta contra pessoas em situação de rua. Pela classificação dos textos do *corpus* era de se esperar que constasse no caderno *Mundo*.

Outra *categoria de preparação* utilizada foi *Tipo Textual*. Cruzando as pastas da temática de violência com esse *nó* foi possível perceber a predominância de tipologias textuais nas notícias e reportagens que trazem violência como principal tema. O resultado desse cruzamento está explícito na Tabela 14.

Tabela 14 – Tipo textual de textos sobre violência.

TIPO TEXTUAL	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Narração	25	20	11	14	11	81
Argumentação	1	8	3	13	5	30

Fonte: elaboração própria.

Como exposto na Tabela 14, a maior parte dos textos publicados no *Correio Braziliense* sobre violência entre os anos de 2014 e 2018 são predominantemente narrativos. Há diversas produções que se limitam a expor casos de violência sofridos ou praticados por pessoas em

situação de rua sem discussões mais complexas. Textos assim funcionam como boletim de notícias, alguns apresentando extensão de um a três parágrafos, por exemplo, e trazem exclusivamente vozes de policiais como fontes jornalísticas.

Os resultados dos cruzamentos simples entre a temática de violência e as *categorias de preparação* apontaram que textos sobre situação de rua que abordam contextos violentos são majoritariamente situados em seções de assuntos cotidianos e do campo da criminalidade com autoria da própria empresa. Sendo 111 textos do total de 310, percebe-se a relevância do tema de violência quando se trata de produzir ou reproduzir conteúdos sobre a situação de rua. Além disso, são produções com poucas discussões, já que a maioria traz o predomínio do tipo textual narração. Na próxima seção, para ampliar as discussões sobre esses textos, trarei resultados mais complexos utilizando cruzamentos codificados como *categorias de análise: Intertextualidade e fontes jornalísticas, Modos de avaliação de pessoas em situação de rua, Modos de referência de pessoas em situação de rua e Modos de representação de pessoas em situação de rua.*

6.1.2 Resultados dos cruzamentos de categorias de análise em textos sobre violência

Assim como as pastas da temática de violência foram cruzadas individualmente com os nós das *categorias de preparação*, realizei trabalho semelhante com as *categorias de análise*. Para discutir esses dados, optei por, em alguns momentos, trazer tabelas reduzidas apenas com os resultados mais relevantes para esta investigação (para as tabelas na íntegra, ver Anexos VI e VII). Para resultados mais expressivos, em alguns casos foram realizados cruzamentos duplos: quando o resultado de uma matriz significativa passou a ser uma *linha* ou uma *coluna* de novo cruzamento.

Para iniciar a discussão acerca das *categorias de análise*, a Tabela 15 mostra quais atores sociais foram consultados como fontes jornalísticas pelo *Correio Braziliense*. Isso pôde ser mapeado pelo cruzamento entre o nó *Intertextualidade e fontes jornalísticas* e as pastas de *Violência*.

Tabela 15 – Intertextualidade e fontes jornalísticas em textos sobre violência.

INTERTEXTUALIDADE E FONTES JORNALÍSTICAS	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Policiais, Bombeiros, GCM e Segurança Privada	23	27	11	42	35	138

Vozes do governo	3	5	7	31	6	52
Moradores/as e trabalhadores/as locais	7	1	10	16	8	42
Pessoas em situação de rua	4	6	4	12	4	30
Ativistas, religiosos/as, voluntários/as, ONG's	-	5	2	8	1	16
Testemunhas	2	4	1	4	2	13
Outras vozes	-	2	2	7	1	12
Especialistas	-	2	-	8	-	10
Familiares e amigos/as de pessoas em situação de rua	-	5	-	-	1	6
Vozes médicas	4	1	-	1	-	6
Imprensa	-	3	-	-	2	5
Vozes da lei	-	3	-	2	-	5
Agressores, cúmplice	-	2	-	1	1	4
Empresários/as	-	-	-	-	1	1
TOTAL DE TEXTOS POR ANOS	26	28	14	27	16	-

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 15 demonstra que, em densidade, as vozes atribuídas às forças de segurança representadas por *Policiais*, *Bombeiros*, *GCM* e *Segurança Privada* (138) representam maior frequência no *corpus*. Pode-se dizer que a alta presença dessas vozes era esperada, tendo em vista a temática de violência. Outras vozes atribuídas que apresentam densidade significativa são *vozes do governo* (52), *moradores/as e trabalhadores/as locais* (42) e *pessoas em situação de rua* (30). Nesse contexto, chama a atenção o fato de especialistas receberem pouco espaço discursivo no jornal. O mapeamento dessas vozes está relacionado a trabalhadores/as e pesquisadores/as focados/as nas especificidades da população em situação de rua. Se de um lado vozes especializadas recebem espaço limitado para propagarem seus discursos, as vozes atribuídas a moradores/as e trabalhadores/as locais frequentemente recebem espaço discursivo. As vozes da lei também apareceram em baixa densidade. É uma ausência significativa, já que nos textos sobre violação de direitos frequentemente essas vozes articularam discursos de defesa de pessoas em situação de rua e foram atuantes na busca pela efetivação de seus direitos (ver “Da macroanálise à microanálise: situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018)”).

Para compreender como as vozes que aparecem em maior densidade nos textos sobre violência articularam avaliações sobre pessoas em situação de rua, os *subnós Policiais, Bombeiros, GCM e Segurança Privada, vozes do governo, moradores/as e trabalhadores/as locais e pessoas em situação de rua* presentes no nó *Intertextualidade e fontes jornalísticas* foram cruzados individualmente com as pastas de violência. Após o isolamento dessas vozes, os resultados foram cruzados com o nó *Modos de avaliação de pessoas em situação de rua*. Dessa forma, foi possível, por exemplo, visualizar as avaliações de pessoas em situação de rua nas vozes atribuídas a policiais, bombeiros, membros da GCM e de segurança privada. O resultado desses cruzamentos está sistematizado na tabela 16.

Tabela 16 – Modos de avaliação de pessoas em situação de rua pelos atores sociais que mais recebem espaço discursivo em textos sobre violência.⁵²

MODOS DE AVALIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	INTERTEXTUALIDADE E FONTES JORNALÍSTICAS				
	Policiais, Bombeiros, GCM e Segurança Privada	Vozes do governo	Moradores/as e trabalhadores/as locais	Pessoas em situação de rua	TOTAL
Agressivas, criminosas, perigosas e violentas	10	3	11	1	25
Ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas	6	2	1	11	20
Assistidas, acolhidas, atendidas	-	7	1	5	13
Corajosas	-	-	-	1	1
Doentes	1	-	-	2	3
Gratas	-	-	-	1	1
Homenageadas	-	1	-	1	2
Humilhada	-	-	-	1	1
Incômodas	-	-	5	-	5
Oportunistas	-	-	1	-	1
Pedintes	-	-	2	-	2
Regeneradas	-	-	-	2	2
Revoltadas	-	1	-	-	1
Sujas	-	1	1	-	2

⁵²Nos textos sobre violência apareceram ainda outros modos de avaliação de pessoas em situação de rua articulados na voz autoral do jornal e/ou nas vozes de outros atores sociais que receberam menor espaço discursivo. Para a visualização completa, ver anexo VI. As avaliações presentes na Tabela 16 correspondem apenas àquelas que foram atribuídas às vozes que apresentam maior densidade no *corpus* de violência. Assim, as avaliações presentes nessas vozes passaram a maior parte das notícias e reportagens.

Trabalhadoras, honestas, ativas, esforçadas	-	-	-	2	2
Tranquilas, pacíficas, prestativas	-	-	3	2	5
Usuárias/dependentes de álcool e outras drogas	2	1	10	4	17
Vulneráveis	-	-	-	2	2

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar a Tabela 16 é possível observar que as avaliações de pessoas em situação de rua em textos sobre violência aparecem majoritariamente como *agressivas, criminosas, perigosas e violentas* nas vozes atribuídas a moradores/as e trabalhadores/as locais (11) e a forças de segurança (10). Por outro lado, o segundo modo de avaliação mais frequente, *ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas e violadas* aparece em maior densidade nas vozes atribuídas a pessoas em situação de rua. Essas avaliações aparecem ao menos uma vez nas vozes atribuídas aos quatro atores sociais que mais recebem espaço discursivo no *corpus*, assim como a avaliação *usuárias/dependentes de álcool e outras drogas*. Enquanto esses qualificadores inerentemente negativos aparecem nas vozes de diferentes atores sociais, qualificadores que podem ativar representações positivas de pessoas em situação de rua como *corajosas, gratas, regeneradas e trabalhadoras, honestas, pacíficas e prestativas* são restritas as vozes atribuídas a pessoas em situação de rua. Esses dados apontam para uma questão relevante: nos textos sobre violência, pessoas em situação de rua foram frequentemente avaliadas com qualificadores que as associaram ao contexto da criminalidade e da drogadição, e, embora também sejam vítimas de violência, há pouco reconhecimento desses casos pelas vozes atribuídas a atores sociais fora da situação de rua. Cabe uma colocação sobre o modo de avaliação *regeneradas*: embora tenha um teor aparentemente positivo carrega pressuposto negativo. Essas avaliações são expressas em trechos da trajetória de dois homens em situação de rua, Deverson e Dyego. Em reportagem assinada pela *Agência Brasil* e publicada no caderno *Brasil* no dia 19 de agosto de 2015, que relembra o massacre da praça da Sé, é dito que Deverson ganhou um concurso que visava escolher uma obra para a criação do Marco em Respeito à População em Situação de Rua. Nesse contexto, há o excerto:

O rapaz conta que viveu na rua por duas semanas no final de 2014, após sair de casa por conta das repetidas brigas com a mãe. O período foi suficiente para que ele sentisse as dificuldades e o preconceito e decidiu mudar de vida. ‘Eu aprendi a ser mais humilde e a querer o bem das outras pessoas’. Agora, Deverson está matriculado na escola para concluir o ensino médio, deve começar a trabalhar em breve e planeja estudar para ser roteirista de televisão.

O excerto que retoma a trajetória de Dyego como pessoa regenerada será discutido amplamente na microanálise dos dados, na seção 6.2 deste capítulo, no Quadro 18.

Há de se ressaltar também que os atores sociais que mais apareceram avaliando pessoas em situação de rua nos textos sobre violência foram moradores/as e trabalhadores/as locais e pessoas em situação de rua, o que traz indícios de que a disputa do direito a ocupação (ou não) de espaços públicos de Brasília (discutida em “Situação de rua em Brasília, violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua no *Correio Braziliense*: o que sabemos até aqui?”) passam também pelo viés discursivo. As avaliações inerentemente positivas de moradores/as e trabalhadores/as locais sobre pessoas em situação de rua nesse contexto são *tranquilas, pacíficas e prestativas*, e ocorreram em apenas três textos.

Em um deles, assinado por Fernando Jordão, um texto de reportagem especial para o *Correio Braziliense* e publicado em 10 de outubro de 2016,^{lxvi} um motorista de aplicativo expõe que presenciou dois homens fora da situação de rua agredindo um homem em situação de rua que dormia em via pública. Segundo o texto, o motorista filmou o crime e seguiu os agressores e ao vê-los conversando com policiais, mostrou as imagens para denunciar o caso. Na ocasião, foi informado de que não era possível nenhuma atitude da polícia porque as imagens não seriam suficientes para decretar flagrante. Ao encontrar uma base móvel da Polícia Militar, o motorista tentou novamente registrar ocorrência, mas foi orientado a procurar uma delegacia. Desacreditado, publicou o vídeo em uma rede social, fato que teve grande repercussão. Nesse texto, o trabalhador local que filmou a agressão avaliou as pessoas em situação de rua como tranquilas: “mas eles não fazem nada. O máximo que fazem é pedir dinheiro ou para ficar olhando o carro”.

O segundo e o terceiro textos tratam de um mesmo caso e ambos foram assinados pela Agência Estado. Um deles, datado de 29 de agosto de 2017, noticia os assassinatos de Fabio Netto das Neves e Michael Steer Renshaw, em Santo André (SP). Ambos estavam em situação de rua e foram avaliados por moradores locais como “tranquilos e prestativos”.^{lxvii} O outro, datado de 31 de agosto de 2017, relata a prisão do homem em situação de rua suspeito do crime e rearticula a avaliação das vítimas pelas vozes atribuídas a moradores locais. Nos dois casos, as avaliações positivas ocorreram no contexto de crimes violentos contra pessoas em situação de rua, que geraram comoção social, assim como no caso de Edvan Lima, foco de pesquisa anterior (RAMALHO; RESENDE, 2018).

Assim como ocorreu em textos sobre violação de direitos, foi comum vozes do governo avaliarem pessoas em situação de rua como *assistidas, acolhidas e atendidas*. No caso dos textos sobre violência, essas avaliações estão majoritariamente em textos que abordam a situação de rua na cidade de São Paulo. Das sete ocorrências que aparecem na Tabela 16, quatro são relacionadas a ações tomadas pela prefeitura de São Paulo após a agressão de Samir Ali Ahmed

Sati por membros da Guarda Civil Metropolitana. Em reportagem da Agência Estado, de 4 de maio de 2017,^{lxviii} é relatado que a agressão que Samir sofreu de guardas ocasionou na fratura de um punho. Além da violência física, Samir sofreu violação de direitos ao ter todos os seus pertences confiscados. Assim como no caso mencionado anteriormente, a agressão a Samir Sati foi registrada em vídeo divulgado em rede social, o que repercutiu socialmente. Depois do crime, vozes atribuídas a membros do governo explicitaram ações visando a reparação de danos, como em excerto da reportagem já mencionada:

Samir Ali Ahmed Sati, de 40 anos, fraturou um punho e precisou ser atendido em um pronto-socorro. O prefeito relatou que o morador em situação de rua foi encaminhado a uma unidade da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, no centro da cidade, onde agora recebe atenção especializada junto a sua mulher.

No excerto em questão chama a atenção a representação de Samir como ator do verbo “fraturar”. Dessa forma, a ação violenta executada pela GCM é mitigada e atribuída a uma pessoa em situação de rua. Ainda sobre o caso de Samir, há outro texto que articula avaliação semelhante. É um texto sem assinatura, publicado em 5 de maio de 2017, onde há o excerto a seguir:

O prefeito respondeu que agora o casal terá ‘banheiro, chuveiro, água quentinha, com toalha, com cama, com cobertor’. ‘Vocês dois, agarrem essa oportunidade de emprego para isso mudar a vida de vocês. Tenho certeza de que vocês vão ter muito sucesso’, disse.^{lxix}

A ação de reparação de danos ao ato de violência e violação de direitos praticados por membros da Guarda Civil Metropolitana contra Samir é representada pelo então prefeito de São Paulo, João Dória, como uma oportunidade para “mudar de vida”, o que minimiza a ação truculenta da GCM. Resende (2017b) ao analisar o caso de Samir atenta para as acusações que o homem sofreu, mesmo tendo seus direitos violados: Samir foi indiciado por receptação de um carrinho de supermercado que portava e não apresentou nota fiscal, por desobediência, por resistência e por desacato. A autora ainda nos mostra a vinculação do caso com a mudança de políticas públicas que regem o tratamento municipal às pessoas em situação de rua de São Paulo, que privilegiam a gestão do espaço urbano em detrimento dos direitos dessa população (RESENDE, 2017b). Como a ação truculenta da GCM é representada em voz atribuída ao prefeito da época como ato isolado, fruto da covardia de um guarda e descolada da política pública higienista em vigor, as soluções para o caso aparecem de forma individualizada, unicamente como benesses e ocultando o debate sobre a política pública em questão.

O único contexto de avaliação como *assistidas, acolhidas e atendidas* sobre a situação de rua em Brasília aparece em texto que traz ao conhecimento público ação promovida pelo governo distrital para arrecadar itens de higiene pessoal e acessórios para a distribuição a mulheres em situação de rua. Embora a ação divulgada não trate de violência, um extenso espaço do texto é destinado a discussões que abordam a violência contra mulheres em situação de rua com relatos pessoais. Nessa reportagem, voz atribuída a subsecretária de Política para as Mulheres diz: “As violências para elas, em situação de rua, são as mais diversas e graves possíveis. Elas encaram os serviços (do Estado) como único porto seguro existente’, explica”.

Outra importante categoria analítica para esta investigação foi a *representação de atores sociais*, baseada no trabalho de Van Leeuwen (1997). O cruzamento das pastas de violência com esse nó está disponível na Tabela 17:

Tabela 17 – Modos de representação de pessoas em situação de rua em textos sobre violência.

MODOS DE REPRESENTAÇÃO	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Identificação relacional	31	50	6	37	41	165
Individualização	21	40	12	52	14	139
Coletivização	5	27	21	36	20	109
Agregação	-	15	4	21	3	43
Assimilação com outros grupos	1	8	2	14	4	29
Individualização inespecífica	7	5	2	4	7	25
Objetificação	4	3	2	4	3	16
Funcionalização	-	3	-	2	-	4
Abstração	-	-	2	2	-	4
TOTAL DE TEXTOS POR ANOS	26	28	14	27	16	

Fonte: elaboração própria.

A *identificação relacional* é o modo de representação de pessoas em situação de rua que aparece em maior densidade nos textos de violência. A codificação desse *subnó* considerou léxicos que exprimem relações sociais de pessoas em situação de rua. Pela temática, a palavra *vítima* foi o modo de identificação relacional que apareceu com maior frequência (124 vezes). Nesses textos, pessoas em situação de rua foram vítimas de diversos atores sociais: de

moradores/as e trabalhadores/as locais, do Estado e de outras pessoas em situação de rua. Pelas codificações foi possível perceber que pessoas em situação de rua são frequentemente representadas em relação com outros familiares, estando em situação de rua ou não, pois palavras como “casal”, “família/familiares”, “pai”, “filho(s)/(a)”, “sobrinha/o”, “tio”, “mãe”, “irmãs/ãos”, “ex-namorado”, “mulher/companheira” (como sinônimo de “esposa”) e “marido/companheiro”, também foram recorrentes. Além dessas representações, pessoas em situação de rua são identificadas em relação com outras pessoas em situação semelhante referenciadas como “colegas” ou “amigos”.

Chama a atenção as palavras “colega” e “amigo”, que provocam tensão semântica ao evocar relações amistosas em contextos de conflitos, nesses casos violentos, entre pessoas em situação de rua. Em três das cinco ocorrências aparecem para caracterizar pessoas em situação de rua que cometeram crimes contra outras. O primeiro excerto está localizado em texto sem assinatura, publicado em 20 de dezembro de 2015: a) “De acordo com a corporação, o agressor também é sem teto e era amigo da vítima”.^{lxx} O segundo excerto é de texto sem assinatura, publicado em 08 de outubro de 2016: b) “Segundo a polícia, ele teria sido assassinado por um colega”.^{lxxi} Por fim, o terceiro texto é assinado pela Agência Estado e foi publicado em 1 de setembro de 2017: c) “Moradores de rua matam colega que tentou roubar bolsa no centro de SP”.^{lxxii} Os termos “amigo” e “colega” parecem funcionar como substituto de “sem-teto” ou “morador de rua” nos termos do jornal, pois nenhum dos textos evidencia relações sociais entre os agressores e as vítimas e, ainda assim, são representados em proximidade. Essa relação de proximidade entre agressor e vítima pode ecoar discursos de culpabilização das vítimas pelos crimes sofridos, ou ainda ser efeito de uma minimização da relevância das relações sociais de pessoas em situação de rua.

A representação de pessoas em situação de rua por *funcionalização* ocorre apenas em dois textos. No primeiro, assinado por Isa Stacciarini, Walder Galvão, Ricardo Faria e Luiz Calcagno e publicado em 3 de setembro de 2017 há os excertos a) “Servidora licenciada da Prefeitura de Formosa, Marilene Pereira dos Santos, 50 anos, ficou devastada quando a droga tirou dela, em 15 dias de diferença, dois dos cinco filhos” e b) “Para sustentar o vício, consegue de R\$ 100 a R\$ 120 por dia olhando carros, pedindo dinheiro e fazendo trabalhos temporários como pedreiro e serralheiro”. Esse texto não tem como foco principal a situação de rua, mas cita a história de Marilene Pereira dos Santos, que já esteve em situação de rua, e de Dyego Caetano Rodrigues, em reportagem sobre a violência nas regiões do Entorno do Distrito Federal.

Já no segundo texto, assinado pela Agência Estado e publicado em 5 de setembro de 2015, há os excertos c) “Apenas os parentes do pedreiro e morador de rua Francisco Erasmo Rodrigues de Lima, de 61 anos, quis (*sic.*) falar”^{lxxiii}; d) “‘Fiquei muito nervosa porque desde pequena eu convivi (com o pedreiro) [...] Foi uma atitude forte’, disse a estudante de Direito Ione Gabriela Reis, de 19 anos, sobrinha de Lima” e e) “O morador de rua [...] carregava uma bolsa com os equipamentos que usava nos bicos de pedreiro e eletricista”. Diferente do que ocorre com atores sociais fora de situação de rua, o padrão jornalístico de utilização de nome próprio, profissão e idade como modo de representar atores humanos é quase inexistente para a representação de pessoas em situação de rua em textos sobre violência. Apenas nesse segundo texto, em que é relatado que Francisco Erasmo Rodrigues Lima, que estava em situação de rua, interviu em uma ação que poderia vitimar uma mulher (fora da situação de rua), ocasião em que foi atingido por um tiro⁵³ e faleceu, a representação ocorre da maneira padronizada para gêneros jornalísticos. A ausência significativa de *funcionalização* torna-se relevante, pois potencializa diferenças na representação de pessoas em situação de rua e de outros atores sociais e colabora para ocultar as atividades laborais exercidas por pessoas em situação de rua.

A *objetificação* e *abstração*, tão presentes nos textos sobre violação de direitos, apareceram em menor densidade nos dados sobre violência. Para discutir essas ocorrências, primeiramente apresento o Quadro 14.

Quadro 14 – Impersonalização de pessoas em situação de rua em textos sobre violação de direitos.

IMPERSONALIZAÇÃO	
POR ABSTRAÇÃO	1. “O que os moradores reclamam é da <u>insegurança</u> , pois os lotes, agora, ficaram abertos. Também tem a falta de programa de ação do próprio governo em fazer o que tinha de fazer, que não consta em papel, é só na conversa’, afirma o presidente da Associação de Moradores do Lago Norte, Fernando Varanda”. ^{lxxiv}
	2. “Para ela, é preciso ter um olhar diferenciado a <u>essa realidade</u> ”.
	3.1 A gente vive um processo de crise econômica, com a <u>degradação de áreas urbanas</u> , ruas e avenidas, especialmente quando se fala em população de rua e usuários de droga. 3.2 Mas, se não houver controle, a população migra para outros locais, o que contribui para o deslocamento do <u>crime</u> .

⁵³No texto em questão é informado que Luiz Antonio da Silva (homem fora da situação de rua) foi morto pela Polícia Militar após atingir Francisco Erasmo Rodrigues Lima. Já em outro texto sobre o caso, publicado no dia anterior, o padre Júlio Lancellotti levanta a possibilidade de que Francisco não teria sido atingido pelo sequestrador da mulher, e sim pela polícia de forma não intencional.

POR OBJETIFICAÇÃO	4. “Ambos foram <u>encaminhados</u> ao Hospital Regional de Taguatinga”. ^{lxxv}
	5. “Polícia Civil realiza perícia no local onde a vítima foi <u>incendiada</u> ”. ^{lxxvi}
	6.1 “Morador de rua é <u>incendiado</u> na zona Norte de São Paulo”. ^{lxxvii}
	6.2. “Um morador de rua foi <u>incendiado</u> na madrugada deste domingo (26) no bairro Jardim Maggi, na zona Norte de São Paulo”.
	7. “Ele foi socorrido por uma equipe da Polícia Militar e <u>transportado</u> ao Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)”. ^{lxxviii}
	8. “O caso ocorreu durante a desocupação do Edifício Hilton Santos, na zona sul do Rio, que ficou uma semana ocupado por famílias sem-teto, que foram <u>removidas</u> nesta terça-feira (14/4)”. ^{lxxix}
	9. “O homem foi <u>encaminhado</u> para a 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul) e autuado por maus tratos”. ^{lxxx}
	10.1 “As quatro crianças foram as primeiras a serem retiradas. Saíram assustadas, no colo dos policiais, foram atendidas em seguida por equipes do Corpo de Bombeiros e <u>encaminhadas</u> para o Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)”.
	10.2 “Os adultos devem ser <u>encaminhados</u> ao Departamento de Polícia Especializada (DPE) da Polícia Civil, onde devem ser autuados por crimes como tentativa de homicídio, resistência e dano ao patrimônio”. ^{lxxxi}
	11. “Sete pessoas foram <u>deslocadas</u> até a delegacia, pois conheciam a vítima e iam até a região para beber com ele”. ^{lxxxii}
	12.1 “ <u>Assaltos à luz do dia, furtos em veículos, carros roubados, consumo de drogas, presença de moradores de rua e prostituição</u> ”. ^{lxxxiii}
	12.2 “‘ <u>Isso</u> depõe contra uma cidade que tem zona hoteleira no centro”.
	12.3 “Para Alberto, <u>o cenário atual da área</u> intimida turistas e pedestres”.
	12.4 “A gente vive um processo de crise econômica, <u>com a degradação de áreas urbanas, ruas e avenidas, especialmente quando se fala em população de rua e usuários de droga</u> ”.
	13. “Ainda segundo a PM, no vídeo, os policiais estavam imobilizando e algemando um dos agressores, que depois de levar os choques, foi <u>encaminhado</u> para a Delegacia de Copacabana (13ª DP)”. ^{lxxxiv}
14. “Quando os investigadores encontraram o acusado, o <u>encaminharam</u> ao cárcere da Polícia Civil, onde ele permanece à disposição da Justiça”. ^{lxxxv}	
15. “Um homem de 56 anos sofreu queimaduras de segundo grau após ter o corpo <u>incendiado</u> por um desconhecido na madrugada desta terça-feira (18/12) em Santos, no litoral sul de São Paulo”. ^{lxxxvi}	

Fonte: elaboração própria.

Tanto a representação por *abstração* quanto a representação por *objetificação* são formas de representação de atores sociais por impersonalização (VAN LEEUWEN, 1997). No Quadro 14, a numeração em 3.1 e 3.2 indica que os fragmentos foram retirados de um mesmo texto.

Pela representação por abstração, pessoas em situação de rua foram referidas pelos termos abstratos *insegurança*, *essa realidade*, *degradação de áreas urbanas* e *crime*. Nesses casos, oculta-se pessoas em situação de rua como atores sociais. Em 1, o texto sustenta que moradores/as de área considerada nobre de Brasília reclamam da presença de pessoas em situação de rua em uma casa no local, alvo de disputa judicial. Portanto, o incômodo retratado

é com a presença de pessoas em situação de rua, que no texto está associada à criminalidade. Em 2, embora o fragmento articule uma visão sensível à situação de rua pela voz atribuída a uma ativista dos direitos das mulheres, o termo *essa realidade* refere-se a mulheres em situação de rua. As ocorrências em 3.1 e 3.2 estão em um mesmo texto focado em discussões sobre os setores hoteleiros de Brasília. Nele, moradores/as e trabalhadores/as locais associam pessoas em situação a uma suposta criminalidade na área e representam-nas como empecilho para o desenvolvimento do turismo na região. Nesse sentido, pessoas em situação de rua são representadas como parte da *degradação urbana* que atinge ruas e avenidas. A abstração de pessoas em situação de rua por *crime*, é marcada no excerto que associa a movimentação de pessoas em situação de rua com o deslocamento da violência urbana.

A objetificação ocorreu em fragmentos em que pessoas em situação de rua foram representadas como elementos móveis no espaço urbano sem que se registre sua possibilidade de agência, com o uso de *encaminhar* (6), *remover* (1), *transportar* (1) e *deslocar* (1). Fato semelhante ocorreu com *incendiar* (4). O padrão de colocação de pessoas em situação de rua como corpo-objeto ou corpo-local quando violadas por meio do fogo é discutido em Resende e Gomes (2018). As autoras sustentam que se considerarmos os itens lexicais frequentemente usados no padrão “incêndio em/a” em textos de portais jornalísticos, não são recorrentes os complementos humanos (RESENDE; GOMES, 2018). Outra forma de objetificar atores sociais é representá-los em construções que potencializam sentidos que os associam como parte de local físico ou em colocação com elementos não humanos como ocorre em 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4. No primeiro fragmento, pessoas em situação de rua são posicionadas textualmente em relação com elementos que indicam criminalidade (assaltos, furtos, carros roubados e prostituição) e drogadição (consumo de drogas). Os excertos 12.2 e 12.3 articulam em discurso direto e indireto voz atribuída a um morador local e investidor da área hoteleira. *Isso e o cenário atual* retomam na operação coesiva pessoas em situação de rua (“quantidade enorme de moradores de rua dormindo em barracas e nas calçadas dos hotéis”). Em 12.4, a objetificação ocorre ao considerar pessoas em situação como parte da degradação de áreas urbanas, também com assimilação dessa população com a questão da drogadição.

Diferente das ocorrências mapeadas nos textos sobre violação de direitos, nos textos sobre violência não houve fragmentos que expressam críticas ou preocupações com as violências sofridas por pessoas em situação de rua. Apenas na ocorrência da abstração contida em 3 há um olhar sensível para a situação de rua. Sete das objetificações mapeadas referem-se a casos em que pessoas em situação de rua foram vítimas de crimes: quatro vezes em contextos em que foram consideradas criminosas por ações concretas; duas quando foram associadas a

criminalidade e dependência química pela comunidade local, uma ao contexto de desocupação de propriedade privada e outra quando foram ouvidas como testemunhas de crime.

A categoria *assimilação com outros grupos* permitiu mapear as ocorrências de representações de pessoas em situação de rua com outros grupos. Dado que se tornou significativo para a temática de violência, pois exprime a frequente associação de pessoas em situação de rua com a dependência química já mencionada neste trabalho. A tabela a seguir confirma os resultados.

Tabela 18 – Modo de representação *assimilação de pessoas em situação de rua com outros grupos* em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

MODO DE REPRESENTAÇÃO ASSIMILAÇÃO COM OUTROS GRUPOS						
GRUPOS	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Dependentes químicos	1	6	2	8	3	20
Criminosos	-	1	-	1	-	2
LGBT	-	-	-	2	-	2
Prostitutas	-	-	-	2	-	2
Egressos de manicômio	-	-	-	1	-	1
Moradores/as locais	-	-	-	-	1	1
Policiais	-	1	-	-	-	1

Fonte: elaboração própria.

Para compreender melhor como pessoas em situação de rua são associadas a dependência química seguem os exemplos: a) “De acordo com a PM, os policiais disseram que são constantemente alvos de pedradas desferidas por moradores de rua e usuários de crack que vivem na Rua Sá Ferreira, naquele bairro”; b) “O documento ainda prevê exceções para casos de pessoas em situação de rua, com transtornos mentais ou dependentes químicas”^{lxxxvii} e c) “Quem trabalha nos arredores do prédio disse que o espaço virou um ponto de encontro para pessoas em condição de rua e usuários de drogas e álcool”.^{lxxxviii}

Pessoas em situação de rua são também associadas ao contexto da criminalidade, de grupos vulneráveis e com moradores/as locais e policiais. Há de se ressaltar as associações com moradores/as locais e policiais, já que são ocorrências excepcionais. A primeira aparece em d) “Com o recolhimento de imagens de circuito de segurança dos comércios e a coleta de depoimentos de moradores e moradores de rua, houve a identificação dos participantes, como explica o delegado-chefe Josué Ribeiro”^{lxxxix} e a segunda em e) “O spray foi lançado quando havia policiais e sem teto no portão do prédio”.^{xc} O excerto descrito em d) é parte de reportagem assinada por Sarah Peres, do *Correio Braziliense*, publicada em 24 de dezembro de 2018 e trata do assassinato de uma pessoa em situação por espancamento por moradores locais de Brasília,

ocasião em que pessoas em situação de rua foram ouvidas para auxiliarem a PM com a resolução do caso. Já o fragmento exposto em d) é parte de notícia que informa que durante uma desocupação um PM utilizou spray de pimenta no rosto de um homem em situação de rua que estava com o filho no colo e na ocasião foi repreendido por seu superior e levado à delegacia.

A densidade da assimilação de pessoas em situação de rua com dependentes químicos é significativa nos textos sobre violência, principalmente porque a dependência nesses textos é vista frequentemente como questão de segurança pública e não como questão de saúde. Dessa forma são acionados discursos que associam a situação de rua ao campo da criminalidade, questão que será retomada na microanálise dos dados sobre violência.⁵⁴

Pessoas em situação de rua foram representadas por coletivização por 109 vezes e por agregação por 43 vezes. Embora ambas estejam ligadas a representações coletivas, na agregação há a quantificação numérica (VAN LEEUWEN, 1997), como em: a) “O incidente ocorreu em Skid Row, no sul da cidade, onde vivem duas mil pessoas – 75% delas negras – nas ruas, ou em miseráveis barracas de camping”^{xcii} b) “A Justiça condenou um homem por atear fogo em quatro moradores de rua”^{xciii} e c) “Sete pessoas foram deslocadas até a delegacia, pois conheciam a vítima e iam até a região para beber com ele”.^{xciii}

São exemplos de coletivização os excertos: d) “‘Nós vemos consumo de drogas. Muitos andarilhos dormem aqui’, comentou uma moradora que não quis se identificar por medo de represálias”;^{xciv} e) “Durante as investigações, a polícia teve acesso a filmagens que mostravam os envolvidos comprando gasolina – material usado para atear fogo nas vítimas” e f) “‘Os moradores de rua continuam sofrendo perseguições, morrendo sem atendimento. O massacre não acabou’”.

A *individualização* é uma categoria de representação que ocorre de forma oposta à coletivização e à agregação. Por ela, pessoas em situação de rua puderam ser identificadas por nomes próprios, apelidos e/ou idades. Na *individualização inespecífica*, apesar de pessoas em situação de rua serem representadas de forma individual, não há termos que permitam identificá-las. Majoritariamente (em 20 ocorrências) pessoas em situação foram representadas por *individualização inespecífica* quando foram vítimas de crimes e não puderam ser identificadas por não haver informações de identificação ou por questão de sigilo policial, como em a) “A corporação informou que a mulher era moradora de rua e tinha entre 35 e 40 anos”.^{xcv}

⁵⁴A microanálise, etapa descrita na seção 6.2 deste capítulo, considerou os textos que contêm assimilação entre pessoas em situação de rua e dependentes químicos. Nela, foram consideradas as vozes atribuídas a diversos atores sociais que representaram a situação de rua.

Em seis textos, antes ou depois da representação inespecífica, ocorreu a individualização de fato, portanto, a identificação, como em b) “Um homem de 32 anos ficou ferido depois de ser atingido por tiros de arma de fogo na perna [...] Segundo informações da Polícia Civil, o nome da vítima é Ricardo Santos Souza, um morador de rua”.^{xvii} De forma menos recorrente (quatro vezes) a individualização inespecífica ocorreu quando pessoas em situação de rua cometeram crimes, como em f) “O homem de 33 anos também é morador de rua e foi encontrado após diligências próximo ao local do crime”.^{xviii} A *individualização inespecífica* mostrou a frequência em que pessoas em situação de rua foram vítimas de eventos violentos noticiados, mas não puderam ser identificadas, representação incomum para atores sociais fora da situação de rua.

Outra categoria de análise utilizada foi *modos de referência a pessoas em situação de rua*. A partir desse mapeamento foi possível perceber como pessoas em situação de rua foram referidas nos textos do *corpus*. Os termos mais utilizados nos textos de violência foram, respectivamente: *morador/a(es)(as) de rua* (273), *nomes próprios* (129), *vítima(s)* (115), *homem(ns)* (91), *mulher(es)* (33), *sem-teto* (24), *pessoa(s)* (19) e *corpo* (17). Os termos de maior densidade mais significativos são *vítimas*, *corpo*, além da alta frequência de *nomes próprios*, tendo em vista que “morador de rua” e “sem-teto” foram argumentos utilizados na coleta de dados e “homem(ns)”, “mulher(es)” e “pessoa(a)” são termos genéricos. Há de se ressaltar que os termos “vítima(s)” e “corpo” indicam que pessoas em situação de rua são frequentemente vítimas da violência urbana nos textos do *corpus*, algo nem sempre presente nos discursos que circulam socialmente e representam esses atores sociais apenas como praticantes de violência. Há ainda outros modos de referência a pessoas em situação de rua nos textos sobre violência. Para acesso à tabela completa, ver anexo VII.

Como discutido nesta seção, cruzamentos proporcionados pelo NVivo foram significativos para mapear o panorama geral dos 111 textos sobre violência publicados pelo *Correio Braziliense* em suas plataformas *on-line* que resultaram de buscas por palavras-chave associadas a situação de rua. O alto grau de assimilação de pessoas em situação de rua com dependentes químicos percebida no *nó Modos de representação de pessoas em situação de rua* e a presença da questão da drogadição que atravessa o *corpus* de violência motivaram o recorte de texto investigados na microanálise, discutida na próxima seção.

6.2 MICROANÁLISE: APROFUNDANDO ANÁLISES DISCURSIVAS EM TEXTOS QUE TRATAM VIOLÊNCIA

Como discutido na seção anterior, a questão da drogadição atravessa o *corpus* de violência de maneira significativa. Ao mapear a assimilação de pessoas em situação de rua com outros grupos, por exemplo, a associação com pessoas em situação de drogadição apareceu 20 vezes. A assimilação com outros grupos apareceu de forma minoritária: *criminosos* (2), *pessoas LGBT* (2), *prostitutas* (2), *egressos de manicômio* (1), *moradores/as locais* (1) e *policiais* (1). Portanto, para a seleção do recorte analisado de forma micro foram selecionados os 11 textos em que ocorreu a assimilação de pessoas em situação de rua com pessoas em situação de drogadição.

A análise considerará as vozes atribuídas a diferentes atores sociais que receberam espaço discursivo nesse recorte a fim de compreender por quais discursos representaram pessoas em situação de rua. Os excertos de articulação intertextual dessas vozes foram dispostos em quadros referentes a cada grupo: por exemplo, o Quadro 16 concentra todas as vozes mapeadas de moradores/as e trabalhadores/as locais que falaram sobre a situação de rua, considerando os 11 textos.

Assim, a exemplo da análise no capítulo anterior, as perguntas que guiarão as análises apresentadas aqui serão: a) Quais são os diferentes atores sociais consultados para falar sobre a situação de rua em textos em que ocorre a assimilação entre esses atores sociais e pessoas em situação de drogadição?; b) Como os diferentes atores sociais tomados como fontes jornalísticas e a voz autoral circundante representam pessoas em situação de rua nesses contextos? e c) Quais discursos atravessam esses textos? Para respondê-las, utilizarei as categorias modos de representação, intertextualidade e interdiscursividade, baseadas nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica.

Antes de iniciar as análises, indico no Quadro 15 as informações básicas de cada texto utilizado.

Quadro 15 – Textos do recorte da microanálise de violência.

DATA	MANCHETE	EDITORIA	ASSINATURA	TIPO TEXTUAL
11 de agosto de 2014	A. Moradores da 407 norte reclamam de roubos frequentes na quadra ^{xcviii}	Cidades	Tv Brasília	Narração
27 de janeiro de 2015	B. Morador de rua é espancado até a morte no Setor Comercial Sul ^{xcix}	Cidades	Sem assinatura	Narração
23 de janeiro de 2015	C. Prédios públicos abandonados são tomados por	Cidades	Luiz Calcagno (CB)	Argumentação

	sem-teto e usuários de drogas ^e			
8 de maio de 2015	D. Rodrigo Janot vai acompanhar investigações de grupos de extermínio em Goiás ^{ci}	Cidades	Sem assinatura	Argumentação
18 de maio de 2016	E. Área desobstruída do Lago é tomada por usuários de drogas e sem-teto	Cidades	Sem assinatura	Argumentação
9 de abril de 2017	F. Criminalidade, sujeira e vandalismo marcam abandono dos setores hoteleiros	Cidades	Isa Stacciarini (CB)	Argumentação
20 de maio de 2017	G. Casos recentes de violência aumentam temor de moradores do Plano Piloto ^{cii}	Cidades	Isa Stacciarini (CB)	Argumentação
3 de setembro de 2017	H. Moradores do Entorno são obrigados a conviver com a insegurança ^{ciii}	Cidades	Isa Stacciarini, Walder Galvão, Ricardo Faria e Luiz Calcagno (CB)	Argumentação
18 de setembro de 2017	I. Emprego de torzeleira eletrônica é regulamentado no DF	Cidades	Sem assinatura	Narração
3 de abril de 2018	J. PM investiga policiais que deram choques em morador de rua no Rio	Brasil	Agência Brasil	Narração
12 de junho de 2018	K. Jovem de aproximadamente 20 anos é encontrado morto no Lago Sul	Cidades	Augusto Fernandes (CB)	Argumentação

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 15, vemos que há textos de todos os anos e que com exceção da publicação de 3 de abril de 2018, do caderno *Brasil*, todos os demais estão localizados no caderno *Cidades*. Como já discutido neste capítulo, ambos possuem teor semelhante. Entretanto, os textos do caderno *Cidades* focam no contexto de Brasília e da região do Entorno, que pertence ao estado de Goiás e o caderno *Brasil* abrange acontecimentos de outros estados brasileiros. Há nove textos de autoria do *Correio Braziliense*, sendo cinco assinados e quatro, não e dois textos de republicação, um da *Tv Brasília* e outro da *Agência Brasil*. Quanto ao tipo textual, prevalecem os textos predominantemente argumentativos sendo sete e quatro com predominância de narração. Chama a atenção os textos em que há associação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de drogadição apresentarem predominância de argumentação, quando, de modo geral, os textos da pasta de violência são predominantemente narrativos. Isso pode indicar que a esse recorte específico é dada maior relevância.

A seguir, pelos fragmentos dispostos no Quadro 16, é possível observar as vozes atribuídas a moradores/as e trabalhadores/as locais ao representarem pessoas em situação de

rua e como a voz autoral do jornal aparece nesses contextos. Os trechos marcados em negrito correspondem aos modos de referência e modos de representação de pessoas em situação de rua. Essas marcações ocorrerão também nos demais quadros.

Quadro 16 – Fragmentos de vozes atribuídas a moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais⁵⁵ ao mencionarem a situação de rua.

TEXTO	FRAGMENTOS
A	1. “A quadra fica localizada perto de algumas escolas públicas e particulares. Por isso, além dos roubos, segundo os moradores, os alunos são constantemente assediados por traficantes que usam a quadra como ponto de drogas. Moradores de rua também frequentam o local e consomem crack perto dos edifícios”.
E	2. “Eles denunciam que sem-teto e usuários de drogas começaram a utilizar o que sobrou das estruturas construídas de forma irregular. ‘Toda noite, a gente tem de chamar a polícia. Desde as derrubadas, as pessoas vêm aqui, fazem fogueiras, trazem bebida, usam drogas. Sem contar os casais. Isso aí virou um verdadeiro motel a céu aberto’, reclama uma moradora da QL 12 do Lago Sul que não quis se identificar. A casa dela foi uma das que sofreu ação da Agência de Fiscalização (Agefis) no fim do ano passado. No terreno, havia um deck, uma churrasqueira e uma quadra de tênis”.
F	3. “A trabalho na cidade, o gerente comercial Sérgio Diniz, 51, vem a Brasília com regularidade a cada 15 dias. Por se sentir mais seguro, ele prefere se hospedar no Setor Hoteleiro Norte, mas, diante do abandono do espaço, fica receoso com a presença de moradores de rua , usuários de drogas e garotas de programa. ‘Após as 20h, o local fica abandonado. A gente fica à mercê. Se vou ao shopping, saio às 17h30, mas volto, no máximo, às 20h. Mesmo assim, fico hospedado aqui, porque acho mais seguro que a parte Sul, e é mais central’, explica”.
F	4. “Morador do SHN e investidor da área hoteleira, Alberto Bueno de Paula, 53, é incisivo: para ele, a área é tratada com descaso pelo governo. ‘É uma quantidade enorme de moradores de rua dormindo em barracas e nas calçadas dos hotéis. Isso depõe contra uma cidade que tem zona hoteleira no centro. Além disso, o ponto de apoio ao turista está fechado e fica em frente a um dos principais monumentos locais, a Torre de TV’, destaca. Para Alberto, o cenário atual da área intimida turistas e pedestres. O especialista ainda denuncia que grande parte dos prédios sofreu alguma depredação. ‘São pessoas que não têm nada a perder . Houve furto de pertences nos prédios. É lamentável que uma máquina pública com tanto dinheiro não invista no setor. Consequentemente, o preço do negócio cai, e os turistas não chegam’, detalha”.
F	5. “Moradora de Porto Alegre, a gerente de contas Gabriela Totti, 31, vem a Brasília a trabalho de três a quatro vezes por ano. Na semana passada, ela ficou hospedada em um estabelecimento do Setor Hoteleiro Sul. Há cinco anos, Gabriela percebeu que aumentou a quantidade de moradores de rua e de dependentes químicos. ‘Se comparado a Porto Alegre, ainda há menos. Lembro quando, no início, andava a pé em Brasília. Agora, por precaução, não faço mais isso. Se preciso ir ao shopping, peço uma condução’, revela”.
G	6. “Na mesma quadra, um brechó foi assaltado três vezes. Após o último episódio, a família que administra o negócio investiu em grades, alarmes e câmeras internas. Segundo o marido da proprietária, Bruno Nazário, 65 anos, um dos fatores que contribui para a sensação de insegurança é a presença de moradores de rua e usuários de droga na quadra. No entanto, ele explicou que o movimento é rotativo. ‘ Eles não estão aí esses dias, por exemplo. Mas percebo uma violência generalizada atingindo todas as camadas sociais. De vez em quando, a polícia aparece, principalmente quando acontece uma ocorrência, mas depois some’, reclamou o aposentado”.

⁵⁵Esta é a única ocorrência nos recortes trabalhados neste trabalho (violação de direitos e violência) em que há vozes atribuídas a turistas, por esse motivo, a codificação do *subnó* na etapa de macroanálise foi denominado apenas como *moradores/as e trabalhadores/as locais*.

G	7. “Já na 703 Sul, moradores se queixam do fechamento do antigo Posto Comunitário de Segurança que ficava a 100 metros das casas. Agora, existe só a carcaça que identificava o ponto da PM. Também próximo às casas, há a Praça da Convivência. Segundo quem vive e trabalha no local, o espaço virou reduto de moradores de rua e usuários de droga que se deslocam para a área residencial e batem nas portas”.
H	8. “Em Formosa, Chaenne Cristin Silva, 39 anos, coordena dois programas: o Centro Pop e a Casa de Passagem. O primeiro faz atendimentos a moradores de rua . No espaço, essas pessoas podem tomar banho, lanchar e ter acesso à assistência social, consultas odontológicas e emissão de documentos. Por dia, o espaço atende de cinco a seis moradores de rua . A equipe procura dar um destino, e oferece a todos que entram , encaminhamento. ‘ Alguns são alcoólatras e buscam recuperação. A maioria vai para a rua por conflitos familiares’, explica”.
K	9. “Quem trabalha nos arredores do prédio disse que o espaço virou um ponto de encontro para pessoas em condição de rua e usuários de drogas e álcool. O administrador de empresas Gonçalo Freitas, 59, contou que o local ficou mais perigoso desde o mês passado. ‘Antes, essas pessoas ficavam apenas em um estacionamento público ao lado do prédio. Mas aí decidiram invadir a edificação. Lá, eles fazem de tudo. É algo que me incomoda’, queixou-se”.
K	10. “O advogado Raimundo Carvalho, 62 anos, comentou que o movimento é maior à noite. ‘Depois das 19h, sempre tem alguém. Eles andam em grupo, e às vezes se passam por flanelinhas , para tentar conseguir dinheiro com que (<i>sic.</i>) passa no local’, relatou. O advogado reclamou da insegurança. ‘Eles brigam entre si, e pressionam alguns motoristas para vigiar os carros. À noite, poucos aparecem na farmácia ou no mercado. Ninguém quer se arriscar’, desabafou”.

Fonte: elaboração própria.

Como se pode observar no Quadro 16, em todos os fragmentos atribuídos por voz direta ou indireta a moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais e a voz autoral presente nesses contextos, pessoas em situação de rua são representadas por coletivização. Isto é, compreendidas como um grupo social de forma mais ampla. Em 8, há ainda a agregação, que potencializa representação grupal, mas de maneira quantificada como em “cinco a seis moradores de rua” e “a todos que entram”. Outro modo de coletivização presente ocorre com “alguns” e “a maioria”, que embora não esteja presente em Van Leewen (1997), pela relação coesiva, apresenta pessoas em situação de rua como um grupo. Enquanto o termo mais utilizado para referir pessoas em situação de rua é a construção naturalizante “moradores de rua” (oito vezes), “sem-teto”, também naturalizante, aparece em uma ocorrência. Já o termo genérico “pessoas” presente em três momentos, acontece em contextos que associam pessoas em situação de rua ao âmbito da drogadição e criminalidade (em 2 e 4, potencializado pelo complemento “que não têm nada a perder”) e antecedido de “essas” (em 9), o que provoca a diferenciação entre pessoas em situação de rua e demais atores sociais. Apenas o uso de “pessoas em condição de rua” atenta para o caráter não permanente da situação de rua.

A frequente associação da situação de rua ao campo da dependência química sobressai (em 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9), em parte, pelo recorte de texto elegido com o critério da representação por assimilação. Essa associação é majoritariamente relacionada ao campo da criminalidade para justificar o incômodo e/ou medo que membros da classe média/alta expressam em relação

a pessoas em situação de rua. Em 1, o medo é reforçado por relações coesivas com os usos de *por isso e constantemente*; o primeiro justifica que a reivindicação presente não é sobre a privação vivenciada por pessoas em situação de rua, mas expressa preocupação por pessoas em situação de rua estarem em quadras onde funcionariam escolas públicas e particulares; já o segundo marca a continuidade de suposta ação exercida contra estudantes. A associação com a criminalidade impulsiona a avaliação dessa população como perigosa em 3 (receio de um morador local com a presença de pessoas em situação e rua), em 5 (turista local que muda seus hábitos por precaução), em 6 (sensação de insegurança expressa por um comerciante) e em 9 (relato de um trabalhador local sobre o aumento da criminalidade). A exceção ocorre em 8, quando a dependência química é vista como questão de saúde pública por uma moradora local que coordena o Centro Pop e a Casa de Passagem⁵⁶ e ressalta que a situação de rua envolve também relações familiares fragilizadas.

Os discursos sobre a situação de rua nos textos ativam chaves interpretativas que indicam que estar em situação de rua é: praticar crimes, utilizar substâncias químicas, incomodar/intimidar atores sociais fora da situação de rua, ocupar espaços não permitidos, ter comportamentos socialmente inadequados, dormir em barracas e nas calçadas dos hotéis, furtar pertences de propriedades ocupadas, atrapalhar o turismo em Brasília, depredar propriedade privada, movimentar-se no espaço urbano, estar em grupos, brigar com outras pessoas em situação de rua e vigiar carros (sob intimidação, ou mesmo fingindo trabalhar, como expresso em 10). Essas ocorrências propagam discursos que criminalizam pessoas em situação de rua. Até mesmo a ação de vigiar carros, que em textos sobre violação de direitos apareceu como ofício, nesse recorte aparece de forma negativa, na pressuposição de que pessoas em situação de rua não trabalham, mas fingem que trabalham. É expresso que essa atividade é exercida sob suposta coerção ou utilizada por pessoas em situação de rua para outros fins (“às vezes se passam por flanelinhas”). Novamente, as exceções ocorrem no excerto 8, em que pessoas em situação de rua são apresentadas como atores que praticam ações cotidianas, como “lanchar” e “tomar banho”. A questão da dependência química também aparece nesse fragmento, mas dessa vez como questão de saúde pública, representação reforçada pelo uso de “recuperação”. É dito também que algumas pessoas em situação de rua buscam atendimento para superar o alcoolismo. Apesar disso, a política pública em questão é apontada como solução para “dar um

⁵⁶A voz atribuída a coordenadora do Centro Pop e da Casa de Passagem configura-se também como voz de especialista. No texto em questão, a codificação dessa voz em “moradores/as e trabalhadores/as locais” ocorreu porque ela aparece em seção da reportagem abaixo do subtítulo “Moradores que fazem a diferença”.

destino” aos/às atendidos/as, indicando pouca agência de pessoas em situação de rua que receberiam passivamente as políticas.

Há de se ressaltar ainda o excerto apresentado em 2: é dito que a moradora local que recebe espaço discursivo teve parte do terreno confiscado pela Agefis, ou seja, estava ocupando ilegalmente área pública. Apesar disso, opta-se por representar o que funcionava na área confiscada: “um deck, uma churrasqueira e uma quadra de tênis”, espaços socialmente compreendidos como frequentados pela classe média/alta, que evita destacar o aspecto da ocupação ilegal de área, cuidado que não se toma ao referir as ocupações realizadas por pessoas em situação de rua nesse mesmo recorte. Essa colocação marca significativa oposição entre o trecho anterior, em que essa voz relata que depois das ações do órgão, o terreno transformou-se em espaço onde há “fogueiras”, “bebida”, “drogas” e “motel a céu aberto”. Em 7 e em 9 são acionados discursos semelhantes a partir da representação da transformação do espaço físico: após a presença de pessoas em situação de rua, os espaços e seus/suas frequentadores/as passam a ser vistos com receio por moradores/as e trabalhadores/as locais de Brasília, pois tornam-se “reduto” de pessoas com atitudes inadequadas e suspeitas. Essas representações do espaço público abrem chaves interpretativas que conduzem a leitura de que quando é a classe média/alta a responsável pelas ocupações, o espaço é bem aproveitado/cuidado. Por outro lado, quando ocorrem ocupações por pessoas de menor poder aquisitivo, o espaço seria utilizado de maneira inadequada.

As vozes atribuídas às classes médias/altas de Brasília evidenciam a “cidade revanchista” de Smith (2012). Para Smith (2012, p. 325) “o anti-urbanismo revanchista representa uma reação contra o suposto ‘roubo’ da cidade, uma desesperada defesa da falange dos privilégios desafiados envoltos na linguagem populista da moralidade cívica, de valores familiares e da segurança do bairro”.⁵⁷ A suposta inadequação a vida social de pessoas em situação de rua é também encontrada em 9, trecho em que um trabalhador local ressalta que elas “fazem de tudo” em edificação ocupada. Em suma, ainda nos termos de Smith (2012), enquanto a classe média/alta de Brasília é representada como uma “classe civilizada”, capaz de reconhecer e seguir regras de convívio social, pessoas em situação de rua são tidas como pertencentes a “classe incivilizada”, dotadas de comportamentos e atitudes negativas, passíveis de punição inclusive pelas leis civis e criminais.

Em 4 a situação de rua é ainda mitigada, quando vista e representada por voz atribuída a um morador e investidor local. O discurso do incômodo acionado indica que o problema em

⁵⁷Tradução própria.

questão não é a grande quantidade de pessoas sobrevivendo em condições desumanas, e sim a permanência delas naquele espaço específico. Essa voz é legitimada pela voz autoral sob a alcunha de “especialista” e expõe, em discurso direito, sua visão exclusivamente mercadológica ligada ao próprio lucro (ou melhor, falta de lucro): “É lamentável que uma máquina pública com tanto dinheiro não invista no setor. Conseqüentemente, o preço do negócio cai e os turistas não chegam”. Em 3, no mesmo texto, o qualificador “abandonado”, que poderia ser atribuído a pessoas em situação de rua por estarem privadas de condições básicas de subsistência é, na verdade, atribuído a uma área: o Setor Hoteleiro Norte. Contraditoriamente, embora na reportagem seja dito que pessoas em situação de rua estariam no local, o mesmo é visto como “abandonado”. Dessa forma, enquanto as ações de pessoas em situação de rua sobre o espaço local são ocultadas em 3, em 4 são citadas para justificar supostos perigos, incômodos e prejuízos financeiros.

Nas vozes atribuídas a moradores/as e trabalhadores/as locais, pessoas em situação de rua mantêm relações sociais apenas com outras pessoas em situação de rua, com atores sociais em conflitos com a lei ou com familiares de forma conflitante. A situação de rua não é vista como processo estrutural e com exceção de fragmento atribuído a uma moradora local que trabalha diretamente com essa população, pessoas em situação de rua são vistas como caso de polícia. Nota-se também a oposição *nós x eles* que perpassa os fragmentos expostos no quadro. Em 2 essa relação é expressa textualmente ao ser exposto que para mediar os conflitos existentes entre atores sociais distintos é necessário o intermédio da polícia, força de segurança acionada por moradores/as locais das classes média/alta que residem na região administrativa Lago Sul.

No recorte escolhido para a microanálise, as vozes das forças de segurança que representaram a situação de rua ocorrem apenas em trechos atribuído à Polícia Militar. A seguir, está o quadro que corresponde a esses fragmentos.

Quadro 17 – Fragmentos de voz atribuída a Polícia Militar ao mencionarem pessoas em situação de rua.

TEXTO	FRAGMENTOS
J	11. “De acordo com a PM, os policiais disseram que são constantemente alvos de pedradas desferidas por moradores de rua e usuários de crack que vivem na Rua Sá Ferreira, naquele bairro”.
J	12. “De acordo com a PM, os policiais disseram que são constantemente alvos de pedradas desferidas por moradores de rua e usuários de crack que vivem na Rua Sá Ferreira, naquele bairro. Ainda segundo a PM, no vídeo, os policiais estavam imobilizando e algemando um dos agressores , que depois de levar os choques, foi encaminhado para a Delegacia de Copacabana (13ª DP)”.
K	13. “ Vítima estava em prédio abandonado, e segundo PM, aparentava ser morador de rua ”.

K	<p>14. “Na manhã desta segunda-feira (11/6), o corpo de um jovem foi encontrado na QI 9 do Lago Sul. Segundo a Polícia Militar, a vítima, que aparenta ter cerca de 20 anos, pode ter sido assassinada. Há indícios também de que o homem estivesse vivendo em situação de rua.</p> <p>A PM acredita que o autor do crime utilizou uma barra de ferro ou um pedaço de madeira para atingir o jovem, que tinha ferimentos na cabeça. De acordo com o sargento Carlos Tavares, a vítima era conhecida como ‘Boca de Lata’. No domingo, ele havia brigado com outro homem. O militar suspeita que a discussão tenha motivado a morte do rapaz”.</p>
---	--

Fonte: elaboração própria.

O texto J, em que aparecem os excertos 11 e 12, trata de um vídeo que repercutiu em redes sociais que mostra agentes lotados na assim chamada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro, utilizando um *taser* para desferir choques contra um homem em situação de rua, individualizado, mas não nomeado em “um dos agressores”. As demais referências a pessoas em situação de rua por discurso indireto aparecem com o léxico naturalizante “moradores de rua”, indicando coletivização. O fragmento 11 aparece como ampliação após a manchete e antecipa o trecho 12, em que a voz atribuída à PM justifica a agressão em excerto que assimila pessoas em situação de rua a dependentes químicos da região. Embora o texto retome ação da PM contra uma pessoa em situação de rua, o termo “agressores” aparece somente direcionado ao homem atingido pela arma de choque, que ao ser avaliado como violento, contribui para mitigar a agressão da PM e acionar chaves interpretativas que a consideram como legítima defesa. Nesse texto não há vozes atribuídas a outros atores sociais. A versão da PM é tida como única e mais uma vez a situação de rua e questões de drogadição são vistas exclusivamente como questões do campo criminal.

O texto K trata da morte de uma pessoa em situação de rua individualizada pelos modos de referência “vítima”, “jovem”, “homem” e “rapaz”. Embora não haja nesses excertos a associação da situação de rua com questões de drogadição, a ativação do campo com a criminalidade ocorre de outra maneira: pela presença do codinome “Boca de Lata”. A opção por referenciar atores sociais dessa maneira frequentemente é tomada no caso de pessoas em conflito com a lei. Esse sentido é potencializado ainda pela suposição de que o crime cometido contra ele tenha sido motivado por discussão com um homem não identificado, o que potencializa avaliação de culpabilização da vítima pelo crime sofrido. No excerto 13 é presente novamente uma pressuposição verificada nos textos sobre violação de direitos: o *aparentar estar em situação de rua*. Aqui precisamos refletir novamente: o que é *aparentar* estar em situação de rua?

Enquanto no texto J a associação de pessoas em situação de rua com o campo criminal colabora para justificar ações de abuso policial, no texto K, aparece como suposição para a

motivação de um crime violento contra um homem em situação de rua. Estar em situação de rua nesses textos é ser agressivo e estar associado com a criminalidade, o que pode servir de justificativa ou explicação para uma morte violenta.

Vozes atribuídas a pessoas em situação de rua em textos em que há a assimilação desses atores sociais com pessoas em situação de dependência química aparecem em menor densidade. Em uma ocorrência é atribuída voz a uma mulher que já esteve em situação de rua, e em outra, a um homem que se encontra nessa situação. Ambas estão situadas em uma extensa reportagem de 15 páginas, parte da série “O Cinturão do Crime”, que aborda a situação de rua em alguns fragmentos, embora não tenha como foco discutir a situação de rua e sim a violência no Entorno do Distrito Federal. Os excertos que correspondem a vozes atribuídas a pessoas em situação de rua e a voz autoral circundante na reportagem que finaliza a série estão no quadro a seguir.

Quadro 18 – Fragmentos de vozes atribuídas a pessoas em situação de rua ao mencionarem suas trajetórias.

TEXTO	FRAGMENTOS
H	15. “ Servidora licenciada da Prefeitura de Formosa, Marilene Pereira dos Santos, 50 anos , ficou devastada quando a droga tirou dela, em 15 dias de diferença, dois dos cinco filhos . O primeiro morreu aos 20, com 18 tiros de pistola, e o segundo, de 18, foi assassinado à queima roupa no sofá de casa. Dos três que restaram, um está preso e os outros ela tem pouco tem contato. A própria Marilene encontrou nas drogas uma forma de anestesiá-la a dor. Usou maconha, cocaína e não resistiu ao crack. Morou na rua, vendeu tudo e se endividou. Nunca se livrou do vício. Hoje, vive com um companheiro , também viciado, e escreve poemas para aliviar o fardo. ‘Vi na pedra a saída para a depressão. O meu refúgio foi o crack. Não sei nem como estou viva’, lamenta”.
H	16. “Quem se aventura no mundo do crime também tem um histórico de violência, abandono, falta de oportunidade e desestrutura. Em 2010, Dyego Caetano Rodrigues, 31 anos , tirou a vida de um homem em Buritis de Minas, depois de uma discussão. O motivo: tinha levado um tapa no rosto. Armado, Dyego atirou uma única vez. O disparo foi fatal, e ele acabou preso quatro meses após o crime. Quando conseguiu liberdade provisória, tentou mudar de vida em Formosa. Foi morar com o pai , mas não conseguiu largar a droga. Há seis meses, vive nas ruas da cidade, mas se nega a praticar crimes. Para sustentar o vício, consegue de R\$ 100 a R\$ 120 por dia olhando carros, pedindo dinheiro e fazendo trabalhos temporários como pedreiro e serralheiro . ‘Bebo, fumo, cheiro e uso crack. Sou dependente químico, mas não vivo em prol das drogas. A tentação é grande e a dependência é uma fraqueza, mas não faço mal a mais ninguém’, garante. Pai de três filhos de 11, 7 e 1 ano e meio, Dyego procura ajuda. Hoje, ele é atendido no Centro Pop de Formosa, que acolhe moradores de rua e presta assistência a quem precisa. ‘Já fui baleado e quase morri. Fiz um propósito de nunca mais viver atrás das grades. Lá, a gente não vive, vegeta’, reforça”.

Fonte: elaboração própria.

Em ambos os excertos, pessoas em situação de rua são representadas por individualização, funcionalização e identificação relacional, no caso de Marilene, com filhos e companheiro, e no caso de Dyego, com filhos e pai.

A voz autoral que contextualiza partes da trajetória de vida de Marilene associa a situação de rua enfrentada por ela como consequência do uso de substâncias químicas. Nessa ocorrência há também o discurso que relaciona alta natalidade (cinco filhos) com a situação de rua, com a dependência química e indícios de negligência materna, pois é apresentada relação entre seus filhos e criminalidade.

Em tom de romantização a voz autoral expressa que a mulher escreve poemas para conviver com a dependência e não há discussões mais amplas sobre o tema. Marilene é apresentada de forma resignada, que apesar de reconhecer a dependência química é apática na busca de soluções ou tratamentos, o que pode potencializar interpretações de culpabilização. Aqui, a dependência química, embora não seja vista como questão de polícia, como em vozes anteriormente analisadas, não é alvo de discussões.

Para apresentar a voz atribuída a Dyego, há o discurso da criminalidade. Pela primeira vez no recorte é dado de maneira menos superficial que essa questão é parte de um processo social em que podem figurar “histórico de violência, abandono, falta de oportunidade e desestrutura”. Dyego é representado como alguém em processo de “regeneração”, que após cometer crime, ser preso, sofrer violência e quase morrer foi de certa maneira “ressocializado”, pois atualmente “se nega a cometer crimes” para “nunca mais viver atrás das grades”. O discurso assistencialista ativado em “procura ajuda” também potencializa o deslocamento de políticas públicas do campo de um direito, aproximando-as do campo de favores.

A associação da situação de rua com a dependência química aparece de forma particular na representação de Dyego. Por um lado, é reconhecida como questão de saúde e desassociada do contexto criminal, pois após a mudança de vida, ele aparece como trabalhador (que vigia carros, é pedreiro, é serralheiro) para sustentar a dependência química. Por outro, complementa a renda obtida “pedindo dinheiro”, o que potencializa discursos que representam a situação de rua como maneira fácil de obtenção de renda.

Chama a atenção a pressuposição presente em “Há seis meses, vive nas ruas da cidade, mas se nega a praticar crimes”. O uso da conjunção adversativa *mas* indica que o esperado de alguém que está em situação de rua é a prática de crimes. Majoritariamente, as vozes atribuídas a Dyego ocorrem em discurso indireto, articuladas na voz autoral. Há de se ressaltar, no entanto, que as vozes elegidas para serem retomadas em discurso direto remetem de forma mais consistente à associação da situação de rua com a dependência química, como em a) “Bebo, fumo, cheiro e uso crack. Sou dependente químico, mas não vivo em prol das drogas. A tentação é grande e a dependência é uma fraqueza, mas não faço mal a mais ninguém”; e com o campo

da criminalidade, como em b) “Já fui baleado e quase morri. Fiz um propósito de nunca mais viver atrás das grades. Lá, a gente não vive, vegeta”.

As relações familiares de Dyego são restritas a outros homens: ao pai e aos seus três filhos. Em nenhum dos excertos essas relações são discutidas de maneira mais ampla – diferente do que ocorreu no recorte analisado sobre violação de direito, em que quando representadas como mães, as mulheres eram também representadas como responsáveis pelo sustento da família. Por fim, ele é representado como alguém atendido por políticas públicas no Centro Pop de Formosa. Nesse excerto, há a representação coletiva de pessoas em situação de rua pelo termo naturalizador “moradores de rua”.

A voz do governo em textos em que há a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química na temática de violência aparece de forma minoritária, apenas uma vez em um texto, na fala atribuída ao subsecretário de Gestão da Informação da Secretaria de Segurança Pública do DF – pelo cargo, essa voz não foi codificada no *subnó polícia, bombeiro, GCM e Segurança Privada*. O texto que apresenta essa voz está situado em reportagem que define o Setor Hoteleiro como área abandonada pelo poder público e pode ser verificada no Quadro 19.

Quadro 19 – Fragmento de voz atribuída ao governo ao mencionar pessoas em situação de rua.

TEXTO	FRAGMENTO
F	17. “Segundo o subsecretário de Gestão da Informação da Secretaria de Segurança Pública do DF, Marcelo Durante, só o fato de uma região ser mal iluminada, com lixo espalhado e mato alto, contribui para a degradação e a promoção da sensação de medo e vulnerabilidade. ‘Necessariamente, as pessoas se veem em risco. Mas existem dois itens principais. A gente vive um processo de crise econômica, com a degradação de áreas urbanas, ruas e avenidas, especialmente quando se fala em população de rua e usuários de droga. Nesse contexto, a iluminação é um fator central, na medida em que se abrem espaços que permitam a essas pessoas ⁵⁸ agirem nesses locais’, diz [...] Durante a revitalização do Setor Comercial Sul (SCS), conseguiu-se conter a incidência criminal a partir da união de órgãos públicos de assistência social, da melhora da higiene e da iluminação, além da colocação de mais policiais e da intensificação da ação da Agência de Fiscalização do DF (Agefis). ‘Tudo isso constrange o ambiente propício para a criminalidade. Mas, se não houver controle, a população migra para outros locais, o que contribui para o deslocamento do crime. Estamos monitorando isso’, garante”.

Fonte: elaboração própria.

Antes de iniciar a análise, é relevante situar a fala na organização do texto. A divisão que aparece em “[...]” foi necessária porque após o término da primeira fala há uma foto de

⁵⁸O termo “essas pessoas” não está em destaque pela ambiguidade presente no fragmento, não sendo possível identificar se faz referência a pessoas em situação de rua.

uma pessoa em situação de rua coberta deitada em um espaço público e logo após o subtítulo “Ordem de serviço”.

O termo “população de rua”, no início do trecho, em parte diferencia-se do termo “moradores de rua” frequentemente utilizado nesse recorte. Embora com a vantagem de expressar o contingente demográfico crescente da população em situação de rua, o termo “população de rua” ainda expressa sentido naturalizador, pois coloca “população” como oriunda ou pertencente ao espaço da rua. Esse uso ocorre em discurso direto atribuído a voz do governo, que além de assimilar pessoas em situação de rua com pessoas em situação de drogadição, colocam-nas como “itens” parcialmente responsáveis pela degradação urbana da área do Setor Hoteleiro e pela “promoção da sensação de medo e vulnerabilidade” de moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais, inclusive com as representações por abstração em *degradação de áreas urbanas* e *crime* (discutidas na seção anterior a partir do Quadro 14 com representações por impersonalização).

A ordem de serviço chamada por voz governamental de “revitalização do Setor Comercial Sul”, segundo a voz articulada ao texto, passou pela integração de diferentes órgãos para, entre outras ações, evitar a presença de pessoas consideradas indesejáveis pela comunidade local (a ação de controle populacional é textualmente expressa com o uso do termo *controle*). Em todo o fragmento, há a associação entre a situação de rua, a drogadição e a criminalidade, fechada pela voz em discurso direto: “Tudo isso constrange o ambiente propício para a criminalidade. Mas, se não houver controle, a população migra para outros locais, o que contribui para o deslocamento do crime. Estamos monitorando isso”.

A ideia de controle populacional (discutida de forma mais ampla em “Situação de rua em Brasília, violação de direitos e violência contra pessoas em situação de rua no *Correio Braziliense*: o que sabemos até aqui?”) expressa nesse excerto ativa o discurso de que pessoas em situação de rua seriam inaptas à vida em sociedade, o que justificaria ações das forças de segurança. O excerto funciona como uma resposta ao público leitor acerca das reclamações sobre a área do Setor Hoteleiro e não há menção a tomada de políticas públicas de assistência social direcionadas à população em situação de rua, ao contrário: a política pública defendida trabalha para cercear a permanência de pessoas consideradas indesejáveis pela comunidade local em área de grande visibilidade e potencial turístico.

Também com apenas uma ocorrência aparece voz atribuída a testemunhas consultadas em texto que aborda o crime cometido contra um homem em situação de rua, caso discutido a partir do Quadro 20.

Quadro 20 – Fragmento de voz atribuída a testemunhas ao mencionar pessoa em situação de rua.

TEXTO	FRAGMENTO
B	18. “De acordo com testemunhas, o morador de rua , que não teve a identidade revelada, estava sentado quando dois homens se aproximaram e começaram a discutir. Um deles pegou um pedaço de madeira e atingiu as costas do morador de rua . Com isso, ele caiu para trás e recebeu outros quatro golpes. O segundo homem também bateu várias vezes na vítima usando uma pá”.

Fonte: elaboração própria.

Nesse texto de apenas dois parágrafos, que funciona como boletim de notícias, a representação de um homem em situação de rua aparece na categoria proposta neste trabalho como individualização inespecífica, quando um ator social é representado especificado, mas sem a presença de nomeação. Além do modo de referência naturalizador “morador de rua”, há o termo “vítima”, que atua também como identificação relacional na medida em que o termo expressa relação entre, no mínimo, dois atores sociais: agressor e vítima. Embora o trecho atribuído a testemunhas por discurso indireto não apresente pessoas em situação de rua associadas ao contexto da dependência química, no primeiro parágrafo do texto essa associação é acionada ao ser evidenciado pela voz autoral que o local do crime é conhecido por ser frequentado por dependentes químicos, local chamado de “buraco do rato”. Mais uma vez, o estar em situação de rua é associado ao estar em contato com a dependência química e a criminalidade.

O fragmento atribuído à voz da lei aparece apenas em citação indireta a um documento que regulamenta o uso de tornozeleira eletrônica no DF e está disposto no quadro a seguir.

Quadro 21 – Fragmento de voz atribuída à lei ao mencionar pessoas em situação de rua.

TEXTO	FRAGMENTO
I	19. “Entre outras determinações da portaria, há a necessidade do cumprimento de requisitos específicos para ser beneficiado, como possuir residência fixa no Distrito Federal e celular ativo para contato. O documento ainda prevê exceções para casos de pessoas em situação de rua , com transtornos mentais ou dependentes químicas”.

Fonte: elaboração própria.

Para noticiar a medida o termo “pessoas em situação de rua” é utilizado pela primeira vez no recorte. A breve notícia cumpre apenas a função de informar sobre a medida, que prevê exceções considerando natureza e circunstância do crime cometido, conveniência da opção pelas autoridades e condições dos réus. Não são discutidas outras questões focadas na situação de rua.

Por fim, há apenas uma articulação de voz atribuída a familiar de pessoa em situação de rua, manifesta no quadro a seguir.

Quadro 22 – Fragmento de voz atribuída a familiar de pessoa em situação de rua ao mencionar pessoa em situação de rua.

TEXTO	FRAGMENTO
K	20. “O jovem morava com uma tia . A mulher confirmou aos militares que o sobrinho mantinha relação com usuários de drogas. Uma dessas pessoas, inclusive, é o filho dela. A 10ª Delegacia de Polícia (Lago Sul) está responsável pelas investigações”.

Fonte: elaboração própria.

No fragmento em que há articulação de voz por discurso indireto atribuída à tia de um homem em situação de rua encontrado assassinado em propriedade inutilizada, há o uso dos modos de referência *jovem* e *sobrinho*. Em negrito está em destaque “tia”, por ser um termo que expressa identificação relacional com familiar. No texto em questão, há a associação da situação de rua ao campo da drogadição e ao âmbito da criminalidade. Excertos desse texto foram trabalhados no Quadro 17 e comparando esses fragmentos há certa contradição. Enquanto na fala atribuída a um policial é dito que a vítima “aparentava ser morador de rua”, aqui é dito que a vítima morava com uma tia.

Os dados discutidos nesta seção, além de evidenciarem quais atores sociais receberam espaço discursivo para representarem a situação de rua, abordaram a representação de pessoas em situação de rua e os discursos presentes em textos em que ocorre a assimilação entre esses atores sociais e pessoas em situação de dependência química. Foi possível observar também que a questão da dependência é majoritariamente compreendida como questão de segurança pública e não como questão de saúde. Na próxima seção, essas discussões serão sistematizadas em figuras.

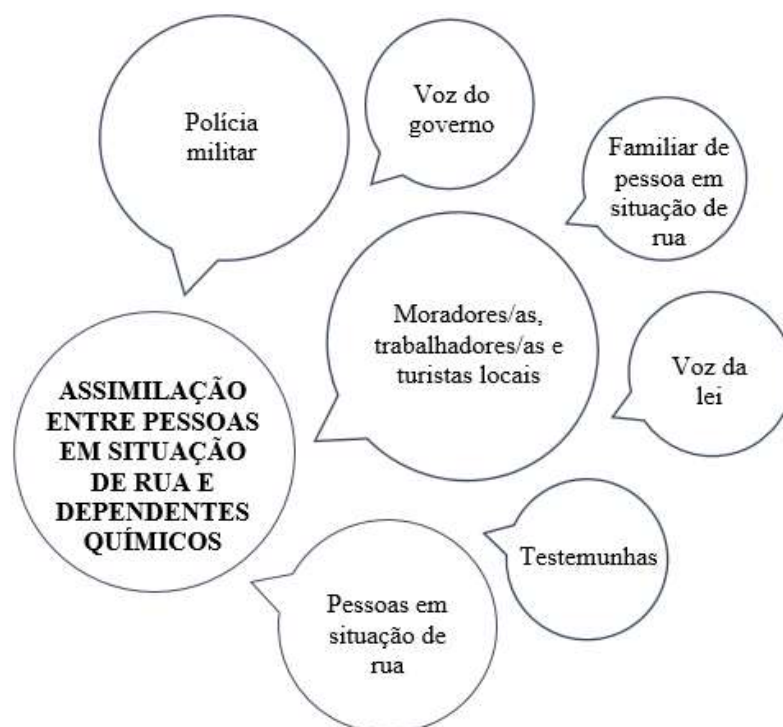
6.3 SISTEMATIZANDO OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA MICROANÁLISE DE VIOLÊNCIA

A microanálise dos textos que tematizaram violência propôs responder perguntas relacionadas à representação da situação de rua e de pessoas em situação de rua quando vozes atribuídas a diferentes atores sociais são trazidas à discussão do tema em 11 textos em que há assimilação entre pessoas em situação de rua e a situação de drogadição. As análises possibilitaram também mapear os discursos que ocorrem nesses contextos em que há vozes de

diferentes atores sociais e a voz autoral circundante. Para a melhor visualização, a seguir retomo as perguntas de investigação e os resultados das análises.

- a) Quais são os diferentes atores sociais consultados para falar sobre a situação de rua em textos em que ocorre a assimilação entre esses atores sociais e pessoas em situação de dependência química?

Figura 17 – Atores sociais que recebem espaço discursivo para falarem sobre a situação de rua em textos em que ocorre a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de drogadição.



Fonte: elaboração própria.

A figura 17 mostra os grupos sociais que receberam espaço discursivo nos excertos de onze textos que representaram pessoas em situação de rua em assimilação com pessoas em situação de dependência química. As diferentes medidas dos balões de fala expressam a densidade das diferentes vozes consultadas pelo jornal. Essa articulação de diferentes vozes é chamada intertextualidade (ver “Percurso Teórico”). Os gêneros jornalísticos presentes nos textos do *corpus*, reportagens e notícias, são – como todo texto, de fato – em sua constituição intertextuais, já que são constituídos por outros textos, sejam orais ou escritos – e isso expressa inclusive as rotinas de produção de textos jornalísticos, na consulta e ordenação de fontes. A utilização da intertextualidade como categoria analítica permite investigar com ocorre a

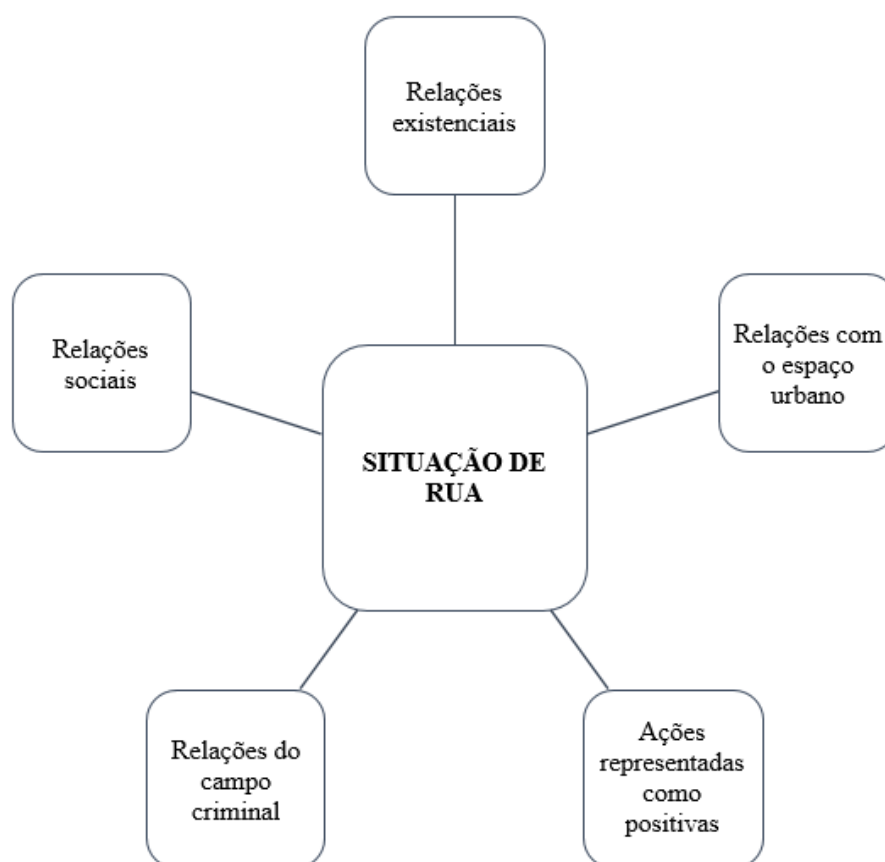
presença ou a ausência de determinadas vozes em textos específicos (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Nos textos do recorte, as vozes atribuídas a moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais receberam mais espaço para propagarem discursos: foram convocados/as a falar em seis textos e articularam discursos que assimilam pessoas em situação de rua com pessoas em situação de drogadição, além de avaliações negativas como perigosas e violentas. Nas vozes de duas pessoas em situação de rua concentradas em uma mesma reportagem, apesar de tal assimilação também ocorrer, sendo a dependência química propulsora da situação de rua das histórias individuais tomadas como exemplo, é representada não só associada ao campo da criminalidade, mas também como questão de saúde pública. Em densidade menor, uma voz por texto, figuraram as vozes atribuídas ao governo, a testemunhas, à lei e a familiar de pessoa em situação de rua. A primeira, além de expressar a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de drogadição, vê como necessidade ações de políticas públicas únicas para o “controle” desses atores sociais. Por outro lado, na voz atribuída a testemunhas há apenas o relato de um crime e não aparece a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de drogadição, essa relação é estabelecida pela voz autoral em outros momentos do texto.

No excerto atribuído à lei a assimilação ocorre em nuance diferente de outras apresentadas até aqui. É mencionado que pessoas em situação de rua com transtornos mentais ou dependentes químicas podem ser beneficiadas com uma medida punitivista, considerando também outros fatores. Nesse excerto há o reconhecimento de que pessoas em situação de rua não fazem parte de um grupo homogêneo. Por fim, na voz atribuída a tia de um homem assassinado, há o reconhecimento da dependência química, mas não da situação de rua. A situação de rua da vítima é retomada apenas na voz policial.

- b) Como os diferentes atores sociais tomados como fontes jornalísticas e a voz autoral circundante representam pessoas em situação de rua nesses contextos?

Figura 18 – Campos ativados na representação de pessoas em situação de rua em textos em que ocorre a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química.



Fonte: elaboração própria.

Em textos sobre violência em que há a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química, as representações sobre pessoas em situação de rua passam por relações existenciais, relações sociais, relações com o espaço urbano, relações do campo criminal e execução de ações apresentadas como positivas.

Nas relações existenciais, pessoas em situação de rua são apresentadas apenas como dependentes químicas, vítimas de crime ou executando ações cotidianas, quando beneficiárias da assistência social. As relações sociais de pessoas em situação de rua nos textos são marcadas majoritariamente por conflitos. São pessoas que convivem em grupos com atores sociais em condições semelhantes e que podem brigar entre si, pessoas com relações familiares fragilizadas, que motivaram a situação de rua e pessoas que incomodam as classes média/alta.

As relações de pessoas em situação de rua no espaço urbano são significativas no recorte analisado de forma micro. Elas aparecem executando ações de movimentação na cidade ou de permanência em espaços públicos, de ocupação de espaços não permitidos, de depredação de propriedade privada e de degradação do espaço urbano. Ações que supostamente levariam

insegurança a moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais, sendo representadas como empecilhos para o desenvolvimento de Brasília como ponto turístico. As relações do campo criminal também são acionadas recorrentemente. Ao investigar as assimilações entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química, sobressaiu a compreensão da drogadição como caso de polícia. Além disso, pessoas em situação de rua são representadas praticando as ações de coagir as classes média/alta, agredir policiais, praticar crimes e vigiar carros sob intimidação. Embora de forma mais mitigada, pode-se notar a questão da negligência materna com o cuidado com os filhos, quando partes da trajetória de vida narrada é de uma mulher.

Por fim, pessoas em situação de rua nos textos investigados aparecem em poucos momentos executando ações consideradas positivas nesses contextos. Isso ocorre quando buscam atendimento ou em caso individualizado, quando um homem em situação de rua dependente químico é representado pelas ações de negar praticar crimes e trabalhar para sustentar a própria dependência. Essas ações representam o processo de “mudança de vida” a partir da articulação de discurso meritocrático.

c) Quais discursos atravessam esses textos?

Figura 19 – Discursos adjacentes a representação da situação de rua em textos em que ocorre a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química.



Fonte: elaboração própria.

A necessidade de demanda de moradores/as e trabalhadores/as locais por ações do poder público relacionadas ao uso do espaço urbano indicam a ineficiência do Estado na fiscalização dessas áreas. Ineficiência expandida também aos órgãos de segurança pública em excertos que falam sobre o aumento da criminalidade em Brasília. Por outro lado, a eficiência do Estado aparece apenas no contexto de caso individualizado em que é mencionado que o Centro Pop de Formosa auxilia pessoas em situação de rua ao mesmo tempo em que se evoca a assistência social como “ajuda” e não como direito.

A questão da criminalidade, presente amplamente no recorte investigado, aparece de forma minoritária e breve, em apenas um contexto, como processo social. Nesse mesmo texto há chaves interpretativas que defendem a privação de liberdade como medida efetiva de ressocialização. De forma mais densa, o discurso do campo criminal é associado a dependência química e representada exclusivamente como caso de polícia, principalmente nas vozes em maior densidade (moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais e polícia militar).

No caso de um texto específico nota-se também que a representação da ocupação de área pública é avaliada de forma diferente a depender dos grupos ocupantes. Quando são membros das classes média/alta são vistas como espaços cuidados e atrativos, já quando pessoas em situação de rua ocupam espaços, são vistos como áreas em que não há regras e se executam as mais diferentes ações.

Os discursos que ecoam em textos em que há a assimilação entre pessoas em situação de rua e pessoas em situação de dependência química, ao compreenderem a dependência química como questão exclusivamente de segurança pública, associam também pessoas em situação de rua ao campo da criminalidade. Os atores sociais que mais recebem espaço discursivo nesse recorte são moradores/as, trabalhadores/as e turistas locais, que além de não compreenderem a situação de rua como processo social, geram demandas por políticas públicas de expulsão de pessoas em situação de rua de locais de grande visibilidade e de controle populacional. Há ausência significativa de vozes de especialistas e vozes médicas que poderiam abordar questões de assistência social e de saúde pública. Essa ausência é mais significativa quando se trata de um recorte que assimila situação de rua e drogadição.

As vozes atribuídas a pessoas em situação de rua apareceram em contextos específicos para confirmar o dito da voz autoral ou para sustentar, a partir de trajetórias específicas, que sair da situação de rua é mérito individual. Nesses excertos também há ausência de vozes

atribuídas a coletivos de pessoas em situação de rua, o que colabora para o silenciamento das demandas da população em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense* (2014 a 2018)” teve como norte mapear a representação de pessoas em situação de rua em notícias e reportagens do jornal mencionado, disponibilizadas gratuitamente em suas plataformas digitais. Com isso, objetivei investigar o processo social da situação de rua por seu viés discursivo com base em propostas teórico-metodológicas da Análise de Discurso Crítica, sob a ótica dos estudos decoloniais.

Como discuti no Capítulo 1, a situação de rua é caracterizada, em parte, pela pobreza extrema, desigualdade social presente não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo e em países latino-americanos que sofreram e ainda sofrem sistemática exploração de países do Norte Global. Para além da questão de renda, o fato de pessoas (sobre)viverem em condições tão precárias envolve aspectos ligados ao recrudescimento do capitalismo, desastres naturais, fatos ligados a trajetórias individuais, entre outros. Por esse motivo, a busca efetiva para a superação desse complexo processo social exige soluções efetivas e não ações de mero assistencialismo, como pautado no Capítulo 2.

Para analisar dados que guardam questões tão complexas e textos que frequentemente colaboram para a propagação de discursos hegemônicos, foi necessário ter como guia um campo de saber que reconhece a impossibilidade de neutralidade acadêmica frente aos discursos que sustentam relações assimétricas de poder. Assim, utilizei a Análise de Discurso Crítica aliada a reflexões que buscam um novo paradigma de fazer ciência, os estudos decoloniais, foco das discussões do Capítulo 3. A *decolonização do ser* guiou a pesquisa voltada a compreender aspectos representacionais da situação de rua no *Correio Braziliense*, tendo em vista que pessoas em situação de rua devem ser compreendidas como atores sociais de agência efetiva no/sobre o mundo. Isso fica claro quando percebemos que a partir de mobilização social, o Movimento Nacional da População de Rua alçou avanços significativos no âmbito de políticas públicas, diferente de representações encontradas no *corpus*, que classificam pessoas em situação de rua majoritariamente como atores sociais inertes no mundo, facilmente deslocáveis no espaço urbano ou sujeitos ativos apenas em ações criminosas.

A opção por analisar textos disponibilizados em plataformas digitais por si só já sugere a importância que a tecnologia alcança na assim chamada “modernidade”. A partir dela, notícias e reportagens são disponibilizadas rapidamente a uma grande quantidade de pessoas com acesso a inclusão digital – embora seja de relevância pontuar que o acesso de populações empobrecidas

a esses meios ainda seja limitado – o que torna possível a propagação de discursos particulares, que representam visões específicas de mundo. As ferramentas digitais aqui tiveram mais uma função: o auxílio em pesquisa com grande quantidade de dados. Dessa forma, coletados os textos de mídia jornalística digital que me interessou analisar, apropriei as ferramentas do *software* para a pesquisa qualitativa NVivo para os objetivos de pesquisa em questão, um percurso descrito no Capítulo 4. Assim, pude filtrar questões relevantes a serem trabalhadas em análises finas, apresentadas nos capítulos subsequentes. As escolhas metodológicas, por sua vez, exemplificam como a *decolonialidade do saber* se fez presente na pesquisa: optei por utilizar pressupostos já consolidados no campo da Análise de Discurso Crítica, mas quando necessário, fiz acréscimos como o uso de categorias analíticas não previstas e abri mão de outras, improdutivas para o contexto da investigação.

No Capítulo 5, pude compreender, de forma dolorida, como mulheres em situação de rua sofrem dupla violação: por serem mulheres e por estarem em condição de vulnerabilidade. Assim, discursos atribuídos a mulheres fora da situação são direcionados de forma similar a mulheres em situação de rua e legitimam e justificam estereótipos negativos sobre essas mulheres ou mitigam as situações de privação vivenciadas. No Capítulo 6, por sua vez, também de forma cruel, pude perceber como a criminalização da situação de rua ainda é presente nos dias atuais e como as políticas públicas demandadas por atores fora da situação de rua pautam-se na exclusão ainda maior de pessoas em situação de rua de lugares públicos. Esse ponto exemplifica de forma clara a tão mencionada relação dialética entre linguagem e sociedade, repetida tantas vezes por estudiosos/as de Análise de Discurso: pelo viés discursivo frequentemente são cobradas políticas públicas para segregar pessoas em situação de rua e, frequentemente, essas tornam-se ações efetivas, asseguradas normativamente pelo poder público. Políticas desse viés são compreendidas como ‘atendimento’ por governantes, ainda que sejam denunciadas frequentemente por pessoas em situação de rua, por vozes da lei ou por outros atores sociais interessados na defesa dos direitos dessa população, evidenciando que pela linguagem são possíveis também práticas de resistência.

As análises de textos sobre violação de direitos e violência apontaram, entre outras questões, que a pobreza e a situação de rua é por vezes representada como carência (de renda, de necessidades básicas e/ou de acesso a serviços) ou associada ao campo da criminalidade. Nesse contexto, prevalecem os discursos de culpabilização de pessoas em situação de rua por suas condições ou pela suposta insegurança dos centros urbanos; a naturalização que concebe a situação de rua como algo do cotidiano e a romantização da situação de rua em textos que retomam trajetórias individuais e articulam discursos meritocráticos para defender que superar

essa situação demanda exclusivamente esforço próprio. Isso contribui para ocultar os processos sociais que levam pessoas a essa condição. Por outro lado, fragmentos que discutem a situação de rua de forma estrutural e que expõem que pessoas em situação de rua sofrem violação de direitos e violência de diversos atores sociais recebem espaço discursivo minoritário.

Discursos sobre feminilidade pressuposta que frequentemente são associados a mulheres fora da situação de rua também puderam ser identificados: mulheres em situação de rua são frequentemente representadas como cuidadoras naturais, de filhos/as e netos/as, de animais de estimação e de abrigos improvisados. Essa responsabilidade, por outro lado, não costuma ser mencionada em textos que citam a paternidade de homens em situação de rua. Há também textos em que a quantidade de filhos/as de mulheres em situação de rua potencializam o discurso da pobreza associada a falta de planejamento familiar e negligência. Pôde-se observar também as representações antagônicas de mulheres em situação de rua: ora essas representações são associadas a discursos que retomam uma suposta fragilidade feminina, ora são ressaltadas como mulheres autossuficientes, mitigando a gravidade da situação de rua. A desmobilização de pessoas em situação de rua é ainda intensificada em ocorrências em que há oposição significativa entre pessoas em situação total de rua e pessoas em situação de rua que habitam ocupações. Apesar de ambas serem contempladas pela Política Nacional da População em Situação de rua, frequentemente habitantes de ocupação se caracterizam e são também caracterizadas por outros atores sociais e até mesmo pela voz autoral, como pessoas trabalhadoras que por diversos motivos estão em situações precárias de sobrevivência. Já pessoas em situação total de rua recebem majoritariamente representações negativas que sustentam discursos de segregação e exclusão de espaços públicos.

Em textos em que há a associação de pessoas em situação de rua com pessoas em situação de drogadição há pouco espaço discursivo para profissionais especializados. Opta-se frequentemente por levantar as pautas a partir da ótica de moradores/as e trabalhadores/as locais de Brasília. Nessas circunstâncias, pessoas em situação de rua são criminalizadas e vistas como inimigas para a “ordem pública” e a dependência química de pessoas em situação de rua ou não, vista como questão exclusivamente do campo policial. Em sua maioria, esses discursos contribuem para a sustentação de relações assimétricas de poder. Por isso, torna-se necessário identificá-los para buscar formas de superá-los.

Espero que este trabalho ultrapasse o campo acadêmico. Talvez esse seja o maior desafio de pesquisas acadêmicas: *decolonizar o poder*, a partir do diálogo com parte da sociedade que ainda não goza do privilégio de ocupar esses espaços e ao mesmo tempo, reconhecer que há outras maneiras de *ser* e de *saber*. Desejo também que as discussões iniciadas aqui possam

auxiliar pesquisadores/as engajados/as e comprometidos/as com práticas de resistências em diferentes âmbitos e promovam reflexões sobre as relações hegemônicas sustentadas pela linguagem. Para mim, esta pesquisa não acaba aqui. Terminei com mais dúvidas do que certezas e ansiosa por novos projetos para atuar de forma mais efetiva para a mudança social desejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIJ. Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia. *El drama de los <<sin techo>>: un censo no oficial registró 7.251 personas en situación de calle en la ciudad de Buenos Aires, 2019*. Disponível em: <https://acij.org.ar/el-drama-de-los-sin-techo-un-censo-no-oficial-registro-7-251-personas-en-situacion-de-calle-en-la-ciudad-de-buenos-aires/>. Acesso em: 25 out. 2019.
- ALCADÍA DE PANAMÁ. *Atención de las Personas en Situación de Calle, 2018*. Disponível em: <https://seguridadciudadana.mupa.gob.pa/wp-content/uploads/2019/04/16.Boletin.AtencionPersonas.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Prefacio*. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Almeida, Sandra Regina Goulart; Feitosa, Marcos Pereira; Feitosa, André Pereira. (trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*. v. 31. n. 1, p. 15-24, 2016.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Módulo 1*. In: *Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua, 2018*.
- BRASIL. *Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 04 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, dezembro de 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.
- BRASIL. *Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941*. Lei das contravenções penais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm. Acesso em: 23 mar. 2018.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Bertrand: Rio de Janeiro, 1989.
- BURSZTYN, M.; ARAÚJO, C. H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

CABRAL JÚNIOR, L. R. G.; COSTA, E. D. P. Violências às pessoas em situação de rua: o direito fundamental à segurança em xeque. *JURIS*, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 25-40, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/6777/4872>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CELS. Centro de Estudios Legales y Sociales. *Segundo censo popular de personas en situación de calle en la CABA, 2019*. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/2019/07/segundo-censo-popular-de-personas-en-situacion-de-calle-en-la-caba/> Acesso em: 25 out. 2019.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina*. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 23 mar. 2019.

CHILE. Ministerio de Desarrollo Social. *En Chile Todos Contamos - Segundo Catastro Nacional de Personas en Situación de Calle, 2012*. Disponível em: http://www.nochedigna.cl/wp-content/uploads/2017/03/En_Chile_Todos_Contamos_baja.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.

COLOMBIA. Ministério da Saúde e Proteção Social. *Política Pública Social para Habitantes de Calle, 2019*. Disponível em: <https://www.minsalud.gov.co/proteccionsocial/promocion-social/Paginas/habitantes-en-calle.aspx>. Acesso: 27 out. 2019.

COLOMBIA. Secretaría Distrital de Integración Social - SDIS. Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE. *Si ellos cuentan, todos contamos. Censo de habitantes de la calle (Bogotá – 2017), 2018*. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/censo-habitantes-calle/presentacion-resultados-hab-calle-bogota-2017.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

CIUDAD DE MÉXICO. Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal. *Informe especial Situación de los derechos humanos de las poblaciones callejeras en el Distrito Federal (2012 – 2013), 2014*. Disponível em: <http://cdhdfbeta.cdhdf.org.mx/wp-content/uploads/2014/09/poblaciones-callejeras-integrado-imprenta.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

CIUDAD DE MÉXICO. Secretaría de Inclusión y Bienestar Social. *Atención Integral a Personas Integrantes de Poblaciones Callejeras (PAIPIPC), 2019a*. Disponível em: <https://www.sibiso.cdmx.gob.mx/programas/programa/personasintegrantesdepoblacionescallejeras>. Acesso em: 28 out. 2019.

CIUDAD DE MÉXICO. *Gaceta Oficial de la Ciudad de México, 2019b*. Disponível em: <https://www.sibiso.cdmx.gob.mx/storage/app/uploads/public/5c6/eec/548/5c6eec548ff8c266212734.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

CIUDAD DE MÉXICO. Secretaría de Desarrollo Social. *Diagnóstico situacional de las poblaciones callejeras (2017 – 2018), 2018*. Disponível em:

<https://www.sibiso.cdmx.gob.mx/storage/app/media/Diagnostico%20Situacional%20de%20las%20Poblaciones%20Callejeras.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

CRR. Centro Regional de Referência em Drogas da Faculdade de Medicina da UFMG. 3º *Censo de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte. Suprema: 2014*. Disponível em:

[https://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/Relato%CC%81rio%20Terceiro%20Censo%20POP%20em%20situac%CC%A7a%CC%83o%20de%20rua%20PBH\(1\).pdf](https://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/Relato%CC%81rio%20Terceiro%20Censo%20POP%20em%20situac%CC%A7a%CC%83o%20de%20rua%20PBH(1).pdf). Acesso em: 29 out. 2019.

COSTA RICA. Ministerio de Desarrollo Humano e Inclusión Social. *Política Nacional - Atención Integral para Personas en Situación de Abandono y en Situación de Calle (2016 – 2026)*, 2016. Disponível em: <https://presidencia.go.cr/wp-content/uploads/2016/06/Pol%C3%ADtica-Integral-para-Personas-en-Situaci%C3%B3n-de-Abandono-y-Calle.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

EL SALVADOR. Ministerio de Economía. Dirección General de Estadísticas y Censos. *Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples (2017)*, 2018. Disponível em:

https://datos.gob.sv/dataset/b4b1c01d-5dc3-4e59-8988-5c8d454edaa5/resource/7e98ba3d-639d-467a-9942-2970bd62431d/download/publicacion_ehpm_2017.pdf. Acesso em: 27 out. 2019.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. (Org.) Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Censo da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo, 2015*. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

FUNIDES. Fundación Nicaragüense para el Desarrollo Económico y Social. *Nicaragua en Crisis Política y Socioeconómica – Informe de Coyuntura, 2018*. Disponível em:

http://funides.com/media/attachment/FUNIDES_-_Informe_de_Coyuntura_2018_yxN9BOL.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. *Projeto Renovando a Cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal*. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

GDF. Governo do Distrito Federal. *História Brasília: a cidade sonho*, s.d. Disponível em: <http://www.df.gov.br/historia/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GUIMARÃES, V. O. S. Construção Histórico-Social da Pobreza: Desnaturalização da Percepção das Desigualdades Sociais. *Revista da Faculdade Evangélica de Goianésia*, v. 1. n. 3. p. 74-89, 2016. Disponível em:

<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/1921/1723>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Ferreira, Inês Martins (trad.). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 23 jun. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Estimativa da População em Situação de rua no Brasil, 2016*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LE BRETON, D. *O paradigma da corporeidade na contemporaneidade (Conferência ministrada na Universidade de Brasília, 2017)*. Disponível em: neconblog.wordpress.com/2017/03/27/confira-novamente-a-palestra-de-david-le-breton. Acesso em: 28 abr. 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, s.d. *Conhecer para Lutar. Cartilha para formação política*. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

NEFFA, J. C. *Pobreza y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*. In: Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores. Leguizamón, S. A. (org). 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

PAIVA, I. K. S.; LIRA, C. D. G.; JUSTINO, J. M. R.; MIRANDA, M. G. O.; SARAIVA, A. K. M. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 2595- 2606, 2016.

PARAGUAY. Secretaría de Emergencia Nacional. *Hogar de invierno: SEN reabre sus puertas este lunes ante el ingreso de bajas temperaturas, 2019a*. Disponível em: <http://www.sen.gov.py/articulo/2748-hogar-de-invierno-sen-reabre-sus-puertas-este-lunes-ante-el-ingreso-de-bajas-temperaturas.html#.XbeLk5pKjIU>. Acesso em: 28 out. 2019.

PARAGUAY. Secretaría de Emergencia Nacional. *Este lunes se habilita el Hogar de Invierno ante ingreso de frente frío al país, 2019b*. Disponível em: <http://www.sen.gov.py/articulo/2759-este-lunes-se-habilita-el-hogar-de-invierno-ante-ingreso-de-frente-frio-al-pais-.html#.XbeLj5pKjIU>. Acesso em: 28 out. 2019.

PARAGUAY. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. *Principales Resultados de Pobreza y Distribución del Ingreso, 2018*. Disponível em:

<https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/pobreza/Boletin%20de%20pobreza%202017.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PEREIRA, C. P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2009.

PERU. Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables. *MIMP organizó campaña bucal para personas adultas mayores del Inabif, 2019a*. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/28083-mimp-organizo-campana-bucal-para-personas-adultas-mayores-del-inabif>. Acesso em: 28 out. 2019.

PERU. Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables. *Personas adultas mayores que vivían en la calle visitaron castillo de Chancay, 2019b*. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/mimp/noticias/50099-personas-adultas-mayores-que-vivian-en-la-calle-visitaron-castillo-de-chancay>. Acesso em: 28 out. 2019.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática. *Evolución de la Pobreza Monetaria (2007 – 2018) informe técnico, 2019c*. Disponível em: https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1646/libro.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

PDH. Procurador de Los Derechos Humanos. *Estadísticas de personas indigentes va en aumento, 2017*. Disponível em <https://www.pdh.org.gt/estadistica-de-personas-indigentes-va-en-aumento/>. Acesso em: 26 out. 2019.

QSR International. *NVIVO 10 for Windows. 2014*. Disponível em: <http://download.qsrinternational.com/Document/NVivo10/NVivo10-Getting-Started-Guide-Portuguese.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

RAMALHO, I.S. *O caso Edvan Lima e a corporeidade de pessoas em situação de rua em casos de violência no jornal Correio Braziliense*. Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional da REDLAD, Santiago do Chile, 2017.

RAMALHO, I. S. *Análise discursiva da violação de direitos de pessoas em situação de rua no Correio Braziliense (2014-2018)*. In: Como mulheres em situação de rua são representadas discursivamente no Correio Braziliense? Mesa apresentada no XIII Congresso Internacional ALED. Universidad Autónoma de Santo Domingo. Santo Domingo: 2019a.

RAMALHO, I. S. *Como mulheres em situação de rua são representadas discursivamente no Correio Braziliense?* Trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional da REDLAD. Universidad Autónoma de Santo Domingo. Santo Domingo: 2019b.

RAMALHO, I. S.; RESENDE, V. M. O caso Edvan Lima e a corporeidade de pessoas em situação de rua em casos de violência: análise de dados do jornal Correio web. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 60 n. 3 p. 808-827, set./dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8652150>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RECIFE. Secretaria de Assistência Social. *População em Situação de Rua na cidade do Recife – Censo e Análise Qualitativa, s.d.* Disponível em: <https://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>. Acesso em: 29 out. 2019.

REPÚBLICA DOMINICANA. Ministerio de Economía, Planificación y Desarrollo. *Boletín de Estadísticas oficiales de Pobreza Monetaria, 2019.* Disponível em: <http://economia.gob.do/wp-content/uploads/drive/UAAES/Informes%20&%20Boletines/Pobreza%20monetaria/Boleti%CC%81n%20de%20Estadi%CC%81sticas%20Oficiales%20de%20Pobreza%20Monetaria%206%20.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua, sua crise e protagonismo juvenil.* Tese de Doutorado (Linguística). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2008.

RESENDE, V. M. Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua? *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 955-988, 2016. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10887/pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RESENDE, V. M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas latino-americanas.* Conferência apresentada no XII Congresso Internacional ALED. Universidad Católica. Santiago do Chile: 2017a.

RESENDE, V. M. Gestão policial da pobreza: vulnerabilidade de pessoas em situação de rua aos rigores da ordem pública – um estudo do caso Samir Ali Ahmed Sati. *Revista CIS*. n. 23, dez. p. 15-31. 2017b. Disponível em: <http://revistacis.techo.org/index.php/Journal/article/view/9> Acesso em: 02 fev. 2020.

RESENDE, V. M. *Perspectivas Latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso.* In: Decolonizar os estudos críticos do discurso. Viviane de Melo Resende (org.). Pontes Editores, 2019.

RESENDE, V. M.; GOMES, M. C. A. Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência em discurso no Correio Braziliense (2011-2013). *Linguagem em (Dis)curso*, v. 18, n. 1, p. 165-191, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/6089. Acesso em: 28 mar. 2019.

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. *Delta: Documentação de Estudos em Linguística*, v. 35, n. 4, p. 2-28. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v35n4/1678-460X-delta-35-04-e2019350413.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, I. S. Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. *Calidoscópio*, v. 15, n. 3, p. 529-541, 2017. Disponível em:

revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.11. Acesso em: 28 mar. 2019.

SANTOS, G. P. *O Jornal Aurora da Rua e o Protagonismo na Situação de Rua: um Estudo Discursivo Crítico*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA; D. *Das desigualdades semiótico-discursivas da pobreza a práticas sociais transformadoras na contemporaneidade*. Conferência apresentada no XIII Congresso Internacional ALED. Universidad Autónoma de Santo Domingo. Santo Domingo, 2019.

SILVA, M. L. L. *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e do Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SMITH, N. *La nueva frontera urbana: ciudad revanchista y gentrificación*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

SOBRAL, M. S. *Situação de Rua no contexto da Resistência e Luta por Direitos Humanos*. In: I Mostra Científica do Grupo de Estudos e Pesquisa Pop Rua. Comunicação oral. Salvador: 2018.

SPIVAK, G. C. *Entrevista a Cátedra Indígena de la Universidad de Chile, 2016*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L_OX2y4vuMs. Acesso em: 23 jun. 2018.

UCAB. *Encuesta sobre Condiciones de Vida em Venezuela, 2018*. Disponível em: <https://encovi.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ucv-ucab-usb-encovi-pobreza-2017.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

UNICEF. Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. *Informe de situación 2018 sobre los Derechos de la niñez y adolescencia en Honduras, 2018*. Disponível em: <https://www.refworld.org.es/pdfid/5bbe61934.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

URUGUAY. Ministerio de Desarrollo Social. *Presentación de los datos del relevamiento de la población en situación de calle en Montevideo, 2019a*. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/documentos/noticias/20190524.%20Presentaci%C3%B3n%20para%20prensa%20%28CENSO%20CALLE%202019%29%20%281%29.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

URUGUAY. Ministerio de Desarrollo Social. *Nuevos proyectos de mayor autonomía para personas en situación de calle, 2019b*. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/noticias/nuevos-proyectos-mayor-autonomia-para-personas-situacion-calle>. Acesso em: 29 out 2019.

VAN DIJK; T. *Discurso y resistencia*. Conferência apresentada no XIII Congresso Internacional ALED. Universidad Autónoma de Santo Domingo. Santo Domingo, 2019.

VAN LEEUWEN, T. *A representação dos atores sociais*. In: PEDRO, E. R. (Org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

VESENTINI, J. W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

VIEIRA, V. C.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2016.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.

ANEXOS

I. Figura 20 - Uso da ferramenta referências, com foco nas vozes atribuídas a moradores/as e trabalhadores/as locais.



Fonte: elaboração própria, a partir de projeto criado no *software* NVivo.

II. Figura 21 - Quadro da representação de atores sociais, segundo Van Leeuwen (1997).

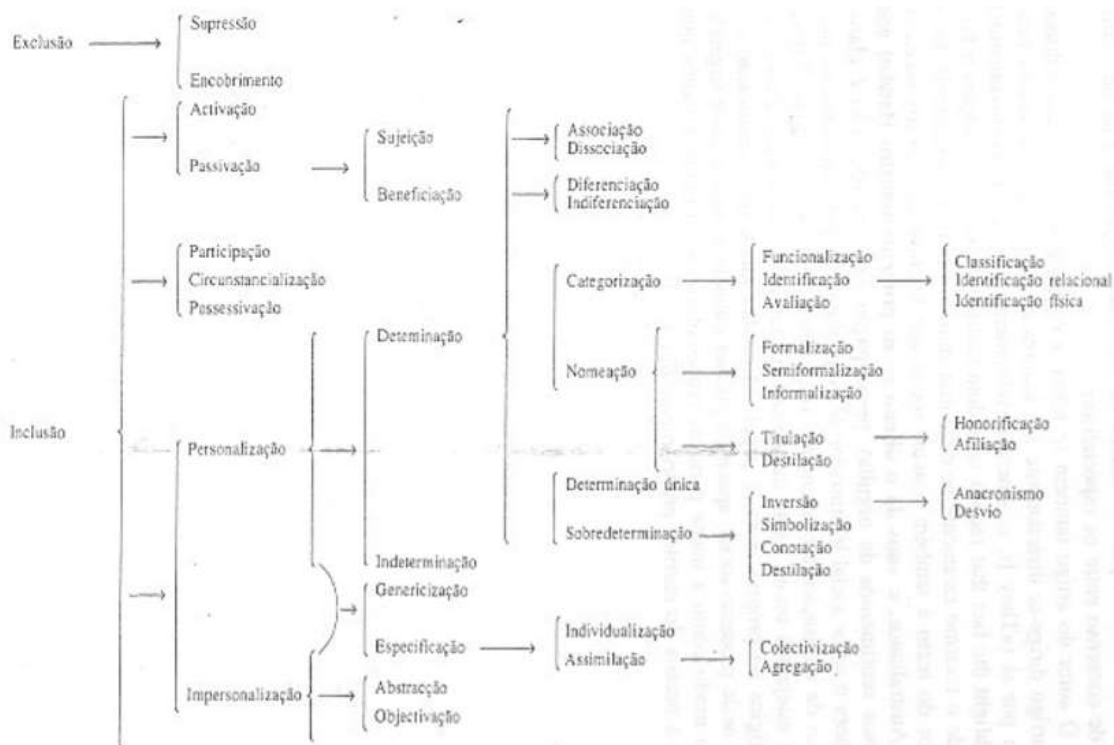


Figura 1. A representação dos actores sociais no discurso: rede de sistema.

Fonte: Van Leeuwen, 1997, p. 219.

III. Tabela 19 - Modo de representação *assimilação de pessoas em situação de rua com outros grupos* em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

MODO DE REPRESENTAÇÃO ASSIMILAÇÃO COM OUTROS GRUPOS						
GRUPOS	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Analfabetas	-	-	-	-	1	1
Catadores de material reciclável	-	-	-	1	-	1
Crianças	1	1	-	-	-	2
Criminosas	7	-	2	3	4	16
Dependentes químicos	2	-	2	1	5	10
Desempregadas	-	-	1	2	-	3
Egressas de manicômio ou doentes mentais	-	-	1	-	-	1
Egressas de prisões ou pessoas privadas de liberdade	-	-	1	1	2	5
Guardadores de carro	-	-	2	-	-	2
Idosos	1	2	-	-	1	4
Indígenas	-	-	-	-	2	2
LGBT's	-	-	1	-	-	2
Migrantes	-	-	1	-	1	2
Moradores do Entorno do DF e de localidades mais distantes	-	-	-	-	1	1
Mulheres	1	-	-	-	-	1
Operários	-	1	-	-	-	1
Outras pessoas empobrecidas	-	-	-	-	6	6
Outras pessoas que morreram devido ao frio	1	-	-	-	-	1
Outras pessoas que protestavam	1	-	-	-	-	1
Pessoas com deficiência	1	-	-	-	-	1
Pessoas soropositivas	-	-	-	-	2	2

Fonte: elaboração própria.

IV. Tabela 20 - Modos de avaliação de pessoas em situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

MODOS DE AVALIAÇÃO	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Acomodadas, preguiçosas	-	-	1	-	2	3
Agressivas, criminosas, perigosas, violentas	3	5	6	1	6	21
Ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas	32	5	9	55	58	159
Asseada	-	-	-	1	1	2
Assistidas, acolhidas, atendidas	7	1	7	27	30	72
Desobedientes, insistentes	-	-	1	2	-	3
Doentes	-	-	6	3	-	9
Envergonhadas, tristes, humilhadas, incompreendidas	-	-	-	5	3	8
Escolarizadas	-	-	-	2	-	2
Gratas	-	-	-	1	1	2
Homenageadas	-	-	-	1	-	1
Incômodas	3	5	7	2	5	22
Invisibilizadas, ignoradas, abandonadas	1	-	-	6	15	22
Negligentes	-	-	-	-	1	1
Oportunistas	1	-	-	3	11	15
Pedintes	-	-	-	-	3	3
Regeneradas	-	-	1	-	-	1

Revoltadas	-	-	3	-	-	3
Sujas	4	1	1	12	6	24
Trabalhadoras, honestas, ativas, esforçadas	2	1	4	10	2	19
Tranquilas, pacíficas, prestativas	1	-	-	-	2	3
Usuárias de álcool e outras drogas	2	4	4	5	7	22
Vítimas de crise no país	-	-	-	6	-	6
Vulneráveis, incapazes economicamente, fracas	2	1	-	6	9	18

Fonte: elaboração própria.

V. Tabela 21 - Modos de referência a pessoas em situação de rua em textos sobre violação de direitos no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

MODOS DE REFERÊNCIA	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
(D)essa população	1	-	1	4	8	14
(D)essas pessoas	1	-	2	3	7	13
Abrigados	5	-	-	-	-	5
Acusado	-	-	-	1	-	1
Adolescente	1	-	-	-	2	3
Adultos	2	-	-	-	-	2
Aqueles que resistem	1	-	-	-	-	1
Artesã	1	-	-	-	1	2
Assistidos	-	-	-	-	1	1
Candidatos	-	-	-	2	1	3
Casal	2	-	-	2	-	4
Catador/a(es)	-	-	-	12	3	15
Catadores de lixo	-	-	-	1	1	2
Catadores de material reciclável (de recicláveis)	-	-	-	1	1	2
Cidadão em situação de rua	-	-	-	1	-	1
Cidadão/s em situação (circunstância) de vulnerabilidade	-	-	-	2	-	2
Corpo	1	-	-	2	-	3
Crianças	4	1	2	2	9	18
Crianças desassistidas e maltrapilhas	-	-	-	1	-	1
Crianças em idade escolar sem moradia	-	-	-	1	-	1
Daqueles que estão nas ruas	-	-	1	-	-	1
Dependente químico	1	-	-	-	-	1
Desabrigados	-	4	-	1	5	10
Desfavorecidos	-	-	-	-	1	1
Essa gente	-	-	-	1	-	1
Esse público	1	-	-	-	-	1
Estudantes do DF que vivem nas ruas	-	-	-	1	-	1
Estudantes em abrigos	-	-	-	1	-	1
Estudantes sem moradia	-	-	-	1	-	1
Estudantes sem-teto	-	-	-	3	-	3
Ex-executivo	-	-	-	1	-	1
Famílias de catadores	-	-	-	-	2	2
Famílias	9	1	6	6	30	52
Filhos	-	-	-	2	2	4
Frequentadores de abrigos	-	-	1	-	-	1
Frequentadores e residentes	-	-	-	-	1	1
Gente	1	-	-	-	-	1

Grupos	2	3	1	-	2	8
Guardadores (de carros)	-	-	2	-	-	2
Homem(ns)	6	1	4	8	6	25
Indigentes	-	-	2	-	-	2
Indivíduos	-	-	-	-	1	1
Inquilinos	1	-	-	-	-	1
Invasores	-	-	3	1	-	4
Irmãs	2	-	-	-	-	2
Jovem	-	-	-	5	-	5
Jovem/ns em situação de rua	-	-	-	-	1	1
Mãe	-	-	-	1	3	4
Manifestantes	-	-	1	-	-	1
Marido	-	1	-	-	-	1
Mendigos	-	1	2	-	3	6
Menino	-	-	-	-	6	6
Migrantes	-	-	-	-	1	1
Milhares de pessoas que abandonaram suas casas	1	-	-	-	-	1
Moça	-	-	-	1	-	1
Morador/a(es) de rua	20	6	17	30	27	100
Morador/a(es)	5	1	2	9	7	24
Moradora de Planaltina de Goiás	-	-	-	-	1	1
Moradores da (Nova) Tuffy	1	-	-	-	-	1
Moradores da ocupação	-	-	-	-	1	1
Moradores do DF e de localidades mais distantes	-	-	-	-	1	1
Moradores em situação de rua	-	-	-	1	3	4
Moradores sem-teto	1	-	-	-	-	1
Morto	-	-	1	-	-	1
Mulher/es	2	2	1	1	13	19
Nomes próprios	17	1	15	65	63	161
Nova comunidade	1	-	-	-	-	1
Ocupantes	-	-	2	-	-	2
Paciente	1	-	-	2	-	3
Pais de família	-	-	-	1	-	1
Pedintes	-	-	-	-	2	2
Pessoa(s)	19	2	8	11	34	74
Pessoa(s) (que vivem) em situação de rua	6	1	-	10	25	42
Pessoa(s) que está(ão) na rua	-	-	-	1	1	2
Pessoas dormindo ao ar livre	-	-	-	-	1	1
Pessoas em abrigos provisórios	-	-	-	-	1	1
Pessoa(s) em situação de vulnerabilidade	-	-	1	3	-	4
Pessoas perambulando nas vias	-	-	-	-	1	1
Pessoas que moram(vam) nas ruas	-	-	1	-	1	2
Pessoas que moram em espaços públicos	-	-	-	1	-	1
Pessoas que se encontram em situação vulnerável	-	-	-	1	-	1
Pessoas que vivem ao ar livre	-	1	-	-	-	1
Pessoas que vivem ao relento	-	-	-	1	-	1
Pessoas que vivem nas ruas	2	-	-	5	-	7
Pessoas sem lar	-	-	-	-	1	1
Pessoas sem-teto	1	-	-	1	1	3
População	2	-	-	-	3	5
População carente	-	-	1	-	-	1
População de rua	4	3	3	2	10	22

População em situação de rua	6	1	-	3	10	20
População que está na rua	-	-	-	1	-	1
Populações sem domicílio	-	-	-	-	1	1
Portador de doenças bucais	-	-	-	1	-	1
Possuidor	-	-	-	-	1	1
Quem dorme na Rodoviária do Plano Piloto	-	-	-	-	1	1
Quem mora nas ruas	-	-	-	-	1	1
Quem necessita	-	-	-	1	-	1
Quem passa necessidade	-	-	-	-	1	1
Residente da Cracolândia	-	-	-	-	1	1
Sem-teto	8	1	9	5	12	35
Senhor	-	-	-	-	1	1
Seres humanos	1	-	-	-	-	1
Sentenciado	-	-	-	5	-	5
Usuário da abordagem social	-	-	-	1	-	1
Vítimas	2	-	1	1	8	12
Vizinha/os	-	2	-	1	-	3

Fonte: elaboração própria.

VI. Tabela 22 - Modos de avaliação de pessoas em situação de rua em textos sobre violência no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

MODOS DE AVALIAÇÃO	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
Agressivas, criminosas, perigosas, violentas	11	9	7	10	7	44
Ameaçadas, agredidas, assustadas, desassistidas, violadas	3	11	10	27	15	66
Assistidas, acolhidas, atendidas	-	2	2	9	2	15
Corajosas	-	1	-	1	-	2
Desobedientes, insistentes	-	-	-	1	-	1
Doentes	1	-	2	1	-	4
Envergonhadas, tristes, humilhadas, incompreendidas	-	-	1	-	-	1
Gratas	-	-	-	1	-	1
Homenageadas	-	2	-	-	-	2
Incômodas	1	-	2	3	1	7
Invisibilizadas, ignoradas, abandonadas	-	-	1	-	-	1
Oportunistas	-	-	-	-	1	1
Pedintes	-	1	1	1	-	3
Regeneradas	-	2	-	1	-	3
Revoltadas	-	-	-	1	3	4
Saudáveis	-	-	1	-	-	1
Sujas	1	-	-	3	-	4
Trabalhadoras, honestas, ativas, esforçadas	1	1	-	1	-	3
Tranquilas, pacíficas, prestativas	1	1	1	3	1	7
Usuárias de álcool e outras drogas	5	5	3	8	2	23
Vulneráveis, incapazes economicamente, fracas	-	-	3	2	-	5

Fonte: elaboração própria.

VII. Tabela 23 - Modos de referência a pessoas em situação de rua em textos sobre violência no *Correio Braziliense* (2014 – 2018).

MODOS DE REFERÊNCIA	ANOS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
(D)essa população	-	1	-	-	-	1
(D)essas pessoas	-	1	-	3	1	5
Acusado	-	1	2	1	2	6
Adolescente	6	1	-	-	-	7
Adultos	-	-	2	-	-	2
Agressor/a(es)	-	2	3	3	-	8
Amigo homossexual	-	-	-	1	-	1
Amigos	-	-	-	3	-	3
Andarilho	1	2	-	-	-	3
Assaltantes	-	-	-	1	-	1
Autor do crime	-	1	-	-	1	2
Cadáver	1	1	-	-	1	3
Casal	-	1	1	3	-	5
Colega	-	-	-	2	1	3
Corpo	6	-	5	3	3	17
Corpo de uma mulher	2	-	-	-	-	2
Crianças	-	-	2	-	-	2
Criminoso	-	-	-	1	-	1
Desabrigado(s)	2	1	-	1	-	4
Envolvidos	-	-	-	1	-	1
Ex-abrigados	-	-	-	-	1	1
Famílias	-	1	-	-	-	1
Grupo de pessoas que dormiam perto de uma padaria	-	1	-	-	-	1
Grupo LGBT na rua	-	-	-	1	-	1
Homem negro	-	-	-	1	-	1
Homem que dormia na rua	1	-	-	-	-	1
Homem que vivia nas ruas	-	-	-	1	-	1
Homem(ns)	15	27	6	25	18	91
Homens em situação de rua	-	-	-	1	-	1
Integrantes do Movimento de Resistência Popular	-	-	-	1	-	1
Invasores	1	-	3	-	-	4
Irmão	-	-	-	-	1	1
Jovem	2	1	-	1	4	8
Mendigos	-	1	-	-	-	1
Menor	1	1	-	-	-	2
Morador de rua gay	-	-	-	1	-	1
Morador/a(es) de rua	59	64	37	63	50	273
Morador/a(es)	-	1	1	1	1	4
Moradores em situação de rua	-	-	-	2	-	2
Mulher em situação de rua	-	1	-	-	-	1
Mulher/es	5	4	10	12	2	33
Mulheres em situação de rua e vulnerabilidade	-	-	1	-	-	1
Mulheres que vivem nas ruas	-	-	-	1	-	1
Nomes próprios	19	38	11	50	11	129
Ocupantes	-	-	1	1	-	2
Pai	-	5	-	-	-	5
Pedreiro	-	2	-	-	-	2

Pessoa(s)	-	9	3	3	4	19
Pessoa(s) (que vivem) em situação de rua	-	1	-	3	2	6
Pessoa em condição de rua	-	-	-	-	1	1
População de rua	-	1	-	2	-	3
População em situação de rua	-	1	-	-	-	1
População LGBT que está na rua	-	-	-	1	-	1
Rapaz	2	4	-	1	-	7
Rapaz em situação de rua	-	-	-	1	-	1
Sem-teto	3	17	2	2	-	24
Sobreviventes	-	2	-	-	-	2
Sobrinho	-	-	-	-	1	1
Suspeito/a(os)	-	7	1	3	1	12
Tio	-	2	-	-	-	2
Vítimas	22	29	3	28	33	115
Vizinho	-	-	-	1	-	1

Fonte: elaboração própria.

ⁱAtualmente indisponível no *site* do *Correio Braziliense*.

ⁱⁱDisponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/01/interna_cidadesdf,534345/numero-de-moradoras-de-rua-vitimas-de-violencia-chega-a-1-800-em-7-mes.shtml. Acesso em: 31 out. 2019.

ⁱⁱⁱ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/08/19/internas_polbraeco,619056/populacao-de-rua-ainda-luta-para-romper-invisibilidade-e-garantir-dire.shtml. Acesso em: 02 ago. 2018.

^{iv} Atualmente indisponíveis nos *sites* do *Correio Braziliense*.

^v Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/11/30/interna_cidadesdf,722434/populacao-de-rua-no-df-cresce-no-periodo-proximo-ao-natal.shtml. Acesso em: 11 dez. 2019.

^{vi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/05/19/interna_cidadesdf,483644/moradores-transformam-areas-abandonadas-em-hortas-comunitarias.shtml. Acesso em: 13 dez. 2019.

^{vii} Atualmente indisponível no *site* do *Correio Braziliense*.

^{viii} Atualmente indisponível no *site* do *Correio Braziliense*.

^{ix} Atualmente indisponível no *site* do *Correio Braziliense*.

^x Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/06/19/internas_polbraeco,433452/moradores-de-rua-acusam-prefeitura-de-salvador-de-esconde-los-dos-turistas.shtml. Acesso em: 22 out. 2019.

^{xi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/07/interna_cidadesdf,607770/voluntarios-suprem-falhas-em-servico-social-e-ajudam-moradores-de-rua.shtml. Acesso em: 22 out. 2019.

^{xii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/12/24/interna_cidadesdf,463451/voluntarios-preparam-ceia-de-natal-para-moradores-de-rua-na-rodoviaria.shtml. Acesso em: 22 out. 2019.

^{xiii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/24/interna_cidadesdf,495751/projeto-oferece-a-pessoas-em-situacao-de-rua-chance-de-escolher-roupas.shtml. Acesso em: 22 out. 2019.

^{xiv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/01/interna_cidadesdf,534345/numero-de-moradoras-de-rua-vitimas-de-violencia-chega-a-1-800-em-7-mes.shtml. Acesso em: 22 out. 2019.

^{xv} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/08/16/interna-brasil,618177/em-sp-morador-de-rua-gay-desaparece-apos-ser-agredido-em-festa.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2019.

^{xvi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/04/22/interna_politica,675354/moradores-de-rua-tem-dificuldades-para-votar.shtml. Acesso em: 02 nov. 2019.

^{xvii} Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/05/08/interna_cidadesdf,251271/a-eterna-dor-e-delicia-de-ser-mae.shtml. Acesso em: 27 abr. 2019.

^{xviii} Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2012/11/12/ensino_ensinosuperior_interna,333379/ex-morador-de-rua-se-forma-em-pedagogia-na-unb.shtml. Acesso em: 27 abr. 2019.

^{xviii} Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2012/11/12/ensino_ensinosuperior_interna,333379/ex-morador-de-rua-se-forma-em-pedagogia-na-unb.shtml. Acesso em: 27 abr. 2019.

^{xix} Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/me_gerais/2013/08/23/me_gerais_interna,384073/morador-de-rua-encontra-felipe-apos-duas-semanas.shtml. Acesso em: 27 abr. 2019.

^{xix} Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/me_gerais/2013/08/23/me_gerais_interna,384073/morador-de-rua-encontra-felipe-apos-duas-semanas.shtml. Acesso em: 27 abr. 2019.

^{xx} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/08/26/interna_cidadesdf,444163/pessoas-aproveitam-registro-de-agua-aberto-para-tomar-banho-e-lavar-roupa.shtml. Acesso em: 07 out. 2019.

^{xxi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/09/19/interna_cidadesdf,499271/abandonados-predios-no-plano-sao-ocupados-por-moradores-de-rua.shtml. Acesso em: 07 out 2019.

^{xxii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/08/29/interna_cidadesdf,546403/corpo-carbonizado-e-encontrado-na-entrada-do-teatro-nacional.shtml. Acesso em: 07 out 2019.

^{xxiii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/14/interna_cidadesdf,647852/de-medicamentos-a-vagas-em-leito-falta-de-tudo-um-pouco-no-hrt.shtml. Acesso: 07 out 2019.

^{xxiv} Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/09/30/interna-brasil,551333/moradora-de-rua-e-encontrada-morta-dentro-de-predio-em-moema.shtml>. Acesso em: 09 out. 2019.

^{xxv} Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2018/01/03/interna_ciencia_saude,651121/brasil-tem-34-dos-casos-de-coinfeccao-de-tuberculose-e-hiv-do-mundo.shtml. Acesso em: 28 dez. 2019.

^{xxv} Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2018/01/03/interna_ciencia_saude,651121/brasil-tem-34-dos-casos-de-coinfeccao-de-tuberculose-e-hiv-do-mundo.shtml. Acesso em: 28 dez. 2019.

^{xxvi} Atualmente indisponível nas páginas do *Correio Braziliense*.

^{xxvii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/22/interna_cidadesdf,523627/juiza-da-20-dias-para-herdeiros-do-torre-palace-hotel-retirarem-sem-te.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xxviii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/03/interna_cidadesdf,530233/durante-passagem-da-tocha-sem-teto-e-usuarios-de-droga-poe-fogo-em-ho.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xxix} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xxx} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xxxi} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xxxii} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/06/14/interna-brasil,536203/com-frio-recorde-morador-de-rua-tem-colchoes-e-papeles-retirados-por.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xxxii} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/06/14/interna-brasil,536203/com-frio-recorde-morador-de-rua-tem-colchoes-e-papeles-retirados-por.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xxxiii} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xxxiv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/07/13/interna_cidadesdf,540025/sudoeste-administracao-e-conselho-comunitario-fazem-campanha-contr-a-e.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xxxv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/12/13/interna_cidadesdf,561052/projeto-de-lei-segrega-abrigos-no-distrito-federal.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xxxvi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/06/03/interna_mundo,485446/decreto-impoe-multa-de-ate-mil-libras-para-moradores-de-rua-em-londres.shtml. Acesso em: 28 dez. 2019.

^{xxxvii} Atualmente in disponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xxxviii} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xxxix} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/16/interna_cidadesdf,479674/moradores-de-rua-acampam-em-quadra-da-asa-sul-e-se-tornam-alvo-de-denu.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xl} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{xli} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/07/29/interna_cidadesdf,492428/uma-cidade-de-barracos-cresce-no-df.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xlii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/10/interna_cidadesdf,646791/invasoes-tomam-conta-do-plano-piloto.shtml. Acesso em: 19 jan. 2020.

^{xliiii} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/02/interna-brasil,677692/moradores-de-predio-que-desabou-no-centro-de-sp-passam-a-noite-na-rua.shtml>. Acesso em: 01 jan. 2020.

^{xliv} Atualmente indisponível nas plataformas do *Correio Braziliense*.

^{xlv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/07/08/interna_cidadesdf,693553/baixas-temperaturas-no-df-sao-desafio-a-mais-para-quem-mora-nas-ruas.shtml. Acesso em: 29 dez. 2019.

^{xlvi} Atualmente indisponível nas plataformas do *Correio Braziliense*.

^{xlvii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2018/01/06/interna_mundo,651763/antes-de-casamento-em-windsor-pessoas-sem-teto-protestam-por-discrimi.shtml. Acesso em: 30 dez 2019.

^{xlviii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/07/11/interna_cidadesdf,694170/moradores-donoroste-cobram-solucao-para-problemas-de-infraestrutura.shtml. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{xlix} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/02/18/interna-brasil,413425/prefeitura-do-rio-de-janeiro-retira-moradores-de-rua-para-coibir-delitos.shtml>. Acesso em: 30 dez. de 2019.

^l Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/22/interna-brasil,682360/desabrigados-de-edificio-que-caiu-passam-segunda-noite-de-frio-na-rua.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2019.

^{li} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/06/10/interna-brasil,431946/mp-ve-indicios-de-limpeza-social-nas-ruas-do-rio-para-a-copa-do-mundo.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{lii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/06/20/interna_cidadesdf,433728/moradores-de-rua-do-df-denunciam-higienizacao-social-por-cao-da-copa.shtml. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{liii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/08/20/interna_cidadesdf,443325/moradores-de-rua-vivem-em-invasao-de-predio-abandonado-na-asa-norte.shtml. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{liv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/12/02/interna_cidadesdf,460163/policia-civil-retira-moradores-de-rua-de-hotel-e-detem-sete-pessoas.shtml. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{lv} Atualmente indisponível nas plataformas do *Correio Braziliense*.

^{lvi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/05/interna_cidadesdf,607187/por-que-a-justica-suspendeu-a-abordagem-a-sem-teto-no-inverno.shtml. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{lvii} Atualmente indisponível nas plataformas do *Correio Braziliense*.

^{lviii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/11/10/interna_mundo,640133/moradores-de-rua-sao-retirados-antes-da-chegada-de-ivanka-trump-na-ind.shtml. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{lix} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/07/interna-brasil,718151/cidh-cracolandia-tem-situacao-de-inseguranca-humana.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2019.

^{lx} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/09/22/interna-brasil,707647/populacao-de-rua-entra-no-censo.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2019.

^{lxi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/12/30/interna_mundo,464014/onda-de-frio-mata-ao-menos-cinco-moradores-de-rua-na-franca.shtml. Acesso em: 29 dez. 2019.

^{lxii} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/25/interna-brasil,683641/tres-criancas-morrem-em-incendio-de-galpao-ocupado-por-sem-teto-em-sp.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2019.

^{lxiii} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/19/interna-brasil,610791/morador-de-rua-e-encontrado-morto-no-inicio-da-onda-de-frio-em-sp.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2020.

^{lxiv} Atualmente indisponível nas plataformas do *Correio Braziliense*.

^{lxv} Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/05/06/interna_diversao_arte,482096/astro-de-bollywood-salman-khan-e-condenado-por-atropelar-sem-teto.shtml. Acesso em 16 jan 2020.

^{lxvi} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/10/10/interna-brasil,552671/video-de-agressao-a-morador-de-rua-em-sao-paulo-revolta-internautas.shtml>. Acesso em: 16 jan 2020.

^{lxvii} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{lxviii} Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/05/04/interna-brasil,593077/doria-condena-atitude-de-guarda-que-agrediu-morador-de-rua-em-sp.shtml>. Acesso em: 16 jan 2020.

^{lxix} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do *Correio Braziliense*.

^{lxx} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/20/interna_cidadesdf,511399/homem-e-presos-apos-esfaquear-morador-de-rua-em-taguatinga.shtml. Acesso em: 18 jan 2020.

^{lxxi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/10/08/interna_cidadesdf,552419/homem-e-assassinado-e-enterrado-em-taguatinga.shtml. Acesso em: 18 jan 2020.

^{lxxii} Atualmente indisponível nas plataformas *on-line* do jornal *Correio Braziliense*.

^{lxxiii} Atualmente indisponível nas plataformas on-line do jornal *Correio Braziliense*.

^{lxxiv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/18/interna_cidadesdf,532396/area-desobstruida-do-lago-e-tomada-por-usuarios-de-drogas-e-sem-teto.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxv} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/01/09/interna_cidadesdf,407007/pai-e-filho-sao-baleados-no-meio-da-rua-no-sol-nascente-ceilandia.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxvi} Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2014/01/20/interna_nacional,489698/morador-de-rua-sofre-atentado-e-tem-30-do-corpo-queimado-em-taguatinga.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxvii} Atualmente indisponível nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense*.

^{lxxviii} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/02/25/interna_cidadesdf,472666/morador-de-rua-sofre-tentativa-de-homicidio-no-setor-comercial-sul.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxix} Atualmente indisponível nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense*.

^{lxxx} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/02/interna_cidadesdf,485356/morador-de-rua-e-detido-por-maltratar-cachorro-na-qi-17-do-lago-sul.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxi} Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/05/interna_cidadesdf,534983/policia-militar-invade-e-desocupa-torre-palace-em-brasilia.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/11/01/interna_cidadesdf,717011/corpo-carbonizado-de-morador-de-rua-e-encontrado-no-recanto-das-emas.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxiii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/09/interna_cidadesdf,587132/criminalidade-e-sujeira-marcam-abandono-dos-setores-hoteleiros.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxiv}Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/03/interna-brasil,670628/pm-investiga-policiais-que-deram-choques-em-morador-de-rua-no-rio.shtml>.

Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxv}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/19/interna_cidadesdf,713749/acusado-de-matar-morador-de-rua-a-pedradas-e-presos-em-brazlandia.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxvi}Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/12/18/interna-brasil,726123/homem-agride-e-ateia-fogo-em-morador-de-rua-de-santos.shtml>.

Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxvii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/18/interna_cidadesdf,626956/emprego-de-tornezeira-eletronica-e-regulamentado-no-df.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxviii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/11/interna_cidadesdf,687653/jovem-de-aproximadamente-20-anos-e-encontrado-morto-no-lago-sul.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{lxxxix}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/12/24/interna_cidadesdf,727190/envolvidos-em-espancamento-de-morador-de-rua-dao-depoimentos-conflitan.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{xc}Atualmente indisponível nas plataformas *on-line* do *Correio Braziliense*.

^{xci}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/03/03/interna_mundo,473844/sem-teto-morto-por-policiais-em-los-angeles-nao-era-frances.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{xcii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/27/interna_cidadesdf,488099/homem-que-ateou-fogo-em-moradores-de-rua-e-condenado-a-28-anos-de-prisao.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{xciii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/11/01/interna_cidadesdf,717011/corpo-carbonizado-de-morador-de-rua-e-encontrado-no-recanto-das-emas.shtml. Acesso em: 02 fev 2020.

^{xciv}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/15/interna_cidadesdf,423089/moradores-da-w3-norte-e-entrequadras-sul-reclamam-de-violencia.shtml. Acesso em: 20 jan 2020.

^{xcv}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/02/04/interna_cidadesdf,411072/policiais-encontram-corpo-de-mulher-em-avancado-estado-de-decomposicao.shtml. Acesso em: 18 jan 2020.

^{xcvi}Atualmente indisponível nas plataformas *on-line* do jornal *Correio Braziliense*.

^{xcvii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/02/28/interna_cidadesdf,473310/policia-prende-homem-suspeito-de-matar-morador-de-rua-no-parque-da-cidade.shtml. Acesso em: 18 jan 2020..

^{xcviii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/08/11/interna_cidadesdf,441743/moradores-da-407-norte-reclamam-de-roubos-frequentes-na-quadra.shtml. Acesso em: 21 jan 2020.

^{xcix}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/01/27/interna_cidadesdf,468346/morador-de-rua-e-espancado-ate-a-morte-no-setor-comercial-sul.shtml. Acesso em: 21 jan 2020.

^cDisponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/02/23/interna_cidadesdf,472247/predios-publicos-abandonados-sao-tomados-por-sem-teto-e-usuarios-de-dr.shtml. Acesso em: 21 jan 2020.

^{ci}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/05/08/interna_cidadesdf,482435/rodrigo-janot-vai-acompanhar-investigacoes-de-grupos-de-exterminio-em.shtml. Acesso em: 21 jan 2020.

^{cii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/05/20/interna_cidadesdf,596490/casos-recentes-de-violencia-aumentam-temor-de-moradores-do-plano-pilot.shtml. Acesso em: 21 jan 2020.

^{ciii}Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/03/interna_cidadesdf,622994/moradores-do-entorno-sao-obrigados-a-conviver-com-a-inseguranca.shtml. Acesso em: 21 jan 2020.